

# Saber Humano

## Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti

E-ISSN 2446-6298  
v. 14, n. 25, p. 01-04, jul./dez. 2024  
Restinga Sêca, RS.



### **Saber Humano – Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti**

Estrada Recanto Maestro, nº 338 | Distrito Recanto Maestro | Restinga Sêca- RS Cep: 97200-000

Tel. (55) 3289-1141 | (55) 3289-1139

[saberhumano@faculdadeam.edu.br](mailto:saberhumano@faculdadeam.edu.br) [www.saberhumano.emnuvens.com.br/sh](http://www.saberhumano.emnuvens.com.br/sh)

Licença Creative Commons



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

É permitida a reprodução dos artigos desde que citada a fonte.

Os conceitos emitidos em cada artigo são de responsabilidade de seus respectivos autores.

APOIO:



## Corpo Editorial

### Editor-Chefe

Dr. Bruno Fleck da Silva, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil; Pontifícia Universidade Católica de Campinas-PUC Camp, Campinas-SP, Brasil; Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

### Editora Adjunta

Dra. Patrícia Wazlawick, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

### Editor de Layout

Breno Prado da Silva, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

### Consultoria SEER/OJS

Lepidus Tecnologia, Brasil.

### Conselho Editorial

Dra. Andrea Ad Reginatto, Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

Dr. Bruno Fleck da Silva, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil;  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas-PUC Camp, Campinas-SP, Brasil;  
Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

Dra. Constança Terezinha Marcondes Cesar, Universidade Federal de Sergipe-UFS;  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP, São Paulo-SP, Brasil.

Dr. Élsio José Corá, Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS, Porto Alegre-RS, Brasil.

Dr. Felipe da Veiga Dias, Faculdade Meridional-IMED, Passo Fundo-RS, Brasil.

Dr. Fernando do Nascimento Lock, Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

Esp. Horácio Chikota, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Dra. Leticia Lassen Petersen, Faculdade América Latina-FAL, Ijuí-RS, Brasil; Fundação Educacional Machado de Assis-FEMA, Santa Rosa-RS, Brasil.

Dra. Lisandra Manzoni Fontoura, Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

Dra. Lisiane Pellini Faller, Faculdade Metodista de Santa Maria-FAMES, Santa Maria-RS, Brasil.

Me. Lúcio André Müller Lorenzon, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil;  
Universidade Luterana do Brasil-ULBRA, Santa Maria-RS, Brasil.

Dr. Marcos Cordeiro D'Ornellas, Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

Dr. Mario Fernando de Mello, Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

Dr. Rafael Padilha dos Santos, Università degli Studi di Perugia-UNIPG, Perugia-PG, Itália;  
Universidade Estatal de São Petersburgo-SPBU, São Petersburgo-Distrito Federal do Noroeste, Rússia;  
Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Me. Renato Preigschadt de Azevedo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS,  
Porto Alegre-RS, Brasil

Dr. Renato Kirchner, Pontifícia Universidade Católica de Campinas-PUC Campinas, Campinas-SP;  
Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Dr. Ricardo Schaefer, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Dr. Siegfried Muñoz van Lamoén, Universidade de Playa Ancha de Ciencias de la Educación-UPLA,  
Valparaíso, Chile.

Me. Tais Andrade, Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

Dr. Tommy Akira Goto, Universidade Federal de Uberlândia-UFU, Uberlândia-MG; Pontifícia Universidade Católica de Campinas-PUC Campinas, Campinas-SP, Brasil.

Me. Vinícios Gonchoroski de Oliveira, Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC, Santa Cruz do Sul-RS, Brasil.

### **Assessores Científicos/Avaliadores**

Dra. Ana Marli Bulegon, Antonio Meneghetti Faculdade-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Dra. Andrea Ad Reginatto, Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

Me. Ariane Simioni, Universidade Federal de Pelotas-UFPel, Pelotas-RS, Brasil.

Dra. Clarissa Mazon Miranda, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Me. Elita Maria Bianchi Tessari, Faculdade América Latina-FAL, Ijuí-RS, Brasil.

Me. Felipe Dalenogare Alves, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Dr. Felipe da Veiga Dias, Faculdade Meridional-IMED, Passo Fundo-RS, Brasil.

Dr. Fernando do Nascimento Lock, Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

Me. Grasiela Lourenzon de Lima, Faculdades Santo Augusto-FAISA, Santo Augusto-RS, Brasil.

Dr. Jonábio Barbosa dos Santos, Universidade Federal da Paraíba-UFPB, Campina Grande, PB; Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, Campina Grande-PB; UNIFACISA, Campina Grande-PB, Brasil.

Dra. Leticia Lassen Petersen, Faculdade America Latina-FAL, Ijuí-RS, Brasil; Fundação Educacional Machado de Assis-FEMA, Santa Rosa-RS, Brasil.

Me. Marcia Zilio, Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS-Unijuí, RS, Brasil.

Dra. Patrícia Wazlawick, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Me. Paulo André Nogueira Lima, Faculdade de Balsas-UNIBALSAS, Balsas-MA, Brasil.

Me. Rafael Gomiero Pitta, Faculdade de Balsas-UNIBALSAS, Balsas-MA, Brasil.

Dr. Rafael Padilha dos Santos, Università degli Studi di Perugia-UNIPG, Perugia-PG, Itália; Universidade Estatal de São Petersburgo-SPBU, São Petersburgo-Distrito Federal do Noroeste, Rússia; Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Me. Renato Preigschadt de Azevedo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre-RS, Brasil.

Dr. Renato Kirchner, Pontifícia Universidade Católica de Campinas-PUC Campinas, Campinas-SP; Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Me. Rosane Maria Neves, Instituto Federal de Santa Catarina-IFSC-Campus Gaspar, Gaspar-SC, Brasil.

Me. Vinícios Gonchoroski de Oliveira, Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC, Santa Cruz do Sul-RS, Brasil.

Saber Humano: Revista Científica da Antonio Meneghetti  
Faculdade – v. 14, n. 25, p. 01-04, jul./dez. 2024 –  
Restinga Sêca: Antonio Meneghetti Faculdade, 2024. 182 p.:  
il.

Semestral

A partir de 2014, a Saber Humano: Revista Científica da Antonio Meneghetti Faculdade publicada de 2011, Vol. 1, n. 1 até o ano de 2013, Vol. 13, n. 23, em formato impresso, passou a publicar apenas na versão On-line.

Modo de acesso World Wide Web:  
<<http://saberhumano.emnuvens.com.br/sh/index>>.

ISSN: 2178-7689

E-ISSN: 2446-6298

Qualis B2. 1. Ontopsicologia 2. Administração 3. Sistema de informação  
4. Direito 5. Educação I. 6. Interdisciplinar. 7. Filosofia. Faculdade  
Antonio Meneghetti Bibliotecário Responsável: Pietra Gomes  
Ramires. CRB- 10/2755





## Editorial

### Prezado leitor,

Com satisfação, a ***Saber Humano: Revista Científica da Antonio Meneghetti Faculdade*** tem a satisfação de apresentar à comunidade acadêmica e público em geral sua edição de **volume 14 e número 25** (2024.2).

A seção de Direito abre a edição trazendo três artigos. O primeiro é intitulado ***Panorama dos dispositivos legais relativos à violência contra a pessoa idosa***, de autoria de Thais da Silva-Ferreira, Ana Paula Santos Soares de Paula, Jeniffer Ferreira-Costa, Dante Ogassavara e José Maria Montiel. O trabalho discute a epistemologia das modalidades de violência contra a pessoa idosa com enfoque em dispositivos que visam a garantia de segurança. O segundo artigo é intitulado ***A (in)eficiência da Lei 14.550/2023: um estudo histórico-jurídico acerca da mudança da Lei Maria da Penha***, de autoria de Maria Fernanda Feldmann, Guilherme Kormann Berger, Fernanda Martins. O trabalho estuda de modo histórico-jurídico da Lei Maria da Penha e sua função na sociedade, permeando-se assim todas as célebres modificações no corpo textual da lei e seus efeitos. O terceiro artigo é intitulado ***Violação dos direitos humanos por empresas transnacionais e a necessidade da responsabilização internacional***, de autoria de Luiza Rosso Mota, Cibeli Soares Zuliani. O estudo analisa as formas atuais e as projeções para o futuro quanto à responsabilidade internacional das empresas transnacionais quando violam direitos humanos na sua atuação empresarial.

A segunda seção da presente edição é da área da Educação. A seção é aberta com o artigo intitulado ***Educação como despertar do Humano, gerando novas perspectivas de vida***, de autoria de Tereza Cristina de Carvalho, Walter Akio Goya, Ana Maria Luz, Wanderley Macedo dos Anjos e Araci Musolino. A pesquisa apresenta uma avaliação do impacto do projeto Jovens Caminhos, realizado em comunidades de Mauá e Santo André, cidades integrantes da Região Metropolitana da Grande São Paulo.

A terceira seção desta edição é a de Administração, que traz dois artigos. O primeiro é intitulado ***Análise na trajetória de carreira de mulheres em cargos de liderança na região central do Rio Grande do Sul***, de autoria de Camila Roriz Milanesi e Lucas Charão Brito. A pesquisa analisa a trajetória de carreira de mulheres em cargos de liderança na região central do Rio Grande do Sul e, em diferentes áreas de atuação, sendo elas, comércio, construção civil, política, agronegócio e exército brasileiro. O segundo artigo é intitulado ***Pesquisa qualitativa como proposta metodológica para os estudos com enfoque decolonial***, de autoria de Karina Francine Marcelino, Mário César Barreto Moraes. O estudo busca compreender as contribuições da pesquisa de natureza qualitativa para os estudos que possuem um enfoque decolonial.

A quarta seção desta edição é a Interdisciplinar. Ela traz dois artigos, sendo o primeiro intitulado *Panorama das publicações sobre cooperativas nos congressos da SOBER*, de autoria de Gevair Campos e Jessica Kamilla Mendes Pereira-Campos. O estudo buscou identificar as produções na literatura nacional sobre cooperativas, publicadas nos anais dos Congressos da SOBER.

Por fim, a última seção desta edição é a de Filosofia. O primeiro artigo é intitulado: *A estruturação da unidade do fluxo de consciência no tempo a partir do § 39 das lições, de Husserl*, de autoria de Matheus dos Reis Gomes. O artigo apresenta a estruturação da unidade do fluxo de consciência (*Bewusstseinsfluss*) e seu *continuum*, através da análise da consciência retentiva, da intencionalidade longitudinal (*Längsintentionalität*) e da percepção temporal em Husserl, conforme descrito no § 39 das Lições para uma fenomenologia da consciência interna do tempo. O segundo artigo é intitulado *A dimensão pedagógica do mal natural*, de autoria de Wellington Oliveira e Lúcio Souza Lobo. A pesquisa busca oferecer uma alternativa teórica alicerçada na filosofia tomista para demonstrar o aspecto pedagógico que o mal natural proporciona ao ser humano. O terceiro artigo é intitulado *A secularização no pensamento de Gianni Vattimo*, de autoria de Renato Kirchner e Ana Carolina Ferreira Sales. O estudo apresenta a concepção de secularização a partir da filosofia de Gianni Vattimo, destacando a relação desse conceito com a religião abordada pelo autor em algumas de suas obras.

Desejamos ao leitor uma profícua leitura, bem como, agradecemos o contínuo trabalho de excelência realizado pelos avaliadores e toda a equipe editorial da Saber Humano: *Revista Científica da Antonio Meneghetti Faculdade*, e endereçamos nosso especial agradecimento aos autores que aqui tiveram seus textos publicados.

**Cordiais Saudações!**

Prof. Dr. Bruno Fleck da Silva, **editor-chefe**.



## Panorama dos dispositivos legais relativos à violência contra a pessoa idosa

Thais da Silva-Ferreira<sup>1</sup>

Ana Paula Santos Soares de Paula<sup>2</sup>

Jeniffer Ferreira-Costa<sup>3</sup>

Dante Ogassavara<sup>4</sup>

José Maria Montiel<sup>5</sup>

**Resumo:** Ao analisar os casos de ocorrência de violência, nota-se que as pessoas idosas se encontram entre os mais vulneráveis, sendo assim, estão no grupo que apresenta maiores riscos de vitimização. Evidencia-se que os indivíduos dessa faixa etária podem ser vítimas de diferentes modalidades de violência, demandando medidas para garantia de direitos. Diante desse cenário, o presente estudo objetivou discutir a epistemologia das modalidades de violência contra a pessoa idosa com enfoque em dispositivos que visam a garantia de segurança. Enquanto delineamento, adotou-se a abordagem qualitativa com caráter descritivo e transversal, caracterizando-se como revisão de literatura narrativa. Os materiais foram captados por meio de plataformas de buscas, como SciELO e PubMed, utilizando os descritores “envelhecimento”, “violência” e “segurança pública”. Observou-se que as diversas modalidades de violência devem ser analisadas considerando suas diferenças morfológicas e as consequências de cada uma das categorias. Além disso, entre pessoas idosas, a violência é frequentemente cometida por pessoas que deveriam ser responsáveis e promover cuidados, dificultando as notificações para que medidas legais sejam acionadas. Concluiu-se que a discussão acerca a violência contra o indivíduo idoso envolve a interseção entre o Direito e outros campos do saber. Ademais, considerar a epidemiologia desse fenômeno a fim de garantir que as diretrizes legais permaneçam eficazes ao longo do tempo.

**Palavras-chave:** violência; envelhecimento; segurança.

### Overview of Legal Frameworks Addressing Violence Against the Elderly

**Abstract:** When analyzing cases of violence, it is noted that elderly people are among the most vulnerable, therefore, they are in the group that presents the greatest risk of victimization. It is clear that individuals in this age group can be victims of different types of violence, requiring measures to guarantee their rights. Given this scenario, the present study aimed to discuss the epistemology of types of violence against elderly people with a focus on devices that aim to guarantee safety. As a design, a qualitative approach was adopted with a descriptive and transversal character, characterized as a narrative literature review. The materials were obtained through search platforms, such as SciELO and PubMed, using the descriptors “aging”, “violence”, and “public security”. It was observed that the different types of violence must be analyzed considering their morphological differences and the consequences of each category. Furthermore, among elderly people, violence is often committed by people who should be responsible and provide care, making notifications difficult for legal measures to be taken. It was concluded that the discussion about violence against elderly individuals involves the intersection between Law and other

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu. E-mail: [thais.sil.fe@hotmail.com](mailto:thais.sil.fe@hotmail.com).

<sup>2</sup> Mestranda em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu. E-mail: [anapaulasoareshadogada@gmail.com](mailto:anapaulasoareshadogada@gmail.com).

<sup>3</sup> Mestranda em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu. E-mail: [cjf.jeniffer@gmail.com](mailto:cjf.jeniffer@gmail.com).

<sup>4</sup> Mestre em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu. E-mail: [ogassavara.d@gmail.com](mailto:ogassavara.d@gmail.com).

<sup>5</sup> Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USF). Professor na Universidade São Judas Tadeu. E-mail: [montieljm@hotmail.com](mailto:montieljm@hotmail.com).

fields of knowledge. Furthermore, consider the epidemiology of this phenomenon to ensure that legal guidelines remain effective over time.

**Keywords:** violence; aging; safety.

### **Panorama de los Marcos Legales en Relación a la Violencia contra las Personas Mayores**

**Resumen:** Al analizar los casos de violencia, se observa que las personas mayores se encuentran entre los más vulnerables, por lo tanto, están en el grupo que presenta el mayor riesgo de victimización. Es evidente que los individuos en este grupo de edad pueden ser víctimas de diferentes tipos de violencia, lo que requiere medidas para garantizar sus derechos. Ante este escenario, el presente estudio tuvo como objetivo discutir la epistemología de los tipos de violencia contra las personas mayores con un enfoque en dispositivos que buscan garantizar la seguridad. Como diseño, se adoptó un enfoque cualitativo con carácter descriptivo y transversal, caracterizado como una revisión de literatura narrativa. Los materiales fueron recopilados a través de plataformas de búsqueda, como SciELO y PubMed, utilizando los descriptores “envejecimiento”, “violencia” y “seguridad pública”. Se observó que los diferentes tipos de violencia deben analizarse teniendo en cuenta sus diferencias morfológicas y las consecuencias de cada categoría. Además, entre las personas mayores, la violencia a menudo es cometida por personas que deberían ser responsables y brindar cuidado, lo que dificulta las notificaciones para que se tomen medidas legales. Se concluyó que la discusión sobre la violencia contra las personas mayores implica la intersección entre el Derecho y otros campos del conocimiento. Además, se debe considerar la epidemiología de este fenómeno para garantizar que las pautas legales sigan siendo efectivas con el tiempo.

**Palabras clave:** violencia; envejecimiento; seguridad.

## **1 Introdução**

Ao abordar a ocorrência de casos de violência em suas diversas modalidades, é pertinente considerar alguns dos apontamentos realizados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em seu relatório internacional de 2014 sobre a prevalência de casos de violência. O documento apresenta uma ampla gama de problemáticas relacionadas à violência em escala global, discorrendo sobre a variação do risco de vitimização em decorrência de características sociodemográficas. Dentre essas, destaca-se que indivíduos nos estágios iniciais do desenvolvimento humano e na velhice configuram-se como grupos vulneráveis. Em outras palavras, foi identificado que crianças e pessoas idosas são mais propensas a encontrarem-se em situações de vulnerabilidade. Adicionalmente, o relatório aponta a negligência da maioria dos países abordados em relação à violência contra pessoas idosas, apenas uma minoria de países apresentaram algum programa de monitoramento de tais violações.

A negligência em relação ao bem-estar da população idosa é preocupante diante do processo de envelhecimento populacional de diversas nações ao redor do mundo, incluindo o Brasil. No ano de 2018, aproximadamente 13% de toda a população brasileira já contava com 60 anos ou mais, projetando-se um crescimento expressivo dessa parcela em um período

breve de três décadas. Isso representa um quarto de toda a população do Brasil, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estimativas do mesmo órgão, divulgadas em 2023, indicam que em 2022 ocorreu a mudança prevista na pirâmide populacional, expressa pela proporção de que, para cada 100 pessoas com idades de 0 a 14 anos, havia 55,2 pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

A população idosa, como grupo etário, encontra-se sob um risco agravado de vitimização por alguma modalidade de violência. Essas ocorrências podem assumir diferentes morfologias, sendo classificadas em casos de violência física, psicológica, financeira, sexual ou negligência. Cada uma dessas modalidades de violência é influenciada por diversos aspectos sociodemográficos e, assim, apresenta diferentes prevalências. Destaca-se que a violência psicológica e financeira são os tipos com as taxas de ocorrência mais elevadas (Yon *et al.*, 2017).

Ao considerar a vulnerabilidade da população idosa, reconhece-se a necessidade de suporte e amparo para enfrentar as adversidades decorrentes do próprio processo de envelhecimento e dos quadros vulneráveis em que esses indivíduos podem se encontrar. Essa questão é abordada pela Constituição Brasileira (Brasil, 1988) ao atribuir a todos os elementos da sociedade a responsabilidade de manter o bem-estar coletivo, propondo uma hierarquia para a satisfação desse dever. Segundo essa proposta, o grupo familiar é o primeiro conjunto social responsabilizado pela manutenção da integridade de seus integrantes, e, subsequentemente, o Estado brasileiro e a sociedade como um todo têm o dever de promover a integridade do indivíduo em nível individual e coletivo.

Dados os diversos enquadramentos legais, observa-se a necessidade de explorar a complexidade do processo de envelhecimento humano por meio de uma abordagem fundamentada na realidade e nas condições práticas inerentes ao contexto. Ao considerar o risco de vulnerabilidade e a incidência de violências contra pessoas idosas, esta pesquisa parte do seguinte problema de pesquisa: “quais são os fatores envolvidos na promoção da segurança diante da ocorrência de casos de violência na velhice?”. Dessa maneira, busca-se discutir as diversas formas de violência contra pessoas idosas, destacando a relevância dos dispositivos públicos para atender à necessidade de segurança nesse cenário.

## **2 Método**

Trata-se de um delineamento de pesquisa descritivo e transversal, que possui caráter qualitativo. Em outras palavras, o modelo científico adotado propôs-se a avaliar e interpretar variáveis de interesse em um enquadramento pontual do tempo, sem exercer influência sobre as mesmas. Ao adotar uma abordagem de investigação qualitativa, destacam-se aspectos contextuais relacionados ao objeto de estudo, proporcionando uma perspectiva abrangente e coerente com a realidade das variáveis estudadas e sugerindo modelos teóricos compreensivos (Campos, 2019).

Em virtude de seu caráter qualitativo, a investigação é compreendida como uma revisão de literatura não sistematizada, possuindo aspectos narrativos. Sendo uma revisão narrativa, destaca-se que esses modelos de investigação permitem identificar consensos e lacunas no conhecimento acerca de determinada temática, discutindo novas possibilidades e aplicações para as contribuições previamente realizadas (Tulandi; Suarhana, 2021). Cita-se que tal método foi atribuído, uma vez que possibilita atender ao objetivo da presente pesquisa, apresentando uma perspectiva abrangente dos aspectos interdisciplinares sobre a temática (Ogassavara *et al.*, 2023).

Foram captados materiais bibliográficos disponíveis em plataformas de busca no formato de artigos publicados em periódicos científicos e livros que abordam a temática desta investigação. As obras foram coletadas em plataformas de busca, como o Google Acadêmico, SciELO e PubMed, recorrendo aos descritores “envelhecimento”, “violência” e “segurança pública” em diferentes combinações e sendo utilizados separadamente. Destaca-se também que não foram estabelecidos critérios de exclusão com base na data de publicação das obras, validando assim a consideração de contribuições clássicas. A seleção foi realizada de maneira intencional, seguindo os pressupostos do método adotado. Ao todo, foram utilizados 18 materiais na construção desta pesquisa.

### **3 Resultados e Discussão**

#### **3.1 Modalidades de violências e violações de direitos contra pessoas idosas**

Conforme mencionado anteriormente, a população idosa é considerada um grupo vulnerável às violências (OMS, 2014). Segundo Almeida (2023), nos primeiros cinco meses de 2023, foram registradas, por meio do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), 47 mil denúncias de violência contra pessoas idosas, abrangendo cerca de 282 mil

violações de direitos, incluindo as modalidades de violência física, psicológica, negligência e exploração financeira e/ou material. Ressalta-se que esse número foi 87% superior ao mesmo período de 2022. Observa-se, assim, um aumento nas denúncias de casos de violência contra pessoas idosas, abrindo espaço para discussões sobre a possível elevação de atos violentos contra esse grupo, bem como o aumento de denúncias devido a campanhas e à conscientização da população sobre a temática. Além disso, é possível deduzir que esse aumento é resultado de ambas as elucubrações, relacionadas diretamente ao envelhecimento populacional.

Ao classificar as ocorrências de violência entre violência física, psicológica, financeira, sexual e negligência, destacam-se as diferenças morfológicas que essas ocorrências possuem, assim como suas consequências. Inicialmente, pode-se definir a violência física como uma modalidade que envolve violações diretas da integridade física de um indivíduo, prejudicando-o pontualmente ou ao longo do tempo. Por sua vez, a violência psicológica refere-se a violações do bem-estar subjetivo do indivíduo, afetando-o com restrições da liberdade individual e agressões morais que tendem a evocar estados afetivos mais negativos (Maia *et al.*, 2019).

Assim como nas violações de ordem física e psicológica, a violência sexual se destaca pela natureza sexual da agressão à integridade alheia, manifestando-se em situações como estupro e importunação sexual, envolvendo, respectivamente, aspectos físicos e psicológicos (Bows, 2018). Adicionalmente, encontra-se um paralelo entre a violência psicológica e a violência financeira que se apresenta como uma modalidade associada à utilização ou apropriação indevida de recursos alheios sem o consentimento do proprietário, por meio de ações de intimidação ou emprego de força bruta (Acharya *et al.*, 2021).

A negligência, enquanto modalidade de violência, diverge significativamente dos outros subtipos, sendo caracterizada pela condição de desamparo conjunturada pela ausência de suporte por fontes de cuidado e abandono do indivíduo necessitado, mesmo que de forma involuntária. Esse enquadramento remete também à exposição desnecessária a riscos, submetendo indivíduos a quadros insalubres marcados por riscos agravados e comprometimentos da integridade individual (Paixão Jr.; Reichenheim, 2006).

Com base nessas considerações morfológicas, revisitam-se os registros do MDHC, os quais destacam que cada denúncia pode abranger um ou mais tipos de violação de direitos (Almeida, 2023). Essas informações tornam-se relevantes, visto que as diferentes modalidades de violência podem se sobrepor, em parte devido à semelhança que algumas apresentam em

seus aspectos. Essa sobreposição é exemplificada pela conceituação da violência psicológica, que permeia outros subtipos de violações.

### **3.2 Caracterização da violência contra a pessoa idosa**

Destaca-se o abuso de idosos como um conceito relacionado à violência direcionada à pessoa idosa, originado por indivíduos de confiança, inicialmente responsáveis pela garantia do bem-estar do indivíduo em foco (Brijoux; Neise; Zank, 2021). Considerando as diferenças epistemológicas entre os subtipos de violência, sugere-se que a prevalência geral da violência contra a pessoa idosa corresponda a 15% da população idosa total ao redor do mundo, sendo frequentemente afetada por mais de uma forma de violência simultaneamente (Yon *et al.*, 2017; Almeida, 2023).

Ao analisar os dados disponibilizados pelos canais de atendimento da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (Brasil, 2023), nota-se que 26,6% de todas as denúncias apresentadas no primeiro semestre de 2023 tinham indivíduos idosos como vítimas. Comparando esse dado com o período homólogo e considerando a proporção relativa a todo o ano de 2022, evidencia-se um crescimento de aproximadamente 2% em relação ao total de denúncias. A partir dessa prevalência, pode-se inferir uma maior vitimização da população idosa no Brasil em comparação com outros países, corroborando os dados apresentados por Yon *et al.* (2017).

A literatura científica disponível aponta o grau de escolaridade da vítima como um fator relacionado à ocorrência de violência. Diante dessa relação, infere-se que a escolaridade não seja uma variável independentemente significativa para o acometimento de alguma violação. No entanto, é crucial reconhecer que tal variável exerce influência sobre a conjuntura do meio em que está inserido. Dessa forma, ao apresentar menor escolaridade, tende-se a possuir menos recursos para enfrentar problemas cotidianos, estabelecendo-se quadros de vulnerabilidade. Outro elemento associado à ocorrência de casos de violência é a presença de sintomatologia depressiva, sendo tanto um dos possíveis resultados da vitimização quanto uma condição prévia que limita psicologicamente o indivíduo e favorece o desenvolvimento de quadros vulneráveis (Maia *et al.*, 2019).

O estudo conduzido por Abath (2009) teve como objetivo investigar o perfil da violência contra pessoas idosas no estado do Recife, analisando 1036 laudos periciais de



idosos submetidos ao corpo de delito pelo Instituto de Medicina Legal (IML). Foi possível identificar que 99,1% da violência observada pelo IML era de natureza física, sem o uso de armas, sendo que 89,5% desses casos envolviam o uso de instrumentos contundentes. A maioria dos incidentes foi classificada como leve (93,4%). Quanto ao perfil das vítimas, observou-se uma prevalência de homens na faixa etária de 60 a 69 anos e de cor parda. No que diz respeito ao perfil dos agressores, a maioria era do sexo masculino (69,5%).

Outra pesquisa realizada por Taveira (2016), que abrangeu os dados do Disque 100 no período de 2011 a 2015, identificou que a maioria das vítimas pertencia ao sexo feminino (64,32%), com idade entre 76 e 80 anos, sendo predominantemente da cor branca. A região Sudeste apresentou maior incidência de casos de violência. Em sua maioria, os suspeitos de violência foram filhos e netos, e a maioria dos incidentes ocorreu na residência da vítima. Em relação às modalidades de violência, a negligência apresentou maior incidência, seguida pela violência psicológica.

Além dos estudos previamente apresentados, destaca-se a pesquisa conduzida por Freitas (2020), que englobou 233.383 registros de denúncias relacionadas às violações dos direitos de pessoas idosas. O estudo revelou que a maioria das denúncias estava concentrada na região Sudeste (45,9%). As vítimas, em sua maioria do sexo feminino, tinham idades entre 71 e 80 anos e eram predominantemente da cor branca. Quanto ao perfil dos suspeitos, observou-se que 43,16% eram do sexo feminino e 38,46% do sexo masculino. A maioria dos suspeitos possuía parentesco com a vítima, sendo em sua maioria filhos, seguidos por genros e noras. Dentre as modalidades de abuso, identificou-se maior incidência da negligência. O autor também notou um aumento na frequência de registros de denúncias durante o período analisado.

Considerando os achados, ressalta-se que os estudos aqui apresentados oferecem uma visão abrangente e consistente da violência contra pessoas idosas. Evidenciou-se uma coincidência nos perfis das vítimas, destacando mulheres idosas entre 71 e 80 anos, com maior incidência na região Sudeste do país (Taveira, 2016; Freitas, 2020). O ambiente residencial mostrou-se como cenário recorrente para os atos de violência (Taveira, 2016; Freitas, 2020; Abath, 2009). Entre as modalidades de abuso, a negligência surge como a mais reportada nas denúncias (Taveira, 2016; Freitas, 2020). Essas constatações destacam a complexidade e a gravidade da violência contra pessoas idosas, reforçando a necessidade de abordagens preventivas e políticas públicas direcionadas a esse grupo vulnerável. A

compreensão detalhada desses padrões contribui para a formulação de estratégias eficazes na prevenção e combate à violência contra a população idosa.

### **3.3 A violência contra a população idosa e as normativas legais**

Antes do estabelecimento de políticas voltadas exclusivamente para as pessoas idosas, a Constituição Federal (Brasil, 1988) já estabelece princípios fundamentais, tais como o direito à vida, à igualdade e à segurança. Sendo assim, cabe ressaltar que as políticas destinadas às pessoas idosas, além de reassegurar direitos individuais voltados à população idosa, também reafirmam o proposto na Constituição (Fonseca; Gonçalves, 2003).

Nessa lógica, o Estado brasileiro estabeleceu a Política Nacional do Idoso (1994) pela Lei n.º 8.842 de 4 de janeiro de 1994. Essa política tem como princípios o dever de todos resguardarem os direitos das pessoas idosas, serem conscientes sobre o processo de envelhecimento e protegerem a população idosa contra qualquer forma de discriminação. Mediante essas disposições, é atribuída à família a responsabilidade de auxiliar seus integrantes idosos a manter sua saúde, mesmo que subsidiados por dispositivos estatais. Assim, visa-se manter a participação social das pessoas idosas e sua autonomia, fornecendo estratégias alternativas para o enfrentamento de desafios cotidianos e conscientizando a sociedade de forma geral.

No campo da Saúde Pública, cita-se que a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa na Portaria n.º 2.528 (Brasil, 2006) foi disposta visando preservar, recuperar e promover a funcionalidade da população idosa por meio de diretivas individuais e coletivas. Dentre as diretrizes apresentadas, indica-se o interesse em promover o envelhecimento ativo e a atenção integral a pessoas idosas por meio de ações intersetoriais que estimulem a participação e fortalecimento social.

Os direitos da pessoa idosa são reafirmados pelo Estatuto da Pessoa Idosa na Lei n.º 10.741 (Brasil, 2003). Nesta peça do Direito são dispostas medidas afirmativas contra a discriminação contra a pessoa idosa, propondo suporte a ações de promoção de saúde e educação deste grupo etário ao favorecer a participação de pessoas idosas em meios sociais e destacar a importância do suporte social para esses indivíduos. Trata-se de questões relativas à

dependência funcional e perda da autonomia, apontando o dever da sociedade de amparar o cidadão incapaz, sobretudo sua família. Deste modo, é evidente o risco intensificado de vulnerabilidade ao qual a população idosa está exposta e a demanda por medidas protetivas contra a vitimização por alguma forma de violência.

Especificamente, no que se refere à aplicação do Direito no combate à violência contra a pessoa idosa, pode-se citar o art. 71 dessa mesma lei — Lei n.º 10.741/2003 (Brasil, 2003). Com isso, assegura-se a prioridade na tramitação dos processos e procedimentos, além da execução de atos e diligências em que seja parte ou interveniente pessoa com idade igual, ou superior a 60 anos, em qualquer instância. Ademais, o §5º desse mesmo artigo confere a super prioridade, ou seja, uma prioridade especial aos maiores de oitenta anos. Dessa forma, a tramitação prioritária, por ser um tratamento desigual aplicado aos desiguais para torná-los iguais, pode ser considerada uma medida afirmativa.

Ainda no âmbito do Direito, evidencia-se a importância das ações afirmativas nesse contexto. O termo “medida afirmativa” remete a um agrupamento de políticas das esferas públicas e privadas voltadas ao combate contra diferentes formas de discriminação, de forma compensatória para amenizar as consequências de eventos anteriores. Esses elementos podem apresentar caráter voluntário ou compulsório, tendo o aspecto compensatório à sua disposição (Gomes, 2001). Inicialmente aplicada no combate à discriminação e marginalização racial, foi ampliada para outras questões que também envolvem a vitimização pela desigualdade de oportunidade e tratamento, incluindo a população idosa.

Os direitos fundamentais esculpidos na Lei n.º 10.741 do Estatuto da Pessoa Idosa (Brasil, 2003) são considerados ações afirmativas, pois, além de assegurar direitos, visam coibir discriminações e violências contra as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos e ampliar a representatividade dos idosos em diversos setores. Ao serem verificados riscos agravados de vitimização e de vulnerabilidade, salienta-se que ações voltadas ao empoderamento da população idosa por meio de propostas instrutivas para a manutenção do bem-estar individual podem ser interpretadas como uma ação afirmativa.

No entanto, apesar de existirem comandos legais com o intuito de prevenir e combater a violência contra a pessoa idosa, nota-se pouca efetividade destes, uma vez que faltam as medidas que assegurem tais direitos. Além disso, aponta-se que a forma da estruturação familiar também pode ser um fator que impede ou cria obstáculos na efetivação na esfera jurídica, ocasionando uma não notificação de casos de violência em qualquer modalidade, sobretudo, devido à presença de conflitos familiares (Minayo; Almeida, 2016, p. 448).

Com isso, denota-se a relevância da rede socioassistencial enquanto um mecanismo de oferta de serviços de acolhimento que podem auxiliar no processo de efetivação dos aspectos relativos à judicialização (Minayo; Almeida, 2016, p. 444). Ao mesmo tempo que pode garantir o estabelecimento de outros princípios pré-estabelecidos ao indivíduo idoso pelo Estatuto da Pessoa Idosa (Brasil, 2003), como a promoção da sua segurança (Santos *et al.*, 2007). Portanto, ao serem verificados riscos agravados de vitimização e de vulnerabilidade, salienta-se que ações voltadas ao empoderamento da população idosa por meio de propostas instrutivas para a manutenção do bem-estar individual podem ser interpretadas como uma ação afirmativa.

#### **4 Considerações Finais**

Tratar das disposições legais acerca da prevenção contra a violência direcionada à pessoa idosa remete diretamente a questões de segurança pública e saúde, versando sobre dispositivos interventivos disponibilizados por diretrizes legais. Ao considerar a abrangência do campo do Direito nos diversos setores da sociedade, é inegável a existência de suas interfaces interdisciplinares com outras áreas do conhecimento. Cita-se que a área envolvida no estudo do envelhecimento humano propicia visões interdisciplinares para além do aspecto saúde-doença. E que áreas como a do Direito favorecem que objetivos voltados ao envelhecimento saudável nas próximas décadas e na presente sociedade sejam alcançados e garantidos.

Com o intuito de manter as tratativas legais conforme as demandas reais da sociedade, reafirma-se a necessidade de se considerar a epidemiologia dos fenômenos abordados nas peças. O acompanhamento técnico na elaboração de diretrizes é essencial para assegurar que as mesmas estejam alinhadas com o contexto real e, assim, mantenham-se relevantes de forma duradoura. Há de se destacar que as medidas afirmativas, compreendidas como ações afirmativas, destacam-se por sua capacidade inclusiva e participativa de uma determinada população, neste caso a população idosa.

A violência contra pessoas idosas é evidenciada como um fenômeno com alta prevalência no território brasileiro, demandando atenção, tendo em vista a amenização dos riscos relacionados ao processo de envelhecimento humano. Ademais, destaca-se a importância das fontes de suporte social originadas por órgãos estatais para amparar a população idosa, proporcionando melhores condições sanitárias ao fornecer recursos para o

enfrentamento de adversidades. Portanto, faz-se oportuno refletir sobre a natureza das diferentes modalidades de violência, por viabilizar a concepção de uma compreensão aprofundada sobre os elementos relevantes para a ocorrência desses fenômenos e, então, aventar novas propostas interventivas para reduzir as taxas de vitimização, reconhecendo as possibilidades preventivas a partir dos fatores de risco identificados.

A partir de leis e mecanismos de garantia, proteção e prevenção, o bem-estar coletivo pode ser assimilado pelos dispositivos de estrutura social, como o sistema jurídico. Notou-se a importância do desenvolvimento e das medidas que visam à compensação de direitos básicos a partir de eventos que possam fragilizar o acesso de seus direitos básicos. Há de se destacar que do começo ao fim de qualquer modalidade afirmativa a ideia perpassa em tornar iguais diferentes acessos de um indivíduo, independentemente de sua faixa etária. As diferentes instâncias, sejam públicas ou privadas, especialmente aquelas atreladas à ordem pública, sobretudo no âmbito da justiça, devem voltar seus esforços para serem realizadas. Mesmo que por diligências, cuja premissa está na dignidade humana, são oportunas, uma vez que as medidas legais já estão garantidas por lei. Isto posto, ao considerar o conceito de ética humanizada, especialmente aquelas relativas ao acesso, tenderão a propiciar que quaisquer indivíduos que a idade tende a ter mais restrições possam compartilhar de benefícios únicos a qualquer indivíduo, independentemente de suas supostas dificuldades, as quais não devem ser compreendidas como limitações. Nisto recai novamente a importância de ações compensatórias que prezam pelo acesso livre.

Ao se tratar das diferentes dimensões e do alto significado da inclusão da pessoa idosa por meio das medidas afirmativas, se preservam quaisquer premissas relativas aos direitos humanos, os quais os direitos humanos devem seguir. Qualquer sociedade que prima pelo seu avanço significativo deve estabelecer medidas que compactuam com a cultura da dignidade humana, especialmente aquelas atreladas a fatores ético-humanistas. Ao se adentrar nos conceitos relativos ao Direito, torna-se relevante, via bom senso, considerar o justo, uma vez que o justo, neste caso, diz respeito ao tornar as pessoas parte de uma sociedade, sobretudo para que estas possam usufruir de possibilidades independentemente de suas escolhas ou até mesmo de suas vulnerabilidades. As ações afirmativas primam por quaisquer atividades voltadas cujo propósito é a promoção e inclusão de indivíduos, especialmente no âmbito social, mas que também podem perpassar outras esferas do indivíduo, as quais visam à integração de pessoas, mesmo que supostamente excluídas de quaisquer oportunidades em uma sociedade. Desta forma, as ações afirmativas podem ser compreendidas como uma

resposta positiva a quaisquer modelos inclusivos e propiciadores de integração do indivíduo no contexto em que este esteja inserido. No que tange às ações afirmativas relativas à pessoa idosa, estas podem estar envoltas em inclusão social, laboral, educacional, financeira e cultural. Cotidianamente, observa-se que muitas das dificuldades observadas nesta população são condizentes com a não observância da equidade de outras populações ou faixas etárias, tornando, mesmo que de maneira não intencional, a própria exclusão deste indivíduo idoso de toda e qualquer interação que possa ser positiva.

## Referências

ABATH, M. B. **Violência contra a pessoa idosa: o que revelam os laudos periciais do Instituto de Medicina Legal do Recife**. Recife. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Universidade Federal de Pernambuco. 2009.

ACHARYA, S. R. *et al.* Prevalence of abuse among the elderly population of Syangja, Nepal. **BMC public health**, v. 21, n. 1, p. 1-9, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12889-021-11417-0>. Acesso em: 29 set. 2023.

ALMEIDA, D. **Disque 100 tem 47 mil denúncias de violência contra pessoas idosas: Governo lança campanha de enfrentamento de violações de direitos**. Agência Brasil, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-06/disque-100-tem-47-mil-de-nuncias-de-violencia-contras-pessoas-idosas#:~:text=Disque%20100%20tem%2047%20mil%20den%C3%BAncias%20de%20viol%C3%AAncia%20contra%20pessoas%20idosas,-Governo%20lan%C3%A7a%20campanha>. Acesso em: 17 jan. 2024.

BERNARDO, W. M.; NOBRE, M. R. C.; JATENE, F. B. A prática clínica baseada em evidências: parte II-buscando as evidências em fontes de informação. **Revista Brasileira de Reumatologia**, São Paulo, v. 44, p. 403-409, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-42302004000100045>. Acesso em: 29 set. 2023.

BOWS, H. Sexual violence against older people: A review of the empirical literature. **Trauma, Violence, & Abuse**, New York, v. 19, n. 5, p. 567-583, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1524838016683455>. Acesso em: 29 set. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 29 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.842 de 1994**. Dispõe a Política Nacional do Idoso. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1994.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 out. 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.741.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm). Acesso em: 28 set. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 2.528 de 2006**. Dispõe a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Brasília: Diário Oficial da União, 2006.

BRIJOUX, T.; NEISE, M.; ZANK, S. Elder abuse in the oldest old: prevalence, risk factors and consequences. **Zeitschrift Fur Gerontologie Und Geriatrie**, v. 54, n. Suppl 2, p. 132, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00391-021-01945-0>. Acesso em: 29 set. 2023.

CAMPOS, L. F. L. **Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia**. 6. ed. Viçosa: Alínea, 2019.

FONSECA, M. M.; GONÇALVES, H. S. Violência contra o idoso: Suportes legais para a intervenção. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 121-128, 2003. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/3230/2592>. Acesso em: 17 jan. 2024.

FREITAS, L. G. **Denúncias de violência contra idosos no Brasil: 2011 a 2018**. Brasília. Monografia (Bacharelado em Enfermagem). Centro Universitário de Brasília, 2020.

GOMES, J. B. B. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social: a experiência dos EUA**. São Paulo: Renovar, 2001.

MAIA, P. H. S. *et al.* A ocorrência da violência em idosos e seus fatores associados. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Distrito Federal, v. 72, p. 64-70, 2019. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0014>. Acesso em: 29 set. 2023.

MINAYO, M. C. C.; ALMEIDA, L. C. C. Importância da Política Nacional do Idoso no enfrentamento da violência. *In*: ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, K. C. G. **Política Nacional do Idoso: velha e novas questões**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016, p. 435-456.

OGASSAVARA, D. *et al.* Concepções e interlocuções das revisões de literatura narrativa: contribuições e aplicabilidade. **Ensino & Pesquisa**, Paraná, v. 21, n. 3, p. 8-21, 2023.

OMS - Organização Mundial da Saúde. **Global Status Report Violence Prevention 2014**. 2014. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241564793>

PAIXÃO JR., C. M.; REICHENHEIM, M. E. Uma revisão sobre instrumentos de rastreamento de violência doméstica contra o idoso. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 1137-1149, 2006.

SANTOS, A. C. P. O. *et al.* A construção da violência contra idosos. **Revista brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 115-128, 2019.

TAVEIRA, L. M. **Perfil da violência cometida contra a pessoa idosa registrada no disque direitos humanos no período de 2011-2015 no Brasil**. Brasília. Dissertação (Mestrado em Gerontologia). Universidade Católica de Brasília. 2016.

TULANDI, T.; SUARTHANA, E. Narrative Reviews, Systematic Reviews, and Scoping Reviews. **Journal of obstetrics and gynaecology Canada: JOGC**, Canadá, v. 43, n. 12, p. 1355-1356, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jogc.2021.08.002>. Acesso em: 09 jan. 2024.

YON, Y. *et al.* Elder abuse prevalence in community settings: a systematic review and meta-analysis. **The Lancet Global Health**, [S.l.], v. 5, n. 2, p. e147-e156, 2017. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S2214-109X\(17\)30006-2](https://doi.org/10.1016/S2214-109X(17)30006-2). Acesso em: 10 jan. 2024.



## **A (in)eficiência da Lei 14.550/2023: um estudo histórico-jurídico acerca da mudança da Lei Maria da Penha**

**Maria Fernanda Feldmann<sup>1</sup>**  
**Guilherme Kormann Berger<sup>2</sup>**  
**Fernanda Martins<sup>3</sup>**

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo o estudo histórico-jurídico da Lei Maria da Penha e sua função na sociedade, permeando-se assim todas as célebres modificações no corpo textual da lei e seus efeitos. Desse modo, analisam-se minuciosamente as últimas modificações promulgadas pela Lei 14.550/2023 sobre a lei supracitada. Ademais, entendem-se as possíveis consequências na hodiernidade. Por fim, identificam-se os principais itens que mantêm os índices de violência contra a mulher e obstaculizam a eficácia da lei. Metodologicamente, o trabalho faz uso do método de abordagem hipotético dedutivo, o qual se entende pelo falseamento de preposições até o pensamento final. Além disso, os métodos de procedimento escolhidos transpassam os âmbitos histórico e comparativo.

**Palavras-chave:** direitos; Lei Maria da Penha; feminismo; mudança; Lei 14.550/2023.

### **The (in)efficiency of Law 14.550/2023: a historical-legal study on the change in the Maria da Penha Law**

**Abstract:** The objective of this article is the historical-legal study of the Maria da Penha Law and its function in society, thus permeating all the famous changes in the textual body of the law and its effects. In this way, the latest modifications enacted by Law 14.550/2023 on the aforementioned law are thoroughly analyzed. Furthermore, the possible consequences in modern times are understood. Finally, the main items that maintain the rates of violence against women and hinder the effectiveness of the law are identified. Methodologically, the work uses the hypothetical deductive approach method, which is understood as the falsification of prepositions until the final thought. Furthermore, the procedural methods chosen go beyond historical and comparative scopes.

**Keywords:** rights; Maria da Penha Law; feminism; change; Law 14.550/2023.

### **La (in)eficiencia de la Ley 14.550/2023: un estudio histórico-jurídico sobre el cambio en la Ley Maria da Penha**

**Resumen:** El objetivo de este artículo es el estudio histórico-jurídico de la Ley Maria da Penha y su función en la sociedad, permeando así todos los famosos cambios en el cuerpo textual de la ley y sus efectos. De esta manera, se analizan en profundidad las últimas modificaciones introducidas por la Ley 14.550/2023 sobre la citada ley. Además, se comprenden las posibles consecuencias en los tiempos modernos. Finalmente, se identifican los principales rubros que mantienen los índices de violencia contra las mujeres y dificultan la efectividad de la ley. Metodológicamente, el trabajo utiliza el método de enfoque hipotético dedutivo, entendido como la falsificación de preposiciones hasta el pensamiento final. Además, los métodos procesales elegidos van más allá de los ámbitos histórico y comparativo.

**Palabras clave:** derechos; Ley María da Penha; feminismo; cambiar; Ley 14.550/2023.

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: [mariafernandafeldmann@gmail.com](mailto:mariafernandafeldmann@gmail.com).

<sup>2</sup> Graduando em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: [guilhermekb03@gmail.com](mailto:guilhermekb03@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutora em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: [fernanda.martins@ufsm.br](mailto:fernanda.martins@ufsm.br).



## 1 Introdução

O termo violência é caracterizado por Santos (1996) como uma relação de alteridade, a qual faz uso da força, se alicerça na coerção e atinge com dano, o outro.

Diante do cenário de violência, ressalta-se a violência contra a mulher, que tem seu âmbito mais comum praticado por parceiros íntimos e em esfera privada, sendo assim, os principais alvos de aplicação da Lei Maria da Penha.

No Brasil, a lei de número 11.340 de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) foi promulgada após colocar em xeque o território brasileiro por negligência. Nela reside o objetivo de atenuar os índices de violência doméstica e familiar contra as mulheres e corpos feminizados, já que com a aplicação homogênea, todos os casos de violência em esfera privada são categorizados como crime.

Isto posto, inúmeras mudanças foram realizadas sobre a Lei Maria da Penha, visando sempre um melhor amparo e uma rede de proteção mais desenvolvida para as mulheres. Dessa forma, observou-se uma consolidação constante desse dispositivo legal desde sua criação, fato indispensável para assegurar o bem-estar do corpo social feminino.

Entretanto, o cenário hodierno brasileiro se encontra longe da dimensão utópica. A inexperiência das delegacias, unida ao medo das mulheres, à neutralidade da lei e ao preconceito, corrói todo o sistema gerando assim a impossibilidade da manutenção social e da proteção das mulheres (Severi, 2017).

Portanto, o presente estudo tem como objetivo principal analisar o contexto de tentativa de eficácia das novas medidas promulgadas em matéria de Lei Maria da Penha, buscando entender o lugar da referida lei no projeto jurídico feminista. O presente trabalho divide-se em três grandes seções e suas respectivas subseções.

Em primeiro cunho, nutre-se o remembramento histórico das evoluções da Lei Maria da Penha. Na sequência, se elucidam as medidas impostas pela Lei 14.550/2023, e os efeitos produzidos pelas mudanças anteriores. Em terceiro plano, finaliza-se a exposição de como as novas medidas impostas pela Lei nº 14.550, de 2023, possuem potencial de produzir mudanças no quadro atual, caso contrário exemplificam-se os entraves sociais existentes.

Haja vista o crescimento das denúncias e do número de casos de violência contra mulheres, entre os quais se enquadram na Lei Maria da Penha, enfatiza-se a necessidade do

presente estudo. Isto, pois, é inegável a imprescindibilidade acerca de como desenvolver um modelo ideal para assegurar a proteção das mulheres.

A metodologia utilizada neste estudo será através do método de abordagem hipotético-dedutivo, já os métodos de procedimento escolhidos entendem-se por histórico e comparativo. Ao fim, temos como técnica de pesquisa os movimentos bibliográficos e documentais.

## **2 Evolução da Lei Maria da Penha de 2006 a 2022**

A Lei 11.340, também popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, foi sancionada em 7 de agosto de 2006 pelo então atual Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Nesse sentido, esta legislação foi criada com o intuito de combater a violência à mulher, apresentando mecanismos para que isso seja feito (Brasil, 2006).

Ante ao exposto, faz-se necessário recapitular o processo legislativo da criação da Lei Maria da Penha, desde sua forma mais basal até ao objeto principal do presente estudo, ou seja, as novas normativas promulgadas pela Lei 14.450/2023.

Salienta-se ainda que como a Lei Maria da Penha se apresenta dentro do cenário legislativo brasileiro como uma “Lei Jovem”, o aparato legal acrescentado à mesma tem caráter indispensável para sua consolidação dentro do ordenamento jurídico.

Apesar disso, ainda que essa tenha sofrido diversas mudanças, será dado enfoque às mudanças de consolidação deliberadas para as duas formas diretas de proteção à mulher dispostas na Lei Maria da Penha.

Nesta conjuntura, tais formas se dividem nos seguintes campos: **medidas de assistência e medidas protetivas de urgência**. Tal questão dar-se-á pelo fato que a discussão da mais nova recente mudança legislativa se mostra dependente das vertentes supracitadas.

À vista disso, em primeiro momento, discute-se sobre as medidas de assistência e as mudanças diante dessas. As medidas de assistência, dispostas pelos artigos oitavo e nono, da Lei 11.340, visam o amparo da vítima, sendo dispostas de três formas: preventiva, administrativa ou judicial.

Destaca-se que a forma preventiva visa por meio de dados estatísticos compreender quais são os focos de entraves, e assim, promover políticas públicas que atenuem situações de violência contra a mulher nos grupos mais marginalizados. Em contrapartida, as medidas

administrativas e judiciais somente podem ser utilizadas quando a situação de violência já foi constatada.

Em relação às medidas de consolidação aos artigos supramencionados, citam-se as leis de número 13.894, 13.871 e 13.882, as quais foram sancionadas no ano de 2019.

Após a Lei 13.894/2019, foram estabelecidas novas garantias no âmbito jurídico à mulher que sofreu de violência por parte de seu cônjuge, visando a facilitação do término da relação interpessoal estabelecida com o agressor (Brasil, 2019d).

No mesmo cenário, o dispositivo legal número 13.871/2019 acresceu à Lei Maria da Penha mais três parágrafos – quarto, quinto e sexto – os quais tratam sobre a responsabilidade do agressor em ressarcir os danos morais e patrimoniais causados por este à vítima e seus dependentes. A Lei manifesta que o ofensor, ainda que pratique tal ato, o mesmo não pode ser usado como atenuante para sua pena (Brasil, 2019b).

Ademais, o regulamento número 13.882/2019 assentou sobre a prioridade que a mulher possui em matricular ou transferir seus filhos a uma nova organização de ensino básico, mediante comprovação comprobatória da agressão a ela realizada (Brasil, 2019c).

Demonstradas as mudanças referentes a medidas de assistência, é imperioso postular sobre como se deu a consolidação da área das normas das medidas protetivas de urgência. Isto posto, as mesmas possuem um caráter cautelar, no sentido de prevenir a ocorrência novamente do delito contra a vítima (Garcez, 2020).

Assim sendo, antes de se apontar as principais mudanças, é imprescindível desmascarar o senso comum de que as medidas protetivas de urgência se referem somente a retirar o agressor do mesmo domicílio que a vítima.

Com isso, apresentam-se outras tratativas, como a proibição do agressor em frequentar lugares específicos, a obrigação de pagar pensão alimentícia visto determinação magistral, a suspensão do porte de arma, o impedimento de visita aos filhos e o auxílio-aluguel pelo período de seis meses à vítima (Brasil, 2006).

Nesta seara, as normativas relacionadas a esse assunto são dispostas do artigo dezoito até o 24-A. Com isso, a seção divide-se em disposições gerais, os direitos e deveres da vítima e do agressor e como proceder diante do descumprimento da medida protetiva de urgência.

Observa-se que as mudanças sobre o artigo dezoito serão abordadas posteriormente, considerando que possuem relação direta com a Lei 14.550/2023, objeto de estudo principal. Frente às demais mudanças presentes no rol de artigos mencionados, serão postas em cena as leis 13.641/2018, 13.882/2019, 13.984/2020 e 14.674/2023.

Nesta senda, em 2018 a Lei 13.641 alterou a Lei Maria da Penha, adicionando em seu corpo textual uma seção inteira, a qual dispõe sobre as providências as quais devem ser tomadas contra o agressor que descumprir as prerrogativas estabelecidas pela medida protetiva de urgência, e dessa forma, tipificando tal ato como crime (Garcez, 2018).

Em consonância com a determinação anteriormente citada, a lei 13.882/2019 reassegura sobre a prioridade dada à mulher vítima dos crimes enquadrados da Lei Maria Penha sobre matricular ou transferir seus filhos a organização de ensino básico (Brasil, 2019c).

Outrossim, a lei 13.984/2020 juntamente da mudança 14.674/2023, apresenta três novas modalidades de medidas protetivas de urgência, as quais foram adicionadas ao artigo vinte e dois, sendo estas: comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação e acompanhamento psicossocial, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio e o direito à ofendida a auxílio-aluguel visto a sua vulnerabilidade social e econômica (Brasil, 2020).

Frente a isso, observa-se um caráter voltado à ressocialização do agressor nas mudanças aplicadas no ano de 2020, visando assim a reintegração do mesmo no corpo social e a diminuição da possibilidade de reincidência do ato.

### **3 As medidas impostas pela Lei 14.550/2023**

Diante das considerações citadas, alcança-se o objeto principal do presente artigo, a apresentação das alterações impostas pelo sancionamento da Lei 14.550/2023, a qual foi responsável por adicionar três novos parágrafos ao artigo dezenove e agregar o novo artigo, 40-A, ao corpo textual da Lei 11.340/2006.

Em primeira instância, observa-se que não houve alteração na atribuição da competência daquele a qual pode aplicar a medida de urgência, sendo responsabilidade do juiz. Apesar disso, cita-se a determinação da Lei 13.827/2019, na qual em casos de impossibilidade magistral, a atribuição de tal ato pelo delegado de polícia ou policial (Brasil, 2019a).

Em prosseguimento, apresenta-se inicialmente o parágrafo quarto, o primeiro da ordem inserido no artigo 19, o qual apresenta o seguinte texto legislativo:

§ 4º As medidas protetivas de urgência serão concedidas em juízo de cognição sumária a partir do depoimento da ofendida perante a autoridade policial ou da

apresentação de suas alegações escritas e poderão ser indeferidas no caso de avaliação pela autoridade de inexistência de risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida ou de seus dependentes (Brasil, 2023).

Diante do enunciado acima exposto, é elementar discorrer sobre três aspectos: o nível de juízo de cognição, o depoimento da ofendida e a inversão lógica para o deferimento da medida protetiva de urgência.

Isto posto, o parágrafo impõe um juízo de cognição sumária para a concessão de medida protetiva. Visto tal fato, se impõe e delimita o caráter preliminar e cautelar que esse ato possui, ou seja, não se há um aprofundamento em relação à situação fática.

Ressalta-se que a simples motivação da medida é atenuar as possibilidades da concretização de uma ação futura irreversível – como de exemplo, um caso de feminicídio (Pasinato, 2015). Dessa maneira, o texto demonstra que um juiz competente não deve se utilizar do mesmo grau de cognição dada a uma determinação condenatória, para postular sobre uma medida protetiva, considerando sua finalidade meramente preventiva.

Soma-se à questão que, se há também a valorização da oitiva da vítima, seja ela de forma oral ou escrita. Anteriormente a essa determinação, se era dado um grau de equidade a todos os tipos de provas – depoimento pessoal; confissão; exibição de documento ou coisa; prova documental; prova testemunhal; prova pericial e inspeção judicial (Silva, 2023).

Após seu sancionamento, com a palavra da vítima ganhando um maior valor, não se faz mais necessário exibir outras formas de comprovação probatória. Frente a isso, observa-se também o princípio da cognição sumária, por não exigir da ofendida toda uma fundamentação aprofundada. Apesar disso, o relato da vítima necessita ainda obter um grau de coerência.

Entretanto, tal normativa não retira a possibilidade de o juiz não acatar e proferir a decisão. Como supracitado no texto legislativo em cena, o juiz ainda pode indeferir o pedido da vítima, se comprovada a inexistência do risco a qualquer direito da vítima.

Isto posto, torna-se clara a inversão de lógica em relação à comprovação de risco. Isto é, antes a vítima deveria, por meio de seus depoimentos, comprovar a existência de uma ameaça iminente a sua segurança e de seus dependentes. Com essa modificação, o juiz deve provar a carência desse perigo para que não seja deferido o pedido do ofendido.

*A priori*, tal mudança não parece declarar uma grande importância, pois a simples inversão do ônus da prova não indica a produção de grandes efeitos. Entretanto, tal determinação tende a facilitar o deferimento de medidas protetivas de urgência, além de dar maior credibilidade ao depoimento da vítima.

Enfatiza-se que ainda que o ato de basear suas decisões seja um preceito constitucional e assim obriga que o juiz se posicione e fundamente suas decisões, a diligência de querer indeferir gera um dever de maior grau ao mesmo. Ou seja, a responsabilidade de que o juiz assume em motivar sua decisão em prol do indeferimento se intensifica.

Insta salientar que o simples deferimento magistral não acaba por exaurir as possibilidades daquele que foi acusado em exhibir provas e provar o contrário. Dessa maneira, não se quer dizer que o simples fato de ser dado como agressor impõe a perda do direito de defesa do acusado.

Contudo, permite à vítima uma forma de proteção de forma imediata contra o bem de direito em tutela – a vida, bem-estar ou segurança da ofendida e seus dependentes –, reforçando a personalidade preventiva que o ato jurídico impõe.

Frente a isso, também se desconstrói um preceito machista da população o qual consideraria que a mulher usaria em qualquer pretexto os direitos concedidos pela Lei Maria da Penha, para que de má-fé, causasse dano a outrem sem que este tenha cometido o crime.

Destá forma, a nova legislação postula sobre o binômio risco-benefício do ato de impor uma medida protetiva de urgência. Apresenta-se que o risco à integridade física e psicológica da mulher e seus dependentes e o benefício de esses não sofrerem com a possibilidade disso deve ser legitimada frente à limitação de direitos temporários do acusado.

Em continuidade ao parágrafo quarto, é posto em cena, de forma conjunta, os parágrafos quinto e sexto acrescidos ao artigo dezenove. Em vista disto, expõem-se os mesmos em somatório por possuírem um grau de codependência sobre os princípios por eles dispostos. Enfim, cita-se:

§ 5º As medidas protetivas de urgência serão concedidas independentemente da tipificação penal da violência, do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência.

§ 6º As medidas protetivas de urgência vigorarão enquanto persistir risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida ou de seus dependentes (Brasil, 2023).

Nota-se que o parágrafo quinto traz à tona uma particularidade antes não imposta às medidas protetivas, que é o fato de as mesmas serem independentes de outras ferramentas jurídicas. Dessa forma, demonstra-se que novamente, pelas medidas protetivas possuírem um caráter temporário, os pré-requisitos para que as mesmas sejam aplicadas devem ser menos rigorosos.

Ademais, deve-se se analisar o campo psicológico da vítima em relação ao entrave. Em muitos casos, ainda que a mulher tenha sido afetada, a mesma não quer que a pessoa a qual a agrediu sofra qualquer consequência além da imposição de uma medida protetiva, situação que precedentemente gerava a extinção de processos judiciais contra o agressor (Pasinato, 2010).

Entende-se que, na maioria das vezes, existe um vínculo entre o ofensor e a ofendida, o qual faz com que a mesma não busque a condenação a uma condição de restrição de liberdade do agressor, somente deseja que este seja contido de forma menos rigorosa.

Frente a essa conjuntura, o texto normativo acaba por condicionar uma garantia à mulher de forma implícita, que é o direito de escolher a forma de defesa a qual ela quer impor ao seu agressor.

Ademais, verificava-se uma resistência por parte da magistratura sobre a não concessão de uma medida protetiva de urgência, no caso em que as ações do agressor não se enquadravam como crime de acordo com o Código Penal brasileiro. Com isso, ainda que a mulher sofresse com ameaças, se essas não fossem tipificadas como algum crime, impossibilitava a concessão de um direito à proteção claramente necessário.

Em vista disso, e como já referido, relembra-se a codependência e se vislumbra sobre as determinações do parágrafo sexto, o qual diz que enquanto perdurar o risco a medida protetiva continuará vigente.

Nesta conjuntura, é reafirmado o pressuposto de que a medida protetiva de urgência é uma ação autônoma. Tal fato ainda expõe uma realidade anterior reprovável, na qual a extinção de um processo, por exemplo, gerava o fim da medida protetiva. Isto, pois, antes dessa reforma, era necessário o vínculo entre alguma ferramenta judicial supramencionada, e com a extinção ou resolução dessa, extinguiu-se o direito da medida protetiva de urgência.

No que concerne a essa questão, podem-se elencar duas situações recorrentes da persistência de risco com a inexistência de medida protetiva porque esta era ligada diretamente a outros processos judiciais.

A primeira é o ato de ameaças à vítima realizadas pelo agressor motivado pelo sentimento de vingança. Assim, quando o ofensor era absolvido ou cumpria a pena em relação à condenação, extinguiu-se a medida, entretanto o agressor retornava, atormentando novamente a vítima.

A segunda situação se dava quando o agressor era condenado por crimes dos quais se aplicam penas muito leves, que em pouco tempo liberava o mesmo da restrição de liberdade

imposta. Dessa forma, a medida protetiva parava de existir e o perigo da mulher ser prejudicada outra vez pelo mesmo agressor mostrava-se possível.

Nesta senda, é incontestável que as medidas protetivas não são um instrumento jurídico de cautela processual, isto significa que esse dispositivo não visa a tutela do processo, e sim, como anteriormente citado e intuito principal da Lei Maria da Penha, tem como objetivo de garantir o bem-estar e a segurança da mulher e seus dependentes.

Contudo, isso não acarreta que as medidas simplesmente terão um prazo indeterminado, sendo necessária uma reavaliação que poderá e deverá ser feita, seguindo os polos constitucionais da jurisprudência, da qual deverá ser consolidada, considerando a lacuna em relação a determinação de um prazo de reavaliação até o presente momento.

A fim de finalizar os estudos acerca das novas medidas, vislumbra-se a narrativa dada pelo acréscimo do artigo 40-A, o qual possui o propósito de esclarecer o enunciado disposto no artigo quinto da Lei Maria da Penha. Desta forma, observa-se a seguinte redação: “Art. 40-A. Esta Lei será aplicada a todas as situações previstas no seu art. 5º, independentemente da causa ou da motivação dos atos de violência e da condição do ofensor ou da ofendida” (Brasil, 2023).

A medida de tornar claro o conhecimento, o artigo quinto da Lei 11.340/2006 dispõe sobre os requisitos de um crime para que este se enquadre como uma situação da Lei Maria da Penha.

Dessa forma, o texto do art. 5º elenca que o crime cometido em âmbito doméstico, familiar ou na presença de relação íntima de afeto entre vítima e agressor, sendo a ação e omissão baseada no gênero configura-se como um crime tipificado pela Lei Maria da Penha.

Em vista disso, a jurisprudência brasileira se dividiu em duas vertentes opostas: parte da doutrina acreditava que se o crime fosse cometido em um dos âmbitos supramencionados havia-se a presunção de que tal situação era baseada em gênero. Em contrapartida, outra fração jurisprudencial considerava que, ainda que se encaixasse em um dos campos, precisava ser comprovado que houve motivação por causa do gênero.

A premissa do artigo do 40-A vem, desta forma, a apoiar a primeira verdade mencionada. Apesar desse fato, os pesquisadores Rogério Sanchez Cunha e Valéria Scranche Fernandes (2023) apontam que a jurisprudência enfrentaria nova discussão, se deve ou não considerar que essa presunção de gênero será feita de forma absoluta ou relativa.

Diante disso, os estudiosos possuem a visão de que tal presunção será feita de forma relativa, considerando que ainda que o crime praticado se enquadre em uma das esferas



citadas, o acusado deve possuir o direito de ampla defesa e do contraditório, e assim tentar demonstrar que seu ato não se partiu do pressuposto baseado em gênero (Cunha; Fernandes, 2023).

Ademais, o debate do qual existia em relação à vulnerabilidade feminina frente ao seu agressor em casos enquadrados como Lei Maria da Penha foi solucionado. Antes da redação do novo artigo, havia-se o entendimento por parte magistral que a vulnerabilidade era deduzida somente em casos no qual a violência partia de um ofensor homem.

Contudo, explicita-se agora, na parte final do texto que tal fato é totalmente independente das condições do ofensor. Isto posto, a violência praticada por homem ou mulher contra uma figura feminina infere a vulnerabilidade desta última.

#### **4 Dos efeitos produzidos pelas mudanças anteriores**

Apesar de a Lei Maria da Penha ter sido criada em 2006, ainda hoje o problema relacionado a violência doméstica e familiar continua a ser uma problemática presente, na qual ganhou maior destaque pelo avanço do movimento feminista, fato evidenciado na seção 1 do presente trabalho.

Nessa seara, para que o presente estudo consiga dispor e analisar sobre os possíveis efeitos e julgar de forma concreta a (in)eficácia, torna-se imprescindível um exame sobre como, diante do tempo, a Lei 11.340/2006 se comportou, evoluiu e enfrentou os problemas que essa apresentava. Isto, pois, somente dessa forma, conseguirá ser analisado em que pontos a nova mudança anteriormente exposta poderá contrapor a realidade atual.

A priori, a Lei Maria da Penha apresenta um bom desempenho no sentido do encorajamento o qual deu às mulheres a lutar pelos seus direitos. Nessa medida, tal fato desencadeou um maior número de denúncias e um aumento da perspectiva arrasadora da violência que acometia as mulheres no Brasil.

Em relação ao supracitado, segundo dados do Painel Monitoramento da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, mais de 71 mil casos de violência doméstica foram registrados no Brasil no ano de 2021 em relação a 2020 (Bandeira, 2022).

Apesar disso, a quarta edição da pesquisa “Visível e Invisível” apontou um crescimento acentuado, no ano de 2022 em relação aos anos anteriores, de todas as formas de violência contra a mulher (FBSP, 2023). Dessa maneira, torna-se óbvio que ainda que o corpo

feminino brasileiro esteja mais ciente de sua proteção garantida em lei, a mesma não se mostra sendo aplicada de forma eficaz.

Em consonância a piorar a situação, a mesma pesquisa demonstra que ainda que a aplicação seja feita, essa é realizada de forma desproporcional ao corpo feminino, o qual sofre com o tratamento diferenciado, principalmente pela cor de sua pele e classe social da qual pertence.

De forma exemplificativa, não há como negar os dados apresentados, em que das 21,5 milhões de mulheres as quais registraram casos de violência, 69% destas eram negras, em comparação à porcentagem de 29% desse grupo ser de mulheres brancas (FBSP, 2023).

Salienta-se que o presente estudo não desconsidera ou relativiza os casos de violência praticados contra o corpo social feminino de pele branca, entretanto traz à tona também um sistema de proteção com preconceitos enraizados, pois se estes não existissem na mediante aplicação da Lei 11.340/06, não haveria uma diferença considerável nas porcentagens acima apresentadas.

## **5 Dos possíveis efeitos da mudança 14.550/2023**

Diante do exposto na terceira seção da obra, é indiscutível analisar de que forma as últimas mudanças na lei 11.340/06 modificam o quadro atual da sociedade brasileira, visto que, como já mencionado, essas alterações vêm para promover o amadurecimento dessa lei de caráter nova/jovem.

De forma análoga, a nova lei 14.550/2023 adiciona além de três parágrafos no artigo 19 o artigo 40-A. Sendo sua função a priori de reforçar o quadro protetivo à mulher vítima de violência doméstica, resgatar a cidadania feminina e adicionar igualdade que corrobora com o viés *pro personae* que vem sendo farol das últimas decisões do Supremo Tribunal de Justiça (STJ).

Em antecedência, é de extrema relevância mencionar as considerações apresentadas em referência ao Projeto de Lei nº 1604/22 que deu origem à Lei nº 14.550/23 pela senadora Simone Tebet: “explicitar o espírito da Lei Maria da Penha: todas as formas de violência contra as mulheres no contexto das relações domésticas, familiares e íntimas de afeto são manifestações de violência baseada no gênero, que invocam e legitimam a proteção diferenciada para as mulheres” (Brasil, 2022).

As alterações promulgadas no ano de 2023 têm ônus na redação objetiva da lei, de modo geral, visto que diante de lacunas e/ou ambiguidades houve a ineficaz aplicação e o contínuo ciclo de violência.

No artigo dezenove reside conhecimento acerca das medidas protetivas de urgência que têm além da função de proteção das mulheres [...] “centralidade como resposta às mulheres diante da morosidade do judiciário e da limitação das respostas via direito penal para alterar o cenário de violência” (Observe, 2010).

Em vista disso, relembra-se que o acréscimo do parágrafo quatro pontuava sobre somente a valorização da palavra da vítima, sendo fator probatório único para a concessão de uma medida protetiva.

Diante dessa alteração, se espera uma facilitação na concessão das medidas protetivas, visto a não necessidade de outras provas, considerando que corriqueiramente o judiciário brasileiro indeferiu a concessão de medidas protetivas pela ausência de mais provas.

Com isso, essa conjuntura também pode impulsionar mais mulheres a relatarem a situação da qual vivem, sem sucumbir ao medo imposto pelo seu agressor. Todavia, a seguinte determinação enfrentará uma Justiça brasileira que se comporta a desproteger as mulheres, desconsiderando o depoimento dessas, no qual pode dificultar sua plena aplicação (Cunha; Fernandes, 2023).

Em adição, no parágrafo quinto do artigo dezenove, ocorre um dos grandes ganhos em matéria de Lei Maria da Penha.

No pretérito, o debate dogmático sobre a natureza das medidas protetivas de urgência era de magna extensão, visto que os doutrinadores e intérpretes do direito divergiam opiniões. Assim, ora há o entendimento da natureza jurídica unida ao processo (caráter penal/civil) ora se afirma sua independência, sendo um fim em si mesma (Machado; Guaranha, 2020).

Nos casos em que essa medida fora protetiva e cautelar (civil ou penal), há o atrelamento ao processo penal. Dessa forma, sem B.O., inquérito ou processo penal as medidas protetivas não são concedidas, pensamento prevalente pelos aplicadores do direito.

Em adição, outra mazela referente a tal atrelamento diz respeito à menor incidência de procura pela justiça, uma vez que essa mulher tem medo das consequências advindas do processo penal que é imputado ao agressor.

Dessa forma, entende-se que o proposto no parágrafo quinto permite às mulheres o ganho da proteção de modo mais simples e eficaz, já que afirma o não entrelaçamento da natureza das medidas protetivas e permite apenas a proteção sem entrada judicial. Outrossim,

é de forte esperança que essa transformação permita às mulheres maior confiança no ambiente jurídico, e as denúncias de agressão continuem a acontecer.

De forma análoga se encontra o promulgado no parágrafo 6º, o qual salienta o lapso temporal de vigência das medidas protetivas de urgência. O entendimento concreto a respeito desse período já era de almejo dos estudiosos do direito, como exposto por Maria Berenice Dias: “A Lei nada diz - mas deveria - sobre o período de vigência das medidas protetivas. Quando se trata de medida que atinja a liberdade do agressor, é recomendável o estabelecimento de um prazo” (Dias, 2010).

O ponto alto da promoção desse parágrafo sexto vai ao encontro com o proposto no quinto, uma vez que se a medida for de natureza penal o processo faz jus à própria sorte e assim ocorre a manutenção a cada noventa dias, como instituído no artigo trezentos e dezesseis do Código de Processo Penal.

Em exaurimento, permite-se entender que ao fim do prazo marcado ou cumprimento da pena ou inexistência de um fato concreto a medida “cai” e a ofendida fica desprotegida. Desse modo, compreende-se que postular a medida a vigorar enquanto houver o risco, objetiva a ofendida a se sentir mais segura e não depender ciclicamente da justiça brasileira.

De forma final, destina-se a discussão a inclusão do artigo 40-A, o qual almeja abarcar mais casos de violência doméstica, ao desmistificar como se dá a violência baseada em gênero. Diante desse fato, faz-se necessário compreender o entendimento de Alice Bianchini e Thiago Pierobom:

A violência baseada no gênero é, por definição, invisível, naturalizada e estrutural às relações sociais. Exigir que operadores do direito enxerguem a violência baseada no gênero e, se não a identificarem, estejam autorizados a excluir o caso do sistema protetivo da LMP, significa criar a fórmula perfeita para multiplicar idiosincrasias e produzir um caos de insegurança às mulheres no acesso à de justiça (Bianchini; Ávila, 2023).

Desta maneira, espera-se que casos que anteriormente eram julgados como não pertencentes às condições estabelecidas para o enquadramento destes na Lei Maria da Penha comecem a ser reconhecidos, destinando à vítima todos os mecanismos de segurança fornecidos pela legislação.

Diante disso e na contramão, apesar da lógica da Lei Maria da Penha ser simples, os entraves durante sua aplicação e efetividade promovem a estagnação do quadro de violência atual.

Portanto, com relação ao espelhado no estudo, é de magna importância de o corpo social brasileiro assimilar que no contexto social patriarcal em que estamos inseridos a violência contra a mulher e a impunidade como legítima defesa da honra masculina são situações ordinárias e corriqueiras. Assim, as transformações no que diz respeito à lei 11.340/06 são extremos avanços necessários no combate aos índices de violência e reincidência.

Nessa seara, cabe ressaltar o posicionamento das doutrinadoras Carmen Campos e Isadora Machado (2022), em que o gênero fundamenta sua própria violência, em função das relações desiguais de poder visto que o sexo masculino é referido como “mando” e as mulheres “obedientes”. Dessa forma, impossibilita-se o questionamento acerca da motivação da violência pelo gênero, visto que sua origem é de uma sociedade patriarcal e não da biologia.

Dessa forma, o presente estudo faz ciência de que as medidas propostas tendem a melhorar o quadro de retrocesso de índices de violência. Entretanto, outros problemas são alvos de manutenção do cenário mazelento brasileiro.

Labirinto androcêntrico do Direito é o nome dado por Roxana Arroyo Vargas (2011) a todo o cenário de horror enfrentado pelas mulheres. A demora na resposta, a descrença na palavra feminina, ausência de agentes capacitados e a suposição de neutralidade normativa promovem o afundo da sociedade em problemas.

Diante desse plano, compreende-se que, mesmo com as medidas implementadas, o território brasileiro é enraizado em obstáculos sociais que necessitam de extensa luta e transformações para que as legislações permeiem todas as camadas e atinjam todo o corpo social de forma homogênea.

## **6 Considerações Finais**

O presente estudo, em seu núcleo textual, teve como objetivo final demonstrar que todos os ganhos das mulheres se obtiveram por meio de lutas e reivindicações.

Em suma, a parte inicial do artigo pode ser descrita com o viés da pesquisa para o âmbito jurídico, uma vez que se dota de argumentos baseados em legislações e doutrinas, aponta as principais mudanças da Lei 11.340, Lei Maria da Penha.

A Lei Maria da Penha, suas propostas e efeitos tornam-se o viés principal do trabalho, já que essa é de máxima importância e representa, em matéria de feminismo, um dos maiores

ganhos no que tange a proteção e o reconhecimento do direito das mulheres no enfrentamento à violência.

Desse modo, buscou-se expor como as medidas protetivas de urgência, ferramentas das quais ficaram amplamente conhecidas pela Lei Maria da Penha ao momento em que inovaram o sistema de proteção à mulher no Brasil. Neste mesmo quesito, tornou-se claro que esse instrumento ainda se apresenta em processo de consolidação, a fim de se proporcionar uma defesa eficaz e igualitária às vítimas de violência inseridas nos casos impostos pela lei 11.340/2006.

Nessa linha de pensamento, apresentaram-se as últimas mudanças na legislação. Promulgadas em abril de 2023, a Lei de número 14.550 aspira promover maior caráter objetivo, desfazendo-se de possíveis ambiguidades e lacunas que indeferiram concessões de medidas protetivas. Com isso, há a possibilidade de assistência de mais mulheres e o deferimento de mais protetivas.

Dessa maneira, o trabalho pretende promover uma reflexão e apostas acerca dos possíveis efeitos que se darão com os novos adventos legislativos, exemplificados na maior confiança da mulher frente ao poder judiciário e legislativo, maior deferimento de medidas protetivas, visto que o ônus probatório, para o não deferimento é majoritariamente maior, menos entraves na interpretação do corpo textual da lei e discrepâncias entre entendimentos de doutrinadores.

Todavia, a parte final do trabalho permite entender a razão dos contínuos altos índices de violência contra a figura feminina, uma vez que o problema reside não na existência da lei, mas sim na sua aplicação heterogênea, já que a maior parte das beneficiadas são mulheres brancas e privilegiadas.

Desse modo, buscou-se entender que os resultados positivos de incidência com sucesso de aplicação da Lei Maria da Penha não são em grande parte do corpo social. A violência de gênero em combinação ao racismo e ao elitismo gera maior frequência de casos e menor procura pela justiça, uma vez que dentro desse sistema essa mulher será discriminada.

## Referências

BANDEIRA, R. Justiça julgou quase 200% a mais de casos de feminicídio em 2021. *In: Conselho Nacional de Justiça*, 1 de jul. de 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/justica-julgou-quase-200-a-mais-de-casos-de-feminicidio-em-2021/#:~:text=Em%20relação%20a%20casos%20novos,1%2C9%20mil%2C%20respectivamente>. Acesso em: 04 jan. 2023.

BIANCHINI, A.; DE ÁVILA, T. P. Lei n. 14.550/2023: Uma interpretação autêntica quanto ao dever estatal de proteção às mulheres. *In: Meu site Jurídico*, 20 de abril 2023. Disponível em:

<https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/2023/04/20/lei-n-14-450-2023-uma-intepretacao-autentica-quanto-ao-dever-estatal-de-protECAo-as-mulheres/>. Acesso em: 17 jun. 2023.

BRASIL. Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, [2006]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em: 18 set. 2023.

BRASIL. Lei Nº 13.641, de 3 de abril de 2018. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, [2018]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13641.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13641.htm#art2). Acesso em: 18 set. 2023.

BRASIL. Lei Nº 13.827, de 13 de maio de 2019. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, [2019a]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/l13827.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13827.htm). Acesso em: 03 jan. 2023.

BRASIL. Lei Nº 13.871, de 17 de setembro de 2019. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, [2019b]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Lei/L13871.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13871.htm). Acesso em: 18 set. 2023 .

BRASIL. Lei Nº 13.882, de 8 de outubro de 2019. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, [2019c]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Lei/L13882.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13882.htm#art2). Acesso em: 18 set. 2023.

BRASIL. Lei Nº 13.894, de 29 de outubro de 2019. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, [2019d]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Lei/L13894.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13894.htm#art1). Acesso em: 18 set. 2023

BRASIL. Lei Nº 13.984, de 3 de abril de 2020. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, [2020]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/L13984.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13984.htm). Acesso em: 18 set. 2023

BRASIL. Lei Nº 14.550, de 19 de abril de 2023. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, [2023]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2023/Lei/L14550.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14550.htm#art1). Acesso em: 18 set. 2023.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei Nº 1604 de 2022, altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre as medidas protetivas de urgência e estabelecer que a causa ou a motivação dos atos de violência e a condição do ofensor ou da

ofendida não excluem a aplicação da lei. Brasília, DF: **Senado Federal**, [2022]. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/153558>. Acesso em: 04 jan. 2023.

CAMPOS, C. H. de; MACHADO, I. V. Lei Maria da Penha – Lei n. 11.340 de 7 de Agosto de 2006. In **Manual de Direito Penal com Perspectiva de Gênero**, org. Carmen Hein de Campos, Ela Wiecko V. de Castilho, 2ª tiragem, 195-216. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022, p. 198.

CAVALCANTE, E. C. M. Apontamentos sobre as medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha. **Cadernos Jurídicos**, São Paulo, ano, v. 15, p. 113-132, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/download/EPM/Publicacoes/CadernosJuridicos/38vd%2009.pdf?d=636688301325046003>. Acesso em: 19 set. 2023.

CUNHA, R. S.; FERNANDES, V. D. S. Lei 14.550/2023: Altera a Lei Maria da Penha para garantir maior proteção da mulher vítima de violência doméstica e familiar. In: **Meu Site Jurídico**, 20 de abril de 2023. Disponível em: <https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/2023/04/20/lei-14-550-2023-altera-a-lei-maria-da-penha-para-garantir-maior-protECAo-da-mulher-vitima-de-violencia-domestica-e-familiar/>. Acesso em: 03 jan. 2023.

DE AVILA E SILVA, F.; MARCANDELI, R. Lei altera Maria da Penha para reforçar a natureza da medida protetiva de urgência. In: **Consultor Jurídico**, 9 maio de 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-mai-09/silvae-marcandeli-reforco-natureza-medida-protetiva-urgencia>. Acesso em: 18 set. 2023.

DIAS, M. B. **A lei Maria da Penha na Justiça: A efetividade da Lei 11.340/2006 de combate a violência doméstica e familiar contra a mulher**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. 4. ed. In: **Datafolha Instituto de Pesquisas**, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>. Acesso em 12 de ago. 2023.

GARCEZ, W. A vontade da vítima na Lei Maria da Penha: o paradoxo criado pela jurisprudência. In: **Meu Site Jurídico**, 24 de abr. 2020. Disponível em: <https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/2020/04/24/vontade-da-vitima-na-lei-maria-da-penha-o-paradoxo-criado-pela-jurisprudencia/>. Acesso em: 18 set. 2023.

GARCEZ, W. Comentários sobre a Lei 13.641/18: A criminalização do descumprimento de medida protetiva de urgência da Lei Maria da Penha. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 23, n. 5396, 10 abr. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/65222>. Acesso em: 18 set. 2023.

MACHADO, M. R. DE A.; GUARANHA, O. L. C. Dogmática jurídica encarnada: a disputa interpretativa em torno das medidas protetivas de urgência e suas consequências para a vida das mulheres. **Revista Direito GV**, v. 16, n. 3, p. e1972, 2020. DOI:



<https://doi.org/10.1590/2317-6172201972>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/QYfBZC5GtKrXHv8wzDGyFKG/?lang=pt#>. Acesso: 21 de nov. de 2023.

NASCIMENTO, R.; COLLINS, P. H. Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. **Pós - Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 7, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapos/article/view/29460>. Acesso em: 20 ago. 2023.

Observe - Observatório pela Aplicação da Lei Maria da Penha. **Condições para aplicação da Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) e nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar nas capitais e no Distrito Federal**: Relatório Final. Salvador: Observe, 2010. Disponível em: [http://www.observe.ufba.br/\\_ARQ/Relatorio%20apresent%20e%20DEAMs.pdf](http://www.observe.ufba.br/_ARQ/Relatorio%20apresent%20e%20DEAMs.pdf). Acesso em: 19 dez. 2023.

PASINATO, W. Lei Maria da Penha Novas abordagens sobre velhas propostas. Onde avançamos?. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 216-232, 2010. DOI: 10.15448/1984-7289.2010.2.6484. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/6484>. Acesso em: 18 set. 2023.

PASINATO, W. Oito anos de Lei Maria da Penha. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 2, p. 533-545, maio 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n2p533>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/38874/29353>. Acesso em: 18 set. 2023.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos pagu**, p. 115-136, 2001.

SANTOS, J. V. T. A violência como dispositivo de excesso de poder. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 281-298, 1996.

SILVA, C. Palavra da mulher é suficiente para direito à medida protetiva de urgência, diz lei Maria da Penha. **Poder Judiciário do Mato Grosso**, 23 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.tjmt.jus.br/noticias/74402>. Acesso em: 2 de jan. 2023.

SEVERI, F. C. Enfrentamento à violência contra as mulheres e à domesticação da Lei Maria da Penha: elementos do projeto jurídico feminista no Brasil. 2017. 240 f. Tese (Doutorado em Direitos Humanos) - **Universidade de São Paulo**, Ribeirão Preto, 2017. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.107.2017.tde-22062017-093152>. Acesso em: 04 dez. 2023.

VARGAS, R. A. Acceso a la justicia para las mujeres... el labirinto androcêntrico del derecho. **Revista IIDH**, Vol. 53, p. 33-62, 2011. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/tablas/r26673.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.



## **Violação dos direitos humanos por empresas transnacionais e a necessidade da responsabilização internacional**

**Luiza Rosso Mota<sup>1</sup>  
Cibeli Soares Zuliani<sup>2</sup>**

**Resumo:** O ambiente de comércio global evidencia a maior atuação e o empoderamento das empresas transnacionais, o que se revela uma decorrência da globalização econômica. Assim, a globalização enseja uma intensificação das relações econômicas globais e, com isso, um estímulo à concorrência e a busca infatigável por lucros por parte das empresas, em detrimento da proteção dos direitos humanos. Nesse contexto, mostra-se necessária a responsabilização dessas empresas na esfera internacional por violação a direitos humanos. Assim, necessário o estudo das formas atuais e as projeções para o futuro quanto à responsabilidade internacional das empresas transnacionais quando violam direitos humanos na sua atuação empresarial. Para enfrentar a matéria, utilizou-se como teoria de base a doutrina de Meireille Delmas-Marty e empregou-se a fenomenologia hermenêutica, por se entender necessária a compreensão para, então, ser possível interpretar as problemáticas e questionamentos em torno do tema. Além disso, a pesquisa foi complementada pelo emprego do método de procedimento monográfico. O procedimento utilizado foi a pesquisa bibliográfica e a análise documental. Constatou-se que embora crescessem significativamente as diversas previsões de responsabilidade social das empresas, estas não estão isentas de críticas, em razão de serem propostas de iniciativa das próprias empresas, bem como pela sua natureza de ausência de obrigatoriedade e de sanções. Assim, é preciso a responsabilização jurídica das empresas, o que demanda sofisticação das propostas e a superação de obstáculos ainda presentes.

**Palavras-chave:** direitos humanos; empresas; humanização; responsabilidade internacional.

### **Violation of human rights by cross-national companies and the need for international accountability**

**Abstract:** The global trade environment highlights the greater role and empowerment of transnational companies, which is a result of economic globalization. Thus, globalization leads to an intensification of global economic relations and, with this, a stimulus to competition and the endless search for profits by companies, to the detriment of the protection of human rights. In this context, it is necessary to hold these companies accountable internationally for human rights violations. Therefore, it is necessary to study the current forms and projections for the future regarding the international responsibility of transnational companies when they violate human rights in their business activities. To address the matter, Meireille Delmas-Marty's doctrine was used as a basic theory and hermeneutic phenomenology was used, as understanding was deemed necessary to then be able to interpret the problems and questions surrounding the topic. Furthermore, the research was complemented by the use of the monographic procedure method. The procedure used was bibliographic research and document analysis. It was found that although the various social responsibility provisions of companies have grown significantly, they are not exempt from criticism, due to the fact that they are proposals initiated by the companies themselves, as well as their nature of lack of obligation and sanctions. Therefore, it is necessary to hold companies legally responsible, which demands sophistication of the proposals and the overcoming of obstacles that still exist.

**Keywords:** human rights; companies; humanization; international responsibility.

---

<sup>1</sup> Doutora em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora na Universidade Federal do Pampa (Unipampa) e na Faculdade Antonio Meneghetti (AMF). E-mail: [luiza\\_mota@yahoo.com.br](mailto:luiza_mota@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: [cibi.zuliani@hotmail.com](mailto:cibi.zuliani@hotmail.com).

### **Violación de los derechos humanos por parte de empresas transnacionales y necesidad de rendición de cuentas internacional**

**Resumen:** El entorno comercial global pone de relieve el mayor papel y empoderamiento de las empresas transnacionales, que es resultado de la globalización económica. Así, la globalización conduce a una intensificación de las relaciones económicas globales y, con ello, a un estímulo a la competencia y a la búsqueda incesante de beneficios por parte de las empresas, en detrimento de la protección de los derechos humanos. En este contexto, es necesario responsabilizar a estas empresas a nivel internacional por violaciones de derechos humanos. Por lo tanto, es necesario estudiar las formas actuales y proyecciones a futuro respecto de la responsabilidad internacional de las empresas transnacionales cuando violan los derechos humanos en sus actividades empresariales. Para abordar el tema se utilizó como teoría básica la doctrina de Meireille Delmas-Marty y se utilizó la fenomenología hermenéutica, ya que se consideró necesaria la comprensión para luego poder interpretar los problemas e interrogantes que rodeaban el tema. Además, la investigación se complementó con el uso del método del procedimiento monográfico. El procedimiento utilizado fue la investigación bibliográfica y el análisis de documentos. Se encontró que si bien las diversas disposiciones de responsabilidad social de las empresas han crecido significativamente, no están exentas de críticas, tanto por ser propuestas iniciadas por las propias empresas, como por su carácter de inobligación y sanciones. Por tanto, es necesario responsabilizar jurídicamente a las empresas, lo que exige sofisticación de las propuestas y superación de los obstáculos que aún existen.

**Palabras clave:** derechos humanos; empresas; humanización; responsabilidad internacional.

## **1 Introdução**

A questão afeta em torno da responsabilidade internacional das empresas transnacionais por violação a direitos humanos ganha especial relevo diante da sociedade hipercomplexa em que todos estão inseridos. A globalização econômica possibilitou uma intensificação do comércio global, gerando um empoderamento das empresas transnacionais, em decorrência do poder econômico que detêm nas relações comerciais e que acabou por gerar reflexos nas relações internacionais como um todo. Assim, não se pode ignorar o papel que as empresas transnacionais passam a exercer no globo.

No entanto, proporcionalmente ao empoderamento das empresas, a atuação dos Estados passa a ser diminuída, em razão do protagonismo das empresas e do conseqüente amálgama entre os interesses públicos e privados. Nesse ambiente de favorecimento das relações privadas, as empresas buscam cada vez mais estratégias de crescimento e de ampliação dos seus lucros, o que ocasiona, muitas vezes, a colidência com direitos humanos dos indivíduos.

Portanto, essa realidade faz ensejar novas problemáticas e a necessária responsabilização internacional de tais empresas, representando desafios ao Direito internacional. A busca pela responsabilização internacional das empresas representa uma das

formas de humanizar a mundialização, dentre as formas capitaneadas pela autora Mireille Delmas-Marty. Assim, diante da atual realidade questiona-se: é possível humanizar a mundialização através da responsabilização internacional das empresas transnacionais que violam direitos humanos?

Nessa senda, o presente artigo busca estudar os reflexos da globalização econômica, bem como as formas, atuais e projeções futuras, de responsabilização das empresas transnacionais por violação aos direitos humanos, como forma de se obter a humanização da mundialização.

Para tanto, utilizou-se como teoria de base do presente trabalho a autora Mireille Delmas-Marty. Empregou-se a fenomenologia hermenêutica, uma vez que para interpretar é necessário, primeiramente, compreender. E, no caso do presente trabalho, parte-se do pressuposto da necessidade de responsabilizar internacionalmente as empresas transnacionais que violem direitos humanos. Ainda, a presente pesquisa utilizou o método de procedimento monográfico. Como procedimentos se caracteriza pela pesquisa bibliográfica e a análise documental.

Partindo dessa base metodológica, dividiu-se o artigo em dois capítulos. O primeiro capítulo trata da relação direitos humanos e empresas e a desconsideração do fator humano, sendo este capítulo subdividido em dois tópicos, quais sejam, o primeiro a ideologia da globalização e o favorecimento das relações comerciais em detrimento dos direitos humanos e o segundo as violações de direitos humanos por empresas e a necessária busca da humanização da mundialização. Na sequência, o segundo capítulo aborda a responsabilização internacional das empresas transnacionais por violação aos direitos humanos em busca da efetiva humanização da mundialização. Este capítulo é subdividido em dois subitens, sendo o primeiro que aborda a responsabilidade social das empresas como meio alternativo para se obter a obrigação de respeito aos direitos humanos e, por fim, o segundo que destaca a busca incessante pela responsabilidade jurídica das empresas no âmbito internacional.

## **2 Relação direitos humanos e empresas: a busca incessante pelo lucro e a desconsideração do fator humano**

Este capítulo visa estudar a relação das empresas com os direitos humanos, evidenciando que o lucro é considerado como objetivo primordial das empresas, ainda que,

para isso, seja preciso desconsiderar os direitos humanos. Portanto, verifica-se a necessidade de humanizar a mundialização, conforme os ensinamentos de Mireille Delmas-Marty.

O primeiro capítulo do presente trabalho foi dividido em dois subtópicos que tratam da globalização e o favorecimento das relações comerciais em detrimento dos direitos humanos, bem como a violação de direitos humanos por empresas e a necessária busca da humanização da mundialização, os quais serão abordados a seguir.

## **2.1 A ideologia da globalização e o favorecimento das relações comerciais em detrimento dos direitos humanos**

A globalização acarretou a explosão do comércio global, estimulando a concorrência. No entanto, sob um viés mais realista, a globalização não trouxe somente a facilitação do comércio global, mas também permitiu um empoderamento das empresas. E, nesse contexto, as empresas passam a buscar a obtenção do lucro desmedido e, para isso, por vezes, chegam a passar por cima, inclusive, dos direitos humanos.

Conforme o estudo de Canclini (2007, p. 42) a origem da globalização advém da distinção entre internacionalização, transnacionalização e a globalização. A internacionalização teve origem com as navegações transoceânicas, a abertura comercial e a colonização, até surgir o que hoje é chamado de mercado mundial. Já a transnacionalização ocorre por intermédio da internacionalização da economia e cultura, mas acaba por gerar organismos, empresas e movimentos, nos quais a sede passa a não ser somente numa nação. Portanto, com base na internacionalização e na transnacionalização, a globalização surge como intensificação das dependências recíprocas, bem como pelo crescimento econômico e cultural em escala mundial.

O entendimento sobre os reflexos da globalização não possui consenso. Existem diversos olhares diferentes quanto se trata de globalização, o que contribui para que se extraiam os seus paradoxos. Nestor García Canclini (2007, p. 19) enfatiza que assim como a globalização é vista como expansão de mercados, simultaneamente, é concebida como fator de redução da capacidade dos Estados nacionais. Nas palavras do autor “produz maior intercâmbio e deixa cambaleante a segurança que dava o fato de pertencer a uma nação” (Canclini, 2007, p. 19).

Milton Santos também trabalha com os paradoxos da globalização, demonstrando-o por meio de três mundos distintos que coexistem dentro de um só mundo. O primeiro é o

mundo da globalização como fábula, ou seja, aquele mundo em que a máquina ideológica sustenta as ações da atualidade, de forma a criar elementos que fazem sobreviver a lógica do sistema. O segundo mundo, trata-se da globalização como perversidade, isto é, com desemprego crônico, pobreza em ascensão, entre outros efeitos. Por fim, o terceiro mundo que se refere ao mundo como ele pode ser: uma outra globalização. Nesta nova globalização há mais o elemento humano e é preciso a unicidade das técnicas, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta (2011, p. 18-21).

Explicando a globalização como fábula, o referido autor a retrata como aquela em que emergem fantasias, as quais, repetidamente, se tornam aparentemente sólidas. Naturalmente, o discurso ideológico mascara a realidade, de forma a fazer emergir ideias diametralmente distantes das vivenciadas pela imensa maioria dos indivíduos. É o caso, por exemplo, do mercado avassalador global, o qual é apresentado como forma de fazer surgir uma igualdade de oportunidades no globo, quando, na realidade, o que se verifica é o aumento das desigualdades locais (2011, p. 18-19).

Assim, a ideologia capitalista faz emergir a ideia de que a globalização econômica significa uma abertura de fronteiras com vistas à distribuição equânime dos seus resultados, quando, para muitos, na realidade, o verdadeiro objetivo cinge-se na expansão do capitalismo em real favorecimento de poucos. Logo, o enfraquecimento ou a diminuição de atuação do Estado tornar-se-ia um ambiente propício para que se desenvolva essa lógica capitalista mediante dissimulação da realidade.

Corroborando com os ensinamentos de Milton Santos, Canclini (2007, p. 41) refere que muito do que se fala sobre globalização é falso, na medida em que ela não uniformizou o mundo e sequer conseguiu estabelecer um consenso sobre seu significado. Dessa forma, existem aqueles que definem a globalização a partir de uma origem mais remota e, portanto, privilegiam seu aspecto econômico; enquanto outros entendem que existe uma aparição recente desse processo dando mais valor às dimensões políticas, culturais e comunicacionais, visão esta adotada pelo autor.

Portanto, de acordo com essa posição, a partir de uma visão mais ampla e voltada para os reflexos da globalização econômica, os quais são vivenciados diariamente em todo o mundo, verifica-se que o viés da globalização como sendo oportunidade de justiça social não se sustenta. Basta olhar para os lados, olhar o mundo como um todo, em especial os países e povos menos favorecidos economicamente para se ter em mente que a globalização favoreceu uma minoria.

Partindo-se dessa ótica, não há mais como sustentar que toda a abertura internacional decorrente da globalização é positiva, ou seja, que é benéfica a toda a sociedade. Ao contrário, o agravamento dos problemas oriundos da globalização – tais como desemprego, violência, narcotráfico – deixa evidenciar que a liberalização global é subordinada a interesses privados (Canclini, 2007, p. 43).

Ainda, Santiago Muñoz Machado (2000) aborda os reflexos da globalização afirmando que alguns autores constataram que a globalização, implantada pela aceleração, demonstra que quem domina os mercados são as grandes empresas multinacionais. Assim, estas empresas são as verdadeiras autoridades, já que não estão adstritas a fronteiras.

Desse modo, o que se verifica é que o fenômeno da globalização econômica trouxe reflexos que ensejaram uma mistura entre interesse público e privado, principalmente, em razão da intensificação das relações sociais globais, o que acarretou uma diminuição da atuação do Estado ou mesmo uma influência externa em sua atuação. Os motivos principais dessa minimização do Estado decorreram de fatores externos, tais como fatores econômicos, recursos externos, o poder global de outros Estados, entre outros fatores.

A partir disso constata-se que o globo não é local de exclusividade dos entes estatais, mas, em razão da permeabilidade de fronteiras, as empresas, as quais elaboram estratégias para crescimento e lucratividade de formas cada vez mais amplas, já que agem em escala global, passam a fazer parte dos novos atores internacionais. Logo, na ótica do Direito internacional a inserção desses novos atores não estatais é sinônimo da emergência de novas problemáticas, em decorrência das novas relações e, com isso, novos desafios a serem enfrentados pelo Direito internacional (Nasser, 2005, p. 82-83).

Conforme os ensinamentos de Frydman (2012, p. 2), a globalização representa uma nova fase do desenvolvimento capitalista e da sociedade global, eis que surgem alguns atores, chamados de multinacionais, dentre elas as empresas que passam a coordenar – diretamente – estratégias globais. Assim, verifica-se um verdadeiro empoderamento das empresas.

Nesse contexto, cada vez é mais evidente o paradoxo decorrentes da globalização econômica. A origem desse paradoxo encontra-se na influência negativa da globalização. No entanto, essa visão realista, por vezes, não é transmitida aos cidadãos, ao contrário, é mascarada. Segundo Milton Santos, a informação transmitida para a maioria da humanidade é manipulada. Trata-se de trabalho de publicidade. Para as empresas, em decorrência da competitividade, a publicidade tornou-se o nervo do comércio (2011, p. 39-40).

A influência negativa da globalização econômica ocasiona a preponderância da lógica da ganância e da mercantilização do ser humano, de forma que as relações comerciais internacionais ocorrem em detrimento da proteção dos direitos humanos e fundamentais. Essa nova realidade permite o surgimento de reações egoístas que acarretam o distanciamento às preocupações com o coletivo ou comunitário. Prioriza-se o lucro e as relações comerciais globais, seja por parte de certas empresas, seja por parte de certos Estados que não querem perder o investimento das empresas em seus territórios.

Portanto, na atualidade, a concorrência possui outro viés comparado ao de outrora. Com a globalização, a concorrência elimina qualquer forma de compaixão. Trata-se da guerra da concorrência que culmina com a necessidade de vencer a qualquer custo, até mesmo se para isso for preciso esmagar o outro (Santos, 2011, p. 46).

Nesse contexto é que se observa que, sem qualquer controle, o fator humano distancia-se do que se almeja com as relações comerciais. Essa realidade faz com que algumas empresas passem a obter cada vez mais lucro, principalmente, quando não buscam priorizar e respeitar os direitos humanos. E, em tendo maior lucro, alcança-se o seu escopo, ocorrendo um círculo vicioso de poder em detrimento dos direitos humanos.

## **2.2 Violações de direitos humanos por empresas e a necessária busca da humanização da mundialização**

A partir do panorama exposto no capítulo anterior, não há como negar a forte influência de certas empresas, geralmente transnacionais – por terem maior poder – nas relações comerciais globais. Com poder econômico, as referidas empresas ditam as regras de onde se instalam, já que os Estados, muitas vezes, assumem um papel de coniventes com as atitudes adotadas por aquelas, em razão do investimento que geram em seus territórios.

Assim, não de forma excepcional, tais empresas priorizam as relações comerciais, bem como a obtenção de lucro e muitos direitos humanos deixam de ser respeitados. Algumas empresas das poderosas transnacionais muitas vezes descumprem jornadas e condições de trabalho, fazendo com que o trabalhar exerça suas funções em condições, muitas vezes, sub-humana. Mas não somente isso, por vezes, as referidas empresas não se atentam às necessidades de preservação ambiental e acabam por ocasionar graves acidentes ambientais, influenciando a saúde e vida das pessoas. Ou seja, estas empresas violam diversos direitos humanos, os quais não estão adstritos aos exemplos citados, e essas violações muitas vezes



são encaradas como necessárias para o progresso econômico. Essa realidade, cada vez mais presente, faz ensejar a necessária responsabilização de certas empresas transnacionais na seara do direito internacional, justamente pela falta de atitude dos Estados.

Cumprir enfatizar que não se está a generalizar toda e qualquer empresa transnacional como violadora de direitos humanos. O que busca o presente trabalho é mostrar que existem desrespeitos a direitos humanos por certas empresas, o que não é tão raro. A partir da constatação da existência de certas empresas que descumprem direitos humanos, necessário extrair formas de responsabilizá-las de modo a cessar tais violações.

A responsabilização das empresas transnacionais por violação a direitos humanos é um tema que se mostra em constante construção. Tendo por base a obra de Mireille Delmas-Marty verifica-se que a mundialização da humanização é uma aposta para reduzir os paradoxos da globalização e se alcançar o reconhecimento de valores comuns.

De acordo com os ensinamentos de Mireille Delmas-Marty, uma das possibilidades para se humanizar a mundialização é através da responsabilização dos titulares de poder. E, considerando que as empresas crescem exponencialmente, passando a experimentar um empoderamento frente ao seu poder econômico, não se pode mais ignorar o seu papel no globo. Portanto, as empresas na condição de também titulares de poder econômico, devem ser responsabilizadas por eventual violação aos direitos humanos.

As violações a direitos humanos têm crescido, principalmente, pelas práticas do setor empresarial que, visando obter lucro, acabam por ultrapassar os direitos humanos em nome de uma projeção empresarial. Ocorre que, como já tratado, muitas dessas violações acontecem com o apoio ou conivência dos Estados. E, essa triste realidade faz ensejar uma necessária e já tardia mudança no plano internacional para se lograr responsabilizar as empresas transnacionais.

No entanto, na atualidade o direito internacional funciona de forma a exigir o cumprimento dos direitos humanos diretamente aos Estados e não às companhias. Isso se deve ao fato de que são os Estados que ratificam os tratados, logo, somente quem é parte nos tratados é que pode ser responsabilizado. Essas afirmações não refutam o fato de que as companhias devem respeitar os direitos humanos. A constatação a ser feita é que existe uma lacuna na governança na área das empresas e direitos humanos (Ruggie, 2014, p. 101).

A necessidade de normas de responsabilidade de corporações transnacionais e outras empresas em relação aos direitos humanos é uma necessidade latente e antiga. A Declaração Universal dos Direitos do Homem é dirigida a todos os órgãos da sociedade e, dentre estes

órgãos, incluem-se as companhias e corporações. A constatação de que as companhias multinacionais, muitas vezes, possuem mais poder que muitos Estados, faz emergir a conclusão de que devem ser responsabilizados por atos que violem direitos humanos. Para tanto, são necessários padrões homogêneos a nível internacional, a fim de que tais casos não fiquem à mercê da previsão local de cada Estado (Ruggie, 2014, p. 102).

Portanto, a partir da constatação da massiva violação aos direitos humanos por certas empresas, é que se pretende, conforme Delmas-Marty buscar a humanização da mundialização. A autora diferencia conceitualmente os termos *globalização*, *mundialização* e *universalidade*, ensinando que:

A mundialização remete à difusão espacial de um produto, de uma técnica ou de uma ideia. A universalidade implica um compartilhar de sentidos. [...] Difusão espacial de um lado, compartilhar os sentidos de outra, estas duas fórmulas descrevem muito bem a diferença que separam os dois fenômenos que eu denominarei globalização para a economia e universalização para os direitos do homem, guardando assim o termo mundialização uma neutralidade que ele jamais perderá, caso não se resigne rapidamente ao primado da economia sobre os Direitos do Homem (Delmas-Marty, 2003, p. 08-09).

Delmas-Marty trata, ainda, que o caminho para humanizar a mundialização encontra-se na persecução de objetivos comuns. Para tanto, é necessário evitar a perda de ganhos de períodos históricos, ou seja, é preciso resistir à desumanização. No entanto, somente a resistência não é suficiente. Assim, é preciso também responsabilizar os titulares de poder. E, finalmente, pensando nas gerações futuras, é preciso antecipar os riscos futuros (Delmas-Marty, 2013, p. 102-103).

O fato é que certas empresas transnacionais são os principais atores quando se fala em potenciais violadores de direitos humanos. Essa constatação depreende-se da evidência de que tais empresas são, reiteradamente, as violadoras de direito humanos ou cúmplices de tais violações. Poder-se-ia questionar por que tais empresas seriam as potenciais violadoras de direitos humanos. Possivelmente, a resposta estaria no ambiente permissivo que as empresas transnacionais encontram na esfera internacional. Tal ambiente é fruto de uma evidente assimetria existente entre os Estados e as empresas transnacionais, uma vez que estas não são destinatárias diretas de tratados internacionais, porque não são, tradicionalmente, consideradas sujeitos de direito internacional (Martin-Chenut, 2015).

Existe um duplice papel das empresas transnacionais: o investimento estrangeiro das empresas transnacionais pode contribuir para fomentar a economia nacional e criar melhores condições sociais à população, ao passo que, tais empresas também podem agir como

modelos de atuação quanto à adoção de normas de direitos humanos, o que implica em imiscuir a atividade privada na esfera pública. Nesse panorama, a responsabilização por violação aos direitos humanos fará com que as empresas responsabilizadas deixem de investir nos países em que as responsabilizou ou que possuem potencial chance de responsabilizá-las, caso desempenhe suas atividades neste país (Reinisch, 2005, p. 64-65).

Desse modo, a lógica capitalista faz com que exista uma dependência dos países em relação a tais empresas, em razão da busca pelo crescimento econômico. Isso significa que a dificuldade de responsabilização das empresas transnacionais por violação aos direitos humanos não se trata somente da ausência de mecanismos efetivos, mas sim de uma consequência intencional das próprias empresas ao se autorregularem e, também dos Estados, enquanto dependentes do investimento daquelas.

Assim, a capacidade da comunidade internacional e dos Estados de efetivamente protegerem e promoverem o respeito aos direitos humanos pelas empresas transnacionais tem sido cada vez mais enfraquecida. Isso decorre, como visto, do processo de globalização que acarretou que as empresas transnacionais recebessem mais poder e as atividades econômica e social passassem dos Estados para tais empresas (Reinisch, 2005, p. 71).

Em vista dessa realidade, as medidas alternativas de responsabilização de empresas que violam os direitos humanos passam a ter relevância, a fim de se tentar combater a condescendência dos Estados com a violação dos direitos humanos perpetrados por empresas e, por consequência, a resposta insatisfatória das empresas para alterar essa realidade. Portanto, na ausência de uma responsabilização que obrigue as empresas e preveja sanções, salutar ressaltar alguns meios alternativos que, na prática, obtêm certo resultado em prol dos direitos do homem.

### **3 A responsabilização internacional das empresas transnacionais por violação aos direitos humanos: em busca da efetiva humanização da mundialização**

O presente capítulo aborda as formas de responsabilização das empresas por violação aos direitos humanos. Diante da ausência de mecanismos efetivos da responsabilização jurídica internacional das empresas, cresce o fenômeno da responsabilização social ou responsabilidade corporativa. Este tipo de responsabilidade supõe a colaboração, ao invés da imposição. É isento de sanção e obrigatoriedade. Embora seja um primeiro passo e um caminho pela responsabilização das empresas, não está isenta de fortes críticas.

No entanto, ainda assim, é necessário migrar da *soft law* para a *hard law* com a efetiva previsão de responsabilização jurídica internacional das empresas por infringência aos direitos humanos. Por sua vez, este caminho apresenta obstáculos e necessidade de sofisticação das propostas até então apresentadas, mas também se revela como um necessário avanço em prol da proteção dos direitos do homem.

Nessa senda, o presente capítulo abordará a temática em dois subitens, os quais tratarão da responsabilidade social das empresas como meio alternativo para o cumprimento das obrigações com os direitos humanos e, ainda, a busca incessante pela efetiva responsabilização jurídica das empresas na esfera internacional, conforme a seguir exposto.

### **3.1 Responsabilidade social das empresas como meio alternativo para se obter a obrigação de respeito aos direitos humanos**

Com base no exposto e diante da carência de mecanismos para a responsabilização jurídica de tais empresas, cumpre tratar da responsabilidade social. De acordo com Mireille Delmas-Marty (2013, p. 141) responsabilidade social é a “integração voluntária pelas empresas em preocupações sociais e ambientais em seus negócios e relacionamentos”. Portanto, seria integrar o que não possui quantitativo financeiro, ou seja, o bem-estar dos colaboradores, os direitos humanos e do meio ambiente. No viés das empresas, para alcançar tal objetivo, é preciso códigos de condutas.

A responsabilidade social das empresas em matéria de violação a direitos humanos é um tema ainda em evolução na seara do Direito internacional e, ao que se verifica, não está isento de críticas e controvérsias. Trata-se de um tema sem contornos delimitados, o que revela a volatilidade do assunto.

*Ab initio*, cabe destacar que a responsabilidade social das empresas, também chamada de responsabilidade social corporativa, se materializa através dos chamados códigos de conduta. Frydman explica que os chamados códigos de conduta possuem uma definição muito ampla. E justamente essa dificuldade de se precisar a sua definição já evidencia uma das suas características: o fato de não permitir que sejam definidos seus limites. O que é consenso, é que todos os códigos de conduta são documentos que definem normas de comportamento (Frydman, 2012).

Os códigos de conduta são inumeráveis, possuem uma grande diversidade de atores e de destinatários. A abrangência de tais códigos permite que sejam propostos por quaisquer

tipos e imagináveis atores e, geralmente, os atores preferem desenvolver códigos multiparticipes decorrente do resultado de uma negociação entre partes com diferentes estatutos (Frydman, 2012).

Nesse sentido, Frydman destaca o “efeito clube” que tais códigos podem ensejar. Tal efeito, de acordo com o autor refere-se ao código que acaba formando um grupo muito fechado e para entrar novos integrantes é preciso obedecer às regras já pré-definidas. Por outro lado, existem códigos de conduta que listam um grande número de integrantes heterogêneos, o que também pode ocasionar em verdadeira confusão (Frydman, 2012).

Por outro lado, mesmo sendo a responsabilidade social uma espécie de responsabilidade não obrigatória, já que não prevê sanções, a partilha de responsabilidades traz a lume o reconhecimento de que os Estados não são mais os únicos sujeitos responsáveis em matéria de Direito internacional, logo, o poder, seja ele político ou econômico, implica em responsabilidade (Delmas-Marty, 2013, p. 144-145). Assim, revela-se necessário que as empresas tenham alguma fatia da responsabilidade, a fim de que cessem as massivas violações aos direitos humanos.

O ponto de discussão em torno da autorregulação na responsabilidade social das empresas refere-se ao voluntarismo. O perigo estaria em transformar o *hard law* em *soft law*, tornando voluntário o que hoje seria um imperativo jurídico (Rivera Cantú, 2013, p. 330). Mas, o que se verifica é que o voluntarismo não coloca em xeque o imperativo jurídico, pois se compreende que a responsabilidade social das empresas não exclui a responsabilidade jurídica. Ao contrário, aquela se mostra como complemento para a efetiva criação da responsabilidade jurídica.

No entanto, como visto, é crescente o número da chamada responsabilidade social das empresas e o instrumento para se operacionalizar essa responsabilização é através dos chamados códigos de conduta. Por isso, de extrema importância tratar desse instrumento que está com sua criação em crescimento exponencial e que parte de iniciativa das próprias empresas, mostrando-se um novo meio de responsabilização, ainda que voluntária, embora não isento de críticas.

Assim, verifica-se que as normas de conduta são caracterizadas pela produção a par do Estado. A elaboração, ao invés de surgir do Legislativo, provém da experiência prática para se obter consenso entre os que irão aderir. Logo, em oposição aos meios legais clássicos, as normas de conduta não são impostas e não estabelecem sanções. A lógica de tais normas é

justamente o contrário: adesão voluntária das empresas. Frydman ressalta, ainda, que mesmo voluntário, não se trata de algo espontâneo nem desinteressado (Frydman, 2011).

Os códigos de conduta fazem parte de uma produção normativa extraordinária diante das incontáveis normas voluntárias que existem, fenômeno este que vem ocorrendo nos últimos vinte anos. Nesse passo, necessário questionar a eficácia dessa gama de produção normativa, uma vez que se cada um que adere ao código segundo seu próprio governo e, portanto, tem-se presente o sinônimo de ausência de regras (Frydman, 2014).

Destaca-se, portanto, que essa produção normativa anárquica forma um caos e é fruto de ações estratégicas dos atores que produzem a responsabilidade social. Logo, as disposições normativas não necessariamente coincidem com os projetos ou intenções dos atores que nelas se destinam, embora não se possa questionar que resulta de mecanismo que visa a cooperação (Frydman, 2014).

Fazendo uma análise crítica, Reinisch entende que pelo fato de os códigos de condutas serem elaborados à margem da regulação estatal pode ser visto como uma espécie de “privatização de direitos humanos” (2005, p. 42). São regras não vinculativas, crescentemente adotadas voluntariamente pelas empresas, sem a intervenção estatal.

Nesse contexto, Frydman (2012) trata esse fenômeno de estado de anarquia da sociedade global, já que a capacidade de propor e impor padrões não fica mais adstrita ao Estado. Nessa ótica, toda e qualquer parte interessada tenta produzir e impor normas que lhe convém, a exemplo dos códigos de conduta. Assim, os padrões surgem de todos os lados, o que o autor chama de “legisladores improvisados”. Contudo, essa situação, conforme enfatiza o autor, inevitavelmente, afeta o palco global.

No entanto, Reinisch ressalta que não se trata de surpresa os problemas advindos da autorregulação das empresas, já que “alguns códigos vem sendo criticados por serem mais protetivos das empresas que adotaram que das pessoas que foram destinadas” (2005, p. 52). Dessa forma, meros códigos de conduta, por vezes, são considerados fracos, raramente possuem previsão de fortes mecanismos de supervisão, o que se mostra insuficiente para a responsabilização das empresas transnacionais por infringência a direitos humanos (Reinisch, 2005, p. 53).

Ocorre que, mesmo diante dos pontos negativos ressaltados, no balanço geral da eficácia prática dos códigos de conduta, os quais mesmo sem serem instrumentos vinculativos e sancionatórios, não são totalmente ineficazes, podendo ser classificados como relativamente eficazes. Isso porque a resposta das empresas transnacionais depende da pressão externa.

Aqui se traz o exemplo dos “boicotes” da sociedade, uma vez que as empresas estão dispostas a respeitar as normas de direitos humanos se a conduta contrária acarretar desvantagem econômica, notadamente, a decorrente da publicidade negativa da empresa (Reinisch, 2005, p. 63). As empresas transnacionais “perceberam que os direitos humanos são bons *business*” (Reinisch, 2005, p. 64).

O papel exercido pela pressão da sociedade civil tem forte influência no rumo que as empresas transnacionais tomam para o efetivo respeito dos direitos humanos. As empresas transnacionais muitas vezes são surpreendidas pelas respostas públicas as suas ações empresariais. Exemplo emblemático trata-se do caso envolvendo a empresa Nestlé em 1970. A ONG britânica *War o Want* denunciou a referida empresa, através do panfleto intitulado “O assassinato do bebê” em favor dos bebês que residiam em países subdesenvolvidos e que consumiam a “papinha” produzida pela aludida empresa. Constatou-se, na época, que os produtos produzidos na Europa pereciam durante o transporte até os países subdesenvolvidos, local onde seriam comercializados. A partir disso, mais de dez mil associações se juntaram em campanha pelo “boicote” aos produtos da Nestlé (Varella, 2013, p. 97).

A resposta empresarial da empresa em questão foi a alteração dos ingredientes do produto e a chancela da organização Mundial da Saúde no que se refere aos parâmetros de qualidade que originou o Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite materno (Varella, 2013, p. 97). O exemplo em questão revela a preocupação das empresas transnacionais em não ter sua imagem maculada perante a sociedade, em virtude da influência direta no mercado de consumo de produtos ou serviços.

Portanto, evidencia-se que existe um diálogo - ainda que forçado - entre a sociedade e as empresas, já que se reconhece uma interdependência entre ambas. Na verdade, esse diálogo não se trata de algo que corriqueiramente exista entre a sociedade e empresas, em busca de melhores atuações empresariais. Ao que se verifica, esse diálogo só ocorre em razão da necessidade de as empresas enxergarem a insatisfação da sociedade, a qual compõe o seu mercado de consumidores (Ziero, 2014, p. 82).

Ainda que exista uma relação de hipossuficiência da sociedade frente às empresas transnacionais, em razão do poder econômico destas, no momento de ações das sociedades de grande repercussão como os “boicotes”, as empresas passam a se igualar à sociedade e se curvam as suas pretensões. Isso tudo por uma simples razão: o sucesso do empreendimento de tais empresas transnacionais depende diretamente da satisfação dos consumidores.

Nesse contexto, o que se verifica é que existe uma tendência, sobretudo motivada pelo desejo de empresas transnacionais migrarem da posição defensiva após os chamados “boicotes” dos consumidores e litígios para passarem a adotar códigos de condutas. Dessa forma, a tendência que se tem presenciado é pela autorregulação das empresas (Reinisch, 2013, p. 44).

No entanto, muito embora se revelem efeitos positivos à responsabilidade social das empresas, na linha do entendimento de Mireille Delmas-Marty (2013, p. 82) é preciso ultrapassar a então já formulada responsabilidade social das empresas, já que estas adstritas, também, aos interesses das empresas, para se lograr atingir o *hard law*, o qual obrigará as empresas a respeitar os direitos humanos. Portanto, diante do contexto atual que se vivencia, imprescindível que o Direito avance em busca da efetiva responsabilização jurídica das empresas.

### **3.2 A busca infundável pela responsabilidade jurídica das empresas no âmbito internacional**

Dando seguimento ao estudo da responsabilização das empresas na esfera internacional, cumpre tecer diferenciações em torno da responsabilidade social das empresas e da responsabilidade empresarial de direitos humanos. Aquela propõe o autocontrole das empresas e tem como objetivo a imagem social e corporativa perante a sociedade, enquanto a última consiste na responsabilidade jurídica dentro do território que operam, independentemente da sua vontade. Em última análise, somente com a responsabilidade jurídica das empresas é que se poderá garantir o cumprimento dos direitos humanos e contribuir para a permanência da cultura da legalidade e do Estado de Direito (Rivera Cantú, 2013, p. 325-329).

Embora a responsabilidade social e a responsabilidade jurídica das empresas sejam distintas, ambas possuem um ponto de convergência: a busca de uma contribuição à sociedade. Cada qual de uma maneira, a primeira através colaboração voluntária, enquanto a segunda por meio da obrigação de cumprimento dos *standards* internacionalmente aceitos.

Não se desconhecem os inúmeros obstáculos para se lograr, efetivamente, responsabilizar juridicamente as empresas transnacionais. Inicialmente, o fato de a empresa transnacional operar em diversos locais do globo, bem como a forma da constituição empresarial de tais companhias também é fator que dificulta a responsabilização, já que são



possíveis associações de empresas e diversas formas de se esconder por trás de uma companhia. Desse modo, as ações orquestradas dessas empresas são um dos percalços em torno de sua responsabilização.

Além disso, os países são livres, dentro de sua soberania, para permitir a atividade empresarial transnacional em seu território. Assim, estas empresas assumem obedecer a leis internas e acordos ou tratados em que o país faça parte. Desse modo, seria o mesmo que restringir a proteção dos Direitos Humanos à legislação ou acordos e tratados firmados por determinado Estado (Dias, 2009). Em uma análise, a *contrario sensu*, seria possível a companhia deixar de obedecer a direitos humanos em que o país que a empresa se alojou não tenha protegido por intermédio de lei ou tratado e acordo internacional. Assim, a proteção de direitos humanos ficaria inteiramente nas mãos dos Estados, os quais podem ser incapazes de proteger tais direitos ou mesmo desinteressados devido ao crescimento econômico que gera no país.

Sob esse viés seria possível afirmar que se o Estado soberano aceita o trabalho escravo ou mesmo permite, por exemplo, discriminação sexual, nacional e internacionalmente, certamente este Estado não terá interesse em responsabilizar esta companhia. Ademais, se o atrativo para que a empresa se alojasse no território nacional de determinado Estado foi justamente a mão-de-obra mais barata, por se tratar de país com insuficiência ou ineficiência de direitos trabalhistas, mais uma vez, obviamente não será interesse do Estado buscar tais direitos e punir as empresas (Dias, 2009). Desse modo, poder-se-ia, inclusive, cogitar de uma diferenciação injustificada entre Estados que mais reforçam os direitos humanos e os Estados que buscam tão somente a projeção econômica no país com o alojamento de empresas, sem resguardar qualquer direito humano.

Com base nesse panorama, a questão da responsabilização de empresas transnacionais se notabiliza quando se evidenciam violações a direitos humanos ocorridas em grandes empresas transnacionais. Tais casos colocam em pauta global as empresas e as violações de direitos humanos.

Cantú Rivera trata das possibilidades atuais para regular juridicamente as violações corporativas de direitos humanos restringindo-as a três vias jurídicas principais. Considerando que as jurisdições nacionais são, *prima facie*, as que conhecem quaisquer violações relativas a direito humanos, surgem, então, duas possibilidades de alcançar as empresas através da responsabilização jurídica.

A primeira opção refere-se ao controle jurídico exercido pelo Estado de onde a empresa mantém domicílio social (*Home State*). Ampliando a análise, pode-se dizer que o mesmo ocorre com o Estado que recebe uma filial da matriz de uma empresa (*Host State*) quando a conduta de violação a um determinado direito humano foi praticada dentro do Estado receptor. No entanto, neste particular, deve-se sublinhar um problema que continua em voga. Existe um manto protetor das empresas transnacionais que se cinge na questão de que a empresa (filial ou matriz) faz parte de um consórcio empresarial, mas pressupõe a irresponsabilidade jurídica direta da matriz pelos atos da filial, a não ser que reste comprovado que uma empresa agiu sob influência direta da outra ou que uma tenha sido o instrumento de execução para outra (Rivera Cantú, 2013, p. 340-341).

Desse modo, seria mais fácil e confiável lograr investigações e procedimentos investigatórios dentro do Estado receptor, ou seja, no lugar onde ocorra a violação do direito humano. Mas, ainda assim, não se pode refutar a impossibilidade ou a falta de vontade dos Estados em atuar juridicamente contra as empresas que estão alocadas em seu território.

O que se verifica na atualidade é uma omissão por parte do Estado ou até mesmo um conluio com as violações aos direitos humanos praticadas pelas empresas transnacionais. Com base nisso, existe um chamado constante para que se crie, efetivamente, normas jurídicas capazes de responsabilizar internacionalmente as empresas e se regule juridicamente a atuação das empresas fora de seu território de constituição ou incorporação.

No entanto, nem a Corte Interamericana de Direitos Humanos e nem a Corte Europeia de Direitos Humanos têm optado pela responsabilização das empresas, valendo-se, ainda, da teoria da responsabilidade dos Estados por omissão. Assim, o Estado responde, além dos casos de ações, também por omissões, ou seja, pelo dever de regular as atividades de todos aqueles que se encontram sob sua jurisdição. Dessa forma, o Estado seria o único destinatário da responsabilidade jurídica por violações aos direitos humanos e, no caso de atuação do setor privado, a responsabilidade foca-se na questão de não regular ou não fiscalizar as empresas (Rivera Cantú, 2013, p. 343).

A situação atual, a qual precisa ser alterada, é que as jurisdições nacionais, em alguns casos, não são capazes de levar a juízo as empresas quando estas transgridem direitos humanos. Já os mecanismos regionais não se coadunam com a possibilidade de responsabilizar diretamente as empresas.

Para tanto, ao que parece, é necessário ultrapassar desafios que se encontram ligados a tradições do direito internacional: é preciso que os direitos humanos sejam oponíveis às

empresas, com possibilidade de aplicação de sanções penais, além das cíveis e administrativas; bem como uma competência universal internacional, a fim de atingir as empresas transnacionais, as quais muitas delas possuem sede em um país e operam em outro(s) e; por fim, avançar para ser reconhecido às empresas transnacionais o status de sujeitos de direito internacional.

Em um balanço geral acerca do tema, Candú Rivera conclui que tanto para as empresas quanto para os Estados será um bom negócio o respeito aos direitos humanos. Para as empresas o cumprimento dos direitos humanos representa um *marketing*, no sentido de repercutir como uma boa imagem ao mercado. Da mesma forma, para os Estados representa uma estabilidade política e econômica, logo, pode ser um atrativo para o investimento estrangeiro. Dessa forma, para ambos os atores pode repercutir em melhores resultados financeiros e econômicos (Rivera Cantú, 2013, p. 350).

Revisitando a história em torno das tentativas de responsabilização das empresas transnacionais, depreende-se que a primeira iniciativa a nível da Organização das Nações Unidas foi em 1970 com o projeto de código de condutas sobre empresas transnacionais, o qual fracassou em 1992. Depois, outra iniciativa foi tomada em 1999 com o lançamento do Pacto Global, mas este instrumento não teve pretensão de produzir efeito jurídico vinculativo. Em 2003, houve a tentativa para impor obrigações legais às empresas transnacionais através da aprovação pela ONU das normas sobre responsabilidade das empresas transnacionais, mas estas foram rejeitadas pela Comissão de Direitos Humanos, devido a oposições severas (Golia, s.a., s.p.).

Por fim, acrescenta-se recente iniciativa, a ser estudada, datada de 26 de junho de 2014, em que, finalmente, a Organização das Nações Unidas aprovou, em Genebra, um marco histórico para tais empresas por violações a direitos humanos. O Conselho de Direitos Humanos da ONU aprovou uma Resolução para responsabilizar as empresas transnacionais que violarem direitos humanos no contexto de suas atividades. A votação contou com 20 votos de países a favor da responsabilização. O próximo passo será a ONU criar um grupo de trabalho intergovernamental para construir as normas vinculantes (ONU, 2015).

De acordo com Angelo Golia, a resolução aprovada pela ONU, chamada de “Resolução Equador” mostra-se como um marco fundamental na seara de regulação de condutas das companhias em nível global, contudo, também é altamente contestada, apresentando diversas questões que giram entre idealidade e realidade. De acordo com o autor, a nível internacional existem duas possibilidades de se responsabilizar juridicamente

empresas transnacionais por violações a direitos humanos: a imposição de obrigações diretamente às empresas transnacionais ou por intermédio de um tratado que impõe obrigações aos Estados.

A primeira solução exige que as empresas sejam consideradas sujeitos de direito internacional, o que seria mais coerente com o poder exercido pelas empresas. No entanto, para Golia existem duas dificuldades principais. A primeira dificuldade seria admitir – oficialmente – que o direito internacional não é mais assunto exclusivo do Estado. E, em sendo as empresas transnacionais sujeitos de direito internacional, não é possível negar-lhes o direito de ser representado institucionalmente nas instâncias internacionais. Já a segunda dificuldade seria que o cumprimento das obrigações teria as mesmas deficiências atinentes ao direito internacional público (Golia, s.a.).

Com uma visão bem realista, Golia (s.a.) ressalta que se deve pensar em uma solução viável ao problema e, não necessariamente uma solução perfeita. Assim, sugere um tratado com as seguintes características: primeiro, os Estados de origem possam exercer jurisdição extraterritorial – normativa e juridicialmente – quando uma subsidiária de uma empresa transnacional viola determinado direito humano. Neste caso, entretanto, uma das objeções para o exercício da jurisdição extraterritorial pelo país de origem é justamente que a regulação das condutas das subsidiárias viola o princípio da igualdade soberana dos Estados em que o Estado de origem não tem responsabilidade ou até mesmo é proibido de regular. Por isso, as condições em que o Estado de origem exerceria a extraterritorialidade devem ser delimitadas. Segundo, o tratado em questão deveria abordar a imposição de adotar medidas legislativas em matéria de vigilância da sociedade-mãe sobre suas subsidiárias.

Diante disso, verifica-se, com base no estudo até então realizado, que não existem soluções prontas. É preciso efetividade das propostas a serem colocadas em práticas e sofisticação das propostas, a fim de solucionar as massivas violações aos direitos humanos praticadas por certas empresas. Portanto, a questão afeta ao direito humano não merece ser relativizada em decorrência dos interesses econômicos de certas empresas, sob pena de subversão da ordem legal *pro homine* e de retrocesso social.

#### **4 Considerações Finais**

O estudo empreendido possibilitou reflexões acerca da necessidade de responsabilização internacional das empresas que violam direitos humanos. Observou-se que

a globalização econômica acarretou reflexos no crescimento e empoderamento das empresas, fazendo com que algumas destas agissem cada vez mais pela incessante busca por maiores lucros, mesmo que para isso fosse preciso passar por cima dos direitos humanos.

Embora o Estado deva fazer a fiscalização das empresas que se instalem em seu território, constatou-se que não se pode ignorar que muitas vezes os Estados agem de forma conivente com as violações praticadas por empresas, seja por temor de perder o investimento empresarial em seu país, seja em decorrência da proteção deficiente que o país possui quanto aos direitos humanos.

Dessa forma, mostrou-se o crescimento da responsabilização social das empresas, através da previsão de códigos de condutas, como meio alternativo para se obter o respeito aos direitos humanos. No entanto, a ausência de sanções e obrigatoriedade faz ainda que seja necessária uma forma impositiva de cumprimento dos direitos humanos.

Assim, a atual sociedade hipercomplexa clama pelo respeito aos direitos humanos e, para isso, é preciso a responsabilização jurídica internacional de empresas transnacionais que violem os direitos humanos, em busca da humanização da mundialização. Portanto, a proteção dos direitos humanos deve ser priorizada, a fim de que não ocorra um retrocesso nos direitos já conquistados historicamente, os quais necessitam de efetiva proteção, em prol da humanidade.

## Referências

DELMAS-MARTY, M. **Résister, responsabiliser, anticiper**. Paris: Seuil, 2013.

DELMAS-MARTY, M. **Três desafios para um Direito Mundial**. Tradução Fauzi Hassan Shoukr. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2003.

DIAS, R. M. P. B. **A responsabilidade internacional das empresas transnacionais por ofensas aos direitos humanos**. 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - PUC São Paulo, 2009.

FRYDMAN, B. A Pragmatic Approach to Global Law. *In: \_\_\_\_\_*. **La science du droit dans la globalization (col. 'Penser le droit')**. 2011.

FRYDMAN, B. Comment penser le droit global? *In: Série des Workings Papers du Centre Perelman de Philosophie du Droit n° 2012/2*. Bruxelles, 2012.

FRYDMAN, B. Le droit global selon l'Ecole de Bruxelles: l'évolution d'une idée centenaire. *In: Série des Workings Papers du Centre Perelman de Philosophie du Droit n° 2014/3*. Bruxelles, 2014.

FRYDMAN, B.; LEWKOWICZ, G. Les Codes de Conduite: Source du Droit Global? *In: Série des Workings Papers du Centre Perelman de Philosophie du Droit n° 2012/2*. Bruxelles, 2012.

GARCIA CANCLINI, N. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2007.

GOLIA, A. **The “Ecuador Resolution” Between Ideality and Feasibility**.

JUSTIÇA GLOBAL BRASIL. **ONU aprova marco histórico para responsabilizar empresas por violações de direitos**. Disponível em: <http://global.org.br/arquivo/noticias/onu-aprova-marco-historico-para-responsabilizar-empresas-por-violacoes-de-direitos/>. Acesso em: 20 out. 2015.

LINKLATERS. **LL Environment and Climate Change Bulletin**. Disponível em: <http://www.linklaters.com/Insights/ECC/Pages/Chandler-v-Cape-plc.aspx>. Acesso em: 26 abr. 2015.

MACHADO MUÑOZ, S. **La Regulación de La Rede. Poder y Derecho em Internet**. Taurus: Madrid, 2000.

MARTIN-CHENUT, K. **Droits de l’homme et responsabilité des entreprises: Les “príncipes directeurs des nations unies”**. Disponível em: [saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/](http://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/). Acesso em: 29 abr. 2015.

NASSER, S. H. **Fontes e normas do direito internacional: um estudo sobre soft law**. São Paulo: Atlas, 2005.

REINISCH, A. The Changing Internacional legal framework for Dealing with Non-State Actors. *In: ALSTON, P. (coord.). Non-State Actors and Human Rights*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

RIVERA CANTÚ, H. F. Empresas y derechos humanos: hacia una regulación jurídica efectiva, o el mantenimiento del status *quo*? **Anuário Mexicano de Derecho Internacional**, México, vol. XIII, p. 313-354, 2013.

RUGGIE, J. G. **Quando os negócios não são apenas negócios: as corporações multinacionais e os direitos humanos**. Traduzido por Isabel Murray. São Paulo: Planeta Sustentável, 2014.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

VARELLA, M. D. **A internacionalização do direito: direito internacional, globalização e complexidade**. Brasília: UniCEUB, 2013.

ZIERO, G. W. **A Implementação do Direito Internacional dos Direitos Humanos nas empresas multinacionais e transnacionais: uma análise jus sociológica**. 2014. 112 f. Monografia (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista do IPA, Porto Alegre, 2014.



## Educação como despertar do Humano, gerando novas perspectivas de vida

**Tereza Cristina de Carvalho<sup>1</sup>**

**Walter Akio Goya<sup>2</sup>**

**Ana Maria Luz<sup>3</sup>**

**Wanderley Macedo dos Anjos<sup>4</sup>**

**Araci Musolino<sup>5</sup>**

**Resumo:** Este artigo apresenta a avaliação do impacto do projeto Jovens Caminhos, realizado em comunidades de Mauá e Santo André, cidades integrantes da Região Metropolitana da Grande São Paulo. São apresentadas informações socioeconômicas dessas comunidades com foco em densidade demográfica, situação de vulnerabilidade e renda média por domicílio. Para as diferentes comunidades, foram oferecidos cursos de Lógica de Programação e Desenvolvimento de Sites, além de disciplinas de Cidadania e Sustentabilidade e Orientação de Carreiras. Dados os desafios de heterogeneidade das turmas, defasagem escolar, e necessidade de letramento computacional dos participantes, foram adaptadas diversas abordagens da Metodologia de Aprendizagem Ativa, encontradas na literatura mais recente. Os resultados do projeto foram muito positivos em relação ao desempenho geral dos estudantes participantes, como também pela sua inserção no mercado de trabalho e continuidade dos estudos.

**Palavras-chave:** educação; cidadania; Aprendizagem Ativa.

### **Education as an awakening of the Human, generating new perspectives on life**

**Abstract:** This article evaluates the impact of the Jovens Caminhos (Young Paths) project, implemented in the communities of Mauá and Santo André, located in the Metropolitan Region of Greater São Paulo (Brazil). Socioeconomic data from these communities are presented, focusing on population density, vulnerability status, and average household income. For the different communities, courses in Programming Logic and Website Development were offered, along with modules on Citizenship and Sustainability, and Career Advice. Given the challenges posed by classroom heterogeneity, educational gaps, and the participants' need for digital literacy, various approaches from recent literature on Active Learning Methodology were adopted. The project yielded highly positive results regarding the participants' overall academic performance, subsequent integration into the labor market, and continuing formal education.

**Keywords:** education; citizenship; Active Learning.

### **La educación como despertar de lo Humano, generando nuevas perspectivas de vida**

**Resumen:** Este artículo presenta la evaluación del impacto del proyecto Jovens Caminhos (Jóvenes Caminos), realizado en comunidades de Mauá y Santo André, ciudades que forman parte de la Región Metropolitana del Gran São Paulo. Se presentan datos socioeconómicos de estas comunidades con un enfoque en la densidad demográfica, la situación de vulnerabilidad y el ingreso promedio por hogar. Para las diferentes comunidades, se ofrecieron cursos de Lógica de Programación y Desarrollo de Sitios Web,

<sup>1</sup> Doutora em Engenharia Elétrica pela Universidade de São Paulo (USP). Professora na Universidade de São Paulo (USP) e professora convidada na Université Panthéon-Sorbonne/França. E-mail: [carvalho@larc.usp.br](mailto:carvalho@larc.usp.br).

<sup>2</sup> Mestre em Engenharia Elétrica pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: [akiODOCB@gmail.com](mailto:akiODOCB@gmail.com).

<sup>3</sup> Mestra em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: [luz.anamaria@gmail.com](mailto:luz.anamaria@gmail.com).

<sup>4</sup> Especialista em Meio Ambiente e Sociedade pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). E-mail: [wanderley.anjos@institutogea.org.br](mailto:wanderley.anjos@institutogea.org.br).

<sup>5</sup> Graduada em Engenharia Química pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (EPUSP). E-mail: [aracimusolino@gmail.com](mailto:aracimusolino@gmail.com).

además de clases de Ciudadanía y Sostenibilidad y Orientación de Carreras. Dados los desafíos de heterogeneidad de los grupos, el rezago escolar y la necesidad de alfabetización digital de los participantes, se adaptaron diversas estrategias de la Metodología de Aprendizaje Activa, encontradas en la literatura más reciente. Los resultados del proyecto fueron muy positivos tanto en relación con el desempeño general de los estudiantes participantes como en su inserción en el mercado laboral y la continuidad de sus estudios.

**Palabras clave:** educación; ciudadanía; Aprendizaje Activo.

## 1 Introdução

Este artigo apresenta a avaliação do impacto do projeto Jovens Caminhos, realizado em comunidades de Mauá e Santo André, cidades satélites da região metropolitana da Grande São Paulo. A proposta do projeto, para além de uma capacitação técnica para que jovens iniciem uma carreira, tem como objetivo principal provocá-los à reflexão e à compreensão do mundo sob uma nova ótica, promovendo seu desenvolvimento integral como seres humanos e membros de uma comunidade, prepará-los para o exercício da cidadania, respeito ao meio ambiente, promoção dos direitos humanos, enfrentamento às desigualdades, respeito à diversidade, combate ao preconceito e à discriminação e, do reforço e resgate dos princípios culturais e sociais de suas comunidades.

Para tanto foram desenvolvidos dois tipos principais de programas curriculares: Tecnologia da Informação, Arte-Educação e Grafite, além de oficinas de Cidadania, Valores Éticos, Direitos Humanos e atividades comunitárias, como pintura de muros, visitas de campo e atividades extraclasse. Neste artigo, são apresentados e discutidos o método pedagógico e os resultados do Programa de Capacitação em Tecnologia da Informação.

Esse artigo está organizado em oito Seções: esta primeira seção de Introdução apresenta o projeto Jovens Caminhos, seus objetivos e sua estruturação básica em dois programas de capacitação. A Seção 2, traz informações socioeconômicas das comunidades das cidades de Mauá e Santo André, que estão sendo atendidas pelo projeto. A Seção 3 descreve a abordagem pedagógica adotada pelo projeto, mais especificamente, voltada para a área de Tecnologia da Informação. Na Seção 4, são descritos o problema e seus principais desafios. A Seção 5 apresenta o projeto propriamente dito, detalhando-se as disciplinas que compõem o programa e seus objetivos. A Seção 6 descreve o método adotado para avaliar o impacto do projeto. A Seção 7 discute os resultados obtidos. Por último, a Seção 8 traz as considerações finais.

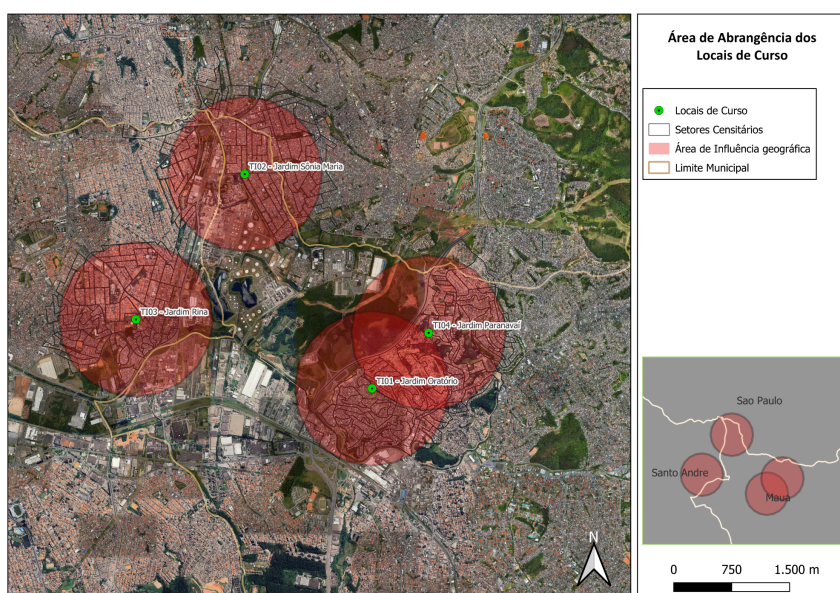


## 2 Informações Socioeconômicas das Comunidades

O projeto envolveu 11 comunidades de Mauá e Santo André, cidades que fazem parte da Região Metropolitana de São Paulo. Mauá tem IDH igual a 0,781 e é a 11ª maior cidade do Estado de São Paulo, com 418 mil habitantes. Santo André tem IDH igual a 0,835 e é a 5ª maior cidade do Estado de São Paulo, com 748 mil habitantes.

Foi feito um estudo do entorno dos locais de cursos, localizados no Jardim Oratório, Jardim Sônia Maria e Jardim Paranavaí, em Mauá, e Jardim Rina, em Santo André, a partir de informações dos Censos de 2010 e 2022, com dados agregados por setores censitários.

**Figura 1** - Área de influência geográfica dos cursos



**Fonte:** dados da pesquisa (2024).

O Jardim Oratório e o Jardim Paranavaí são bairros contíguos e, portanto, parecidos, inclusive sob o aspecto socioeconômico. No entorno imediato do local de curso no Jardim Oratório, segundo o Censo 2022, residem cerca de 33 mil habitantes, com densidade demográfica de 16,8 mil hab./km<sup>2</sup>. No Jardim Paranavaí, há cerca de 41 mil habitantes e densidade demográfica de 16,1 mil hab./km<sup>2</sup>. O município de Mauá, onde estão localizados os dois bairros, possui densidade demográfica de 6,7 mil hab./km<sup>2</sup>, ou seja, os dois bairros

possuem densidade demográfica 2,5 vezes maior do que o município como um todo (IBGE, 2022).

**Tabela 1 - Informações demográficas e de alfabetização do entorno dos locais de curso**

Local de Curso	Turma	Município	População (hab.)	Densidade demográfica (hab./km <sup>2</sup> )	Pessoas com mais de 15 anos não alfabetizadas (%)
Jardim Oratório	1	Mauá	15.224	16.858	5,7
Jardim Sônia Maria	2	Mauá	13.564	10.928	2,6
Jardim Rina	3	Santo André	14.704	15.981	3,6
Jardim Paranavaí	4	Mauá	16.383	16.177	4,2

**Fonte:** dados da pesquisa (2024).

Ainda segundo o Censo 2022, 81% da população no entorno do local de curso no Jardim Oratório residem em setores censitários classificados pelo IBGE como favela ou comunidade urbana, já no Jardim Paranavaí 49%. Isso demonstra que os cursos nesses dois locais atenderam alunos em maior vulnerabilidade social do que nos outros dois, como se verá adiante. Destaca-se ainda, que do total de pessoas acima de 15 anos, 5,7% no Jardim Oratório e 4,7% no Jardim Paranavaí não são alfabetizadas, na cidade de Mauá esse percentual é de 3,4%, o que demonstra uma concentração maior de pessoas não alfabetizadas nesses bairros (IBGE, 2022).

**Tabela 2 - Informações demográficas e de alfabetização dos municípios de Mauá e Santo André**

Município	População (hab.)	Densidade demográfica (hab./km <sup>2</sup> )	Pessoas com mais de 15 anos não alfabetizadas (%)
Mauá	418.261	6.753	3,4
Santo André	748.919	4.260	2,1

**Fonte:** dados da pesquisa (2024).

No tocante aos indicadores renda, segundo o Censo 2010, o Jardim Oratório tinha renda média por domicílio de R\$ 1.429,97, com renda média per capita de R\$ 394,15, respectivamente, 26% e 33% menor do que os registrados para o município de Mauá. Já o Jardim Paranavaí apresentava renda média por domicílio de R\$ 1.529,20 e a renda média per

capita de R\$ 425,35, respectivamente, 21% e 27% menor do que o registrado para o município de Mauá (IBGE, 2010).

O entorno do local de curso no Jardim Sônia Maria, por outro lado, mostra situação diversa, apresenta população de 33 mil pessoas, com densidade demográfica de 10,9 mil hab./km<sup>2</sup> e apenas 4% dos habitantes em setores censitários classificados como favelas ou comunidades urbanas. Além disso, apresenta taxa de analfabetismo de 2,6% das pessoas maiores de 15 anos, indicador inferior ao apresentado pelo município de Mauá que foi de 3,4% (IBGE, 2022). Observa-se que, apesar de possuir densidade demográfica maior do que a do município de Mauá, o Jardim Sônia Maria apresenta densidade demográfica muito inferior à dos dois bairros (Jardim Oratório e Jardim Paranavaí) e o conjunto dos dados apontam uma situação de vulnerabilidade social aparentemente menor do que o visto nesses dois bairros.

**Tabela 3** - Informações de renda no entorno dos locais de curso

Local de Curso	Turma	Município	Renda média por domicílio (R\$/dom.)	Renda per capita (R\$/hab.)
Jardim Oratório	1	Mauá	1.429,97	394,15
Jardim Sônia Maria	2	Mauá	2.284,71	676,41
Jardim Rina	3	Santo André	2.616,85	786,99
Jardim Paranavaí	4	Mauá	1.529,20	425,35

**Fonte:** dados da pesquisa (2024).

Os dados referentes à renda dos domicílios também levam a essa conclusão, uma vez que a renda média por domicílio no Jardim Sônia Maria era de R\$ 2.284,71 e a renda per capita de R\$ 676,41, superiores em 17,8% e 15,5% do registrado para o município como um todo (IBGE, 2010). Convém destacar que o Jardim Sônia Maria está localizado no encontro de três municípios, Santo André, São Paulo e Mauá, portanto a área de abrangência do local de curso vai além do limite do município de Mauá. No entanto, quando se isolam os setores censitários relativos apenas ao município de Mauá, os resultados são similares.

O Jardim Rina mostra-se também significativamente diverso do encontrado nos demais bairros, visto que possui elevada densidade demográfica (15,9 mil hab./km<sup>2</sup>), taxa de analfabetismo de 3,6% e 25% da população residindo em setores censitários classificados como favela ou comunidade urbana (IBGE, 2022). Por outro lado, segundo dados do Censo 2010, dentre os bairros em estudo, é o que tinha maior renda média por domicílio e renda per

capita, respectivamente, R\$ 2.616,85 e R\$ 786,99 (IBGE, 2010). Os dados podem denotar um perfil de maior desigualdade social, condizentes com a convivência de uma população mais vulnerável com outra em situação mais estável.

### **3 Fundamentação Teórica**

Além dos desafios socioeconômicos do território, apresentados na Seção 2, outra importante discussão referente à oferta de cursos de capacitação para jovens e adultos no contexto contemporâneo chamou atenção do corpo docente que organizou e implementou os cursos deste projeto: *“Quais seriam as abordagens pedagógicas mais adequadas, dado um contexto em que o acesso à informação de qualidade não é mais uma barreira significativa para o aprendizado discente?”*

A partir de uma criteriosa análise de abordagens pedagógicas emergentes, que poderiam ser utilizadas como base das disciplinas dos cursos, em especial, o curso de Tecnologia da Informação que exige uma série de conhecimentos prévios em leitura/escrita e lógica matemática e possui altos índices de evasão, foram selecionadas uma série de Metodologias Ativas de Aprendizagem, que complementarmente, poderiam oferecer atividades de desenvolvimento de habilidades e competências de forma eficaz para o público de interesse.

Segundo Moran, J. (2017), *“Metodologias ativas são estratégias de ensino centradas na participação efetiva dos estudantes na construção do processo de aprendizagem, de forma flexível, interligada e híbrida. As metodologias ativas, num mundo conectado e digital, expressam-se por meio de modelos de ensino híbridos, com muitas possíveis combinações. A junção de metodologias ativas com modelos flexíveis e híbridos traz contribuições importantes para o desenho de soluções atuais para os aprendizes de hoje.”* Diversas universidades em todo o mundo, têm adotado estratégias de aprendizagem ativa, sendo a Universidade de Cornell uma das pioneiras (Cornell University, 2012) a criar uma iniciativa que ajuda a disseminar a abordagem junto de seu corpo docente.

Em tradução livre dos autores deste artigo, a Cornell University (2020) elenca os seguintes benefícios da aprendizagem ativa: *“oportunidades para os estudantes processarem o material do curso através do pensamento, escrita, discussão e resolução de problemas, possibilitando múltiplos caminhos para o aprendizado; aplicação de novos conhecimentos ajuda os estudantes a codificarem informações, conceitos e habilidades em suas memórias ao*

*conectá-los com conhecimentos prévios, organizando-os e reforçando caminhos neurais; recebimento de avaliações frequentes e imediatas ajuda os estudantes a corrigirem equívocos e a desenvolver uma compreensão mais profunda dos materiais do curso; o trabalho em atividades ajuda a criar conexões pessoais com os materiais, que aumentam a motivação em aprender; interações regulares com os instrutores e pares em atividades e objetivos em grupo ajuda a criar um senso de comunidade na sala de aula; ajuda os instrutores a ganharem mais entendimento sobre como os estudantes pensam ao observarem e discutirem com os estudantes enquanto eles trabalham; quando os instrutores compreendem como os estudantes estão interpretando o material didático, isso os ajuda a calibrar seus objetivos de aprendizagem em aulas futuras.” Além disso, de acordo com estudos recentes, a aprendizagem ativa não só aumenta o desempenho de estudantes nas disciplinas STEM<sup>6</sup> (Freeman, S. L. *et al.*, 2014), mas também ajuda a diminuir as distâncias no desempenho acadêmico de estudantes de grupos minoritários em disciplinas STEM (Theobald, E. J. *et al.*, 2020).*

Dentre diversos assuntos abordados no curso, foram apresentadas/utilizadas ferramentas de Inteligência Artificial (IA) de forma crítica, onde os estudantes foram instigados a aprender a utilizar suas ferramentas para o desenvolvimento de suas habilidades em programação de aplicativos e sites, mas também a aprenderem sobre seu funcionamento, identificando seus potenciais e limitações. A partir da Pedagogia Crítica de Freire (Freire, 1996), os participantes foram provocados a participar da construção de suas próprias realidades, ao invés de adotar uma postura passiva, como espectadores/usuários, integrando a inteligência humana criativa junto à inteligência artificial.

#### **4 Descrição do Problema**

Foram encontrados diversos desafios no desenho e implementação do curso de programação e desenvolvimento de sites. Dentre os principais estava a diversidade de perfis dos estudantes de cada uma das 4 turmas. Como descrito anteriormente, para além do contexto socioeconômico encontrado nas periferias dos municípios de Mauá, Santo André e São Paulo, a faixa etária dos participantes variou entre 74 e 16 anos. Essa grande heterogeneidade ajudou a enriquecer o aprendizado das turmas, onde diferentes perspectivas e experiências de vida foram trazidas pelos participantes, porém, impôs desafios significativos.

---

<sup>6</sup> STEM: Science, Technology, Engineering and Mathematics (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática).

A grande diferença no nível de conhecimento prévio e maturidade dos participantes, exigiu uma abordagem pedagógica mais flexível e inclusiva, por parte dos instrutores. Tal abordagem, deveria ser capaz de atender às necessidades individuais, sem comprometer o progresso coletivo.

Outro fator importante a ser considerado, foi certa defasagem escolar, já que muitos estudantes se matricularam no curso com lacunas significativas em sua formação básica, especialmente em leitura, e lógica matemática, conceitos são fundamentais para o aprendizado de programação. Caso não houvesse sido utilizada uma estratégia pedagógica adequada, essas lacunas dificultariam a compreensão de conceitos lógicos e algorítmicos essenciais, fazendo com que o ritmo de aprendizado fosse mais demorado. Vale ainda ressaltar, que embora muitos estudantes já estivessem familiarizados com o uso de smartphones (redes sociais e jogos), em geral foi observada pouca experiência no uso de computadores. Este tipo de letramento, o letramento computacional, entendido como a capacidade de usar de maneira eficiente e crítica os computadores, precisou ser trabalhado pelos instrutores, juntamente com o desenvolvimento das habilidades de lógica e programação. Portanto, o ensino do uso básico de sistemas operacionais, navegadores e outros softwares foi um desafio adicional para o cumprimento do cronograma do curso. Levando em consideração a curta carga horária, dimensionar os tempos dedicados ao desenvolvimento de habilidades e competências foi também considerado um desafio, especialmente quando foram revisados conceitos fundamentais, lidando com dificuldades específicas de cada aluno.

Partindo deste cenário, após o levantamento de referências na literatura ligadas a experiências similares em contextos de vulnerabilidade, observou-se que grande parte das abordagens pedagógicas para o ensino de programação e desenvolvimento de sites tinha como foco principal o aprendizado da sintaxe e das estruturas de controle, como laços de repetição e condicionais. Embora sirvam de base para a construção de algoritmos e o desenvolvimento de soluções eficientes, estes conceitos abordados de forma puramente técnica deixariam de lado aspectos importantes para o público do curso, como a relevância e propósito no desenvolvimento destas habilidades técnicas para a aplicação no mundo real. Muitos alunos poderiam encontrar dificuldades em dominar esses tópicos, devido ao alto seu nível de abstração, trazendo a necessidade do desenvolvimento de um pensamento lógico bem estruturado, que por muitas vezes, acaba sendo desmotivador pela complexidade destes tópicos antes mesmo de poderem se entusiasmar com as possibilidades pessoais e profissionais a que teriam acesso.

Além disso, um aspecto único da proposta, e que tem ganhado cada vez mais relevância na construção de soluções de problemas contemporâneos, foi a integração de temas relacionados à sustentabilidade, cidadania e meio ambiente, com o objetivo de formar desenvolvedores conscientes; conscientes do impacto de suas criações na sociedade e no meio ambiente. Integrar essas questões ao ensino das técnicas e linguagens de programação foi desafiador, pois exigiu a construção de um currículo que não apenas ensinasse o letramento técnico das linguagens, mas também que estimulasse uma reflexão crítica sobre o papel da tecnologia no mundo contemporâneo. A fim de contemplar todos os desafios apresentados nesta seção, foi preciso adotar uma abordagem pedagógica não tradicional, com foco no aprendizado prático e ativo, baseado em projetos relevantes aos desafios do mundo atual. Este curso foi desenhado com objetivo de encontrar o equilíbrio entre a necessidade de manter o interesse e motivação do público atendido, sem comprometer o desenvolvimento de habilidades técnicas complexas.

## 5 Desenvolvimento do Projeto

O projeto envolve a Capacitação em Tecnologia da Informação. A Capacitação em Tecnologia da Informação constitui-se de duas disciplinas de Tecnologia da Informação (TI), uma disciplina voltada à Orientação de Carreira, e, uma última, voltada à Cidadania e Sustentabilidade Socioambiental para 4 turmas, contando cada turma com número diferente de alunos. Todas as aulas são presenciais (vide Tabela 1). A carga horária total dessas disciplinas é de 72 horas. Essas disciplinas são realizadas em parceria com o LASSU-PCS-EPUSP (Laboratório de Sustentabilidade) do PCS (Departamento de Engenharia da Computação e Sistemas Digitais) da EPUSP (Escola Politécnica da USP).

**Tabela 4** - Relação das Disciplinas da Capacitação em Tecnologia da Informação

<b>Disciplina</b>	<b>Carga Horária</b>
Lógica de Programação	24
Informática Básica e Desenvolvimento Web	24
Orientação de Carreira	12
Cidadania e Sustentabilidade Socioambiental	12
Total	72 h

**Fonte:** dados da pesquisa (2024).

## 5.1 Disciplinas em Tecnologia da Informação

As disciplinas em Tecnologia da Informação são voltadas à formação de jovens para carreiras relacionadas à TI, capacitando-os no desenvolvimento de atividades profissionais relacionadas à programação básica e desenvolvimento de páginas web.

A disciplina de **Lógica de Programação e Fundamentos de Linguagem de Programação** cobre:

- Conceitos básicos de lógica de programação: como lógica, sequência lógica, instruções, algoritmo, programa;
- Algoritmo, regras e formas de representação: algoritmos em blocos, entrada e saída, desenvolvimento de algoritmos, regras de construção de algoritmos e suas representações (ex.: fluxograma, convencional, pseudocódigo, diagrama de bloco, simbologia...);
- Constantes, variáveis, tipos de dados e operadores: definições e exemplos de variáveis, tipos de constantes, declaração de variáveis, operadores aritméticos, relacionais e lógicos;
- Estruturas sequencial, condicional e repetição: definição, tipos e exemplos de comandos sequenciais, condicionais e laços de repetição;
- Plataforma IDE e configuração: histórico da linguagem de programação, apresentação e configuração da Plataforma IDE para programação.

A disciplina de **Informática Básica e Desenvolvimento de Sites**, por sua vez, trata dos seguintes tópicos:

- Conceitos e comandos básicos do computador: copiar/recortar/colar textos e arquivos, salvar/excluir/renomear arquivos;
- Uso de softwares fundamentais: sistema operacional (Microsoft Windows), navegadores (Google Chrome/Microsoft Edge);
- Criação de contas e uso de aplicativos web: e-mail, buscadores de conteúdo, pacote de escritório (Google Drive, Documentos, Apresentações e Planilhas) e sites de referência de códigos HTML/CSS (estética e documentação de linguagens);



- Criação de contas e instalação de ferramentas de desenvolvimento profissional: Microsoft Visual Studio Code, GitHub, GitHubPages, além do uso consciente do ChatGPT;
- Introdução ao Desenvolvimento de Sites, Introdução à linguagem HTML, Tags e atributos HTM, Introdução à linguagem CSS, Prática do CSS e HTML, Box Model e DIVs, Tags Semânticas e Templates Responsivos.

## **5.2 Atividades Motivacionais e de Engajamento**

De forma complementar às disciplinas de Tecnologia da Informação e Arte e Educação e Grafite, são oferecidas oficinas motivacionais e de engajamento, legadas ao escopo de Cidadania e Sustentabilidade Socioambiental. Para trabalhar os temas de Meio Ambiente, Cidadania, Protagonismo, Cultura de Paz, Tolerância e Direitos Humanos, são utilizadas abordagens lúdicas, por meio de dinâmicas, saídas de observação do meio, rodas de conversa, jogos cooperativos, entre outras abordagens. Tais abordagens visam provocar os jovens à reflexão e compreensão do mundo sob uma nova perspectiva, promovendo seu desenvolvimento de forma integral, como seres humanos membros de uma comunidade. O principal objetivo dessas oficinas é preparar os estudantes para o exercício da cidadania, respeito ao meio ambiente, promoção dos direitos humanos, enfrentamento às desigualdades, respeito à diversidade, combate ao preconceito e discriminação, e reforço e resgate dos princípios culturais e sociais de suas comunidades.

Além das atividades em sala de aula, foram realizadas visitas técnicas em Instituições parceiras do projeto. Para a Capacitação em Tecnologia, os estudantes o LASSU (Laboratório de Sustentabilidade) e o CEDIR (Centro de Descarte e Reúso de Resíduos de Informática), ambos localizados dentro do campus Cidade Universitária da USP (Universidade de São Paulo). No CEDIR, conheceram os processos de triagem e remanufatura de REEE (Resíduos de Equipamentos Eletrônicos). Já na Capacitação em Arte, os participantes visitaram exposições de Arte, galerias e espaços a céu aberto onde as expressões culturais como Grafite e Hip Hop são promovidas e reverenciadas.

Para as disciplinas de Cidadania e Sustentabilidade Socioambiental, as visitas técnicas foram importantes para ampliar os horizontes e a capacidade dos alunos de compreenderem além dos limites geográficos aos quais muitos dos jovens ficam limitados em suas rotinas diárias. As oficinas de engajamento convidam à reflexão sobre temas que não são discutidos

entre a juventude de forma corriqueira, buscando mudanças em suas atitudes perante a vida, exercendo a cidadania responsável. As visitas técnicas mostraram-se como verdadeiras janelas, abertas frente à observação dos estudantes. Nos depoimentos colhidos durante e após as visitas, há muitas declarações como: “... *eu nunca tinha visto a Avenida Paulista*”, ou “... *não sabia que havia lugares com exposições de artes em que a entrada era gratuita, e eu poderia vir com a minha família...*”, ou “...*nunca imaginei poder entrar na Cidade Universitária, pensava que era proibido para pessoas como eu*”, evidenciando as limitações para além da geografia a que estão sujeitas essas populações.

### **5.3 Atividades de Mentoria**

Para garantir um alto nível de compreensão e motivação dos estudantes durante a realização dos cursos, monitores especializados acompanham os participantes de perto durante as aulas, auxiliando na compreensão de conceitos mais complexos, para os quais alguns deles demonstram dificuldades específicas. Essa monitoria se estende também para além das atividades em sala, pois os estudantes buscam orientação dos monitores por meio de plataformas digitais, como WhatsApp e Google Classroom, para o esclarecimento de dúvidas, auxílio para o preenchimento das tarefas, ou ainda para aconselhamento sobre estudos ou busca de atividades remuneradas. Os estudantes dos cursos de Tecnologia, têm procurado os monitores para aconselhamento sobre o Programa Paideia<sup>7</sup> e suas possibilidades, auxílio para preenchimento dos formulários de inscrição e dentre outras dificuldades. Já os estudantes dos cursos de Artes, a monitoria tem atuado na busca da divulgação dos trabalhos dos alunos, com vistas a encontrar clientes para seu trabalho e na organização de coletivos artísticos, além do acompanhamento pedagógico em sala de aula.

Esta mentoria implementada no Projeto Jovens Caminhos, faz parte do método pedagógico utilizado pelo Instituto GEA, o da “*Pedagogia do Afeto*”, em que se acolhem os participantes em diversas esferas (práticas e pessoais), para que se sintam valorizados e seguros para expressar suas dificuldades ou falhas, permitindo aos professores atendê-los em suas necessidades específicas.

### **5.4 Continuidade dos Estudos**

---

<sup>7</sup> Curso de extensão universitária para o aprofundamento em computação e programação, oferecido pelo LASSU-USP

Ao final da Capacitação em Tecnologia da Informação, os alunos com melhor desempenho são premiados e convidados a ingressarem no Programa Paideia – Pró-Profissão em Python, programa de difusão no contexto de cultura de extensão da USP (Universidade de São Paulo). Esse programa tem a carga horária de 288 horas e os alunos que são aprovados e cumprem as exigências de frequência recebem certificado da USP. Os alunos que concluem o programa Paideia podem concorrer a bolsas de graduação na área de TI em faculdade privada, oferecidas por parceiros do programa. Considerando as quatro turmas do Projeto Jovens Caminhos, somente os alunos das três últimas turmas foram convidados a participarem do Programa Paideia.

## **6 Método de Avaliação do Projeto**

Para avaliação dos resultados do Projeto Jovens Caminhos foi criado o INDES – Índice de Desenvolvimento Educacional e Social, que busca medir o desenvolvimento educacional e social dos participantes de todas as atividades do projeto. Essas atividades incluem os cursos de Tecnologia da Informação e os cursos de Arte-Educação e Grafite, as oficinas de Cidadania, Valores Éticos e Direitos Humanos e também atividades comunitárias, como pintura de muros, além de visitas e atividades extraclasse.

Para elaborar o índice, foi criada uma matriz de avaliação que inclui diversos critérios relacionados ao desenvolvimento dos participantes de uma forma abrangente, levando em conta tanto os fatores técnicos – como os conhecimentos adquiridos com relação à Programação, Informática Básica e Desenvolvimento de Sites ou de Arte-Educação e Grafite – como também aqueles relacionados à ampliação da sua compreensão sobre o mundo em que vivemos e sobre a necessidade da cidadania responsável, como uma forma de melhoria individual e comunitária, assim como a empatia, senso de trabalho em conjunto e respeito ao próximo.

Assim, o INDES de cada participante é composto por:

- avaliações dos professores sobre o aprendizado, participação em classe e responsabilidade nas entregas de trabalhos, tarefas etc.;
- avaliação dos responsáveis pelo projeto sobre o engajamento do aluno nas atividades extraclasse (como a participação em ações ou postagens de benefício comunitário) e sobre seu comportamento em sala de aula; e

- avaliações de pais, responsáveis, parentes e/ou professores do ensino regular sobre possíveis alterações em posturas ou atitudes dos alunos, pós-curso.

Para a elaboração desse índice, cada uma das variáveis recebeu um conceito numérico, sintetizado depois num único valor ou conceito, que é o INDES – Índice de Desenvolvimento Educacional e Social do aluno. A valoração vai de 0 a 10. A construção da matriz de avaliação contou com a participação da equipe técnica e pedagógica do projeto, além da colaboração de psicóloga contratada para estabelecer os indicadores mais expressivos, assim como para determinar os conceitos numéricos correspondentes e o peso de cada variável.

### **6.1 Construção da Matriz de Avaliação**

A matriz inclui a participação de 3 tipos de avaliadores<sup>8</sup>:

- a) Professores – após finalização dos cursos, os professores e o monitor<sup>9</sup> de cada tipo de curso se reúnem e preenchem o formulário do Anexo 1, que incorpora vários pontos do comportamento e aprendizado dos alunos;
- b) Equipe do Instituto GEA – após finalização dos cursos, os técnicos, que acompanharam o planejamento e monitoraram as aulas, reúnem-se e preenchem um formulário, que incorpora vários pontos referentes a comportamento, aprendizado nas atividades voltadas a valores éticos e postura geral dos alunos. O Anexo 2 traz o modelo desse formulário;
- c) Pais, professores da escola, parentes ou responsáveis pelo aluno: próximo ao final dos cursos, é enviado um formulário para a pessoa de referência de cada aluno, que é indicada como mais próxima dele. Esse formulário contém perguntas objetivas sobre sua avaliação sobre o curso e sobre possíveis mudanças detectadas no comportamento dos alunos. O Anexo 3 contém o formulário preenchido pelo seu adulto de referência do aluno. As respostas foram analisadas pela psicóloga, e foi definido um conceito numérico para cada quesito (Anexo 4).

---

<sup>8</sup> Estão arquivados no Instituto GEA a todos os documentos de avaliação: os relatórios de notas enviados e assinados pelos professores; os relatórios de avaliação de cada aluno, feitos e assinados pela equipe responsável pelo acompanhamento do projeto no GEA e os questionários (físicos) preenchidos pelos pais, parentes ou responsáveis pelos alunos.

<sup>9</sup> Cada curso conta com dois professores do conteúdo técnico, um professor das oficinas de Cidadania e Valores Éticos e um monitor, que acompanha os cursos e dá apoio extraclasse aos alunos.

Definiu-se que as notas/conceitos dos professores e dos técnicos do GEA teriam peso 2, enquanto as notas referentes à avaliação do adulto de referência teriam peso 1. Essa definição baseou-se no fato de que as avaliações dos professores e dos técnicos do GEA foram bastante rigorosas, levando em conta os diversos aspectos do desenvolvimento dos alunos em sala de aula e nas atividades extraclasse. Cada professor e cada técnico precisou avaliar criteriosamente o aluno, para emissão de suas notas. No caso dos técnicos do GEA, além das avaliações de cada técnico sobre cada aluno, essas notas eram discutidas em uma reunião de avaliação, de forma que a nota final era resultado de um consenso desses técnicos sobre cada aluno.

No caso da avaliação feita pelo adulto de referência (pais/responsáveis/pessoas relacionadas aos alunos), ela foi baseada em um questionário bastante simples (Anexo 3), em que não se utilizou um critério muito rigoroso de avaliação, como foi feito pelos professores e técnicos. Isso porque, levando em conta a baixa escolaridade e baixo nível educacional da maioria dos moradores das regiões em que o projeto foi desenvolvido, a equipe responsável pelo projeto considerou que se as perguntas fossem complexas ou se o questionário fosse muito longo, possivelmente menos questionários respondidos seriam obtidos.

Assim temos a fórmula empregada no cálculo do INDES, com a ponderação de 2 para as avaliações dos professores e técnicos e 1 para o adulto de referência do aluno:

$\text{INDES}_{\text{Final}} = (2 * \text{INDES}_{\text{Professores}} + 2 * \text{INDES}_{\text{Técnicos GEA}} + \text{INDES}_{\text{Adulto Referência}})/5$	Eq 1
--	------

## 7 Discussão dos Resultados

A Tabela 2 apresenta uma visão geral sobre as comunidades que participaram da Capacitação em Tecnologia da Informação, envolvendo as disciplinas técnicas de Lógica de Programação e Informática Básica e Desenvolvimento de Web. É importante observar que as condições socioeconômicas dos bairros são muito diferentes.

**Tabela 5 - INDES obtido para as Turmas 1, 2 e 3 de Capacitação em Tecnologia da Informação**

Cidade	Mauá	Mauá	Santo André
Bairro	Jardim Oratório	Jardim Sônia e Silvia Maria	Jardim Rina e Parque Capuava
Índice Demográfico (hab./km <sup>2</sup> )	16,8 mil hab./km <sup>2</sup>	10,9 mil hab./km <sup>2</sup>	15,9 mil hab./km <sup>2</sup>

Cidade	Mauá	Mauá	Santo André
Favela ou Comunidade Urbana	81,00%	4,00%	25,00%
População Feminina	51,19%	51,92%	51,93%
Número de Alunos	19	16	33
INDES	8,76	7,18	8,03
Porcentagem Mulheres	73,68%	50,00%	48,48%
INDES Mulheres	8,89	7,32	8,02
INDES Homens	8,42	7,03	8,04

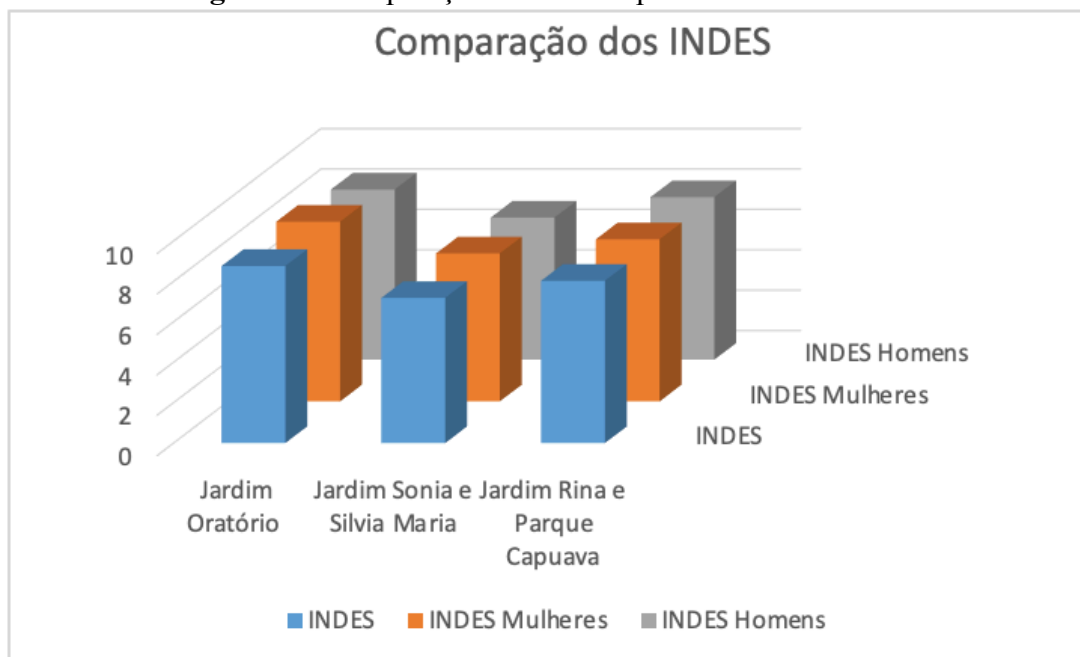
**Fonte:** dados da pesquisa (2024).

Em primeiro lugar, vale observar que as três turmas avaliadas obtiveram um valor de INDES positivo (INDES >> 5). A primeira comunidade reside em área de maior vulnerabilidade (81% residem em setores censitários classificados pelo IBGE como favela ou comunidade urbana) e foi a que obteve maior INDES. Por sua vez, a segunda comunidade reside em área de menor vulnerabilidade (4%) e foi a que obteve menor INDES.

No mercado de profissionais de Tecnologia da Informação, segundo relatório (BRASSCOM, 2024), a participação feminina é de 39%. Nestes cursos, observou-se uma participação feminina significativa, variando de 48,48% a 73,68%, com valores do INDES bastante equilibrados com a participação masculina.

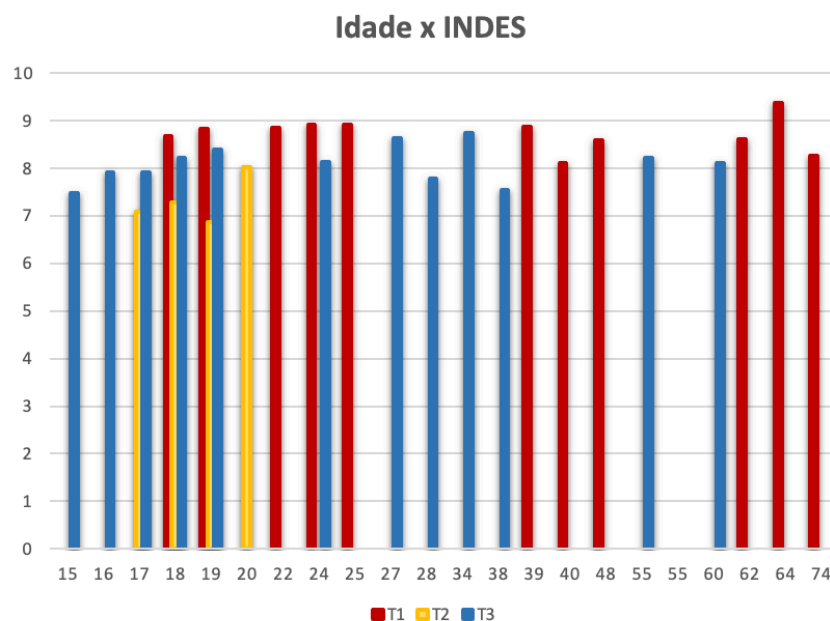
A Figura 2 ilustra os valores do INDES para as 3 turmas e sua variação para participação feminina e masculina. A Figura 3 mostra os valores do INDES para as 3 turmas para diferentes idades. Não se identifica nenhum padrão de variação INDES em função da idade. Fica mais uma vez claro, que o desempenho da turma 1 foi o mais alto.

**Figura 2** - Comparação do INDES para diferentes turmas



Fonte: dados da pesquisa (2024).

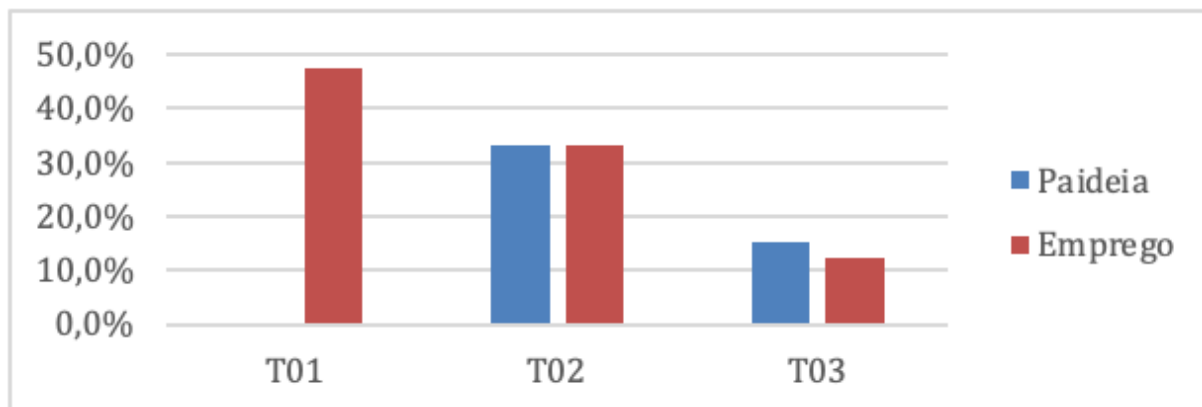
**Figura 3** - Comparação do INDES para diferentes idades nas três turmas



Fonte: dados da pesquisa (2024).

Vale ressaltar que uma parte significativa dos alunos optaram por dar continuidade aos estudos por meio do Programa Paideia (Turmas T2 – 33% e T3 – 15%). A opção de participação do Paideia não foi oferecida para a Turma T1. A empregabilidade seguiu porcentagens similares (vide Figura 4).

**Figura 4** - Resultados referentes à continuidade dos Estudos e Emprego



Fonte: dados da pesquisa (2024).

## 8 Considerações Finais

O projeto Jovens Caminhos iniciou-se em 2023, e até o momento, foram capacitadas 3 turmas de Tecnologia da Informação com alunos oriundos de comunidades de diferentes realidades socioeconômicas e perfis de maturidade e conhecimento prévio. Além do curso técnico, foram oferecidos cursos de Cidadania e Sustentabilidade e Orientação de Carreira, além de mentoria para os alunos.

Os resultados deste projeto aqui apresentados mostram que o programa foi muito bem avaliado pelos alunos, professores, equipe do projeto e adultos de referência (pais, parentes ou pessoa responsável). Foi constatada uma mudança de comportamento dos alunos no que tange à cidadania, percepção de pertencimento e maior conexão com ações de sustentabilidade, além do próprio conhecimento adquirido sobre Tecnologia da Informação. A aquisição de conhecimento sobre Tecnologia da Informação abriu portas para novas perspectivas de vida por meio de emprego no mercado de trabalho, empreendedorismo e continuidade dos estudos. Isso pode ser corroborado pelas porcentagens de alunos que ingressaram no mercado de trabalho e decidiram dar continuidade aos estudos. Pode-se dizer que as ações desse projeto contribuíram para amplificação funcional do indivíduo, oferecendo-lhe não somente conhecimento técnico, mas uma formação que o reposiciona de modo mais integral na sociedade (Meneghetti, 2005).

Dado o movimento de expansão das escolas de tempo integral e a implementação da Lei 13.415/ 2017, também conhecida como Reforma do Ensino Médio, tornou-se obrigatória a criação e implementação dos itinerários formativos. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio (Brasil, 2018), esses itinerários: “*deverão ser*



*organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino (...) Assim, os currículos e as propostas pedagógicas devem garantir as aprendizagens essenciais definidas na BNCC. Essas aprendizagens expressam as finalidades do Ensino Médio e as demandas de qualidade dessa formação na contemporaneidade, bem como as expectativas presentes e futuras das juventudes.”*

Devido ao grande sucesso do curso, a partir da avaliação do INDES. Seria interessante que os materiais pedagógicos, assim como o relato dos professores do curso pudesse ser disponibilizado em formato online, para que escolas em busca de materiais semelhantes referentes aos tópicos trabalhados, pudessem aproveitar a experiência adquirida ao longo dos 24 meses de implementação do projeto Jovens Caminhos.

### **Agradecimentos**

Agradecemos a PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro S. A. pelo suporte financeiro que possibilitou a realização do Projeto Jovens Caminhos.

### **Referências**

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASSCOM. **Relatório de Diversidade**. Brasscom (Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais), Outubro 2024. Disponível em: <https://brasscom.org.br/inteligencia/relatorios-de-diversidade/>. Acesso em: 17 nov. 2024.

CORNELL UNIVERSITY. **Center for Teaching Innovation: Active Learning Initiative**. c2012. Disponível em: <https://teaching.cornell.edu/programs/faculty-instructors/active-learning-initiative>. Acesso em: nov. 2024.

CORNELL UNIVERSITY. **Center for Teaching Innovation: Active Learning**. c2020. Disponível em: <https://teaching.cornell.edu/teaching-resources/active-collaborative-learning/active-learning#:~:text=Active%20learning%20methods%20ask%20students,words%20through%20writing%20and%20discussion>. Acesso em: nov. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama das Cidades**. c2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/santo-andre/panorama>. Acesso em: ago. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010. Dados.** Brasil, 2010. Base de Dados em formato shapefile.

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/26565-malhas-de-setores-censitarios-divisoes-intramunicipais.html?edicao=26589&t=downloads>. Acesso em: 19 ago. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022. Dados.** Brasil, 2022. Base de Dados em formato shapefile. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html?caminho=organizacao\\_do\\_territorio/malhas\\_territoriais/malhas\\_de\\_setores\\_censitarios\\_divisoes\\_intramunicipais/censo\\_2022\\_preliminar/setores/shp/UF](https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html?caminho=organizacao_do_territorio/malhas_territoriais/malhas_de_setores_censitarios_divisoes_intramunicipais/censo_2022_preliminar/setores/shp/UF). Acesso em: 19 ago. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022. Agregados por Setores Censitários preliminares: População e Domicílios.** Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Censos/Censo\\_Demografico\\_2022/Agregados\\_por\\_Setores\\_Censitarios\\_preliminares/agregados\\_por\\_setores\\_xlsx/UF](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Censos/Censo_Demografico_2022/Agregados_por_Setores_Censitarios_preliminares/agregados_por_setores_xlsx/UF). Acesso em: 19 ago. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010. Agregados por Setores Censitários.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Resultados\\_do\\_Universo/Agregados\\_por\\_Setores\\_Censitarios/SP\\_Capital\\_20231030.zip](https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_do_Universo/Agregados_por_Setores_Censitarios/SP_Capital_20231030.zip). Acesso em: 19 ago. 2024.

Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).** Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: ago. 2024.

FREEMAN, S. *et al.* Active learning increases student performance in science, engineering, and mathematics, **Proc. Natl. Acad. Sci., U.S.A.**, v. 111, n. 23, p. 8410-8415, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1073/pnas.1319030111>.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MENEGHETTI, A. **Pedagogia Ontopsicológica.** 2. ed. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2005.

MAUÁ. **Perfil do Município.** Disponível em: <https://www.maua.sp.gov.br/informacoes/perfilatual.aspx>. Acesso em: ago. 2024.

SANTO ANDRÉ. **Prefeitura de Santo André.** Disponível em: <https://web.santoandre.sp.gov.br/portal/servicos/1001/historia-de-santo-andre/>. Acesso em: ago. 2024.

THEOBALD, E. J. *et al.* Active learning narrows achievement gaps for underrepresented students in undergraduate science, technology, engineering, and math. **Proc. Natl. Acad. Sci., U.S.A.**, v. 117, n. 12, p. 6476-6483, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1073/pnas.1916903117>.



## **Análise na trajetória de carreira de mulheres em cargos de liderança na região central do Rio Grande do Sul**

**Camila Roriz Milanesi<sup>1</sup>**  
**Lucas Charão Brito<sup>2</sup>**

**Resumo:** A participação da mulher no mercado de trabalho não se deu repentinamente. Para isso, as mulheres passaram a trabalhar de forma intensa e estratégica a sua trajetória de carreira e de liderança (Chagas *et al.*, 2022; Dantas, 2023). Assim, este estudo tem como objetivo realizar uma análise na trajetória de carreira de mulheres em cargos de liderança na região central do Rio Grande do Sul e, em diferentes áreas de atuação, sendo elas, comércio, construção civil, política, agronegócio e exército brasileiro. Para isso, foi realizada uma pesquisa de natureza descritiva e qualitativa, a partir de entrevistas semiestruturadas em uma amostra de cinco mulheres em cargos de liderança. Após análise de conteúdo foi possível perceber a partir dos achados que a formação, o apoio da família e as empresas em que as entrevistadas trabalharam foram fundamentais para o desenvolvimento das mesmas. Além disso, enfrentaram preconceitos durante suas trajetórias, mas que os fizeram crescer, tornando essa vida dupla prazerosa e harmônica, motivando-as cada vez mais.

**Palavras-chave:** liderança; líderes femininas; trajetória de carreira.

### **Analysis of the career trajectory of women in leadership positions in the central region of Rio Grande do Sul**

**Abstract:** The participation of women in the labor market did not happen suddenly. For this, women began to work intensely and strategically on their career and leadership trajectory (Chagas *et al.*, 2022; Dantas, 2023). This study aims to carry out an analysis of the career trajectory of women in leadership positions in the central region of Rio Grande do Sul and in different areas of activity, namely commerce, civil construction, politics, agribusiness and the Brazilian army. For this, a descriptive and qualitative research was carried out, based on semi-structured interviews with a sample of five women in leadership positions. After content analysis, it was possible to perceive from the findings that the formation, the support of the family and the companies in which the interviewees worked were fundamental for their development. In addition, they faced prejudices during their trajectories, but that made them grow, making this double life pleasant and harmonious, motivating them more and more.

**Keywords:** leadership; female leaders; career path.

### **Análisis de la trayectoria profesional de mujeres en puestos de liderazgo en la región central de Rio Grande do Sul**

**Resumen:** La participación de las mujeres en el mercado laboral no se produjo de repente. Para lograrlo, las mujeres comenzaron a trabajar intensa y estratégicamente en su camino profesional y de liderazgo (Chagas *et al.*, 2022; Dantas, 2023). Así, este estudio tiene como objetivo realizar un análisis de la trayectoria profesional de las mujeres en puestos de liderazgo en la región central de Rio Grande do Sul y en diferentes áreas de actividad, a saber, comercio, construcción civil, política, agronegocios y ejército brasileño. Para ello se realizó una investigación descriptiva y cualitativa, basada en entrevistas semiestructuradas a una muestra de cinco mujeres en puestos de liderazgo. Luego del análisis de contenido, se

<sup>1</sup> Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas pela Universidade Franciscana (UFN). E-mail: [adm.lucascharao@hotmail.com](mailto:adm.lucascharao@hotmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: [adm.lucascharao@hotmail.com](mailto:adm.lucascharao@hotmail.com).

pudo constatar en los hallazgos que la capacitación, el apoyo familiar y las empresas en las que trabajaban los entrevistados fueron fundamentales para su desarrollo. Además, enfrentaron prejuicios durante su carrera, pero estos los hicieron crecer, haciendo placentera y armoniosa esta doble vida, motivándolos cada vez más.

**Palabras clave:** liderazgo; mujeres líderes; trayectoria profesional.

## 1 Introdução

A sociedade moderna traz como característica profundas e dinâmicas transformações e, conseqüentemente, grandes avanços – políticos, sociais, econômicos - que modificam o modo de viver e pensar de mais de 8 bilhões de indivíduos. Regras e valores já não possuem um formato unilateral, dado que, cada pessoa com sua singularidade torna a sociedade mais diversificada. Essa nova realidade impacta cada vez maior na esfera familiar e do trabalho, afetando a identidade e a vida, tanto das mulheres quanto dos homens, e propiciando um contexto favorável à emergência de conflitos entre trabalho e família (Faria; Rachid, 2007).

Dentro deste âmbito, um dos principais pontos a ser destacado é o papel da mulher no mercado de trabalho, que vem conquistando espaço em diversas atividades que anteriormente eram incumbidas apenas aos homens, e isso tem uma característica efetiva na sociedade (Campos; Silva, 2014; Carvalho; Azevedo, 2018; Sousa; Lima, 2019). A participação da mulher no mercado de trabalho não se deu repentinamente. Para isso, as mulheres passaram a trabalhar de forma intensa e estratégica a sua trajetória de carreira (Chagas *et al.*, 2022; Dantas, 2023).

A carreira deve ser pensada como uma estrada que está em constante construção, está longe de ser uma estrada plana e asfaltada que, se bem trilhada, conduzirá ao sucesso, à riqueza e à satisfação profissional (Oliveira, 2009). Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho é realizar uma análise na trajetória de carreira de mulheres em cargos de liderança na região central do Rio Grande do Sul e, em diferentes áreas de atuação. Sendo este objetivo compreendido por meio da análise do processo de inserção da mulher no mercado de trabalho, a análise da trajetória de carreira de mulheres, mapeamento das dificuldades e desafios encontrados pelas personagens durante o percurso rumo à liderança e a busca em compreender a trajetória de carreira de mulheres em cargos de liderança.

Esse estudo justifica-se pela importância em compreender a trajetória de carreira de mulheres com papéis de liderança, uma vez que, conciliar a vida do lar e o seu desenvolvimento pessoal e profissional vai além de um simples querer e, significa enfrentar preconceitos e mostrar para a sociedade que ela é tão capaz quanto qualquer figura masculina.

## 2 Revisão da Literatura

A inserção da mulher no mercado de trabalho teve início durante o período da I e II Guerra Mundial. Anteriormente, elas executavam atividades domésticas como tecer, cuidar de hortas e animais, onde estavam restritas as orientações impostas pelos seus pais, os quais tinham controle e posse sobre suas vidas, papel, esse, transferido para o marido, após casamento (Kanan, 2010).

Segundo Margareth Rago (1997), sobre escrituras de Auguste Comte, os membros do Apostolado Positivista do Brasil defendiam que a mulher não deveria possuir dinheiro, um objeto sujo, infame, essencialmente masculino. Não havia necessidade de a mulher sair de casa para trabalhar, isto era contra sua natureza. A mulher deveria se restringir ao seu espaço natural, o lar, evitando toda sorte de contato e atividade que pudesse atraí-la para o mundo público. Isto era função do homem, da natureza masculina.

Com a I e II Guerra Mundial, os homens precisaram ir para os campos de batalhas e as mulheres tiveram que assumir o comando da família e o lugar dos homens no mercado de trabalho. Ao término das guerras, muitas dessas mulheres passaram a ter a responsabilidade de prover as necessidades do lar, pois se firmaram nos cargos em que atuavam, devido à ausência dos homens que não voltaram das guerras ou até mesmo substituindo os que estavam incapacitados de executarem suas antigas funções, resultando, assim, numa forte presença feminina no mercado de trabalho, que alterou a estrutura da sociedade (Tonani, 2011; Vieira; Silva, 2013).

Para Teixeira (2005), o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho durante os últimos cinquenta anos deve-se a fatores econômicos e culturais. Primeiro, o avanço da industrialização transformou a estrutura produtiva, a continuidade do processo de urbanização e a queda das taxas de fecundidade, proporcionando um aumento das possibilidades de as mulheres encontrarem postos de trabalho na sociedade (Melo; Thomé, 2018; Pal; Gupta, 2023).

O crescimento da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro foi uma das mais marcantes transformações ocorridas no país desde os anos setenta. Foram várias as razões para explicar o ingresso acentuado das mulheres no mercado de trabalho a partir dos anos 70 (Lobo, 2019). A necessidade econômica, que se intensificou com a deterioração dos

salários reais dos trabalhadores e que as obrigou a buscar uma complementação para a renda familiar, é uma delas (Ribeiro; Jesus, 2018; Silva; Rodrigues, 2022).

Para Bruschini *et al.* (2011), as mulheres brasileiras estão cada vez mais escolarizadas, ingressando em profissões consideradas de prestígio e começam a ocupar postos de comando, ainda que lentamente. Porém, esse avanço a mulher do mercado de trabalho ainda enfrenta grandes dificuldades como, por exemplo, a diferença salarial e a discriminação de gênero. De acordo com uma pesquisa realizada pela Revista Exame Você S/A em abril de 2017, não é de hoje que ouvimos sobre as dificuldades das mulheres no mercado de trabalho. Exemplo disso é o relatório do Fórum Econômico Mundial que afirma que a igualdade de gêneros só será possível em 2095 e que a disparidade, quando se trata de participação econômica e oportunidades para as mulheres, gira em torno de 60%.

Ainda, segundo uma matéria divulgada pelo Portal Brasil em março deste ano, s estados com menos diferença de participação no mercado de trabalho formal entre homens e mulheres são Roraima (49,6% das vagas de trabalho são ocupadas por mulheres) e Acre (47,2%). Distrito Federal e Mato Grosso são as unidades da federação com menos percentual de mulheres em atividades formais, segundo o levantamento do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged) e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) – 39% e 39,5%, respectivamente. A média brasileira é de 44%.

Assim, é possível perceber que ainda há uma grande disparidade de gênero no mercado de trabalho brasileiro. Apesar de alguns estados apresentarem uma maior igualdade na participação de homens e mulheres no mercado formal, a média nacional ainda é baixa (IBGE, 2019). É necessário que medidas sejam tomadas para combater a discriminação e promover a igualdade de oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, a fim de criar uma sociedade mais justa e equitativa (Carvalho; Azevedo, 2018; Bueno *et al.*, 2021; Dantas, 2023).

Outro ponto importante a ser discutido é a trajetória de carreira. Esta pode ter compreensões diferentes conforme o contexto social em que está inserido (Adamson; Doherty; Vine, 1998). Isso ocorre, pois, na concepção cotidiana as pessoas conversando sobre carreira compreende que estão se referindo a sua carreira de trabalho, referência para o que eles fazem na vida e para quem eles trabalham. Na perspectiva organizacional representa benefício no contexto conceitual e prático. Trata-se de um plano de gerenciamento através dos níveis organizacionais, observando as características culturais e filosóficas para desenvolver o talento do indivíduo dentro da organização. Para o trabalhador indivíduo pode ter diferentes

significados, como atender as necessidades econômicas, status social e simbólica (sonho de vida). Já segundo Schein (1996), carreira pode referir-se tanto à vida profissional bem estruturada e em constante progresso quanto ao modo como ela se dá ao longo da vida.

Quando se fala em carreira, estamos falando no caminho percorrido e a ser percorrido pelo indivíduo. Por isso abordamos esse tema como trajetória de carreira. Para Oliveira (2009), a determinação da trajetória de carreira possui 5 momentos, sendo o primeiro quando o indivíduo está na fase de identificação de profissão, podendo se dar através de um curso técnico ou até pré-vestibular. O segundo momento é quando o indivíduo já possui uma profissão definida e está na etapa de conclusão. Já o terceiro momento surge quando a pessoa já atuou durante um período de tempo na sua área ou então em determinada empresa e, por “n” motivos, foi desligada, precisando reestruturar sua performance para conseguir um novo espaço no mercado de trabalho. Em um quarto espaço, a pessoa, que já se reinventou, busca empreender na área de negócio pretendido. E por fim, em um quinto momento, que é quando o indivíduo já se aposentou, mas não pretende deixar de atuar, ele procura uma nova conveniência para investir sua vida.

Portanto, quando falamos em trajetória de carreira relacionada ao gênero feminino, as etapas para atingir seus objetivos são um pouco mais árduas, uma vez que, a mulher ainda enfrenta a desigualdade e muitas vezes assédio. Por isso, para conquistar o percurso é mais lento e trabalhoso. Segundo o Blog Convenia (2022), estudos internacionais apontam grande disparidade de remuneração entre homens e mulheres no mercado de trabalho, embora com o futuro esse cenário tenda a ser alterado, mas esse não é o único problema enfrentado em uma carreira feminina.

De acordo com Convenia (2022), em uma pesquisa realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) na atualidade, apenas 19% das profissionais brasileiras acreditam em possibilidades boas de promoção na carreira como as dadas aos homens atuantes no mercado. Porém, conciliar vida pessoal e trabalho ainda é o principal problema enfrentado pelas mulheres no mercado de trabalho, sendo que o fator foi apontado por 45% das entrevistadas como o principal conflito que as impede de uma ascensão maior nas suas carreiras. Entre as mulheres que ocupam cargos de alto nível hierárquico, no entanto, o cenário também é complicado; tendo em vista que, quem ocupa esse tipo de posição, ainda tem que lidar com as grandes diferenças de estilo e gênero presentes nas empresas – e este fator é tido por 41% das entrevistadas como um dos maiores fatores a superar para alcançar uma trajetória de sucesso.

De acordo com o relatório da Bain *et al.* (2019), ter mais mulheres em cargos de liderança pode trazer benefícios significativos para os negócios, como melhoria no desempenho financeiro, maior inovação e melhor engajamento dos funcionários. O relatório cita diversos fatores que contribuem para esses benefícios, incluindo as perspectivas diversas das mulheres, a habilidade delas em criar ambientes de trabalho inclusivos e sua tendência em priorizar a colaboração e a construção de relacionamentos.

O relatório também observa que, embora tenha havido progresso nos últimos anos em relação à diversidade de gênero na liderança, ainda há um longo caminho a percorrer. As mulheres continuam sub-representadas em posições de liderança e muitas organizações ainda não abraçaram completamente a diversidade e a inclusão como uma prioridade estratégica. O relatório sugere que as empresas podem tomar diversas medidas para enfrentar esses desafios, incluindo estabelecer metas claras de diversidade, criar culturas inclusivas e fornecer oportunidades direcionadas de suporte e desenvolvimento para líderes mulheres.

Da mesma forma, para Vasconcelos, Marques e Silva (2014), as mulheres ainda encontram vários entraves para a ocupação de cargos estratégicos. Contudo, apesar desses percalços, muitas características atribuídas a um modelo de gerir feminino estão cada vez mais em evidência, o que pode proporcionar uma ruptura de barreiras em torno da imagem e dos postos de trabalho ocupados pela mulher.

### **3 Metodologia**

Quanto à sua natureza, a presente pesquisa classifica-se como uma pesquisa descritiva e qualitativa, que para Minayo (2001), trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Dessa forma, por não trabalhar com números, a pesquisa qualitativa busca a compreensão dos fatos dentro do contexto social e organizacional.

O método de pesquisa utilizado é a análise de conteúdo que, para Bardin (2011) é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. A análise será possível a partir da



compreensão de cinco aspectos distintos: histórico das entrevistadas, formação, preconceitos, dilemas e a relação do equilíbrio da vida pessoal versus a profissional.

Ainda, esta pesquisa se caracteriza como sendo descritiva, uma vez que, busca identificar a trajetória de carreira de mulheres líderes dentro de cinco áreas distintas: comércio, construção civil, política, agronegócio e exército brasileiro na região central do Rio Grande do Sul. Segundo Vergara (2000), a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. Ainda, não têm o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.

No que se refere à técnica de pesquisa, foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas com mulheres que exercem cargos de liderança, onde para Gil (2008, p. 120), o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada. Ressalta-se aqui que o foco será a trajetória de carreira das personagens e não o local ou empresa em que trabalham.

Para estruturar a entrevista, utilizou-se a ferramenta de *brainstorming*, que é uma tempestade de ideias que permite potencializar uma determinada atividade, conforme Figura 1 a seguir.

**Figura 2 – Brainstorming**



**Fonte:** elaborado pelos autores (2024).

A estratégia utilizada é o estudo multicase que possibilita levantar evidências relevantes e de maior confiabilidade se comparado aos estudos de casos únicos (Yin, 2001).

Além disso, ressalta-se que as respostas das entrevistas realizadas foram identificadas como E1, E2, E3, E4 e E5.

#### 4 Apresentação e Análise dos Resultados

A análise dos dados seguiu uma ordem crescente quanto à evolução da trajetória de carreira das mulheres com cargos de liderança, sendo: formação, onde o tópico envolve a tríplice essencial para estudo que é o conhecimento, habilidades e atitudes; o histórico de vida, dilemas, preconceito e equilíbrio da vida profissional *versus* a vida pessoal.

Diante desta perspectiva e para possibilitar uma melhor visualização do perfil de formação das entrevistadas, elaborou-se uma tabela, conforme Tabela 1 a seguir.

**Tabela 1 - Perfil das entrevistadas**

Análise formação/ Perfil Entrevistadas	E1	E2	E3	E4	E5
Formação	Eng. Civil, Arquit. e urbanismo e MBA em gerenc. de obras e qualidade.	Curso básico de Administração Policial Militar e cursos internos de formação.	Graduação em Pedagogia, Gestão Pública, espec. em Políticas Públicas, educ. infantil, gestão escolar e Técnico em cont.	Grad. Em Desenho e Plástica, Educação Artística e Administração. Além de mestrado e doutorado em Administração.	Administração, Pós em Gestão de pessoas e MBA de gestão estratégica (em andamento)
Escolha da profissão	Influência da família	Vontade e oportunidade	Vontade de contribuir junto ao município	Necessidade para poder gerir a empresa em que atua.	Possibilidades de atuação.
Trajetoária até a liderança (desafios, problemas, etc.)	Cursar as duas graduações ao mesmo tempo e a sua inserção no mercado.	Baixa idade, machismo e preconceito.	Inúmeros, mas todos superados com êxito.	Inexperiência administrativa.	Idade (muito nova)
Interferências na escolha da profissão (pelo fato de ser mulher e existir preconceitos).	Não houve interferências	Não houve.	Não, estava determinada.	Nenhuma.	Preconceitos
Atributos/habilidades que contribuem para a gestão	Fazer várias coisas ao mesmo tempo, organização e perfeccionismo	Sensibilidade feminina, superação, organização e capricho.	Flexibilidade para lidar com pessoas e visão sistêmica.	Sensibilidade, senso de coletividade, tolerância e qualificação contínua.	Proatividade flexibilidade

**Fonte:** elaborado pelos autores (2024).

Há inúmeros fatores que podem intervir na ascensão da mulher em sua carreira, porém a autora destaca três fatores: pessoal, organizacional e social (O'Neil, 2003). Diante disso, como pode ser visto na tabela anterior, todas as entrevistadas possuem mais de uma formação acadêmica, demonstrando desta forma o preparo destas profissionais para assumirem os cargos de liderança. Pode-se se dizer que a escolha de suas profissões não sofreu influências de fatores do meio externo como, por exemplo, a insegurança por ser do gênero feminino e ainda existir preconceito em uma sociedade considerada tão moderna e adepta a diversidade.

Os achados vão ao encontro do Relatório de Bain *et al.* (2019), que foi desenvolvido através de uma ampla pesquisa no mercado de trabalho, faculdades e lideranças femininas no Brasil. Dado que, a investigação dos autores apontou que a liderança feminina ainda é baixa, em percentuais, quando comparadas ao alto número de mulheres universitárias, sendo elas, a maioria (Batista *et al.*, 2019).

Em paralelo, durante as suas trajetórias de carreiras, os principais desafios enfrentados foram a baixa idade, vida acadêmica dupla, machismo, preconceitos e inexperiência administrativa. Esses fatores podem ter sido fundamentais para na formação pessoal e profissional destas líderes, uma vez que, relatam como sendo os seus principais atributos/habilidades que fazem a diferença nas suas gestões à flexibilidade para lidar com pessoas, a organização, o perfeccionismo, a superação e a sensibilidade. Segundo Quelhas (2010) e Dantas (2023), as mulheres estão em busca de uma igualdade real, por isso, tem assumido grandes responsabilidades profissionais, se encaixando nas diferentes áreas das atividades humanas. Isso pode ser visto nos perfis das entrevistadas, pois se destacam em cinco diferentes áreas de atuação e que, ao passar os sete anos da percepção deste autor, as mulheres ainda enfrentam este dilema.

Após análise do perfil, as entrevistadas fizeram um apanhado das principais empresas que trabalharam e como contribuíram para o seu desenvolvimento, descreveram algumas características das pessoas que foram relevantes durante a sua trajetória e se o apoio da família foi importante.

Assim, no que se refere às empresas em que trabalharam e suas contribuições, respondentes disseram terem aprendido inúmeras coisas, entre elas: saber lidar com situações de risco, como funciona o trabalho autônomo, precificar serviços e produtos e, como lidar com pessoas. Isso pode ser visto na resposta de E4:

Marcenarias locais: aprendi como funciona o trabalho autônomo, como valorar e cobrar serviços prestados, como conduzir satisfatoriamente a comunicação quando

se trabalha com níveis de escolaridade e entendimentos diferentes ao mesmo tempo (por exemplo, marceneiros e clientes).

Móveis *Alpha*: como eu era a única mulher da equipe, aprendi a respeitar as diferenças na convivência com colegas homens; aprendi a observar as práticas de gestão utilizadas e a fazer juízos de valor sobre o que era certo ou errado, o que eu faria igual ou jamais faria igual se ocupasse aquele cargo. Aprendi que a busca constante por qualificação profissional é imprescindível no mundo corporativo, mas que também que a capacidade de se relacionar é determinante para a permanência do indivíduo nos ambientes laborais (E4).

Por meio, dos relatos da entrevistada E4, observa-se que a mesma procurou o desenvolvimento de diversas competências para lidar com o cotidiano do trabalho (ser a única mulher, lidar com diferentes níveis hierárquicos, comunicação interpessoal, etc.). Dado que, além da busca por conhecimentos e habilidades, a mesma buscou por meio da observação compreender diversos elementos simbólicos do seu cotidiano para replicá-los na prática do dia a dia.

No tocante, ao apoio de familiares, amigos, colegas ou outros profissionais, foi verificado que este aspecto foi crucial para o desenvolvimento durante as suas trajetórias. Destacam-se, as principais características destas pessoas, com sendo: companheirismo, incentivadores e persistentes, valorização pelo ser humana e ética.

Meus pais que foram sempre muito incentivadores e persistentes no apoio com a minha carreira, assim como meu esposo e filhos que sempre entenderam minha ausência devido aos horários diversos em que cumpria minha jornada de trabalho (E2).

O apoio da família é essencial e necessário, pois é a nossa base, podemos ter tudo na vida, mas sem a família não somos nada. Quanto aos amigos, esses são nossos parceiros que estão sempre conosco, sem os amigos que conquistei no decorrer de minha trajetória política, com certeza, não estaria ocupando esse cargo que me encontro hoje (E3).

A trajetória de carreira de mulheres que hoje exercem cargos de liderança foi influenciada por dilemas corriqueiros ao nosso cotidiano. Quando questionadas sobre a principal diferença de quando iniciou suas atividades para os dias de hoje, elas relatam em grande maioria que a tecnologia, o conhecimento e as oportunidades foram as principais diferenças. Elas acreditam ainda que, a dinâmica empresarial de uma empresa para a outra não muda muito e é mais fácil de se adaptar, mas o meio externo, que está em constante mudanças, esse sim é completamente difícil e exige a busca constante de conhecimentos.

A dinâmica empresarial muda pouco de uma empresa para outra, o cenário externo sim teve grandes mudanças, isso influencia diretamente no mercado de trabalho, disponibilidade de vagas, corte de custos nas empresas, entre outras (E5).

O relato da entrevistada traz duas considerações: buscaram “incentivar mulheres a não desistirem de alcançarem seus objetivos, impactando na conscientização da sociedade quanto à relevância de se contratar, empoderar e valorizar a mulher no mercado de trabalho”.

Com relação ao apoio de seu companheiro mediante as suas escolhas e atitudes durante as mudanças nos cenários, a maioria das entrevistadas relatam que sempre tiveram a ajuda dos mesmos, conforme relato de E3 e E4:

Sim. Embora meu marido tivesse outra atividade profissional, sempre me deu suporte e até mesmo algumas ajudas técnicas quando o problema recaía sobre áreas de seu conhecimento. Além disso, também sempre acatou e apoiou minhas decisões, tanto referentes à empresa quanto às decisões sobre voltar a estudar, fazer um mestrado e um doutorado, sabendo que para isso eu teria que dedicar muito do tempo que eu teria para a família (E4).

Dessa forma, percebe-se que os cargos de liderança por si só exigem um aperfeiçoamento constante, independente de gênero, o qual que se torna mais fácil através do apoio de seus companheiros. O diferencial na gestão feminina é a forma como abordam as atividades do dia-a-dia e conduzem suas equipes. Para O'Connor *et al.* (2010), liderar não é só coordenar tarefas, conduzir os subordinados, delegar tarefas e atividades eficazmente. Mas, também, incentivar e motivar a equipe a trabalhar em direção ao objetivo.

Em relação ao preconceito por serem mulheres em cargos de liderança, as entrevistadas comentam que já houve muita evolução, mas que ainda há um longo caminho pela frente quando o assunto é discriminação/preconceito, como pode ser observado no excerto a seguir:

Sim, sofri maus tratos e muito preconceito por parte do meu ex-marido. Também tive que me autoafirmar e mostrar a minha capacidade, principalmente quando trabalhei fazendo obras para o Exército e UFSM (E1).

Com certeza, em todas as empresas e setores que já trabalhei enfrentei alguma situação de preconceito por ser mulher e também jovem (E5).

A partir disso, faz-se necessário conceituar a complexidade quanto a preconceitos e discriminação social e mercadológica para maior compreensão do complexo cenário que estas mulheres estão inseridas. Os relatos demonstram aspectos discriminatórios de gênero e de etarismo (discriminação com grupos com base na idade) das entrevistadas. É interessante, observar, que o relato da E1 traz uma complexidade que é muito comum para muitas mulheres, que vai além do preconceito social. E sim, o preconceito e falta de respeito que muitos homens têm com mulheres em posição de poder, o que aconteceu com a entrevistada dentro de sua própria casa (Silva, 2017).

Quando questionadas se, pelo fato de serem mulheres, tiveram que se preparar mais que os homens para poder exercer cargos de liderança, as entrevistadas dividem opinião. Para as áreas de construção civil, exército e agronegócio é necessário provar maior preparação. Já nas áreas da política e do comércio, as entrevistadas acreditam que não existe essa história de maior preparo que os homens. Elas creem que as mulheres possuem características diferenciadas que as distanciam dos homens, conforme observado nos seguintes fragmentos.

Sim, começando pelo concurso de inclusão, que para um total de 300 vagas, apenas 07 eram para mulheres. E durante a minha trajetória profissional, por diversas vezes foi me determinado desafios os quais meus colegas masculinos não precisavam executar. Durante muito tempo na minha carreira precisei mostrar, através do meu empenho e dedicação profissional, que era capaz de enfrentar as situações que advinham da rotina da profissão (E2).

Não. Acho que o mercado precisa cada vez mais de profissionais bons e qualificados. Independente de gênero, liderança requer qualificação (E4).

Percebe-se, desta forma, que há áreas que já superaram a questão de desigualdade de gênero e há outros que ainda precisam trabalhar mais a questão da diversidade e aceitação de novas ideias e olhares. Dado que, mulheres e homens, podem compor muito mais do que se estiverem disputando entre si. As empresas, as famílias, o mundo poderão ter muito mais se mulheres e homens usarem as contendas saudáveis voltadas para o mesmo objetivo.

Com a vida profissional bem encaminhada e organizada, questionou-se as entrevistadas como era conciliar a vida profissional com a vida do lar. Para as entrevistadas E1 e E2 é uma tarefa bastante difícil, conforme relato de E2:

Nem sempre é fácil. É necessário muito controle emocional e pulso firme, além de ter que contar com o apoio e compreensão da família. Sempre procurei compensar os momentos de ausência, com momentos de carinho e atenção a meus filhos e marido. No ambiente profissional, o conhecimento dos nossos direitos trabalhistas ajuda bastante (E2).

Para as entrevistadas E3, E4 e E5, a conciliação da vida pessoal e profissional é bem tranquila e elas se sentem felizes em poder ser referências para outras mães e para seus filhos, de acordo com o afirmado nos fragmentos:

Muito tranquilo, hoje não iria conseguir escolher somente um cargo desses: “dona de casa – mãe” ou a “vida pública”, os dois me completam, é só questão de organização (E3).

Sempre conduzi essas questões com naturalidade, sem me sentir culpada por ser mãe e ter que trabalhar fora. Ao contrário de muitos depoimentos que vejo sobre mães em conflito pelas duplas jornadas, sempre me senti orgulhosa por ser referência para os meus filhos, especialmente quando voltei a estudar. Penso que todas as nossas conquistas ao longo da vida requerem algum sacrifício e dedicação extra. Hoje meus

dois filhos são médicos residentes e atribuo parte das suas conquistas aos exemplos que tiveram em casa, de coragem, determinação e persistência (E4).

Quando questionadas se consideram harmoniosa e prazerosa a vida de múltiplas funções, somente uma das entrevistadas não considera harmoniosa. As outras consideram essa vida dupla como um processo de amadurecimento e crescimento. Uma dessas afirmações pode ser corroborada na fala abaixo:

Sim, desde que você exerça com dedicação e consciente de suas atribuições. O fato de ter várias atribuições profissionais não pode ser considerado um sacrifício ou uma obrigação. Quando bem administrado o nosso dia é possível encontrar tempo para o lazer, a família e nossos compromissos (E2).

Em relação ao sentimento de prazer por conseguir atender todas as demandas, elas afirmam se sobressair ao cansaço, uma vez que, a sensação de satisfação e dever cumprimento é motivador. Isso pode ser vislumbrado abaixo:

Geralmente sim, mas precisamos aprender a respeitar nossos ritmos e capacidades, que são particulares e inerentes a cada um. A sobrecarga de trabalho ou a demanda da dupla jornada que envolve ter casa e trabalho nunca podem se tornar um veículo para o estresse e negligência à saúde. Nesses casos, por melhor que seja o trabalho, ele deixa de ser elemento de prazer (E4).

Assim sendo, percebe-se que para algumas das entrevistadas a conciliação da vida dupla não é muito fácil, segundo Lima (2009), o conflito entre o trabalho e a família surge a partir do momento que as funções se acumulam, pois irá resultar numa divisão de tempo, onde uma atividade certamente irá receber uma dedicação maior do que a outra. Neste momento, é necessária uma reorganização buscando o equilíbrio sadio entre a vida pessoal e profissional. No caso das outras entrevistadas, provavelmente elas conseguirão encontrar o caminho coerente entre as duas funções e, por isso, consideram suas atividades harmoniosas, prazerosas e motivadoras.

Ante ao exposto, é possível verificar que a trajetória de carreira de ambas as entrevistadas foi semelhante, independentemente da área de atuação. Diante disso, é possível afirmar que para gerenciar um cargo de liderança é necessário bastante preparo acadêmico e pessoal, independente de gênero. No caso do gênero feminino, elas ainda precisaram lidar com a discriminação e preconceito.

## 5 Considerações Finais

A análise da trajetória de carreira de mulheres em cargos de liderança na região central do Rio Grande do Sul e, em diferentes áreas de atuação evidenciou que, as entrevistadas demonstraram que possuem mais de uma formação acadêmica e preparação suficiente para assumir cargos de liderança. Além disso, afirmam que a escolha de suas profissões não foi influenciada por fatores externos, como o preconceito de gênero.

As líderes entrevistadas relataram enfrentar desafios como a baixa idade, vida acadêmica dupla, machismo, preconceitos e inexperiência administrativa, que podem ter sido fundamentais para a formação pessoal e profissional delas. Esses fatores podem ter contribuído para o desenvolvimento de habilidades, como flexibilidade para lidar com pessoas, organização, perfeccionismo, superação e sensibilidade, que fazem a diferença nas suas gestões.

As empresas em que trabalharam trouxeram habilidades para lidar com situações de risco, trabalhar de forma autônoma, precificar serviços e produtos e lidar com pessoas. Além disso, o apoio de familiares, amigos, colegas e outros profissionais foi crucial para o desenvolvimento delas. Essas pessoas foram companheiras, incentivadoras, persistentes e valorizaram a ética e o ser humano.

As entrevistadas também destacam que a tecnologia, o conhecimento e as oportunidades foram as principais diferenças entre quando iniciaram suas atividades e os dias de hoje. Elas acreditam que a dinâmica empresarial de uma empresa para outra não muda muito e é mais fácil de se adaptar, mas o meio externo, que está em constante mudança, exige a busca constante por conhecimento.

Quanto ao apoio dos companheiros, a maioria das entrevistadas relatam que sempre tiveram ajuda dos mesmos, seja em termos de suporte técnico ou de acatar e apoiar suas decisões referentes à empresa ou aos estudos. Por fim, embora elas enfrentem o preconceito por serem mulheres em cargos de liderança, a pesquisa não aborda em detalhes como esse preconceito afetou suas carreiras.

As contribuições teóricas abordam a educação como fator crucial na preparação de profissionais para cargos de liderança. O estudo sugere ainda que fatores externos como insegurança e preconceito baseado em gênero não influenciaram a escolha da profissão. Este destaca ainda desafios enfrentados pelas líderes em suas carreiras: idade, carreiras acadêmicas, duplas, sexismo, preconceito e falta de experiência administrativa. No entanto,



esses desafios podem ter sido fundamentais para o desenvolvimento pessoal e profissional desses líderes, que identificaram atributos como flexibilidade, organização, perfeccionismo, resiliência e sensibilidade como os principais fatores que fazem a diferença em sua liderança.

As contribuições práticas abordam as várias habilidades e conhecimentos que as entrevistadas adquiriram com suas experiências de trabalho, incluindo gerenciamento de riscos, precificação de produtos e serviços e lidar com pessoas. Destaca-se, ainda, a importância do apoio da família, amigos, colegas e outros profissionais no desenvolvimento desses líderes em suas carreiras. E o impacto da tecnologia, conhecimento e oportunidades na adaptação de mudanças e a dificuldade de acompanhar o conhecimento e as habilidades. Fornecer essas informações contribui para o desenvolvimento de líderes femininas e podem ser valiosas para orientar o desenvolvimento de políticas e programas destinados a promover a diversidade de gênero em cargos de liderança.

Embora o estudo tenha apresentado resultados significativos sobre as trajetórias de carreira de mulheres com mais de uma formação acadêmica, há algumas lacunas de pesquisa que podem ser exploradas em estudos futuros. Por exemplo, o estudo não abordou a representatividade das entrevistadas em termos de etnia e orientação sexual, o que pode ter influenciado suas trajetórias e desafios enfrentados. Além disso, o estudo também não explorou em detalhes como as mulheres entrevistadas conseguiram superar as barreiras que enfrentaram em suas trajetórias de carreira, o que poderia ser útil para outras mulheres que estão enfrentando desafios semelhantes.

Uma sugestão de pesquisa futura seria investigar mais a fundo as estratégias que as mulheres utilizaram para superar os obstáculos em suas trajetórias de carreira. Isso poderia incluir entrevistas mais aprofundadas com as entrevistadas originais, bem como uma análise mais ampla de outras mulheres líderes em diferentes setores e indústrias. Além disso, seria interessante explorar como as empresas e organizações podem ajudar a apoiar mulheres em suas trajetórias de carreira, especialmente em termos de promoção da igualdade de gênero e diversidade.

## Referências

ADAMSON, S. J.; DOHERTY, N.; VINEY, C. The meanings of career revisited: Implications for theory and practice. **British Journal of Management**, v. 9, n. 4, p. 251-259, 1998.

ASSIS, Rosiane Hernandez. A inserção da Mulher no Mercado de Trabalho. *In: VI Convibra*, Congresso Virtual Brasileiro de Administração, 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: ed. 70, 2011.

BRASIL. **Mulheres ganham espaço no mercado de trabalho**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/03/mulheres-ganham-espaco-nomercado-de-trabalho>. Acesso em: 08 out. 2027.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R.; MERCADO, C. M.; RICOLD, A. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. *In*: BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. (Orgs.). O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010. Rio de Janeiro: Cepia, Brasília: ONU, 2011.

CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. O. L. O cotidiano de trabalho de policiais femininas: relações de poder e de gênero no policiamento operacional da polícia militar de minas gerais. *In*: **Anais... Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, EnANPAD**, Rio de Janeiro – RJ, 2007.

CARVALHO, T. C. M.; AZEVEDO, A. W. Liderança feminina em biblioteca universitária e sua influência na motivação organizacional. **Ciência da Informação em Revista**, v. 5, n. 3, p. 20-29, 2018.

CHAGAS, M. M.; LACERDA, M. U. F.; PAULA, A. V.; BUENO, R. A. V. P. Mulheres em cargos de liderança: trajetórias femininas nas organizações de trabalho. *In*: ALMEIDA, F. A. (org.). **Psicologia social: por uma ciência comprometida com a transformação Social**. Editora Científica Digital, 2022.

CONVENIA. **Dados colhidos pelo IBGE apontam as principais dificuldades enfrentadas para se obter sucesso na carreira feminina**. 2022. Disponível em: <http://blog.convenia.com.br/os-desafios-da-carreira-feminina/>. Acesso em: 17 jun. 2022.

DANTAS, A. N. J. Desafios enfrentados por mulheres ao assumirem cargos de liderança em empresas. **Contemporânea – Revista de Ética e Filosofia Política**, v. 3, n. 1, 2023.

FARIA, G. S. S.; RACHID, A. Equilíbrio, trabalho e família: os significados para os bancários. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 7, n. 1. 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatística de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2. ed. 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101784>. Acesso em: 01 fev. 2023.

KANAN, A. L. Poder e liderança de mulheres nas organizações de trabalho. **Revista Organizações e Sociedade da UFBA**, Salvador, v. 17, n. 53, p. 243-257, abr./jun., 2010.

LIMA, G. S. Os desafios da carreira da mulher executiva no Brasil. 2009. 125 f. **Dissertação** (Pós-Graduação em Administração) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo, 2009.

LOBO, M. O empoderamento feminino: breves noções históricas. **Revista Eletrônica Sapere Aude**, v. 1, 2019

MELO, H. P.; THOMÉ, D. **Mulheres e Poder**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria. C. S (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 09-29.

O'CONNOR, G. C.; AYERS, A. D. Building a radical innovation competency. **Research Technology Management**, EUA, p. 23-31, jan./fev. 2005.

O'NEIL, D. A. **Working in context: understanding the life-in-career experiences of women**. Weatherhead School of Management, Western Reserve University, 2003.

PAL, M.; GUPTA, H. Sustainable women empowerment at the bottom of the pyramid through credit access. **Equality, Diversity and Inclusion.**, v. 42, n. 1, 2023.

QUELHAS, F. C. Mulheres executivas no Mercado de Trabalho. **Anais do VI Congresso Nacional de Excelência em Gestão - Energia, Inovação, Tecnologia e Complexidade para a Gestão Sustentável**. Rio de Janeiro, 2010.

RAGO, M. Trabalho Feminino e Sexualidade. *In*: **História das mulheres no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

RIBEIRO, R. M.; DE JESUS, R. S. A inserção da mulher no mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Ciências Humanas, [S. l.]**, v. 1, n. 1, 2018.

SCHEIN, E. H. **Identidade Profissional: Como ajustar suas inclinações a suas opções de trabalho**. Ed. Nobel, São Paulo, 1996.

SILVA, G. C. C.; SANTOS, L. M.; TEIXEIRA, L. A. A mulher e sua posição na sociedade - da antiguidade aos dias atuais. **Rev. SBPH.**, v. 8, n. 2, p. 65-76, dez. 2005.

SILVA, V. S.; RODRIGUES, L. L. Liderança Feminina: os desafios das mulheres na liderança organizacional. **Id on line. Revista de Psicologia.**, v. 16, n. 60, 2022.

STEARN, P. N. **História da sexualidade**. São Paulo: Contexto, 2010.

VASCONCELOS, S. D.; MARQUES L. D. T.; SILVA E. M. Conquistas E Dilemas Na Trajetória Profissional Das Mulheres Ocupantes De Cargos De Liderança No Agreste Pernambucano. *In*: **Seminários em Administração**. 2014.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

VIEIRA, G. F. N.; SILVA, T. D. L. **Como elas veem o mundo dos negócios?** Lutas, Conquistas e Estereótipos da mulher no mercado de trabalho a partir da percepção de alunas concluintes do curso de Administração. Convibra, 2017.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e método**. Tradução de Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.



## **Pesquisa qualitativa como proposta metodológica para os estudos com enfoque decolonial**

**Karina Francine Marcelino<sup>1</sup>**  
**Mário César Barreto Moraes<sup>2</sup>**

**Resumo:** Apesar dos avanços significativos no movimento decolonial, persiste o desafio metodológico de fortalecer esse novo conhecimento por meio da inclusão de uma perspectiva libertadora, tanto no discurso quanto nas práticas adotadas. Para explorar tal lacuna, o presente estudo busca compreender as contribuições da pesquisa de natureza qualitativa para os estudos que possuem um enfoque decolonial. Concebido como um ensaio teórico, o estudo fundamenta-se em uma revisão bibliográfica para estabelecer conexões entre metodologias qualitativas e abordagens decoloniais na pesquisa. Delimitando sua análise a um grupo específico de autores e obras, reconhece-se a existência de outras contribuições significativas no campo das metodologias aplicadas aos estudos decoloniais. Os principais resultados destacam que a pesquisa qualitativa emerge como uma alternativa ao apreciar múltiplas percepções, esclarecer significados, verificar a reincidência de observações e interpretações, perceber distintas realidades, atribuir maior riqueza de informações e ampliar a complexidade do estudo. Além disso, dá voz aos participantes, contribuindo para a construção de uma teia de significados que busca promover os interesses emancipatórios dos estudos decoloniais.

**Palavras-chave:** pesquisa qualitativa; decolonialidade; metodologia da pesquisa.

### **Qualitative research as a methodological proposal for studies with a decolonial focus**

**Abstract:** Despite significant advances in the decolonial movement, the methodological challenge of strengthening this new knowledge through the inclusion of a liberating perspective remains, both in the discourse and in the practices adopted. To explore this gap, the present study seeks to understand the contributions of qualitative research to studies that have a decolonial focus. Conceived as a theoretical essay, the study is based on a bibliographical review to establish connections between qualitative methodologies and decolonial approaches in research. Delimiting its analysis to a specific group of authors and works, it recognizes the existence of other significant contributions in the field of methodologies applied to decolonial studies. The main results highlight that qualitative research emerges as an alternative when appreciating multiple perceptions, clarifying meanings, verifying the recurrence of observations and interpretations, perceiving different realities, attributing a greater wealth of information, and increasing the complexity of the study. Furthermore, it gives participants a voice, contributing to the construction of a web of meanings that seeks to promote the emancipatory interests of decolonial studies.

**Keywords:** qualitative research; decoloniality; research methodology.

### **La investigación cualitativa como propuesta metodológica para estudios con enfoque decolonial**

**Resumen:** A pesar de los importantes avances del movimiento decolonial, el desafío metodológico de fortalecer estos nuevos conocimientos mediante la inclusión de una perspectiva liberadora permanece, tanto en el discurso como en las prácticas adoptadas. Para explorar esta brecha, el presente estudio busca comprender las contribuciones de la

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Professora no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). E-mail: [karinamarcelino@gmail.com](mailto:karinamarcelino@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Presidente da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ANGRAD), professor na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: [mario.moraes@udesc.br](mailto:mario.moraes@udesc.br).

investigación cualitativa a los estudios que tienen un enfoque decolonial. Concebido como un ensayo teórico, el estudio se basa en una revisión bibliográfica para establecer conexiones entre metodologías cualitativas y enfoques decoloniales en la investigación. Acotando su análisis a un grupo específico de autores y obras, reconoce la existencia de otros aportes significativos en el campo de las metodologías aplicadas a los estudios decoloniales. Los principales resultados resaltan que la investigación cualitativa surge como una alternativa al apreciar múltiples percepciones, aclarar significados, verificar la recurrencia de observaciones e interpretaciones, percibir realidades diferentes, atribuir mayor riqueza de información y aumentar la complejidad del estudio. Además, da voz a los participantes, contribuyendo a la construcción de una red de significados que busca promover los intereses emancipatorios de los estudios decoloniales.

**Palabras clave:** investigación cualitativa; decolonialidad; metodología de investigación.

## 1 Introdução

As pesquisas decoloniais são abordagens – epistêmicas, teóricas e políticas – que buscam decolonizar o pensamento e oferecer outras reflexões a partir da identificação de outros saberes para além do eurocentrismo. Esses estudos elaboram conhecimento a partir da própria realidade de quem os escreve, sem a necessidade de olhar para a realidade do outro (Ballestrin, 2013). A partir dessa movimentação epistemológica, essas pesquisas buscam entender a relação entre sujeito e objeto de estudo, que deve ser de interesse coletivo e não individual do pesquisador (Dulci; Malheiros, 2021). O pensamento decolonial sugere a identificação e a superação da colonialidade do poder, do saber e do ser, apresentando-se como um desafio a ser considerado pela ciência e teoria política estudada no Brasil (Ballestrin, 2013).

Pesquisas dessa natureza tiveram início nos anos 1990 a partir do pensamento do Grupo Modernidade/Colonialidade, o qual era formado por intelectuais latino-americanos situados em diversas universidades das Américas (Ballestrin, 2013). Desde então, há um significativo avanço na produção acadêmica que busca decolonizar o conhecimento para além do eurocentrismo e oferecer outras leituras da história e das relações de poder na América Latina (Ballestrin, 2013; Dulci; Malheiros, 2021). Pesquisas que destacam a ideia das epistemologias do Sul (Santos; Menezes, 2017). Estudos como o de Mignolo (2017) que argumentam em favor da importância de decolonizar o pensamento, o qual revelam perspectivas alternativas sobre a realidade e interpretações históricas diversas, que tradicionalmente foram marginalizadas ou suprimidas. Outros estudos que abordam raça, classe, gênero, a partir de uma perspectiva interseccional, os quais revelam que esses marcadores sociais reforçam o sistema de poder, dominação e opressão (Gomes, 2018). Além de pesquisas que desvendam diferentes maneiras de conceber a humanidade, modos de vida,

formas de existência, experiências e relações que foram ocultadas, apagadas, silenciadas ou excluídas pela modernidade colonial, sustentada por hierarquias e estruturas de poder (Torres, 2024).

Contudo, apesar do significativo avanço do movimento decolonial, ainda há o desafio metodológico de fortalecer esse novo conhecimento a partir da inserção de uma perspectiva libertadora, tanto no campo discursivo como na esfera da ação (Barbosa, 2023; Dulci; Malheiros, 2021). A partir desse entendimento, reações à forma tradicional de fazer ciência, somadas à maior complexidade dos fenômenos estudados, contribuem para o surgimento de novas possibilidades epistemológicas (Sousa Santos, 1988), sendo a pesquisa qualitativa um dos possíveis caminhos para essa abertura (Leal, 2020).

Nesse contexto, surge a seguinte problemática: **como a pesquisa qualitativa pode contribuir para os estudos decoloniais?** A partir da problemática apresentada, este estudo tem como objetivo **compreender as contribuições da pesquisa de natureza qualitativa para os estudos que possuem um enfoque decolonial**. Para isso, pretende-se apresentar reflexões teóricas que ilustrem as perspectivas em torno das pesquisas de natureza qualitativa e as pesquisas decoloniais.

O presente estudo foi concebido como um ensaio teórico, especificamente como uma síntese teórica (Jaakkola, 2020), o qual se fundamenta em uma revisão bibliográfica que visa alcançar a integração conceitual entre metodologias qualitativas e abordagens decoloniais na pesquisa. De acordo com Cervo, Bervian e Silva (2007), o ensaio teórico se baseia em fontes teóricas já publicadas. No entanto, Marconi e Lakatos (2008) enfatizam que a pesquisa bibliográfica não se limita à mera reprodução de ideias, mas propõe uma nova perspectiva sobre o tema estudado, resultando em conclusões originais e inovadoras.

Para demarcar as fronteiras desta análise, este estudo concentrou-se em um conjunto específico de autores e obras, reconhecendo que existem outras contribuições significativas no campo das metodologias aplicadas a estudos decoloniais. É importante destacar que a busca por estabelecer conexões com pesquisas qualitativas baseia-se na premissa central de que as ciências sociais aplicadas enfrentam o desafio de navegar por terrenos que fomentem diálogos críticos sobre temas como democracia, raça, gênero, classe, Estados-nações, globalização, liberdade e comunidade (Denzin; Lincoln, 2006, p.16). Essa abordagem é fundamentada em metodologias crítico-reflexivas, visando uma compreensão mais profunda e contextualizada desses fenômenos sociais complexos.

O ensaio teórico está estruturado considerando a discussão sobre as perspectivas em torno das pesquisas de natureza qualitativa e das pesquisas com enfoque decolonial; na sequência, identificando as contribuições das pesquisas qualitativas para os estudos que versam sobre tais assuntos; e, finalizando com considerações conclusivas a respeito das escolhas realizadas.

## **2 Pesquisas de Natureza Qualitativa**

A pesquisa qualitativa é um método de investigação científica que se concentra na análise profunda de fenômenos sociais, comportamentos humanos e experiências subjetivas. Esta perspectiva de pesquisa busca compreender os significados, motivações e contextos por trás das ações e percepções das pessoas. Para Creswell (1994, p. 1-2) a pesquisa qualitativa trata-se de “um processo de investigação de compreensão de um social ou humano problema baseado na construção de uma imagem holística complexa, formado com palavras, relatando visões detalhadas dos informantes, e conduzido em um ambiente natural”.

A pesquisa de natureza qualitativa abrange diversos paradigmas teóricos e utiliza uma variedade de abordagens metodológicas e estratégias investigativas. Esse campo de estudo incorpora diferentes técnicas, incluindo, mas não se limitando a, estudos de caso, narrativas orais, observação participante, pesquisa-ação, etnografia, netnografia, autoetnografia, entrevistas em profundidade, teoria fundamentada e investigação ativa. Cada uma dessas abordagens oferece perspectivas únicas para explorar e compreender fenômenos sociais e comportamentais de maneira aprofundada e contextualizada (Creswell, 1998; Denzin e Lincoln, 2011; Lanka *et al.*, 2021; Strauss e Corbin, 1990).

Conforme Minayo (2001, p. 14) a metodologia qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. A pesquisa qualitativa caracteriza-se como uma abordagem baseada na indução e na interpretação, que se desenvolve no contexto natural dos fenômenos estudados. Ela busca compreender pessoas, casos específicos, situações sociais e processos em seus ambientes naturais. O objetivo principal é desvendar, por meio de descrições detalhadas, as interpretações e os sentidos que os indivíduos atribuem às suas vivências e à sua percepção do mundo ao seu redor. Esta metodologia valoriza a complexidade e a riqueza das experiências humanas em seu estado mais genuíno (Yilmaz, 2013).

Essas definições convergem para uma compreensão similar da pesquisa qualitativa, caracterizando-a como uma abordagem que emprega métodos indutivos, subjetivos e interpretativos na coleta e análise de dados. Estes conceitos destacam a importância de conduzir a pesquisa em ambientes onde os fenômenos em estudo ocorrem espontaneamente, destacando a complexidade das experiências humanas e buscando compreendê-las em seu contexto original. Além disso, ambas as definições enfatizam a dimensão social e humana da pesquisa, focando-se na maneira como os indivíduos percebem, vivenciam e atribuem significado ao mundo ao seu redor (Lanka *et al.*, 2021)

Embora a pesquisa qualitativa esteja ganhando espaço, essa perspectiva metodológica ainda enfrenta desafios para ser reconhecida como uma metodologia válida na literatura de gestão, especialmente em periódicos de destaque na América do Norte e Europa (Bluhm *et al.*, 2011). Isso se deve, em parte, à predominância das tradições positivistas, empiristas e quantitativas, particularmente no Norte Global. Essa prevalência pode resultar na avaliação inadequada da pesquisa qualitativa com base em critérios e paradigmas quantitativos. Além disso, Pratt (2009) aponta para a ausência de um conjunto padronizado de critérios e modelos para conduzir e relatar pesquisas qualitativas.

Para complementar essa visão, Denzin e Lincoln (2011) argumentam que a pesquisa qualitativa oferece uma abordagem mais flexível e interpretativa, capaz de capturar nuances que métodos quantitativos podem não detectar. Adicionalmente, Gioia, Corley e Hamilton (2013) propõem que a pesquisa qualitativa é fundamental para o desenvolvimento de novas teorias e para a compreensão aprofundada de fenômenos organizacionais complexos. Tracy (2010) sugere que, para superar esses desafios, é necessário estabelecer critérios de qualidade específicos para a pesquisa qualitativa, que respeitem sua natureza única e suas contribuições distintas para o campo da gestão.

A pesquisa qualitativa fundamenta-se na premissa epistemológica de que os fenômenos psicológicos e sociais são intrinsecamente complexos e interligados, tornando sua separação em variáveis mensuráveis impraticável ou, no mínimo, desafiadora (Bryman, 1984; Denzin; Lincoln, 2011). Esta abordagem argumenta que o comportamento humano é determinado por indivíduos conscientes e criativos, dotados de compreensões únicas do mundo em que vivem e atuam (Weinberg, 2014, p. 49).

Nesta perspectiva epistemológica, o conhecimento é obtido através de uma descrição minuciosa dos fenômenos, a partir da visão dos próprios indivíduos envolvidos, considerados os verdadeiros produtores desses fenômenos (Bryman, 1984). A teoria desempenha um papel



fundamental na pesquisa qualitativa, pois as informações coletadas a partir de relatos subjetivos permitem validar teorias existentes ou, mais frequentemente, fornecem a base para sua modificação, visando uma melhor explicação do fenômeno em estudo (Ahrens; Chapman, 2006).

Para complementar essa visão, Creswell (2013) argumenta que a pesquisa qualitativa é particularmente valiosa quando se busca explorar e compreender o significado que indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano. Stake (2010) acrescenta que a pesquisa qualitativa é essencial para capturar a complexidade das situações, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes. Esta abordagem permite uma exploração rica e detalhada que vai além da superfície dos eventos observáveis. Além disso, Merriam e Tisdell (2015) enfatizam que a pesquisa qualitativa é caracterizada por sua flexibilidade e capacidade de se adaptar ao contexto em estudo, permitindo uma compreensão mais profunda e holística dos fenômenos sociais.

### **3 Pesquisas com Enfoque Decolonial**

O pensamento decolonial trata-se de uma abordagem teórica e metodológica que surgiu na América Latina na década de 1990, com o objetivo de analisar e desconstruir as estruturas de poder e dominação herdadas do período colonial (Ballestrin, 2013; Oliveira; Lucini, 2021). Seus principais autores incluem Aníbal Quijano (Quijano, 2019), que cunhou o conceito de "colonialidade do poder", Enrique Dussel e sua filosofia da libertação (Dussel, 1993), Walter D Mignolo e sua crítica ao eurocentrismo (Mignolo, 1998; 2010; 2017), e Catherine Walsh, que enfatiza a importância da decolonialidade como projeto de libertação social, política, cultural e econômica (Walsh; Mignolo, 2006; Walsh, 2012).

Essa perspectiva teórica e metodológica é uma corrente crítica de pensamento, ação e experiência social com ativistas sociais e intelectuais de centro acadêmicos, mas sobretudo comunidades, coletivos e povos diversos da América Latina e Caribe (Gómez Hernández, 2018). Esse pensamento, também conhecido como giro decolonial, apresenta-se como uma perspectiva de deslocamento epistêmico na esfera social e acadêmica.

O pensamento decolonial se coloca como uma alternativa para dar voz e visibilidade aos povos subalternizados e oprimidos que durante muito tempo foram silenciados. Ele argumenta que as normas e ideias construídas pelas grandes potências perpetuam a colonialidade.

Autores como Santos (2009), com seu conceito de "pensamento abissal", apontam para a distinção colonial entre o lado "visível" das metrópoles e o lado "invisível" dos territórios coloniais, separados por "linhas abissais" que definem a inexistência social e a subalternidade daqueles que estão do outro lado. Para Santos (2009), romper com as barreiras da colonialidade requer um "pensamento pós-abissal" que reconheça a co-presença igualitária de diferentes formas de conhecimento e de vida.

A decolonialidade se coloca como um projeto de libertação social, política, cultural e epistemológica que visa desconstruir os mitos do eurocentrismo e da modernidade ocidental, dando centralidade aos saberes, memórias e experiências dos povos colonizados (Ballestrin, 2013; Dulci; Malheiros, 2021; Oliveira; Lucini, 2021).

Os principais desafios enfrentados pelas pesquisas com enfoque decolonial são:

1. **Romper com a hegemonia dos modelos epistemológicos e metodológicos eurocêntricos:** pesquisar sob a perspectiva decolonial requer desafiar e desconstruir os modelos hegemônicos de produção de conhecimento oriundos do pensamento ocidental moderno. A colonialidade do saber perpetua a subalternização de epistemologias não-ocidentais, negando a diversidade de formas de produzir conhecimento (Ballestrin, 2013; Dulci; Malheiros, 2021; Mignolo, 2017).
2. **Adotar uma metodologia dialógica e interdisciplinar:** as pesquisas decoloniais demandam uma abordagem dialógica que respeite as diferenças e um posicionamento ético, além de um diálogo entre diferentes campos disciplinares. Deve enfatizar em metodologia transdisciplinar decolonial que supere os limites das disciplinas europeias e valorize epistemologias subalternizadas (Dulci; Malheiros, 2021; Fanon, 2009; Maldonado-Torres, 2015; Maldonado-Torres, 2016).
3. **Superar a ênfase no discurso colonial:** os estudos pós-coloniais dão muita ênfase ao discurso colonial, enquanto a perspectiva decolonial busca focar nas estruturas econômicas e no sistema-mundo. A colonialidade do poder, do saber e do ser são dimensões constitutivas da modernidade capitalista que não podem ser reduzidas ao discurso colonial (Mignolo, 2017). As pesquisas com enfoque decolonial devem ir além de uma disputa discursiva, mas também envolver a transformação radical das relações de poder presentes nas estruturas econômicas, políticas e epistêmicas da colonialidade. Demanda uma abordagem transdisciplinar que dialogue com a teoria crítica, a economia política e os movimentos sociais (Dulci; Malheiros, 2021; Penna, 2014).

Dessa forma, os desafios enfrentados pelas pesquisas com enfoque decolonial envolvem romper com a hegemonia das perspectivas metodológicas, epistemológicas e a colonialidade do saber, adotar uma metodologia dialógica e interdisciplinar e superar a ênfase no discurso colonial, articulando suas contribuições com diferentes campos do conhecimento.

Portanto, a pesquisa qualitativa apresenta-se como uma proposta metodológica fundamental para avançar na consolidação do pensamento e dos estudos com enfoque decolonial. Ao valorizar a interculturalidade, a transdisciplinaridade e o diálogo de saberes, a pesquisa qualitativa pode contribuir para a decolonização do conhecimento e a construção de alternativas epistêmicas e ontológicas que deem centralidade aos sujeitos e experiências historicamente subalternizados. Nesse sentido, a articulação entre teoria e método, entre reflexão crítica e transformação social, é um elemento-chave para a consolidação de uma agenda decolonial comprometida com a justiça social, do poder, do saber e do ser.

#### **4 Contribuições das Pesquisas Qualitativas para os Estudos Decoloniais**

Considerando que a investigação qualitativa fornece *insights* detalhados e explicações contextuais para os desafios enfrentados na prática da gestão moderna (Lanka *et al.*, 2021), e resgatando o objetivo deste estudo - compreender as contribuições da pesquisa de natureza qualitativa para os estudos que possuem um enfoque decolonial -, entende-se que para as pesquisas que almejam uma abordagem decolonial, é fundamental reconsiderar não apenas os fundamentos epistemológicos das teorias que as embasam, mas também os métodos empregados em sua elaboração. Essa perspectiva exige uma reformulação da relação entre sujeito e objeto, reconhecendo que o objeto de estudo deve emergir de um processo coletivo, envolvendo as comunidades e grupos que a pesquisa visa abordar, ao invés de ser determinado unilateralmente pelo pesquisador (Dulci; Malheiros, 2021). O desafio de conduzir pesquisas com orientação decolonial implica em uma ruptura com as metodologias tradicionais, especialmente aquelas de caráter positivista-funcionalista. Isso requer a exploração de novas possibilidades que transcendam a "colonialidade metodológica" predominante em muitas áreas de pesquisa.

Complementando essa visão, as pesquisas com enfoque decolonial propõem uma ampliação e atualização dos ideais de democratização do conhecimento, buscando superar modelos dominantes e abordar fenômenos complexos de forma mais abrangente. Essa abordagem visa promover um campo epistêmico social e democrático que não negligencie os

diversos sujeitos do conhecimento.

Os teóricos do pensamento decolonial, em especial, os autores do “Grupo Modernidade/Colonialidade” se dedicam a tratar de um dos conceitos-chave do “giro decolonial”, qual seja, a colonialidade, bem como suas derivações, especialmente colonialidade do poder, colonialidade do ser e colonialidade do saber. Ao tratar especificamente da decolonialidade proposta pelo referido Grupo, Ballestrin (2013) evidencia que diversos autores, tanto dos centros quanto das periferias da produção do conhecimento geopolítico, contestam as visões universalistas centradas no etnocêntrico, no eurocentrismo teórico, no nacionalismo metodológico, no positivismo epistemológico e no neoliberalismo científico presentes no *mainstream* das ciências sociais.

Ao questionar o *mainstream* das ciências sociais demonstra seu valor, assim como outros paradigmas alternativos. Essa abordagem metodológica enfrenta desafios para ser reconhecida como uma escolha válida, devido à prevalência das tradições positivistas, empiristas e quantitativas (Lanka *et al.*, 2021). Contudo, para Sousa Santos (1988) as ciências sociais são inerentemente subjetivas, pois buscam compreender os fenômenos sociais a partir das perspectivas mentais e dos significados que os atores sociais atribuem às suas ações. Consequentemente, torna-se necessário empregar métodos investigativos e critérios epistemológicos qualitativos para obter um conhecimento intersubjetivo, descritivo e compreensivo.

Ao abordar temas como gênero, classes sociais e relações étnico-raciais, é fundamental adotar perspectivas que promovam um questionamento profundo e reflexivo, proporcionando uma visão realista e humanizada dos fenômenos estudados. Esta abordagem alinha-se com a visão de Cunha e Rego (2019), que destacam a importância dos métodos qualitativos na construção e desenvolvimento de teorias, permitindo uma análise próxima, reflexiva e contextualizada dos fenômenos.

A adoção de uma postura crítico-reflexiva, especialmente através de uma lente decolonial, apresenta uma forte afinidade com a pesquisa qualitativa. Esta convergência metodológica possibilita uma compreensão mais profunda e nuançada das complexidades sociais, culturais e históricas inerentes a esses temas. Além disso, essa abordagem permite desafiar narrativas dominantes e explorar perspectivas marginalizadas, contribuindo para uma produção de conhecimento mais inclusiva e representativa. A pesquisa qualitativa, neste contexto, serve como um instrumento valioso para capturar as nuances e subjetividades das experiências humanas, essenciais para uma compreensão holística das questões de gênero,

classe e etnia.

Complementarmente, Denzin e Lincoln (2018) argumentam que a pesquisa qualitativa é inerentemente uma abordagem interpretativa, capaz de oferecer *insights* únicos sobre a complexidade da vida social. Esta característica torna-a particularmente adequada para investigar temas presentes nos estudos com enfoque decolonial. A abordagem qualitativa, conforme destacado por Cunha e Rego (2019), tem como característica fundamental o foco na dimensão processual da realidade. Esta ênfase é particularmente relevante considerando a natureza dinâmica e em constante evolução da realidade social. Esta perspectiva ganha ainda mais relevância quando consideramos epistemologias alternativas que desafiam a colonialidade do conhecimento. Tais abordagens são cruciais no contexto atual, marcado por um agravamento e expansão das desigualdades e assimetrias em escala global, como apontado por Abdalla e Faria (2017).

Segundo Alperstedt e Andion (2017), a pesquisa qualitativa nos convida a repensar os métodos tradicionais de produção científica. Esta abordagem desafia a premissa de que os problemas de pesquisa existem de forma independente e prévia, aguardando soluções prontas. Em vez disso, propõe uma problematização mais profunda da realidade. Esta perspectiva promove uma aproximação significativa entre o conhecimento científico e os saberes práticos, borrando as fronteiras convencionais entre verdade e valor, ciência e política. Ao fazer isso, a pesquisa qualitativa abre caminho para uma compreensão mais holística e contextualizada dos fenômenos sociais.

O processo de construção do conhecimento, conforme destacado por Alperstedt e Andion (2017), é fundamentalmente um ato de co-criação que ocorre na interação com o mundo. Este processo, denominado interobjetivação, leva em consideração uma diversidade de perspectivas, interesses, desejos e aspirações. Em essência, nossa compreensão da realidade se dá através de um processo de objetivação, no qual buscamos dar sentido e estrutura ao que observamos e experimentamos. Esta visão se alinha com a abordagem decolonial - em suas dimensões epistêmica, teórica e política - que, segundo Abdalla e Faria (2017), tem o potencial de revelar conhecimentos que permanecem latentes ou subalternizados, especialmente em áreas funcionais que tradicionalmente têm sido marginalizadas em relação aos estudos organizacionais e críticos de gestão.

A partir desse entendimento é crucial desenvolvermos uma consciência e sensibilidade em relação ao seu potencial impacto simbólico, como apontado por Oliveira e Davel (2021). Estes autores argumentam que nossa produção científica deve ter como objetivo gerar

símbolos e representações que estimulem a sociedade a refletir, questionar e romper com visões de mundo, conhecimentos e representações opressoras. Quando aplicamos esta perspectiva às pesquisas com enfoque decolonial, compreendemos que cada resultado carrega uma significativa carga simbólica. Este impacto simbólico, por sua vez, abre caminhos para o reconhecimento da necessidade de que as narrativas sejam construídas não apenas a partir do interior do mundo considerado 'moderno', mas também de suas margens e fronteiras, como sugere Leal (2020).

Além disso, ao abordamos estudos sob o enfoque decolonial, observa-se uma tendência predominante para abordagens de natureza interpretativa. Saccol (2009) destaca que o paradigma interpretativista se posiciona como uma das principais alternativas ao paradigma positivista na pesquisa científica. Na perspectiva interpretativista, o resultado de uma investigação não é compreendido como a revelação de fatos objetivos ou de uma realidade absoluta. Em vez disso, o que se obtém é a interpretação do pesquisador sobre as interpretações dos indivíduos envolvidos no fenômeno estudado. Esta abordagem reconhece a subjetividade inerente ao processo de pesquisa e valoriza as múltiplas perspectivas dos participantes.

Conforme Ballestrin (2013), a decolonialidade compartilha da proposta de uma epistemologia crítica às concepções dominantes de modernidade. Nesse contexto, a pesquisa qualitativa, com sua ontologia que considera a interação entre sujeito e objeto, se alinha com os estudos decoloniais ao reconhecer que a realidade social é produto da negociação e compartilhamento de significados entre as pessoas. Isso significa que a realidade não é vista como algo objetivo e independente da mente humana, nem como fruto da percepção individual de cada indivíduo isoladamente. Em vez disso, a realidade é percebida e "criada" numa instância coletiva, ou seja, nas percepções do mundo que compartilhamos em sociedade, tornando-a intersubjetiva (Saccol, 2009).

Considerando que os estudos decoloniais têm um caráter emancipatório, buscando se desvincular do que é tido como certo para se ater ao que é contraditório e não evidente, a pesquisa qualitativa se apresenta como uma alternativa promissora. Isso porque a abordagem qualitativa valoriza múltiplas percepções, esclarece significados, verifica a recorrência de observações e interpretações, percebe distintas realidades, atribui maior riqueza de informações e amplia a complexidade do estudo. Além disso, a pesquisa qualitativa dá voz aos participantes, com o objetivo de construir uma teia de significados sobre o fenômeno de interesse, como destacado por Leal (2020). Essa característica se alinha com os interesses

emancipatórios dos estudos decoloniais, que buscam desafiar narrativas dominantes e valorizar perspectivas marginalizadas.

Diante desse contexto, a pesquisa de natureza qualitativa como proposta metodológica atende às lacunas e desafios enfrentados pelas pesquisas com enfoque decolonial, pois rompe com a hegemonia dos modelos epistemológicos e metodológicos eurocêntricos (Ballestrin, 2013; Mignolo, 2017; Dulci; Malheiros, 2021) por meio de uma metodologia dialógica e interdisciplinar (Dulci; Malheiros, 2021; Fanon, 2009; Maldonado-Torres, 2015; Maldonado-Torres, 2016) superando a ênfase no discurso colonial, articulando suas contribuições com diferentes campos do conhecimento (Dulci; Malheiros, 2021; Penna, 2014; Mignolo, 2017).

## **5 Considerações Finais**

O objetivo deste ensaio teórico foi compreender as contribuições da pesquisa qualitativa para os estudos que possuem um enfoque decolonial. A partir da revisão bibliográfica e das conexões e reflexões estabelecidas, compreende-se que a pesquisa qualitativa se apresenta como uma proposta metodológica para os estudos com enfoque decolonial. A pesquisa qualitativa oferece uma abordagem metodológica alinhada com o pensamento decolonial, pois possui um alinhamento ontológico e epistemológico, valoriza perspectivas historicamente marginalizadas, compreende as experiências vividas e os significados atribuídos, e possui potencial para produzir conhecimentos engajados e socialmente relevantes.

Como principais contribuições teóricas, tem-se que é fundamental que o campo das ciências sociais aplicadas estabeleçam conexões cada vez mais estreitas com a realidade em constante transformação, atendendo às suas necessidades e demandas emergentes. Isso requer uma abertura da ciência administrativa para novas experimentações nos âmbitos epistêmico, teórico e metodológico (Alperstedt; Andion, 2017). Nesse contexto, as metodologias qualitativas aplicadas em pesquisas decoloniais se apresentam como uma alternativa promissora para essas novas experimentações. A pesquisa qualitativa, alinhada com os princípios decoloniais, permite uma compreensão mais profunda e contextualizada da realidade social, valorizando múltiplas perspectivas e dando voz a grupos historicamente marginalizados.

Diante disso, Spyer Dulci e Rocha Malheiros (2021) argumentam que pensar

metodologias para estudos decoloniais implica em considerar ferramentas além daquelas que hierarquizam e objetificam povos e vozes historicamente subalternizados e silenciados. Trata-se de um esforço para trazer à tona os caminhos de conhecimento que foram relegados às margens. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa se apresenta como uma alternativa metodológica emancipadora, compatível e viável para os estudos decoloniais. Essa abordagem permite dar voz a perspectivas marginalizadas e valorizar a pluralidade de experiências e interpretações, em oposição a métodos que tendem a padronizar e objetificar os sujeitos da pesquisa.

Todo esse entendimento dialoga com a perspectiva apresentada por Alperstedt e Andion (2017), pois, segundo as autoras, a ausência de responsabilização pelas finalidades sociais daquilo que se produz na pesquisa acadêmica tem como efeito a formação de pesquisadores pouco críticos e reflexivos. Ou seja, ao desconsiderar, nos estudos decoloniais, as classificações fruto da formação colonial, bem como as relações de exploração, dominação e conflito inerentes à colonialidade (Ballestrin, 2013), as investigações estarão enviesadas e irresponsáveis quanto aos aspectos sociais.

Indo ao encontro de Ballestrin (2013), o conceito de colonialidade se apresenta como um princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo. A decolonialidade, por sua vez, basicamente significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico. O caráter dinâmico e conflitivo desse fenômeno se apresenta como uma oportunidade de reflexão e de articulação de suas especificidades à totalidade da qual ele é parte constitutiva, na busca por sua essência qualitativa. As escolhas por fenômenos ou objetos de estudo refletem uma racionalidade subjacente. Elas são um reflexo de como se enxerga o mundo. E o conhecimento sobre a realidade depende das práticas humanas, sendo construído por meio da interação entre as pessoas e o mundo. Essa concepção de interação entre sujeito e objeto relaciona-se com os preceitos da decolonialidade.

A ciência social aplicada necessita estabelecer um diálogo profundo com a decolonialidade, especialmente a partir de uma perspectiva qualitativa. Isso porque a lógica dominante do eurocentrismo precisa ser contestada de forma a construir resultados de pesquisas que questionem, reflitam e rompam com paradigmas hegemônicos até então vigentes. Essa abordagem permitirá que os resultados de pesquisa apreendam o valor sutil, profundo e estruturante que podem acarretar para o desenvolvimento e transformação da sociedade e das organizações (Oliveira; Davel, 2021; Alperstedt; Andion, 2017). A pesquisa



qualitativa contribuirá significativamente para a compreensão de outros saberes que desvendem a colonialidade epistêmica, a colonialidade do poder e a colonialidade do ser, a partir de uma perspectiva crítico-reflexiva. Essa abordagem permitirá uma análise mais profunda e contextualizada dos fenômenos sociais, valorizando a pluralidade de perspectivas e experiências.

Por fim, observa-se que a discussão aqui apresentada requer, sem dúvida, um aprofundamento teórico-metodológico mais amplo, bem como uma maior exploração de conhecimentos relacionados a outros estudos que possam, por sua vez, enriquecer a presente reflexão, ratificando ou contestando os posicionamentos formulados e apresentados. É, portanto, em virtude de estar ainda em processo de construção de um novo pensamento que o presente ensaio teórico se apresenta como uma proposta de oferecer contribuições para uma reflexão sobre as pesquisas qualitativas para os estudos que possuem um enfoque decolonial.

### **Financiamento**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) - CP nº 48/2021.

### **Referências**

ABDALLA, M. M.; FARIA, A. Em defesa da opção decolonial em administração/gestão. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 914-929, out./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395155249>. Acesso em: 11 set. 2021.

AHRENS, T.; CHAPMAN, C. S. Doing qualitative field research in management accounting: Positioning data to contribute to theory. **Accounting, Organizations and Society**, v. 31, n. 8, p. 819-841, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.aos.2006.03.007>.

ALPERSTEDT, G. D.; ANDION, C. Por uma pesquisa que faça sentido. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 57, n. 6, p. 626-631, nov./dez. 2017.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, mai. 2013.

BARBOSA, V. L. E. Decolonialidade e Serviço Social: um debate emergente. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 138, p. 242-257, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.308>.

BLUHM, D. J. *et al.* Qualitative research in management: A decade of progress. **Journal of**

**Management Studies**, v. 48, n. 8, p. 1866-1891, 2011.

BRYMAN, A. The debate about quantitative and qualitative research: a question of method or epistemology? **British Journal of Sociology**, v. 35, n. 1, p. 78-92, 1984. Disponível em: <http://doi.org/10.2307/590553>.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CRESWELL, J. W. **Qualitative inquiry and research design: Choosing among five traditions**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1998.

CRESWELL, J. W. **Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2013.

CRESWELL, J. W. **Research design: Qualitative & quantitative approaches**. London: Sage Publications, 1994.

CUNHA, M. P. E.; REGO, A. Métodos qualitativos nos estudos organizacionais e de gestão. **Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa**, Lisboa, v. 18, n. 3, p. 188-206, 30 dez. 2019.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **The SAGE handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2011.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. (Eds.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DULCI, T. M. S.; MALHEIROS, M. R. Um giro decolonial à metodologia científica: apontamentos epistemológicos para metodologias desde e para a América Latina. **Revista Espirales**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 174-193, 2021. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/2686>. Acesso em: 8 jul. 2024.

DUSSEL, E. Europa, modernidad y eurocentrismo. **Revista de Cultura Teológica**, São Paulo, n. 4, p. 69-81, 1993.

FANON, F. **Piel negra, máscaras blancas**. Madrid: Editorial Akal, 2009.

GIOIA, D. A.; CORLEY, K. G.; HAMILTON, A. L. Seeking qualitative rigor in inductive research: Notes on the Gioia methodology. **Organizational Research Methods**, v. 16, n. 1, p. 15-31, 2013.

GOMES, C. M. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 65-82, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2018.1.28209>.

GÓMEZ HERNÁNDEZ, E. **¿Por qué trabajo social intercultural y decolonial?** 2018a. Disponível em: <https://www.celats.org/11-noticias/46-por-que-trabajo-socialintercultural-y-decolonial>. Acesso em: 6 dez. 2023.

JAAKKOLA, E. Designing conceptual articles: four approaches. **AMS review**, v. 10, n. 1, p.

18-26, 2020.

LANKA, E. *et al.* Why we need qualitative research in management studies. **Revista de Administração Contemporânea**. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2021200297.en>.

LEAL, F. G. **Bases Epistemológicas dos discursos dominantes de ‘Internacionalização da Educação Superior’ no Brasil**. 2020. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

MALDONADO-TORRES, N. Rousseau and Fanon on inequality and the human sciences. *In*: GORDON, Jane; ROBERTS, Neil (Eds.). **Creolizing Rousseau**, p. 121-142. London: Rowman & Littlefield, 2015.

MALDONADO-TORRES, N. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 75-97, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100005>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa e elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MERRIAM, S. B.; TISDELL, E. J. **Qualitative research: A guide to design and implementation**. 4. ed. San Francisco: John Wiley & Sons, 2015.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 2-18, 22 jun. 2017

MIGNOLO, W. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

MIGNOLO, W. Postoccidentalismo: el argumento desde América Latina. *In*: CASTROGÓMEZ, S.; MENDIETA, E. (ed.). **Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate**. México: Miguel Ángel Porrúa, 1998. p. 26-50.

MIGNOLO, W. Desafios decoloniais hoje. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, E. S.; LUCINI, M. O pensamento decolonial: conceitos para pensar uma prática de pesquisa de resistência. **Boletim Historiar**, v. 8, n. 01, 2021.

OLIVEIRA, J. S.; DAVEL, E. P. B. Symbolic Impact of Research. **Organizações & Sociedade**, v. 28, n. 96, p. 1-7, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-92302021v28n9600PT>. Acesso em: 11 set. 2021.

PENNA, C. Paulo Freire no pensamento decolonial: um olhar pedagógico sobre a teoria pós-colonial latino-americana. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 8, n. 2, p. 164-180, 2014.

PRATT, M. G. From the editors: For the lack of a boilerplate: Tips on writing up (and reviewing) qualitative research. **Academy of Management Journal**, v. 52, n. 5, p. 856-862, 2009.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. **Espacio Abierto**, v. 28, n. 1, p. 255-301, 2019.

SACCOL, A. Z. Um retorno ao básico: Compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 2, n. 2, p. 250-269, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273420378007>.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 31-83.

SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. **Epistemologias do Sul**. 2017 Disponível em: [http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/epistemologias\\_do\\_sul\\_boaventura.pdf](http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/epistemologias_do_sul_boaventura.pdf). Acesso em: 1 jun. 2024.

SOUSA SANTOS, B. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, p. 46-71, 1988.

STAKE, R. E. **Qualitative research: Studying how things work**. New York: Guilford Press, 2010.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Basics of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1990.

TORRES, I. C. Por um pensamento ecológico e decolonial: saberes ancestrais e agenciamento político de mulheres indígenas na Amazônia. Entrevista concedida a SILVA, Tatiana Raquel Reis. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 28, n. 1, 2024.

TRACY, S. J. Qualitative quality: Eight "big-tent" criteria for excellent qualitative research. **Qualitative Inquiry**, v. 16, n. 10, p. 837-851, 2010.

WALSH, C. E.; MIGNOLO, W.; LINERA, Á. G. **Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2006.

WALSH, C. Interculturalidad crítica/pedagogia de-colonial. **Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas**, v. 3, n. 6, p. 25-42, 2012.

WEINBERG, D. **Contemporary social constructionism: Key themes**. Philadelphia: Temple University Press, 2014.

YILMAZ, K. Comparison of quantitative and qualitative research traditions: Epistemological, theoretical, and methodological differences. **European Journal of Education**, v. 48, n. 2, p. 311-325, 2013.



## Panorama das publicações sobre cooperativas nos congressos da SOBER

Gevair Campos<sup>1</sup>

Jessica Kamilla Mendes Pereira-Campos<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo deste trabalho foi identificar as produções na literatura nacional sobre cooperativas, publicadas nos anais dos Congressos da SOBER. Metodologicamente, a pesquisa consiste em uma revisão sistemática de literatura com abordagem qualitativa. Os principais resultados indicam que a maioria dos trabalhos tem as cooperativas como objeto de estudo, sendo esta a palavra-chave mais frequente. A maioria das publicações está no GT6, dedicado ao tema, e a maioria dos pesquisadores publicou apenas um trabalho no congresso durante o período estudado. As instituições que mais publicaram foram UFV, UFMG e UFSM. Destaca-se também que mais de 90% dos estudos são realizados por universidades ou instituições dentro de seus estados de origem, e, quando realizados em outros estados, predominam os estudos em estados limítrofes.

**Palavras-chave:** cooperativas; revisão sistemática; produção acadêmica.

### Panorama of publications on cooperatives in SOBER congresses

**Abstract:** The objective of this study was to identify productions in the national literature on cooperatives, published in the annals of SOBER Congresses. Methodologically, the research consists of a systematic literature review with a qualitative approach. The main results indicate that the majority of works focus on cooperatives as the object of study, with this being the most frequent keyword. Most publications are in GT6, dedicated to the theme, and most researchers published only one paper at the congress during the studied period. The institutions that published the most were UFV, UFMG and UFSM. It is also worth noting that over 90% of the studies are conducted by universities or institutions within their home states, and when conducted in other states, studies in neighboring states prevail.

**Keywords:** cooperatives; systematic review; academic production.

### Resumen de publicaciones sobre cooperativas en congresos SOBER

**Resumen:** El objetivo de este trabajo fue identificar producciones en la literatura nacional sobre cooperativas, publicadas en los anales de los Congresos SOBER. Metodológicamente, la investigación consiste en una revisión sistemática de la literatura con un enfoque cualitativo. Los principales resultados indican que la mayoría de los trabajos tienen como objeto de estudio las cooperativas, siendo esta la palabra clave más frecuente. La mayoría de las publicaciones se encuentran en el GT6, dedicado al tema, y la mayoría de los investigadores publicaron sólo un artículo en el congreso durante el período estudiado. Las instituciones que más publicaron fueron la UFV, la UFMG y la UFSM. También es de destacar que más del 90% de los estudios son realizados por universidades o instituciones dentro de sus estados de origen y, cuando se realizan en otros estados, predominan los estudios en estados vecinos.

**Palabras clave:** cooperativas; revisión sistemática; producción académica.

## 1 Introdução

---

<sup>1</sup> Mestre em Agronegócios pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: [javas1989@gmail.com](mailto:javas1989@gmail.com).

<sup>2</sup> Bacharela em Psicologia pelo Centro Universitário Facisa (FACISA). E-mail: [kamillamendes20@gmail.com](mailto:kamillamendes20@gmail.com).

Há inúmeras formas das pessoas e organizações atingirem seus objetivos, dentre essas formas destaca-se a colaboração. E para se estabelecer uma cooperação, os envolvidos devem possuir um objetivo em comum, onde institucionalmente um dos meios se dá através das cooperativas. Organizações estas que atualmente contribuem para o desenvolvimento econômico, social e sustentável das regiões nas quais estas organizações exercem suas atividades.

A ACI (2004) define Cooperativas como organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Para Zylberstajn (2002) as cooperativas são arranjos institucionais amplamente difundidos por diferentes setores da economia, cuja característica comum é compartilhar os princípios fundamentais do cooperativismo.

Para descrever as ações das cooperativas é necessário ir às origens do cooperativismo, movimento que deu origem às organizações em forma de cooperativas. A origem do cooperativismo remota ao século XIX, com a origem da Cooperativa dos Probos Pioneiros Equitativos de Rochdale (Manchester, Inglaterra), que pode ser considerada como a primeira cooperativa da história, cuja função inicial era conseguir capital para aumentar o poder de compra coletiva. Nesta cooperativa, 28 tecelões, diante do desemprego e dos baixos salários, reuniram-se para, coletivamente, comprarem produtos de primeira necessidade. Desde a sua origem, o cooperativismo possui um modelo teórico a ser seguido, fundamentado nos princípios cooperativistas (Schneider, 1999; Cançado; Gontijo, 2004; Cardoso, 2014).

Em números, ao redor do mundo, em 2018 as cooperativas possuíam 1,2 bilhão de cooperados, 250 milhões de colaboradores distribuídos em mais de 3 milhões de cooperativas, ressaltando a importância no que tange a geração de empregos. No Brasil em 2019 haviam 5314 cooperativas, distribuídas em sete ramos de atuação, empregando mais de 850 mil colaboradores no país (OCB, 2021a).

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2021b), explicita que as cooperativas atuam em sete ramos distintos, sendo: agropecuário; consumo; crédito; infraestrutura; saúde; trabalho produção de bens e serviços; e transporte.

A partir do exposto, da importância das cooperativas, do contexto econômico e social do cooperativismo, da expressão dos congressos da SOBER, o objetivo deste estudo foi identificar as instituições e regiões que estudam atuação das cooperativas com base nas publicações nos anais da SOBER. Para tanto, buscou-se analisar a literatura científica brasileira publicada nos anais dos Congressos da SOBER, do último triênio, estruturando o presente estudo da seguinte forma: na seção 2, apresenta-se conceito de cooperativa e os

princípios cooperativistas; seção 3 os materiais e métodos; na seção 4, os resultados e na seção 5, as considerações finais.

## **2 Cooperativa**

A primeira cooperativa que se tem conhecimento se originou através da organização dos trabalhadores na Inglaterra, no período da Revolução Industrial. Em 21 de dezembro de 1844, em Rochdale, bairro da cidade Manchester, 28 tecelões, diante do desemprego e dos baixos salários, reuniram-se para, coletivamente, comprarem produtos de primeira necessidade. Assim, criaram a Associação dos Probos Pioneiros de Rochdale, mais tarde transformada em cooperativa de Rochdale formada pelo aporte de capital dos trabalhadores, cuja função inicial era conseguir capital para aumentar o poder de compra coletiva (Schneider, 1999; Cançado; Gontijo, 2004; Cardoso, 2014).

Esses tecelões de Rochdale sistematizaram as regras fundamentais a respeito do funcionamento de cooperativas. A experiência dos trabalhadores da Inglaterra difundiu-se em outros países, como na França e na Alemanha, principalmente no ramo “crédito”. Mais tarde, o cooperativismo alastrou-se pelo mundo inteiro. No Brasil, as cooperativas são reconhecidas legalmente como uma das formas de organização de empreendimentos coletivos (Cardoso, 2014).

Na primeira metade do século XX, a maioria das cooperativas estava ligada à agricultura. Em 2020, a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) após um processo democrático e uma avaliação minuciosa dos benefícios para as cooperativas, alteraram a estrutura de treze para sete ramos de atuação. Segundo a OCB (2021b) alguns ramos se uniram, outros foram ressignificados. Os sete ramos são: agropecuário; consumo; crédito; infraestrutura; saúde; trabalho produção de bens e serviços; e transporte.

Assim, pela diversidade de possibilidades de atuação, as cooperativas se apresentam como alternativa para resolução de problemas decorrentes do desemprego. Como instrumento de geração de emprego e renda, as cooperativas podem atuar desde os processos de produção, industrialização, comercialização, crédito (serviços financeiros) e prestação de outros serviços (Cardoso, 2014).

O termo Cooperativa possui várias definições na literatura especializada que variam conforme a época e o viés doutrinário em que foram elaboradas. Considerando a multiplicidade de aspectos que tal definição deve incorporar, fica difícil encontrar um

conceito que expresse em uma única frase essa multiplicidade. O que se busca é uma aproximação, que relaciona os principais elementos encontrados na maioria das definições. Entre as conceituações podemos citar em primeiro plano a legal:

A Lei no 5.764/71, no seu artigo 4º, assim preceitua: “As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades...” (Brasil, 1971).

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI) definiu o conceito de sociedade cooperativa, como “sociedade cooperativa qualquer associação de pessoas ou de sociedades que tenha como objetivo o progresso econômico e social de seus membros através da exploração de uma empresa com base na entreatajuda e que se conforme com os princípios cooperativos [...]” (Becho, 2002, p. 26). Cardoso (2014) apresenta o seguinte conceito: “Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de um empreendimento de propriedade coletiva e democraticamente gerido. Fundamenta-se na economia solidária e se propõe a obter um desempenho econômico eficiente, por meio da produção de bens e serviços com qualidade destinada a seus cooperados e clientes”.

A lei federal n. 5.764 de 1971, também conhecida com lei do cooperativismo conceitua cooperativa como sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados (Brasil, 1971).

A cooperativa é, então, um meio para que um determinado grupo de pessoas atinja objetivos específicos, por meio de um acordo voluntário para cooperação recíproca, o que podemos chamar de finalidade. Para tanto, a cooperativa atua no mercado desenvolvendo atividades de consumo, produção, crédito, prestação de serviços e comercialização para seus cooperados.

O cooperativismo é um movimento global, estando presente em mais de 150 países, onde as cooperativas atuam para dar novas oportunidades a seus cooperados e apoiar o desenvolvimento de suas comunidades (OCB, 2021c). Ao redor do mundo, o movimento cooperativista tem: 1,2 bilhão de cooperados; 250 milhões de colaboradores; 3 milhões de cooperativas. Ainda em números, mais de 10% das 300 maiores cooperativas do mundo são do Ramo Agropecuário. As cooperativas de crédito representam 9,55% do mercado financeiro mundial. E, as cooperativas de seguros do mundo cresceram 39% nos últimos 10 anos (OCB,



2021a).

No Brasil em 2019, 137 cooperativas brasileiras, de ramos variados, exportaram ou importaram produtos de forma direta. Cientes das oportunidades que o mundo guarda, cada vez mais cooperativas brasileiras se internacionalizam, seja para fornecer seus produtos a consumidores estrangeiros, seja para comprar mercadorias necessárias para seus negócios (OCB, 2021a).

Mesmo diante dos desafios impostos pela atualidade, o cooperativismo continua sendo essencial para o desenvolvimento e crescimento do Brasil. Todos os dias as cooperativas reforçam a relevância do modelo de negócios transformando a realidade de milhares de brasileiros. Para o ano de 2019 isso não poderia ser diferente, presentes em todas as unidades da federação e atuando nos sete ramos, totalizando 5.314 cooperativas espalhadas pelo Brasil promovendo mudança e evolução para sociedade (OCB, 2021a).

Em números absolutos as cooperativas agropecuárias ocupam o primeiro posto com 1.223 cooperativas, seguido pelas cooperativas de transportes com 1.093 cooperativas e as cooperativas de trabalho com 860 cooperativas. Quanto ao número de cooperados, o primeiro posto é ocupado pelas cooperativas de crédito com 10.786.317, seguido pelas cooperativas de consumo com 2.025.545 cooperados, e cooperativas de infraestrutura com 1.138.786 cooperados (OCB, 2021a).

### **3 Os princípios cooperativistas**

Desde a origem da Associação dos Probos Pioneiros de Rochdale em 1844, ocorreram algumas alterações nos princípios cooperativistas. Nos anos de 1937 (Paris), 1966 (Viena) e 1995 (Manchester), ocorreram reuniões da ACI que realizaram as mais importantes mudanças nos princípios cooperativistas (Schneider, 1999). Em 1966, no congresso realizado em Viena, a Aliança Cooperativa Internacional definiu alguns fundamentos doutrinários do cooperativismo, sendo eles: o humanismo, a liberdade, a igualdade, a solidariedade, e a racionalidade (Schneider, 1999; Pereira *et al.*, 2002). Os princípios cooperativistas a vigorar a partir do congresso de Manchester em 1995, são Adesão voluntária e livre; Gestão democrática; Participação econômica dos membros; Autonomia e independência; Educação, formação e informação; Intercooperação; e, Interesse pela comunidade. Esses princípios devem orientar a prática cooperativista, conforme apresentados a seguir:

Adesão voluntária e livre - As cooperativas são abertas para todas as pessoas que

queiram participar, estejam alinhadas ao seu objetivo econômico, e dispostas a assumir suas responsabilidades como membro. Não existe qualquer discriminação por sexo, raça, classe, crença ou ideologia.

**Gestão democrática** - As cooperativas são organizações democráticas controladas por todos os seus membros, que participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões. E os representantes oficiais são eleitos por todo o grupo.

**Participação econômica dos membros** - Em uma cooperativa, os membros contribuem equitativamente para o capital da organização. Parte do montante é, normalmente, propriedade comum da cooperativa e os membros recebem remuneração limitada ao capital integralizado, quando há. Os excedentes da cooperativa podem ser destinados às seguintes finalidades: benefícios aos membros, apoio a outras atividades aprovadas pelos cooperados ou para o desenvolvimento da própria cooperativa. Tudo sempre decidido democraticamente.

**Autonomia e independência** - As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas por seus membros, e nada deve mudar isso. Se uma cooperativa firmar acordos com outras organizações, públicas ou privadas, deve fazer em condições de assegurar o controle democrático pelos membros e a sua autonomia.

**Educação, Formação e Informação** - Ser cooperativista é se comprometer com o futuro dos cooperados, do movimento e das comunidades. As cooperativas promovem a educação e a formação para que seus membros e trabalhadores possam contribuir para o desenvolvimento dos negócios e, conseqüentemente, dos lugares onde estão presentes. Além disso, oferece informações para o público em geral, especialmente jovens, sobre a natureza e vantagens do cooperativismo.

**Intercooperação** - Cooperativismo é trabalhar em conjunto. É assim, atuando juntas, que as cooperativas dão mais força ao movimento e servem de forma mais eficaz aos cooperados. Sejam unidas em estruturas locais, regionais, nacionais ou até mesmo internacionais, o objetivo é sempre se juntar em torno de um bem comum.

**Interesse pela comunidade** - Contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades é algo natural ao cooperativismo. As cooperativas fazem isso por meio de políticas aprovadas pelos membros (OCB, 2021b).

O cooperativismo se assenta sobre quatro fundamentos: liberdade, igualdade, solidariedade e racionalidade.

**Liberdade:** A democracia é a concretização da liberdade, pois possibilita a participação, escolha e decisão sobre as ações na cooperativa, garantindo seu sucesso.

Igualdade: Numa cooperativa os direitos e obrigações são iguais para todos. Ninguém tem mais ou menos poder ou benefício, por ter mais ou menos capital.

Solidariedade: A solidariedade é a alavanca de todo e qualquer processo cooperativo, pois é por meio da ajuda mútua que se constrói uma economia solidária e coletiva.

Racionalidade: O uso da ciência e da tecnologia no cooperativismo deve ser motivo de emancipação, respeito e dignidade nas condições socioeconômico das pessoas (Brasil, 1971).

Por fim, diante do exposto, o que diferencia cooperativas dos demais tipos de sociedades, é que cooperativa é uma sociedade de pessoas, é ter o ser humano como elemento principal de sua sociedade. No entanto, ressalta-se que o ingresso, a permanência e a demissão são atos pessoais do sócio.

#### **4 Materiais e Métodos**

A metodologia deste estudo baseia-se em pesquisa exploratória, que utilizou a bibliometria como principal ferramenta metodológica. A fonte de dados utilizada foram os anais do Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) do último triênio. A base de dados foi escolhida em função da relevância para o agronegócio brasileiro, e também pelo mesmo abordar diversos temas correlatos ao agronegócio, dentre eles o cooperativismo, possuir um grupo de trabalho dedicado a este tema.

Adota-se a base para a classificação da pesquisa, conforme proposto por Vergara (2013). Quanto aos fins, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e descritiva, uma vez que buscará explorar a produção científica sobre o tema Cooperativas, apresentados eventos anuais da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), nos anos de 2018 a 2020, com o intuito de proporcionar um maior conhecimento acerca do fenômeno, pelo reconhecimento que se trata do maior evento da comunidade científica e acadêmica do Brasil, nas áreas de Economia, Administração e Sociologia Rural.

Quanto aos meios, será bibliográfica utilizando de dados secundários, através do estudo sistemático em materiais como publicações acadêmicas, livros, relatórios e livros nacionais.

No presente artigo foi utilizado o protocolo de revisão sistemática proposto por Cronin *et al.* (2008) com o objetivo de oferecer confiabilidade e validade ao mesmo. Este protocolo

consiste em: 1) definir a pergunta de pesquisa; 2) definir critérios de inclusão e exclusão; 3) selecionar e acessar a literatura; 4) avaliar a qualidade da literatura incluída na revisão e; 4) analisar, sintetizar e divulgar os resultados. Nesse contexto, a seguir são apresentados os critérios aplicados na presente revisão sistemática:

1. Definição da pergunta de pesquisa: quais as instituições e regiões que estudam atuação das cooperativas com base nas publicações nos anais da SOBER?

2. Definição dos critérios de inclusão e exclusão: os critérios incluem a base científica, as palavras ou termos-chave de busca, período de publicação, tipos de artigos, entre outros. A base de dados científica utilizada foi os anais da SOBER do último triênio. Após a definição da base científica, foi iniciada a busca avançada. Em relação às palavras ou termos-chave para cadeias curtas utilizou-se apenas um termo, “cooperativa”.

Houve restrição ao tipo e ao período das publicações, assim buscaram-se apenas artigos publicados no último triênio (2018 a 2020). Na coleta dos dados, empregou-se a opção de busca disponível nas plataformas dos anais<sup>3</sup>. A palavra-chave foi escolhida em função do objetivo da pesquisa, que foi levantar as características das publicações envolvendo “cooperativa” no último triênio, com base nas publicações nos congressos da SOBER. Assim, empregou-se no campo busca no 58º Congresso (2020) e busca por título nos 56º e 57º Congressos. O termo adotado em ambas as buscas foi “cooperativismo”.

Critérios de inclusão: a) estar diretamente relacionado ou apresentar resultados que indiquem uma posição a respeito de cooperativismo no título ou palavras-chave; b) corresponder a trabalhos completos publicados no último triênio nos anais dos Congressos da SOBER.

Critérios de exclusão: a) artigos duplicados; b) resumos expandidos; c) qualquer documento que não corresponda a forma e estrutura de artigo científico, como resumos e banners; d) artigos apresentados e/ou publicados nas Sessões Organizadas (SORG); e) trabalhos aprovados e não publicados nos anais dos congressos do último triênio.

As coletas de dados foram realizadas no primeiro semestre de 2021 e foram encontradas 155 publicações sobre cooperativa. Para análise dos artigos foi utilizado o gerenciador de referências Mendeley. Também foi utilizado o JabRef como gerenciador de referências para a coleta e armazenamento dos dados.

3. Seleção e acesso da literatura: após a identificação dos artigos, por meio da

---

<sup>3</sup> SOBER, 2020. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/sober2020/>. SOBER, 2019. Disponível em: <https://sober.org.br/57o-congresso-sober/>. SOBER, 2018. Disponível em: <https://sober.org.br/2018-56o-congresso-da-sober/>.

estratégia de busca inicial e realizada uma filtragem com base nos títulos, os mesmos foram avaliados pelos autores, seguindo os critérios de inclusão e exclusão. Nesta etapa foram aplicados os critérios de inclusão e exclusão, buscando eliminar artigos duplicados, resumos expandidos, SORGs e outros. Ao final desta etapa, dos 155 artigos oriundos da busca, foram eliminados 101 artigos, totalizando 54 artigos a serem analisados.

4. Avaliação da qualidade da literatura incluída na revisão: nesta etapa, os 54 artigos selecionados foram analisados. A análise tomou como base inicial a verificação do título, abstract e introdução com a finalidade de avaliar os seus enquadramentos dentro da temática desta pesquisa. A amostra analisada foi composta por 54 artigos.

Para esta fase foram utilizados em primeiro momento o Mendeley para aplicação dos critérios expostos. Findado a análise preliminar com Mendeley, foi utilizado em um segundo momento o JabRef para validar os filtros aplicados.

5. Análise, síntese e disseminação dos resultados: por fim, esta fase abrangeu a investigação detalhada, dos 54 artigos dos quais foram feitas leituras da metodologia, resultados, discussões e conclusões. Dessa forma, esses artigos foram classificados para compor o rol de discussão da presente pesquisa. Foram elaborados quadros dos artigos analisados juntamente com seus respectivos autores, períodos de publicação, regiões em que foram desenvolvidos, instituições de pesquisa e a temática desenvolvida. Assim, os resultados foram analisados, possibilitando sua discussão na próxima seção.

A análise dos dados foi feita em três etapas sequenciais. Na primeira etapa, considerada como análise descritiva dos artigos, os dados foram analisados, utilizando-se uma das técnicas de análise de conteúdo, a análise categorial (Bardin, 1977). Foram utilizadas para a classificação dos estudos selecionados as categorias: ano, área, tema, quantidade de autores, e universidades.

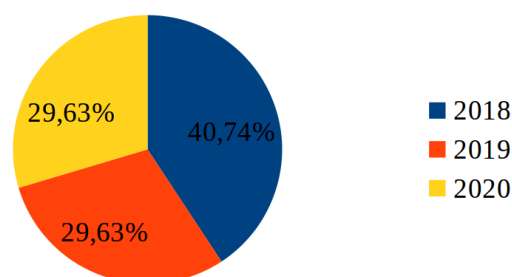
A segunda etapa da análise, Análise Metodológica, consistia da mesma forma, em três partes. Inicialmente, tomou-se como base os ensinamentos de Creswell (2007), que aponta a identificação da técnica de pesquisa como sendo qualitativa, quantitativa e de métodos mistos (qualitativa e quantitativa).

Buscou-se na segunda e a terceira etapa classificar os trabalhos selecionados de acordo com a classificação proposta por Vergara (2013). Já a terceira etapa foi constituída pela análise temáticas dos trabalhos, quando, inicialmente, buscou-se a identificação dos tipos de Cooperativas, bem como identificar quais os conteúdos abordados nas fundamentações teóricas dos artigos analisados.

## 5 Resultados

A partir da conclusão da coleta dos artigos, que resultou na seleção de 54 artigos, que compuseram o Portfólio sobre o tema Cooperativas, procedeu-se a análise dos dados, a qual foi executada em três etapas. Iniciou pela distribuição dos artigos por ano, conforme ilustra Figura 1.

**Figura 1 - Distribuição dos artigos por ano**



**Fonte:** dados da pesquisa (2024).

Com relação à distribuição dos artigos por ano, observa-se que o ano de 2018 apresentou o maior número de publicações com 40,74%, e 2019 e 2020 com 29,63% respectivamente, conforme ilustra a Figura 1.

Em relação aos grupos de trabalhos (GTs), as publicações no último triênio se distribuíram por oito grupos de trabalhos, com predominância do GT 6, Cooperativismo, associativismo e outras formas de ação coletiva, com 74,07% dos trabalhos publicados, grupo este destinado aos trabalhos que envolvem o tema. Os congressos da SOBER, normalmente possuem treze grupos de trabalhos, o que demonstra que os trabalhos envolvendo cooperativas não se concentra somente no GT destinado ao tema, se distribuindo por outros grupos de trabalho. A Tabela 1 ilustra a distribuição dos trabalhos por GTs.

**Quadro 1 - Distribuição dos artigos por Grupo de Trabalho (GT)**

Área Temática	Quantidade Artigos	Percentual
1. Mercados Agrícolas e Comércio Exterior Resumo	1	1,85%
2. Instituições, governança e gestão do agronegócio	3	5,56%
4. Questão ambiental, agroecologia e sustentabilidade	1	1,85%
5. Agricultura familiar e ruralidades	2	3,70%
6. Cooperativismo, associativismo e outras formas de ação coletiva	40	74,07%

7. Desenvolvimento rural, territorial e regional	3	5,56%
8. Pesquisa, inovação e extensão rural	1	1,85%
12. Política agrícola e políticas públicas de desenvolvimento rural	1	1,85%
13. Temas emergentes no agronegócio	2	3,70%
Total	54	100%

**Fonte:** dados da pesquisa (2024).

Com o intuito de verificar quem são os pesquisadores que se dedicam ao tema e as instituições que estes pertencem, os dados ilustram que no último triênio 151 autores publicaram trabalhos envolvendo cooperativas, distribuídos em 54 artigos. Destes 136 autores estão em apenas uma publicação, onze autores em duas publicações, e dois autores, Marcia Helena dos Santos Bento (UFMS) e Reginaldo Ferreira Barreiros (UEPG) em três publicações, um autor, Vilmar Rodrigues Moreira (PUCPR), com quatro publicações, e a pesquisadora Valéria Gama Fully Bressan (UFMG), conforme ilustra Quadro 2. Os congressos da SOBER limitam em quatro publicações como autor ou coautor por evento, no entanto, alguns dos autores que publicaram trabalhos no período envolvendo cooperativas, podem também ter publicado trabalhos envolvendo outras temáticas, no entanto, esta análise se limitou aos trabalhos envolvendo cooperativas.

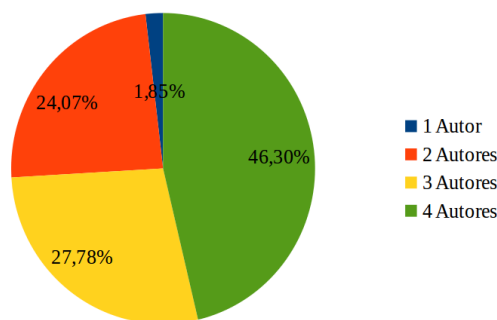
**Quadro 2 - Autores por publicação/artigo.**

Número de publicações	Autores	Percentual
1 Publicação	136	90,07%
2 Publicações	11	7,28%
3 Publicações	2	1,32%
4 Publicações	1	0,66%
5 Publicações	0	0,0%
6 Publicações	1	0,66%
Total	174	100%

**Fonte:** dados da pesquisa (2024).

A Figura 2 demonstra quase metade dos artigos (46,30%) são feitos por quatro autores, seguido por artigos com no máximo três autores, e dois autores, respectivamente, 27,78% e 24,07%. Esses números sugerem a existência de grupos de estudo a respeito do tema, e também é uma limitação dos congressos da SOBER, que permitem no máximo quatro autores por trabalho, conforme ilustra a Figura 2.

**Figura 2 - Número de autores por trabalho**



**Fonte:** dados da pesquisa (2024).

Quanto às Universidades ou Instituições, as quais cada autor pertence ou pertencia, na época da pesquisa publicada no SOBER, tendo como base as informações disponíveis nos anais da SOBER sobre os autores estudados, construiu-se o Quadro 3, na qual é possível perceber que, 98,65% foram publicados por Universidades ou Instituições brasileiras, e apenas uma instituição dos Estados Unidos (1,35%) publicaram trabalhos no último triênio. Quanto à distribuição de trabalhos por região, todas as regiões brasileiras obtiveram publicações, no entanto, as regiões Sul e Sudeste compreendem a maior porcentagem de Universidades ou Instituições que pesquisam sobre o tema Cooperativa, respectivamente com 40,54% e 29,73%, destacando-se a Universidade Federal de Viçosa (UFV) com 8 publicações no período. Quanto ao número de Universidades ou Instituições, o Paraná apresenta o maior número, com sete, seguidos pelo Rio Grande do Sul e Bahia.

**Quadro 3 - Universidades com maior representatividade na amostra de artigos analisada**

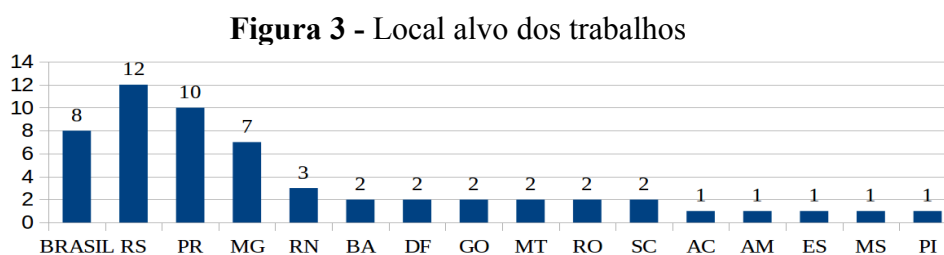
Instituição	Sigla	Estado	Região	Quantidade Publicações	Percentual
Universidade Federal de Viçosa	UFV	MG	Sudeste	8	10,81%
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	Sudeste	6	8,11%
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS	Sul	6	8,11%
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	UNIOESTE	PR	Sul	5	6,76%
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	PUCPR	PR	Sul	4	5,41%
Universidade de São Paulo	USP	SP	Sudeste	4	5,41%
Universidade Estadual de Ponta Grossa	UEPG	PR	Sul	3	4,05%
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	Sul	3	4,05%
Universidade de Brasília	UNB	DF	Centro Oeste	3	4,05%

**Fonte:** dados da pesquisa (2024).

No que tange ao local de realização dos trabalhos, dos 54 trabalhos analisados, 44



(81,48%) foram realizados em um único estado, dois (3,70%) trabalhos foram realizados em cooperativas de mais de um estado, e oito (14,81%) foram trabalhos realizados no Brasil, ou seja, através de análise de cooperativas do país. Outra contribuição do trabalho foi que o estado alvo de mais trabalhos realizados foi o Rio Grande do Sul, com doze (21,05%), seguido pelos estados do Paraná e Minas Gerais, com respectivamente 17,54% e 12,28%, conforme ilustra Figura 3.

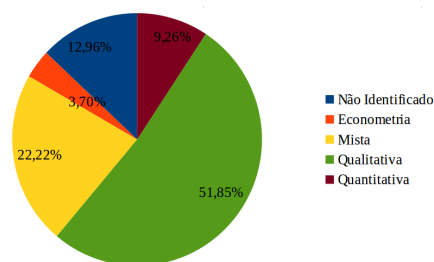


**Fonte:** dados da pesquisa (2024).

Relacionando o estado alvo da pesquisa com a localização da universidade ou instituição que realizou a pesquisa, apenas cinco pesquisas foram realizadas fora do estado de uma das universidades ou instituições envolvidas, o que ilustra que mais de 90% dos trabalhos são desenvolvidos nos estados de localização das universidades ou instituições envolvidas. As instituições que realizaram pesquisas fora dos seus estados de localização foram a UnB com uma pesquisa em Goiás, e uma pesquisa em Minas Gerais, a UFSCAR com uma pesquisa no Paraná, a UFV com uma pesquisa no Acre, e a parceria entre o Instituto CENTEC e UECE com uma pesquisa no Rio Grande do Norte. Outra contribuição do estudo, foi que as instituições que realizam estudos fora do seu estado de localização, se concentram nos estados limítrofes, pois das cinco pesquisas realizadas fora do estado de localização da universidade ou instituição, apenas a UFV com um estudo no Acre, não realizou em um estado limítrofe.

No que se refere às abordagens metodológicas, subdivididos de acordo com a técnica de pesquisa proposta por Creswell (2007), a mais utilizada foi a abordagem qualitativa, com 51,85% dos trabalhos analisados, o que está alinhado as opções escolhidas para coleta de dados. Outro fator que corrobora pela predominância em estudos com abordagem qualitativa, característica da área de formação dos pesquisadores, onde muitos são da área das ciências sociais, como administração, economia, sociologia, dentre outras. Também foram utilizadas abordagem mista, envolvendo abordagem quali-quantitativa, denominada no trabalho como mista com 22,22%, e abordagem quantitativa 9,26%. E em 12,96% não foi possível identificar a abordagem metodológica, conforme disposto na Figura 4.

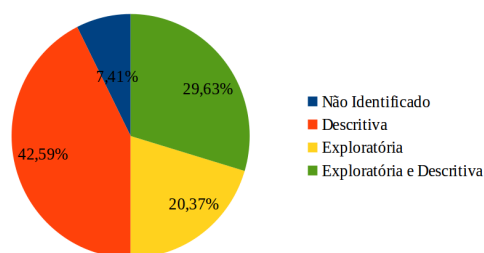
**Figura 4 - Abordagem metodológica**



**Fonte:** dados da pesquisa (2024).

No que se refere aos indicadores metodológicos utilizados para realização dos estudos, seguindo a subdivisão proposta por Vergara (2013), em relação aos fins (exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada e intervencionista), foram pesquisas descritivas (42,59%), exploratória-descritiva (29,63%) e exploratórias (20,37%), conforme ilustrado a seguir na Figura 5. De acordo com Gil (2007) uma pesquisa descritiva é aquela que tem como objetivo a descrição das características da população pesquisada, e a pesquisa exploratória é aquela que se tem a intenção de se familiarizar com o problema buscando melhor entender a realidade dos pesquisados, o que mostra que o campo de pesquisa sobre cooperativas ainda se encontra em formação com muitas questões a serem exploradas para uma melhor compreensão de seu funcionamento.

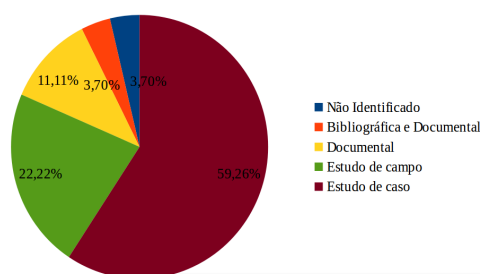
**Figura 5 - Quanto aos fins**



**Fonte:** dados da pesquisa (2024).

Quanto ao delineamento de pesquisa os estudos se destacam como sendo a maioria estudos de caso, com 59,26% e estudos de campo com 22,22%, que conforme explica Gil (2007) se trata do modelo clássico de investigação em que o pesquisador vai a campo realizar a coleta de informações, tanto nos estudos de caso quanto nos estudos de campo. Entretanto, uma diversidade de delineamentos foram utilizados, ainda que em menor ocorrência, tais como Documental e Bibliográfica-Documental, e em 3,70% dos trabalhos não se identificou os meios utilizados, conforme ilustrado a seguir na Figura 6.

**Figura 6 - Quanto aos meios**

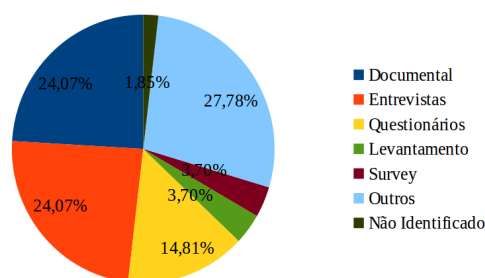


Fonte: dados da pesquisa (2024).

Os resultados da Figura 6 clara a predominância de estudos empíricos, sejam eles pesquisa de campo ou estudo de caso, onde estes métodos representam 81,48% do total da amostra. Sugere-se que ao estudar o tema Cooperativa, o contato com a realidade além da que pode ser percebida por dados secundários se faz importante.

Conforme disposto na Figura 7, sobre os meios de investigação (pesquisa de campo, pesquisa de laboratório, documental, bibliográfica, experimental, ex post facto, participante, pesquisa-ação e Estudo de Caso), as principais técnicas de coleta de dados utilizada foram a entrevista (24,07%) e documental (24,07%). Além desta, foram utilizadas também questionários (14,81%), levantamento (3,70%), survey (3,70%) e outros instrumentos combinados (27,78%).

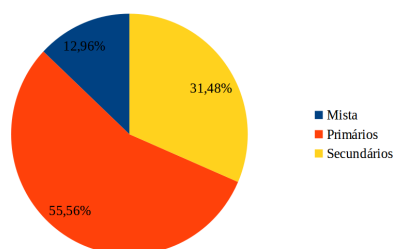
**Figura 7 - Instrumentos coleta de dados**



Fonte: dados da pesquisa (2024).

A maior utilização de entrevistas, questionários e técnicas mistas de coleta de dados também se justifica ao se observar a Figura 8 em que a maioria dos dados tem origem primária (55,56%) e, portanto, coletados no campo. Mas os resultados também ilustram uma utilização de dados secundários (31,48%) de forma representativa. Seria interessante que houvesse uma maior integração de dados primários e secundários nas pesquisas com foco no cooperativismo, pois esta apresenta 12,96% da amostra analisada.

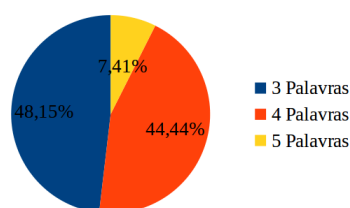
**Figura 8 - Origem dos dados.**



**Fonte:** dados da pesquisa (2024).

Quanto ao número de palavras-chave, houve distribuição entre três (48,15%), seguido por quatro (44,44%) e cinco (7,41%), ilustrados na Figura 9. Nota-se predominância entre três a cinco, também por ser condição dos congressos para palavras chave, limitando entre três e cinco palavras-chave.

**Figura 9 - Número de palavras-chave**



**Fonte:** dados da pesquisa (2024).

Para melhor visualização das palavras-chave utilizadas, assim como o “peso” de cada uma delas, foi feita a nuvem de palavras-chave, como mostra a Figura 10. Ao todos foram listadas pelos trabalhos analisados, 341 palavras-chave.

**Figura 10 - Nuvem de palavras-chave**



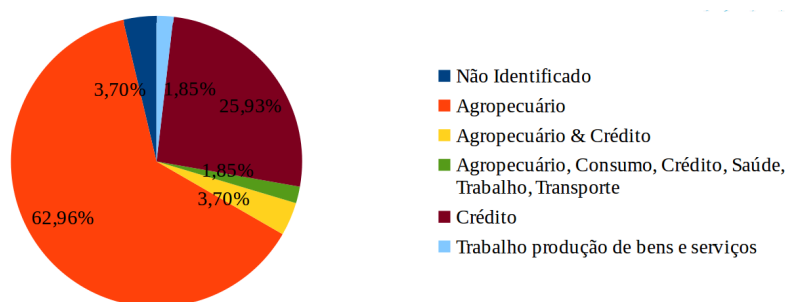
**Fonte:** dados da pesquisa (2024).

As palavras-chave de maior expressão se encontram no centro da figura,

destacando-se: “cooperativa” com quarenta aparições como palavra-chave, termo deste objeto do estudo. Mas destacam-se com doze aparições “cooperativismo” e “crédito”, com seis aparições, “familiar”, “agropecuária”, “gestão”, e “agricultura”.

No que tange aos tipos de cooperativas estudados, foi seguido à classificação da OCB (2018), considerando os atuais sete ramos de atuação (agropecuário; consumo; crédito; infraestrutura; saúde; trabalho, produção de bens e serviços; e transporte). A Figura 11 apresenta a porcentagem da participação de cada tipo de Cooperativa, dentro da amostra.

**Figura 11 - Ramos de atuação das cooperativas**



**Fonte:** dados da pesquisa (2024).

O Congresso da SOBER é direcionado para pesquisas envolvendo administração, economia e sociologia rural, mas também a outros temas que são abordados nos treze grupos de trabalho (GT). Quanto ao tipo de cooperativa estudado, ilustrados na Figura 10, 62,96% tange a cooperativas agropecuárias, e 25,93% às cooperativas de crédito. Houve alguns estudos abordando mais de um tipo de cooperativa. E em 3,70% dos trabalhos, não foi possível identificar os tipos de cooperativas estudados.

## 6 Considerações Finais

Ao analisar a produção científica dos últimos três anos nos congressos da SOBER sobre cooperativas, observou-se que: a maioria dos trabalhos é publicada no grupo de trabalho voltado para pesquisas sobre cooperativismo, associativismo e outras formas de ação coletiva, o GT 6, mas o tema também é abordado em outros grupos de trabalho; dos 151 autores que publicaram durante esse período, apenas 15 publicaram mais de um trabalho, com destaque para os pesquisadores Vilmar Rodrigues Moreira (PUCPR), com quatro publicações, e Valéria Gama Fully Bressan (UFMG), com seis publicações; em relação às universidades ou instituições, a Universidade Federal de Viçosa teve o maior número de publicações, com oito

no total, seguida pela Universidade Federal de Minas Gerais e pela Universidade Federal de Santa Maria, com seis publicações cada; no que diz respeito aos tipos de cooperativas estudados, 62,96% são cooperativas agropecuárias.

Em relação aos métodos utilizados, a maioria dos trabalhos adotou uma abordagem qualitativa (51,85%), comumente associada a pesquisas nas ciências sociais. Quanto aos objetivos, a maioria foi de natureza descritiva (42,59%). No que diz respeito aos métodos, a maioria dos estudos foi de estudos de caso (59,26%). Em relação aos métodos de coleta de dados, as técnicas mais utilizadas foram entrevistas (24,07%) e análise documental (24,07%). A maioria dos dados foi obtida de fontes primárias (55,56%). A palavra-chave mais frequente nos trabalhos foi "cooperativa", com quarenta ocorrências, refletindo o objeto de estudo.

Relacionando o estado alvo da pesquisa com a localização das universidades ou instituições envolvidas, apenas cinco pesquisas foram realizadas fora do estado de origem de uma das universidades ou instituições envolvidas. Isso mostra que mais de 90% dos trabalhos são realizados nos estados onde estão localizadas as universidades ou instituições envolvidas. Outra descoberta importante do estudo foi que as instituições que conduzem pesquisas fora de seus estados de origem tendem a se concentrar nos estados vizinhos. Das cinco pesquisas realizadas fora do estado de origem da universidade ou instituição, apenas a UFV realizou um estudo no Acre, sem se concentrar em um estado vizinho.

Este estudo identificou os principais centros acadêmicos no Brasil que pesquisam sobre cooperativas, visando contribuir para uma compreensão nacional dessas organizações. Universidades como UFV, UFMG e UFSM se destacaram, principalmente em estudos sobre cooperativas agropecuárias. A maioria das pesquisas foi realizada nos estados de origem das universidades ou instituições envolvidas, com poucos estudos fora desses estados, concentrando-se em estados vizinhos.

Como limitação do estudo destaca-se, principalmente, a falta de acesso aos anais dos congressos SOBER de alguns anos, que impossibilitou um horizonte maior para a pesquisa. Para futuras pesquisas, sugere-se que sejam ampliadas as bases de dados bem como o horizonte temporal.

## Referências

ACI - Aliança Cooperativa Internacional. **Princípios Cooperativistas**. 2004. Disponível em: <http://www.ica.coop/ica/pt/ptprinciples.html>.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BECHO, R. L. **Elementos do direito cooperativo**. São Paulo: Dialética, 2002.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 dez. 1971.

CANÇADO, A. C.; GONTIJO, M. C. H. Princípios cooperativistas: origem, evolução e influência na legislação brasileira. *In*: Encontro de Investigadores Latino-Americano de Cooperativismo, 3, São Leopoldo, 2004. **Anais...** São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

CARDOSO, U. C. **Cooperativa**. Brasília: Sebrae, 2014.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRONIN, P.; RYAN, F.; COUGHLAN, M. Undertaking a literature review: a step-by-step approach. **British Journal of Nursing**, v. 17, n. 1, p. 38-43, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras. **Números do Cooperativismo**. 2021a. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/numeros>.

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras. **Ramos do Cooperativismo**. 2021b. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/ramos>.

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras. **O que é Cooperativismo**. 2021c. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>.

PEREIRA, J. R.; BRAGA, M. J.; CANÇADO, A. C.; VIEIRA, N. S.; CARVALHO, D. M.; CETTO, V. M.; RIGO, A. S. **Organização da sociedade através das cooperativas de trabalho: abordagem dos problemas e perspectivas**. Relatório final de pesquisa – FAPEMIG. Viçosa: UFV, 2002.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ZYLBERSTAJN, D. Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas. *In*: BRAGA, M. J.; REIS, B. S. (Org.) **Agronegócio cooperativo: reestruturação e estratégias**. Viçosa: UFV/DER, 2002.



## A estruturação da unidade do fluxo de consciência no tempo a partir do § 39 das *Lições* de Husserl

Matheus dos Reis Gomes<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste artigo, apresentamos a estruturação da unidade do fluxo de consciência (*Bewusstseinsfluss*) e seu *continuum*, através da análise da consciência retentiva, da intencionalidade longitudinal (*Längsintentionalität*) e da percepção temporal em Husserl, conforme descrito no § 39 das *Lições para uma fenomenologia da consciência interna do tempo*. Nossa hipótese é que esses elementos desempenham papéis fundamentais no ordenamento da experiência consciente temporal. A consciência retentiva, conforme delineada por Husserl, não apenas retém o passado, mas constitui ativamente a unidade contínua do fluxo de consciência, integrando de modo fluido as experiências passadas com o agora (*Jetzt*) temporal. Essa capacidade é facilitada pela dupla intencionalidade da retenção (*doppelte Intentionalität der Retention*), que permite à consciência estruturar suas vivências temporais de maneira contínua e coesa. Além disso, a intencionalidade longitudinal transforma proto-sensações em estruturas retencionais mais complexas, contribuindo decisivamente para a continuidade temporal da experiência consciente. Exploramos também a percepção temporal na fenomenologia husserliana, destacando como a interação entre a constituição do tempo imanente (transcendental) e a inserção quase-temporal (*quasi-zeitlich*) das fases do fluxo de consciência promove uma percepção unificada e contínua do tempo. Defendemos que essa dinâmica explica a temporalidade na experiência humana e sublinha a importância da auto-aparição (*Selbsterscheinung*) do fluxo de consciência para a coesão da vida consciente na fenomenologia husserliana.

**Palavras-chave:** fluxo de consciência; retenção; intencionalidade longitudinal; percepção temporal.

### The structuring of the unity of the stream of consciousness in time based on § 39 of Husserl's Lectures

**Abstract:** In this article, we present the structuring of the unity of the stream of consciousness (*Bewusstseinsfluss*) and its *continuum* through the analysis of retentive consciousness, longitudinal intentionality (*Längsintentionalität*), and temporal perception in Husserl, based on § 39 of the *Lectures on the Phenomenology of the Internal Time-Consciousness*. Our hypothesis is that these elements play fundamental roles in the ordering of temporal conscious experience, since retentive consciousness, as delineated by Husserl, not only retains the past but actively constitutes the continuous unity of the stream of consciousness, seamlessly integrating past experiences with the temporal now (*Jetzt*). This capacity is facilitated by the double intentionality of retention (*doppelte Intentionalität der Retention*), which allows consciousness to structure its temporal experiences in a continuous and cohesive manner. Additionally, longitudinal intentionality operates in the transformation of proto-sensations into more complex retentive structures, contributing decisively to the structuring of the temporal continuity of conscious experience. We also explore temporal perception in Husserlian phenomenology, highlighting how the interaction between the constitution of immanent (transcendental) time and the quasi-temporal insertion (*quasi-zeitlich*) of the phases of the stream of consciousness promotes a unified and continuous perception of time. We argue that this dynamic explains temporality in human experience and underscores the importance of the self-appearance (*Selbsterscheinung*) of the stream of consciousness for the cohesion of conscious life in Husserlian phenomenology.

**Keywords:** stream of consciousness; retention; longitudinal intentionality; temporal perception.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Filosofia Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: [matheusdosreisgomes@gmail.com](mailto:matheusdosreisgomes@gmail.com).



### La estructuración de la unidad del flujo de conciencia en el tiempo a partir del § 39 de las Lecciones, de Husserl

**Resumen:** En este artículo presentamos la estructuración de la unidad del flujo de conciencia (*Bewusstseinsfluss*) y su *continuum* mediante el análisis de la conciencia retentiva, la intencionalidad longitudinal (*Längsintentionalität*) y la percepción temporal en Husserl, basados en el § 39 de las *Lecciones sobre la Fenomenología de la Conciencia Interna del Tiempo*. Nuestra hipótesis es que estos elementos juegan roles fundamentales en la organización de la experiencia consciente temporal, ya que la conciencia retentiva, tal como la describe Husserl, no solo conserva el pasado, sino que también constituye activamente la unidad continua del flujo de conciencia, integrando de manera fluida las experiencias pasadas con el ahora temporal (*Jetzt*). Esta capacidad es facilitada por la doble intencionalidad de la retención (*doppelte Intentionalität der Retention*), que permite a la conciencia estructurar sus vivencias temporales de manera continua y cohesionada. Además, la intencionalidad longitudinal opera en la transformación de las proto-sensaciones en estructuras retentivas más complejas, contribuyendo decisivamente a la continuidad temporal de la experiencia consciente. También exploramos la percepción temporal en la fenomenología husserliana, destacando cómo la interacción entre la constitución del tiempo inmanente (trascendental) y la inserción *cuasi-temporal* (*quasi-zeitliche*) de las fases del flujo de conciencia promueve una percepción unificada y continua del tiempo. Sostenemos que esta dinámica explica la temporalidad en la experiencia humana y subraya la importancia de la autoaparición (*Selbsterscheinung*) del flujo de conciencia para la cohesión de la vida consciente en la fenomenología husserliana.  
**Palabras clave:** flujo de conciencia; retención; intencionalidad longitudinal; percepción temporal.

## 1 Introdução

Quid est ergo tempus? Si nemo ex me quaerat, scio; si quaerenti explicare velim, nescio.  
(Agostinho, *Conf. XI, XIV, 17. Cf. PL, XXXII, col. 816*).

O objetivo deste artigo é analisar como a consciência retentiva, junto com a intencionalidade longitudinal (*Längsintentionalität*) e a percepção temporal, conforme delineadas por Husserl, desempenham papéis cruciais na estruturação da continuidade e unidade do fluxo de consciência. Para Husserl (*Hua X, 3*), a investigação da consciência temporal é uma questão que há muito tempo desafia a psicologia descritiva e a teoria do conhecimento. Husserl identificou em Santo Agostinho (*Conf. XI, XIV, 17*) o primeiro pensador a enfrentar essa “cruz” (*Kreuz*) (*Hua X, 3*) com tanta profundidade que quase sucumbiu ao desespero: “[...] se ninguém me pergunta, sei; se desejo explicar a quem pergunta, não sei” (Agostinho, *Conf. XI, XIV, 17. Cf. PL, XXXII, col. 816*)<sup>2</sup>. Contudo, há uma consideração quanto a isso:

---

<sup>2</sup> As traduções presentes neste artigo, incluindo esta, foram todas realizadas por mim. No original: “[...] si nemo a me quaerat, scio, si quaerenti explicare velim, nescio” (Agostinho, *Conf. XI, XIV, 17. Cf. PL, XXXII, col. 816*).

Naturalmente, todos nós queremos saber o que é o tempo; ele é o mais conhecido de todos. No entanto, assim que nos dedicamos ao estudo para compreender nossa consciência do tempo [*Zeitbewußtsein*], para colocar o tempo objetivo e a consciência subjetiva do tempo na relação correta e para entender como a objetividade temporal, ou seja, a objetividade individual como um todo, pode se constituir na consciência subjetiva do tempo, e mesmo quando apenas tentamos submeter à análise o conteúdo fenomenológico das experiências temporais puramente subjetivas, nos enredamos nas mais estranhas dificuldades, contradições e confusões (*Hua X*, 3-4)<sup>3</sup>.

Nossa hipótese é que esses elementos são fundamentais para manter a integridade e a coesão da experiência consciente ao longo do tempo. A dualidade da intencionalidade retentiva – caracterizada pela dupla intencionalidade da retenção (*doppelte Intentionalität der Retention*) – permite que a consciência integre continuamente suas experiências com o agora (*Jetzt*) temporal, enquanto a intencionalidade longitudinal transforma proto-sensações em estruturas retencionais mais complexas.

Inicialmente, exploraremos o conceito de consciência retentiva, destacando como sua capacidade de retenção (*Retention*) não apenas conserva o passado, mas também constitui ativamente a unidade contínua do fluxo de consciência (*Bewusstseinsfluss*). Em seguida, analisaremos a intencionalidade longitudinal na fenomenologia husserliana, investigando como as proto-sensações se transformam em estruturas retencionais mais complexas, contribuindo decisivamente para a continuidade e unidade da experiência temporal. Por fim, discutiremos a concepção husserliana da percepção temporal, elucidando como a interação entre a constituição do tempo imanente e a inserção *quase*-temporal das fases do fluxo de consciência promovem uma percepção unificada e contínua do tempo. Esta abordagem visa esclarecer a natureza dinâmica da temporalidade na experiência humana e sublinhar a importância da auto-aparição (*Selbsterfcheinung*) do fluxo de consciência para a coesão e integridade da vida consciente. Concluímos que a interdependência entre a consciência retentiva, a intencionalidade longitudinal e a percepção temporal é essencial para a compreensão do fluxo contínuo da consciência e, conseqüentemente, para a preservação da integridade temporal na experiência consciente.

---

<sup>3</sup> “Natürlich, was Zeit ist, willen wir alle; fie ist das Fillerbekannteste. Sobald wir aber den Vertudi machen, uns über das Zeitbewußtsein Rechenichaft zu geben, objektive Zeit und fubjektives Zeitbewußtfein in das rechte Verhältnis zu feen und uns zum Verftändnis zu bringen, wie fich zeitliche Objektivität, alfo individuelle Objektivität überhaupt, im fubjektiven Zeitbewußtfein konftituieren kann, ja fowie wir auch nur den Verfud) machen, das rein fubjektive Zeitbewußtfein, den phänomenologifdien Gehalt der Zeiteriebniiffe einer ilnalyfe zu unterziehen, verwickeln wir uns in die fonderbarften Schwierigkeiten, Widerfprüche, Verworrenheiten” (*Hua X*, 3-4).

## 2 A relevância do conceito de retenção na percepção e na constituição da unidade do fluxo de consciência (*Bewußtseinsflusses*)

Husserl (*Hua X*, 80) discute em um dos pontos do § 39, intitulado “A dupla intencionalidade da retenção e a constituição do fluxo de consciência” (*Die doppelte Intentionalität der Retention und die Konstitution des Bewusstseinsflusses*), a problemática da intencionalidade e da unidade do fluxo de consciência (*Bewusstseinsflusses*), que pode ser compreendida – como um indicativo – através da duplicidade na intencionalidade do conceito de retenção (*Retention*)<sup>4</sup>. Dentro do contexto da retenção, isso se aplica ao modo como a consciência (*Bewusstsein*) retém experiências passadas enquanto continua a se engajar com o presente.

A compreensão da duplicidade mencionada por Husserl (*Hua X*, 80) indica que a retenção possui uma estrutura dual: (i) por um lado, há a retenção propriamente dita, que preserva o conteúdo do fluxo de consciência; (ii) por outro, há o que nós chamamos aqui de meta-retentividade, que é a consciência dessa própria retenção (*Hua XXXIII*, 45). Esta duplicidade permite, por exemplo, que a consciência mantenha uma unidade contínua. Se isso ocorre sob a questão de como é possível conhecer a unidade do fluxo constitutivo último da consciência, Husserl (*Hua X*, 80) enfatiza então que, apesar da dificuldade inerente a essa compreensão, há um mecanismo retrospectivo que possibilita tal reconhecimento<sup>5</sup>. Ou seja, há uma dificuldade na compreensão da unidade do fluxo constitutivo da consciência, resultante

---

<sup>4</sup> Segundo Eustache (2010, p. 160), em Husserl, a retenção é uma função (*fonction*) que armazena experiências passadas, mas não é o conteúdo dessas experiências em si. A retenção, em outras palavras, é um ato de consciência. Se a consciência retentiva gera significado, isso constitui um exercício do sujeito, sem que este tenha plena consciência de que uma parte de sua consciência está em operação. Por trás dessa memória retentiva, pode-se discernir a presença de um ‘eu’ constante, a existência de uma consciência absoluta. É sempre com base nesse ‘Eu’ constante que o tempo interno de um sujeito é possível (primeira intencionalidade), ou que a constituição da experiência se percebe a si mesma (segunda forma de intencionalidade). Goto (2007, p. 77) ressalta a complexidade da fundamentação da consciência como um fenômeno absoluto. Husserl, aponta o autor, argumenta contra uma redução (exclusiva) da consciência ao ‘eu’ empírico, baseado na causalidade e no espaço-tempo, conceitos que refletem uma perspectiva naturalista limitada, como descreve a própria psicologia. Essa redução não garante a apoditicidade necessária para estabelecer, por exemplo, uma ciência da subjetividade. Para um debate sobre o conceito de ‘atos de consciência’ em Husserl, cf. V. E. Freiherr Von Gebattel, *Les troubles du devenir et du vécu du temps dans le cadre des affections psychiatriques: Traduction de l’allemand et présentation du texte par Marc Géraud*. *PSN*, v. 8, n. 2, p. 93-103, 2010; Maria Gyemant, *Les objets intentionnels – à la frontière entre les actes et le monde*. *PhaenEx*, v. 4, n. 1, p. 84-111, 2009.

<sup>5</sup> A capacidade de reconhecer a unidade no fluxo constitutivo da consciência, como discutido por Husserl (*Hua X*, 80), é profundamente dependente do mecanismo retrospectivo que permite integrar experiências passadas com o momento presente. Este mecanismo facilita a continuidade temporal da experiência consciente e sustenta a coesão da identidade pessoal ao permitir a formação de uma narrativa contínua. Sem essa capacidade retrospectiva, a consciência poderia enfrentar uma descontinuidade problemática, comprometendo a ordenação temporal das experiências e a coesão da própria identidade. A memória, essencial para a resposta afetiva, depende diretamente da integração retrospectiva, sem a qual a interpretação da realidade poderia tornar-se fragmentada. Ainda, a habilidade de tomar decisões informadas também seria severamente limitada.

da duplicidade na intencionalidade da retenção. A questão central reside em como é possível ter consciência da unidade deste fluxo constitutivo último. A dificuldade se manifesta ao considerarmos que, quando um fluxo fechado de consciência, associado a um processo ou objeto duradouro, é completado, podemos sempre revisitá-lo retrospectivamente, percebendo-o como uma unidade na recordação. Este fluxo da consciência parece, portanto, constituir-se como uma unidade na própria consciência. A dificuldade surge, então, ao tentarmos determinar se esta unidade do fluxo de consciência se constitui de maneira análoga às experiências temporais que ela abarca, implicando uma cadeia temporal interna de ‘agora’ (*jetzt*), ‘antes’ (*vorher*) e ‘depois’ (*nachher*) (Cf. *Hua X*, 80). Não obstante, mesmo após um fluxo fechado de eventos ou processos, isto é, “[...] (pertencente a um processo ou objeto duradouro [*gehöriger*])”<sup>6</sup> (*Hua X*, 80), a consciência pode lançar um olhar retrospectivo sobre ele e percebê-lo como uma unidade coesa, “[...] uma unidade na recordação” (*Hua X*, 80)<sup>7</sup>.

Cada retenção, conforme aponta Dimitriu (2013, p. 214), representa uma consciência do passado que corresponde a um ponto passado no tempo, distante do ponto presente. Assim dizendo, a retenção possui uma dualidade: é tanto um ponto no passado quanto uma consciência presente desse passado. Não obstante, o autor distingue os conceitos de ‘retenção’ e ‘recordação’ para entender esse processo: a retenção (ao contrário da ‘recordação’) é uma condição essencial para a reflexão, pois não poderíamos refletir sobre algo se não o tivéssemos retido inicialmente. Quando refletimos sobre algo, voltamos nossa atenção ao que está, necessariamente, retido. Consequentemente, as retenções, porém, não são produtos de um esforço ativo; são, nesse sentido, passivas<sup>8</sup>.

Segundo Khanzhy e Lyashenko (2023, p. 124), a capacidade de retenção e recordação na perspectiva husserliana é fundamental para a configuração e fundação do passado e suas relações com o correspondente presente no tempo. A percepção estabelece as bases para o presente em si e contribui para o *continuum* de toda a sequência temporal. As possibilidades de protensão e antecipação, como formas de imaginação, constituem o futuro e suas relações com o presente. Assim, o fluxo de consciência constitui-se como uma unidade através de um fluxo contínuo de experiências presentes e pela capacidade de integrar retroativamente essas

---

<sup>6</sup> “[...] (zu einem dauernden Vorgang oder Objekt gehöriger)” (*Hua X*, 80).

<sup>7</sup> “[...] in der Erinnerung eine Einheit” (*Hua X*, 80).

<sup>8</sup> As retenções são descritas como passivas porque não emergem de um ato consciente direto no presente. Ao contrário, elas se apresentam como estados de consciência que remetem a pontos passados, presentes na consciência atual sem requerer um esforço ativo de nossa parte. Enquanto fundamentais para a reflexão, as retenções não são produzidas de forma ativa no momento presente; ao invés disso, elas são pré-requisitos que sustentam nossa capacidade de refletir sobre experiências passadas.

experiências em uma totalidade na recordação<sup>9</sup>. No fluxo de consciência, conforme exemplificado por Husserl (*Hua X*, 80), a unidade de uma duração sonora se constitui dentro da consciência, que, por sua vez, também se constitui como unidade de consciência da duração sonora (*Einheit des Tondauerbewusstseins*), pois a unidade da consciência temporal (*Einheit des Bewusstseins*) deve ser entendida de maneira análoga à constituição da unidade de um som. A constituição da consciência temporal é igualmente uma cadeia temporal constituída. Isso implica que, para compreendermos a temporalidade, é necessário falarmos em termos de ‘agora’, ‘antes’ e ‘depois’ temporais.

Se considerarmos que a análise do fluxo de consciência – uno e único – revela uma unicidade e uma univocidade que permeiam a constituição tanto (i) da temporalidade imanente do som quanto do próprio (ii) fluxo consciente, esta unicidade, não obstante sua aparente simplicidade, para Husserl (*Hua X*, 80), envolverá uma compreensão que, no exemplo do som, verifica-se uma autoconstituição da unicidade da consciência temporal do som, a qual simultaneamente configura a unidade da duração sonora (Cf. Zahavi, 2003, p. 311-13). Dessa maneira, o fluxo de consciência se constitui como esse *continuum*, mas agora de uma unidade na consciência, exatamente no momento em que ocorre a constituição dessa unidade – desde que o fluxo de consciência tenha ocorrido – da rememoração<sup>10</sup>. Nesse

---

<sup>9</sup> O fluir das vivências (*fluire dei vissuti*), acompanhado pela nossa consciência, aponta Bello (2016, p. 7), é definido como fluxo de consciência. Partindo de nossa experiência empírica, ainda não submetida à redução transcendental, que revela sua estrutura íntima, a autora distingue, na esteira de Husserl, um primeiro nível onde as coisas estão no tempo objetivo. Após a redução à subjetividade, destaca-se o tempo imanente que precede o empírico e, por fim, no terceiro nível, identifica-se o fluxo absoluto de consciência, onde o termo ‘absoluto’ não significa que há apenas o fluxo de consciência, mas que este último é considerado um ponto de partida para nós. Com isso, a descrição do fluxo de consciência, seguindo a fenomenologia, implica uma análise dos diferentes níveis de temporalidade. Inicialmente, a experiência empírica situa-se no tempo objetivo, onde os eventos e os fenômenos são percebidos em uma sequência linear e mensurável. Este é o domínio da temporalidade comum, acessível a todos e ancorado na realidade objetiva. No segundo nível, a redução transcendental nos direciona à subjetividade, revelando o tempo imanente. Este tempo é inerente à própria consciência, estruturando a experiência de forma contínua e interna. Diferente do tempo objetivo, o tempo imanente não é mensurável externamente, mas é vivido e sentido pela consciência em sua dinâmica intrínseca. Finalmente, no terceiro nível, encontra-se o fluxo absoluto de consciência. Aqui, o conceito de ‘absoluto’ não denota exclusividade, mas sim a primazia como ponto de partida para a compreensão fenomenológica. Este nível representa a base da experiência consciente, onde a temporalidade e a consciência se entrelaçam de maneira fundamental. O fluxo absoluto é, portanto, o fundamento sobre o qual se constrói a experiência e a percepção do tempo, sendo crucial para a fenomenologia husserliana.

<sup>10</sup> Serra (2009, p. 2005) explora as diversas modalidades de rememoração em Husserl, cada uma delas intricadamente ligada à dinâmica da atenção consciente. Primeiramente, Husserl, aponta a autora, distingue a rememoração como um ato intencional, onde a atenção direciona-se deliberadamente em busca de uma lembrança específica, ecoando as reflexões de Santo Agostinho sobre o papel da memória na consciência. Em contrapartida, Husserl também considera a possibilidade de uma rememoração não intencional, onde a lembrança surge antes mesmo que a atenção seja conscientemente dirigida a ela. Nesse contexto, a lembrança pode surpreender a atenção, capturando-a e mantendo-a focada nessa experiência do passado. Inclusive, Husserl observa que a atenção pode ser desviada por lembranças indesejadas ou associadas a outras, resultando em fenômenos onde a lembrança não emerge como uma recordação particularizada, ou onde outras lembranças ocupam seu lugar na consciência, como também discutido no conceito de ‘recalque’ freudiano.

sentido, Husserl afirma o seguinte: “Por mais escandaloso (*anftößig*) (senão inicialmente até mesmo contraditório) que possa parecer que o fluxo da consciência (*Bewusstseinsfluss*) constitua sua própria unidade, é, todavia, assim” (*Hua X*, 80)<sup>11</sup>. Não obstante, a elucidação da constituição essencial da consciência permite-nos compreender a complexidade de suas intenções temporais a partir de duas perspectivas gerais: a primeira perspectiva envolve um (i) olhar que se detém nas fases do som, as quais, como intenções, convergem na continuidade do fluxo temporal (Cf. *Hua XXXIII*, 27). Nessa observação, o som se manifesta como uma progressão ininterrupta, cada fase interligando-se numa corrente incessante. É igualmente possível, contudo, (ii) direcionar a atenção para o próprio fluxo temporal, contemplando sua extensão e a transição da consciência que acompanha o som desde o seu início até o seu término. Essa segunda perspectiva revela uma consciência fluente (como intencionalidade do próprio som) que perscruta a totalidade do som. Ao ‘adentrar’ na consciência retentiva, identificamos uma intencionalidade dual: a primeira dessas intencionalidades é instrumental na formação do objeto imanente, *i.e.*, o som em sua essência presente. No entendimento de Husserl (*Hua X*, 80), essa formação é mediada por uma recordação primária (*primäre Erinnerung*), uma forma de retenção imediata e presente do som que acabamos de perceber. Esta retenção primária não é um simples eco do passado, mas uma apreensão contínua que mantém o som presente na percepção da consciência. Portanto, a retenção do som é simultaneamente uma memória ativa e uma presença constante na experiência consciente, sustentando o fluxo temporal de maneira coesa e contínua; a segunda intencionalidade, por sua vez, concerne à constituição da unidade inerente à recordação primária no fluxo temporal. Esta intencionalidade é responsável pela coesão da própria retenção, tendo em vista que ao ser uma consciência do ‘ainda presente’, configura-se como uma consciência que retém, precisamente, o som que já se dissipou. Nesse contínuo desdobramento do fluxo, a retenção se revela como uma persistente consciência das fases que constantemente precedem o momento atual (Cf. *Hua XXXIII*, 125).

Ao considerar uma fase específica do fluxo da consciência, Husserl (*Hua X*, 81) observa a manifestação de um som-agora (*Tonjetzt*) e a extensão da duração desse som no modo do mesmo-agora-escoado (*Soeben-Abgeflossenheit*). Essa fase encapsula, no *ante-símul* (*Vorzugleich*) – antecipação simultânea – unitária, uma continuidade momentânea integral das fases continuamente precedentes do fluxo. Na instância inicial, essa fase se apresenta como uma proto-sensação (*Urempfindung*) renovada. No primeiro segmento subsequente, em

---

<sup>11</sup> “So anftößig (wo nicht anfangs fogar widerfinnig) es erfcheint, daß der Bewußtfeinsfluß feine eigene Einheit konftituiert, fo ift es doch fo” (*Hua X*, 80).

constante sucessão, surge como uma retenção imediata da proto-sensação anterior. Na fase momentânea seguinte, torna-se uma retenção da retenção da proto-sensação precedente, e assim por diante. Essa estrutura dupla de retenção (retenção da retenção) revela a interligação das fases da consciência no fluxo temporal. Cada momento presente está imbricado em uma rede contínua de retenções que remontam às proto-sensações iniciais, logo, não é uma entidade isolada. A proto-sensação instaura uma base sensível que é imediatamente retida na fase seguinte. Esta retenção, por sua vez, não se limita a ser uma mera lembrança da proto-sensação original, mas se transforma em uma retenção da retenção na fase subsequente, instaurando um processo cumulativo de consciência temporal. Com esse processo cumulativo, Husserl (*Hua X*, 80) parece garantir que cada fase do fluxo da consciência retém a integridade das fases precedentes, criando uma ‘tessitura’ contínua de experiência sensorial e temporal. A cada nova fase, a consciência adiciona uma camada de retenção que integra a experiência anterior, permitindo uma percepção coerente e unificada do som ao longo do tempo. Assim, a proto-sensação inicial é continuamente elaborada e preservada, assegurando uma continuidade experiencial que é fundamental para a constituição do objeto sonoro na consciência. Em seguimento a essa interpretação, a fase presente da consciência retém o som atual, bem como encapsula todas as fases precedentes, criando uma unidade temporal que transcende o mero momento presente.

Ao permitir que o fluxo da consciência prossiga em seu curso, Husserl (*Hua X*, 81) observa uma transformação retencional contínua que altera a continuidade previamente descrita, *i.e.*, um “[...] fluxo contínuo do processo” (*Hua X*, 81)<sup>12</sup>. Cada nova fase momentânea do fluxo se insere no contínuo temporal e retém em si mesma a totalidade da continuidade das fases precedentes. A continuidade retencional, ao se modificar, revela a natureza dinâmica da experiência consciente, dado que está correlacionada às fases que a antecedem, carregando consigo a memória retida de toda a continuidade anterior. Essa retenção, por não ser meramente estática, ajusta-se e adapta-se à medida que o fluxo temporal ocorre. A continuidade retencional, por sua vez, garante que a experiência presente esteja sempre vinculada às experiências passadas. Esta vinculação retencional proporciona uma unidade temporal que suplanta os momentos individuais, permitindo à consciência perceber o fluxo temporal. Toda e qualquer nova fase, ao reter as fases precedentes, assegura que a totalidade do fluxo seja mantida de forma contínua e ininterrupta. Com isso, na retenção e na constituição do fluxo de consciência conforme exposto por Husserl (*Hua X*, 80), evidencia-se

---

<sup>12</sup> “[...] Flußkontinuum im Ablauf” (*Hua X*, 81).

que a ‘dualidade’, ou melhor, a dupla intencionalidade da retenção, sustenta a continuidade do fluxo temporal e de constituição da consciência, inclusive se revela como um componente importante para a unidade fenomenológica da experiência consciente. A análise da retenção como função ativa da consciência preserva o passado vivido, assim como possibilita uma reflexão contínua sobre o presente, fundamentando assim a percepção da temporalidade como uma fluência contínua.

### **3 A intencionalidade longitudinal (*Längsintentionalität*) na fenomenologia da consciência e a análise da retenção e proto-sensação**

Nas *Lições*, Husserl (*Hua X*) explora detalhadamente o conceito de consciência absoluta (*absolutes Bewußtsein*). Conforme Oliveira (2023, p. 134), Husserl destaca uma preocupação com um *regressus ad infinitum* no contexto da consciência absoluta, argumentando que o protoprocesso da consciência não pode depender de uma série infinita de consciências que se autojustificam (*Hua XV*, 670). Essa concepção sugere que adicionar outra consciência à consciência absoluta inicial comprometeria sua absolutidade, uma vez que o fluxo da consciência é permeado por uma intencionalidade longitudinal (*Längsintentionalität*), mantendo uma unidade constante de coincidência consigo mesma (*Hua X*, 81). Nesta interpretação, a proto-sensação inicial se transforma em uma retenção<sup>13</sup> de si mesma, que evolui para uma retenção dessa retenção, e assim por diante, como argumenta Husserl (*Hua X*, 81). Com o advento da primeira retenção, ocorre simultaneamente a emergência de um novo ‘agora’, uma nova proto-sensação contínua que se entrelaça momentaneamente à retenção de tal modo que a segunda fase do fluxo se configura como proto-sensação do novo agora e retenção do precedente. A terceira fase, por sua vez, instaura uma nova proto-sensação, acompanhada pela retenção da segunda proto-sensação e pela retenção da retenção da primeira, perpetuando este ciclo. Essa estrutura expõe a natureza

---

<sup>13</sup> Segundo Gabás (2015, p. 38), a retenção é a consciência imediata de um evento que acabou de ocorrer, mantendo tanto a forma quanto a matéria da experiência, como um som que passou. Ao contrário da reprodução exata da experiência original, a retenção é uma modificação contínua, permitindo que a consciência navegue por diferentes camadas do passado, cada uma com seu próprio grau de ‘passado’. Este aspecto de gradação temporal sublinha a estrutura temporal da consciência, onde a atenção no presente é constantemente moldada pelas retenções do passado. A transição entre as retenções estabelece um *continuum*, onde cada nova retenção modifica todas as anteriores, criando uma corrente incessante de modificações. Este *continuum* é fundamental para a unidade da experiência temporal, pois cada objeto percebido deixa uma marca no fluxo de retenções até ser eventualmente esquecido. Husserl, ainda para o autor, utiliza o termo ‘recordação primária’ para descrever a retenção devido à sua função de manter a imediaticidade da experiência no fluxo temporal da consciência. A memória, ou ‘recordação secundária’, difere da retenção, pois envolve um ato intencional de rememoração, que é uma reconstrução ativa da experiência passada e uma reativação da retenção original.



temporal da consciência. Cada momento do fluxo é composto por uma proto-sensação renovada que incorpora a retenção das sensações anteriores, contínua e interligada. A proto-sensação inicial, ao se transformar em retenção, (i) preserva o momento original e (ii) estabelece uma base para as subsequentes proto-sensações e suas respectivas retenções. Esse processo cumulativo garante que a experiência consciente seja uma unidade, onde cada fase retém a memória das fases precedentes enquanto inaugura novas sensações. Portanto, a intencionalidade longitudinal age como um fio condutor que atravessa o fluxo da consciência, assegurando a continuidade da experiência temporal. Ao transformar proto-sensações em retenções e estas em retenções de retenções, a consciência sustenta uma ligação constante com o passado, ao mesmo tempo em que se abre para novos momentos presentes.

Para Eldridge (2020, p. 404), é indispensável reconhecer que não existe uma esfera de esquecimento sem a retenção, pois um fenômeno esquecido deve, em algum momento, ter sido retido. A retenção garante a presença da consciência a si mesma através das quase-retenções (*near-retentions*) e assegura sua ausência de si mesma através das retenções distantes (*far-retentions*). A retenção, a partir dessa compreensão, não é meramente um depósito passivo de vivências, mas um processo dinâmico que interage com a temporalidade da consciência, preservando traços do passado recente e mantendo impressões mais distantes (Cf. *Hua X*, 81). Por meio da retenção, a capacidade de reduzir o presente vivido não se limita a uma mera diminuição quantitativa; ela representa uma transformação qualitativa da experiência temporal, permitindo que aspectos do vivido se desvançam progressivamente, criando espaço para novas experiências. A sobrecarga conceitual da retenção em Husserl (*Hua X*, 81), descreve Eldridge (2020, p. 404), tenta abarcar a totalidade da experiência temporal, garantindo tanto a presença quanto a ausência da consciência a si mesma e abrangendo uma vasta gama de fenômenos. Para resolver a aparente contradição entre presença e ausência, o autor revisita a noção husserliana de intencionalidade<sup>14</sup>, considerando a retenção como um processo intencional que orienta a consciência para diferentes momentos temporais. Desse modo, o uso dos advérbios ‘quase-’ e ‘distante-’ – que também é um adjetivo de dois gêneros – (*near-* e *far-*) pode ser inadequado para capturar a sutileza do processo retencional, e seria mais frutífero considerá-los como uma estrutura mediadora entre presença e ausência, ‘agora’ e ‘então’. O esquecimento está intrinsecamente ligado à dinâmica

---

<sup>14</sup> Para uma exploração do conceito de ‘intencionalidade’ (*Intentionalität*) em Husserl, cf. Scheila Cristiane Thomé Thomé, Imanência versus transcendência: a problematização do conceito de internacionalidade na fenomenologia de Edmund Husserl. **Diálogos Possíveis**, v. 13, n. 2, 2014.

da retenção, sendo que a retenção gradualmente pavimenta o caminho para o esquecimento ao reduzir progressivamente a intensidade da experiência presente.

Em Husserl (*Hua X*, 81), percebe-se que, com a emergência da primeira retenção, ocorre simultaneamente a formação de um novo ‘agora’, uma nova proto-sensação contínua que se interliga à retenção. Nesta dinâmica, a segunda fase do fluxo é caracterizada pela proto-sensação do novo agora e pela retenção do instante anterior. A terceira fase reitera esse padrão, apresentando uma nova proto-sensação associada à retenção da segunda proto-sensação e, adicionalmente, à retenção da retenção da primeira, estabelecendo um ciclo contínuo. É crucial entender que a retenção de uma retenção não se limita à intencionalidade imediata do que é retido. Ela abrange também o que, na própria retenção, é retido em um segundo grau e, finalmente, refere-se ao dado primitivo objetivado durante sua transição. Essa estrutura intencional corrobora que a consciência retém as proto-sensações imediatas e preserva uma ligação com os níveis profundos de retenção. Analogamente, a presentificação de um objeto não se restringe à intencionalidade sobre sua aparição, mas se estende ao próprio objeto que aparece. De modo semelhante, uma recordação de *A* torna consciente a própria recordação e evoca *A* como o elemento recordado na memória. Esse duplo nível de intencionalidade assegura que a consciência esteja sempre envolvida em uma relação que associa as aparições fenomênicas aos objetos que elas revelam.

Dessa maneira, Husserl (*Hua X*, 82) percebe que a constituição do fluxo da consciência, impulsionada pela constância das modificações e pela natureza destas como retenções contínuas do precedente, resulta na formação da unidade do próprio fluxo como uma ordem quase temporal unidimensional. Ao direcionarmos nossa atenção para o som e vivermos intensamente a intencionalidade transversal (*Quer-Intentionalität*) – a proto-sensação do som-agora, a modificação retencional como a recordação primária dos pontos sonoros transcorridos e experienciando sempre a unidade no fluxo das modificações retencionais – encontramos o som duradouro, que se expande continuamente. A intencionalidade transversal garante que a percepção do som seja contínua, focando na proto-sensação e na retenção. A proto-sensação do som-agora estabelece a base sensorial imediata, enquanto a modificação retencional preserva e integra cada momento sonoro na cadeia temporal. Esta interligação constante entre proto-sensações e retenções cria uma sensação de continuidade que caracteriza a experiência temporal da consciência.

Para Husserl (*Hua X*, 82), ao nos orientarmos para a intencionalidade longitudinal e o que nela se constitui, nosso olhar reflexivo é direcionado do som – que se estendeu por

determinado período – para o que é novo na proto-sensação no *ante-símul* (*Vor-Zugleich*), *i.e.*, na antecipação simultânea, e para o que, segundo uma cadeia constante, é retido simultaneamente. A retenção abrange a consciência passada em suas cadeias de fases, sendo a fase precedente a mais imediata. No contínuo fluir da consciência, captamos as cadeias retidas da consciência passada, com o ponto-limite da proto-sensação, o constante retroceder dessa cadeia e a renovada posição de retenções e proto-sensações. Ao considerar a intencionalidade longitudinal, percebemos, como Husserl (*Hua X*, 82) entende, que cada proto-sensação traz consigo um novo ponto de início, enquanto simultaneamente retém as proto-sensações precedentes em uma cadeia ininterrupta. Esta interligação assegura que cada fase seja uma continuidade integral do fluxo consciente. A retenção, neste contexto, preserva o imediato passado e o reintegra em cada nova fase, estabelecendo uma continuidade experiencial. A proto-sensação atual se posiciona no fluxo como um ponto limítrofe que simultaneamente recua e avança, mantendo uma relação com as retenções precedentes. Esse movimento contínuo e recursivo assegura que a consciência se mantenha sempre em um estado de integração temporal, onde cada nova experiência é simultaneamente uma reintegração das experiências do passado.

Conforme discutido por Alves (2014, p. 29), a intencionalidade transversal da retenção, conforme concebida por Husserl, permite que a proto-impressão se dirija, por um lado, ao momento presente do objeto temporal e ao ‘agora’ recentemente passado, conferindo uma profundidade temporal ao objeto. Esta estrutura temporal conecta momentos sucessivos e revela uma continuidade temporal que se estende no passado. Por outro lado, a intencionalidade longitudinal da retenção revela uma camada adicional de complexidade ao permitir que o olhar se volte não para o objeto temporal em si, mas para a própria consciência que visa a sua temporalidade em declínio. Segundo o autor, emerge aqui um fluxo contínuo de fases proto-impressionais retidas, culminando na proto-impressão atual. Assim, essa dimensão longitudinal revela o fluxo da consciência como um todo e implica uma reflexividade interna da consciência sobre si mesma<sup>15</sup>.

Segundo Husserl (*Hua X*, 82), o retido representa a consciência passada em suas sequências (cadeias) de fases, inicialmente referindo-se à fase precedente. No contínuo

---

<sup>15</sup> Essas duas modalidades de intencionalidade da retenção ampliam o escopo da fenomenologia husserliana e questionam as concepções anteriores de autoconsciência, especialmente aquelas derivadas do modelo brentariano. Ao revelar que o fluxo de consciência não dá naturalmente, Husserl introduz, segundo Alves (2014, p. 29), a ideia de um ‘ser pré-fenomenal’ das vivências ou atos de consciência, onde a autoconsciência só se manifesta plenamente através de um ato intencional dirigido pelo olhar da retenção longitudinal. Esse movimento redefine a estrutura da autoconsciência e a própria compreensão da temporalidade vivida, desafiando e expandindo as premissas brentarianas sobre a consciência.

movimento do fluxo da consciência, apreendo as cadeias retidas da experiência anterior, acompanhadas pelo ponto-limite da proto-sensação. Esse ponto-limite indica o constante recuo dessas cadeias e a constante renovação das posições de retenções e proto-sensações. Ao analisar a estrutura da consciência, fica evidente que cada fase retida é uma memória viva das experiências anteriores. Essa retenção não é estática; ao contrário, é um processo dinâmico onde cada nova proto-sensação se liga às precedentes, formando uma continuidade temporal ininterrupta. O ponto-limite da proto-sensação marca o limite entre o presente imediato e o passado retido, funcionando como articulação entre o que foi vivido e o que está sendo experienciado.

No contexto de uma análise do fluxo da consciência, Husserl apresenta a seguinte questão: “Posso, em um único olhar, encontrar e apreender toda a consciência retencional do fluxo passado da consciência, encerrada em uma antecipação simultânea?” (*Hua X*, 82)<sup>16</sup>. Claramente, como compreende Husserl (*Hua X*, 82), o processo necessário envolve primeiro captar a própria antecipação simultânea, que se modifica constantemente, pois ele só é o que é no fluxo. O fluxo, na medida em que modifica esta antecipação simultânea, está em coincidência intencional consigo mesmo, constituindo uma unidade no fluxo. Esta unidade é preservada por um modo constante de recuo, onde o novo se apresenta continuamente e logo se dissipa na sua conexão momentânea. Durante este processo, o olhar pode permanecer fixo no ‘ao mesmo tempo’ (*Momentan-Zugleich*) momentâneo que desce; contudo, a constituição da unidade retencional se estende além disso, sempre acrescentando algo novo. O olhar pode, durante o processo, direcionar-se para esta constante adição, e assim, há sempre consciência no fluxo, como uma unidade constituída. A percepção da antecipação simultânea, então, é um movimento dinâmico onde o passado é continuamente integrado ao presente, criando uma continuidade fluida e coesa. Com isso, a captura da consciência retencional implica em uma interação constante com as modificações da antecipação simultânea. Esta antecipação simultânea, em sua natureza fluida, exige uma atenção que acompanha suas transformações incessantes, mantendo uma coincidência intencional consigo mesma. Quanto à coincidência, ela assegura que cada nova modificação não seja uma ruptura, mas uma continuidade do fluxo. A unidade do fluxo é mantida por esta coincidência, onde cada nova experiência se insere na sequência de retenções, preservando a integridade da experiência temporal. O modo constante de recuo, característico do fluxo da consciência, assegura que cada nova proto-sensação e retenção sejam parte de uma cadeia contínua. Este recuo não é um

---

<sup>16</sup> “kann ich in einem Blick das ganze, in einem Vor-Zugleich befcbloffene, retentionale Bewußtfein des vergangenem Bewußtfeinslaufes finden und faffen?” (*Hua X*, 82).

movimento meramente retrógrado, mas um processo de reintegração onde o novo se dissipa momentaneamente, apenas para ser absorvido na sequência contínua de retenções. Este processo dinâmico cria uma unidade retencional que se estende indefinidamente, sempre incorporando novas experiências e integrando-as ao fluxo contínuo da consciência.

A intencionalidade longitudinal e a intencionalidade transversal, na fenomenologia de Husserl, desempenham um papel crucial na estruturação da continuidade e unidade temporal da experiência consciente, operando através da dinâmica de proto-sensações, retenções e retenções de retenções (dupla retenção). A intencionalidade longitudinal, ao manter uma unidade constante de coincidência consigo mesma, assegura que cada nova proto-sensação se transforme em retenção, a qual, por sua vez, evolui para uma retenção dessa mesma retenção, criando um ciclo contínuo. Este processo cumulativo permite que a experiência consciente seja uma unidade onde cada fase retém a memória das fases precedentes enquanto inaugura novas sensações. Ao transformar proto-sensações em retenções e estas em retenções de retenções, a consciência conserva uma ligação constante com seu passado e simultaneamente se abre para novos momentos presentes. A intencionalidade transversal complementa essa dinâmica ao focar na proto-sensação e na retenção, garantindo que a percepção não seja um evento isolado, mas uma experiência contínua. A proto-sensação do agora, por exemplo, estabelece a base sensorial imediata, enquanto a modificação retencional preserva e integra cada momento na cadeia temporal. Esta interligação constante entre proto-sensações e retenções cria uma sensação de continuidade que caracteriza a experiência temporal da consciência. A retenção, nesse contexto, não é um depósito passivo, mas um processo dinâmico que preserva traços do passado recente e preserva impressões mais distantes, permitindo que aspectos do vivido se desvanescam progressivamente para dar espaço a novas experiências. A estrutura intencional revela que a consciência retém as proto-sensações imediatas e guarda uma ligação com os níveis profundos de retenção, assegurando uma continuidade fluida e coesa da experiência temporal. A antecipação simultânea, um movimento dinâmico onde o passado é continuamente integrado ao presente, mantém uma coincidência intencional consigo mesma, preservando a unidade do fluxo consciente. Esta unidade é mantida por um constante recuo, onde cada nova experiência se insere na sequência de retenções, garantindo que cada fase do fluxo não seja uma ruptura, mas uma continuidade integrada. Assim, a fenomenologia de Husserl evidencia que a estrutura temporal da consciência, através da intencionalidade longitudinal e da intencionalidade transversal,

assegura a continuidade e a unidade da experiência consciente, integrando novos momentos presentes com a memória e mantendo a integridade da unidade temporal.

#### **4 A concepção e percepção temporal na consciência**

Lloyd (2012, p. 696) destaca que, segundo Husserl, a consciência seria inconcebível sem a temporalidade, uma vez que ele apresenta uma fenomenologia ‘expansiva’, oferecendo um quadro intrincado dos conteúdos e dinâmicas da consciência. Para o autor, Husserl compreende que a percepção não se limita às propriedades sensoriais do estímulo ocorrente. Os dados sensoriais sempre são complementados por apreensões não sensoriais, formando juntos as aparências. Os conteúdos não sensoriais da consciência são explícitos e podem ou não ser atendidos. Um dos exemplos de Husserl (Cf. *Hua I*, 77) é o de um cubo sólido, que revela algumas de suas faces, mas oculta outras.

Ao descrever a percepção de um cubo, Husserl (*Hua I*, 77) observa que este objeto é percebido como uma unidade objetiva dentro de uma multiplicidade de modos de aparição inerentes a ele. Esses modos não constituem uma sucessão desconexa de vivências, mas sim uma síntese contínua e coesa. Com isso, reconhece-se a multiplicidade e a variabilidade das aparições como componentes essenciais da unidade objetiva do cubo. Através dessa multiplicidade, a síntese proporciona uma relação significativa entre as vivências, garantindo a coesão da percepção na constituição da consciência.

A fixação do olhar no ‘ao mesmo tempo’ momentâneo em Husserl (*Hua X*, 83) permite a percepção da fluidez do presente, enquanto a extensão da unidade retencional revela a profundidade da experiência temporal. Esta dualidade de fixação momentânea e extensão permite uma compreensão da natureza temporal da consciência. A constituição da unidade retencional, sempre acrescentando algo novo, assegura que a experiência consciente seja uma continuidade ininterrupta, onde cada novo momento é uma síntese das experiências passadas e presentes. Em consequência, ao considerar como captar a inteira consciência retencional do curso passado da consciência, é evidente que a percepção da antecipação simultânea, com suas constantes modificações, é fundamental. Este processo de captação envolve uma coincidência intencional com o fluxo, preservando a unidade e integridade da experiência temporal<sup>17</sup>. Dessa maneira, em um único fluxo de consciência, como entende Husserl (*Hua X*,

---

<sup>17</sup> Na perspectiva de Voegeley e Kupke (2007, p. 158), a experiência intuitiva do ‘agora’ em Husserl é sempre uma experiência de um ‘agora’ ‘estendido’ em uma percepção contínua. Ou seja, a percepção da melodia, por exemplo, não pode ser explicada com base em uma concepção de tempo objetivo. Embora uma melodia seja uma progressão linear, a melodia ou a experiência de uma melodia não é a soma ou a totalização de tons individuais.

83), identificam-se duas intencionalidades inseparavelmente unidas, entrelaçadas e interdependentes. De qualquer modo, essa dualidade de intencionalidades revela a complexidade do fluxo temporal da consciência. Em uma intencionalidade, conforme interpreta Husserl (*Hua X*, 83), constitui-se o tempo imanente, *i.e.*, uma espécie de tempo objetivo, genuíno, no qual se verifica tanto a duração quanto a alteração do duradouro. A outra intencionalidade que Husserl (*Hua X*, 83) descreve no uno, por sua vez, constitui a inserção *quase-temporal* (*quasi-zeitlich*) das fases do fluxo. Essa intencionalidade, que promove a inserção *quase-temporal* das fases do fluxo, é igualmente crucial no fluxo temporal da consciência, e necessariamente possui o ponto ‘agora’ fluente, a fase de atualidade, e as séries das fases pré-atuais<sup>18</sup> e pós-atuais.

Notamos que a intencionalidade que gera o tempo imanente é responsável pela estruturação de um tempo objetivo, onde os eventos são percebidos em sua duração e mudança. Este tempo imanente é primordial para a experiência consciente, visto que permite a percepção da continuidade e transformação dos eventos ao longo do tempo. Esta intencionalidade assegura que cada fase do fluxo de consciência tenha um ponto-*agora* fluente, uma fase de atualidade que é imediatamente experienciada. Outrossim, essa intencionalidade organiza as fases pré-atuais e pós-atuais, criando uma estrutura temporal que abrange o presente imediato, o passado recente e o futuro iminente. Em termos gerais, a intencionalidade que forma o tempo imanente estabelece a base para a percepção objetiva do tempo, enquanto a intencionalidade que insere as fases do fluxo organiza a experiência subjetiva do tempo. Juntas, elas asseguram que a consciência tenha uma percepção unificada e contínua do tempo, onde o presente, o passado e o futuro são interligados em uma sequência fluida. Paralelamente, a inseparabilidade dessas intencionalidades evidencia a natureza do tempo na experiência consciente. O tempo imanente e a inserção *quase-temporal* das fases do fluxo não são aspectos distintos, mas componentes complementares de um único processo. Este processo dual é responsável por criar a percepção de um tempo contínuo e unificado, onde a experiência consciente é sempre uma síntese do agora fluente e das fases temporais associadas (*Hua X*, 83).

A percepção do tempo na consciência é uma construção complexa que envolve a interação constante dessas duas intencionalidades. A intencionalidade que constitui o tempo

---

<sup>18</sup> Beyer (2018, p. 3) destaca que Husserl enfatiza a primazia da consciência de primeira ordem, ‘esquecida de si mesma’ (*self-forgotten*) ou ‘latente’, antes de se tornar ‘acessível’ através da autoconsciência reflexiva (julgamento introspectivo). Beyer apoia essa interpretação em Zahavi (2002, p. 700), em que, na visão de Husserl, a consciência é caracterizada por uma ‘autoconsciência pré-reflexiva’ (*pre-reflexive self-awareness*) e que Husserl não endossa uma teoria atualista de pensamento de ordem superior da consciência, que requer que a consciência sempre esteja acompanhada e representada pela autoconsciência reflexiva.

imane e aquela que insere as fases do fluxo trabalham em conjunto para criar uma experiência temporal integrada. Esta dualidade assegura que a consciência possa experimentar o tempo de forma contínua, onde cada momento é simultaneamente parte do presente, memória do passado e ‘antecipação’ do futuro. No fluxo de consciência, a união inseparável dessas duas intencionalidades constitui uma experiência temporal unificada. A percepção do tempo imane e a organização das fases do fluxo são aspectos complementares de um único processo que assegura a continuidade e a coesão da experiência temporal. Esta temporalidade pré-fenomenal, pré-imane, constitui-se intencionalmente como a forma da consciência que constitui o tempo em si mesma. O fluxo da consciência, imane e constitutivo do tempo, não apenas é, mas manifesta-se de maneira tão notável e compreensível que nele ocorre necessariamente uma auto-aparição do fluxo. A partir desta auto-aparição, o próprio fluxo deve ser captado em seu fluir. Esta auto-aparição não demanda um segundo fluxo; ao contrário, ele, como fenômeno, constitui-se a si mesmo (*Hua X*, 83).

Para Husserl (*Hua X*, 83), o constituinte e o constituído coincidem um com o outro, mas, naturalmente, não coincidem em todos os aspectos. As fases do fluxo de consciência, nas quais outras fases do mesmo fluxo se constituem fenomenalmente, não podem ser idênticas às fases constituídas e, de fato, não o são. Aquilo que emerge na atualidade momentânea do fluxo de consciência é, na cadeia dos momentos retencionais próprios dele, uma fase passada do fluxo. O fluxo constitutivo do tempo é auto-referencial, capturando-se a si mesmo em sua manifestação contínua. Este processo de auto-aparição assegura que cada fase do fluxo experiencie o presente e integre as fases passadas, criando uma continuidade temporal. Assim, a consciência não necessita de um fluxo secundário para se auto-perceber; ela se constitui a partir de sua própria dinâmica. A coincidência parcial entre o constituinte e o constituído implica que a consciência experiencie seu próprio fluxo de maneira reflexiva. As fases do fluxo de consciência, ao se constituírem fenomenalmente, permitem uma percepção do tempo que é tanto imediata quanto retrospectiva. A distinção entre as fases constituintes e constituídas sublinha a natureza dinâmica da temporalidade consciente.

Com base na análise fenomenológica da percepção temporal na consciência, Husserl (*Hua X*, 83) elucida a natureza fluida e integrada do tempo vivido. Husserl (*Hua X*, 83) argumenta que a consciência temporal não se limita à mera captura sensorial dos estímulos presentes, mas envolve uma interação entre fixação momentânea, extensão da unidade retencional e a dualidade das intencionalidades temporais (tempo imane e inserção *quase-temporal*). A fixação momentânea permite a percepção imediata da fluidez do presente,



enquanto a extensão da unidade retencional revela a profundidade temporal, integrando passado e presente em uma continuidade ininterrupta. A dualidade das intencionalidades, por sua vez, desdobra-se na constituição de um tempo objetivo e na organização das fases do fluxo consciente, garantindo uma percepção unificada do tempo onde cada momento é simultaneamente presente, passado e futuro. A auto-aparição do fluxo de consciência emerge como um fenômeno intrínseco, onde o próprio fluxo se revela e se mantém em sua dinâmica contínua, sem necessitar de um fluxo secundário para sua percepção. Ainda assim, a consciência experimenta o tempo e o constitui ativamente, refletindo sobre si mesma em uma dinâmica reflexiva que integra momentos presentes e passados. A distinção entre as fases constituintes e constituídas sublinha a complexidade da temporalidade consciente, onde a percepção imediata se entrelaça com uma reflexão retrospectiva, evidenciando a natureza dinâmica e auto-referencial do fluxo temporal na experiência.

## 5 Considerações Finais

A partir da análise da concepção husserliana de retenção e sua influência na constituição do fluxo de consciência, percebemos uma compreensão fundamental da dupla intencionalidade que caracteriza este fenômeno na fenomenologia de Husserl. Nossa hipótese descrita foi que a consciência retentiva, juntamente com a intencionalidade longitudinal, desempenha um papel essencial na estruturação da continuidade e da unidade constitutiva do fluxo de consciência. A dualidade da intencionalidade retentiva, ou seja, a dupla intencionalidade da retenção, permite que a consciência integre suas experiências de forma contínua com o presente temporal. Paralelamente, a intencionalidade longitudinal atua na transformação das proto-sensações em estruturas retencionais mais complexas. A interação entre a constituição do tempo imanente e a inserção *quase*-temporal das fases do fluxo de consciência sustenta uma percepção unificada e contínua do tempo, destacando a auto-aparição do fluxo de consciência como um fenômeno crucial para a preservação da integridade temporal na experiência consciente.

Husserl (*Hua X*, 80 ss), ao destacar a dualidade inerente à retenção – simultaneamente preservação do passado e consciência presente dessa retenção – demonstra a elaboração da temporalidade na experiência consciente e sua função na unidade fenomenológica do fluxo de consciência. Esta dualidade permite à consciência manter uma continuidade coesa entre o passado retido e o presente, além de fundamentar a estrutura da capacidade reflexiva que

constitui a base para a reflexão husserliana do tempo. A retenção é um mecanismo passivo de conservação e um elemento ativo que sustenta a fluência temporal da consciência. Assim, a retenção integra-se continuamente às fases sucessivas do fluxo de consciência, configurando uma relação de experiências temporais. Esta continuidade retencional correlaciona cada momento presente aos seus predecessores e assegura uma unidade temporal que transcende a simples sucessão de momentos.

Diante da consideração sobre a intencionalidade longitudinal, identificamos em Husserl (*Hua X*) a dinâmica pela qual a consciência se estrutura temporalmente. A partir da proto-sensação inicial, cada momento do fluxo consciente se desdobra em uma série contínua de retenções que preservam o antes (*vorher*) e o integram de maneira dinâmica ao agora (*jetzt*). Husserl enfatiza que essa estrutura é mais do que uma sucessão linear de momentos, mas uma unidade que se auto-coordena através de uma constante antecipação e retenção. Cada nova fase retém as impressões imediatas e também a memória das fases precedentes, em virtude da intencionalidade longitudinal, que, ao operar através da retenção e da dupla retenção, estabelece uma ligação primordial entre os instantes presentes e o fluxo temporal mais amplo da consciência. Enquanto a intencionalidade longitudinal assegura a continuidade do fluxo consciente ao longo do tempo, a intencionalidade transversal enfatiza a conexão imediata entre as proto-sensações e suas retenções, garantindo que cada momento presente esteja enraizado em uma base temporal sólida e contínua.

A interpretação husserliana da percepção temporal na consciência envolve uma interação conceitual entre fixação momentânea, extensão da unidade retencional e a dualidade das intencionalidades temporais (tempo imanente e inserção *quase*-temporal). Conforme descrito, a fixação momentânea permite a percepção imediata da fluidez do presente, enquanto a extensão da unidade retencional revela a profundidade temporal, integrando passado e presente em uma continuidade ininterrupta. A dualidade das intencionalidades, por sua vez, desdobra-se na constituição de um tempo objetivo e na organização das fases do fluxo consciente, garantindo uma percepção unificada do tempo onde cada momento possui um ‘agora’, um ‘antes’ e um ‘depois’ temporais. A auto-aparição do fluxo de consciência surge como um fenômeno intrínseco, onde o próprio fluxo se revela e mantém sua dinâmica contínua, sem necessitar de um fluxo secundário para sua percepção. Ainda assim, a consciência não apenas experimenta o tempo, mas o constitui ativamente, refletindo sobre si mesma em uma dinâmica reflexiva que integra momentos presentes e passados. Por fim, a distinção entre as fases constituintes e constituídas sublinha a constituição da temporalidade

consciente, onde a percepção imediata se entrelaça com uma reflexão retrospectiva, evidenciando a natureza dinâmica e auto-referencial do fluxo temporal na experiência.

## Referências

AGOSTINHO. **Aurelii Augustini Confessionum libri XIII**. Opera Omnia PL (Patrologia 32). NBA. Disponível em: <https://www.augustinus.it/latino/confessionum/index.htm>. Acesso em: 16 jul. 2024.

AGOSTINHO. **Confissões**. Tradução de J. Oliveira Santos, S.J., e A. Ambrósio de Pina, S.J. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

ALVES, P. M. S. É a autoconsciência uma forma de intencionalidade? **Ekstasis: Revista de Hermenêutica e Fenomenologia**, v. 3, n. 2, p. 13-36, 2014.

BELLO, A. A. Tra memoria e oblio. *Antropologia e storia*. **Bollettino Filosofico**, v. 31, p. 3-16, 2016.

BEYER, C. How to analyze (intentional) consciousness in terms of meta-Belief and temporal awareness. **Frontiers in Psychology**, v. 9, p. 1-12, 2018.

DIMITRIU, C. The protention-retention asymmetry in Husserl's conception of time consciousness. **Praxis Filosófica**, p. 209-229, 2013.

ELDRIDGE, P. The act of forgetting: Husserl on the constitution of the absent past. **Continental Philosophy Review**, v. 53, n. 4, p. 401-417, 2020.

EUSTACHE, M.-L. Mémoire et identité dans la phénoménologie d'Edmund Husserl: liens avec les conceptions des neurosciences cognitives. **Revue de neuropsychologie**, n. 2, p. 157-170, 2010.

FREIHERR VON GEBSATTEL, V. E. Les troubles du devenir et du vécu du temps dans le cadre des affections psychiatriques: Traduction de l'allemand et présentation du texte par Marc Géraud. **PSN**, v. 8, n. 2, p. 93-103, 2010.

GABÁS, R. El tiempo en Agustín y Husserl. **Revista Española de Filosofía Medieval**. v. 22, Córdoba, p. 33-41, 2015.

GOTO, T. A. **A (re)constituição da psicologia fenomenológica em Edmund Husserl**. 2007. 219 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2007.

GYEMANT, M. Les objets intentionnels – à la frontière entre les actes et le monde. **PhaenEx**, v. 4, n. 1, p. 84-111, 2009.

HUSSERL, E. **Die Bernauer Manuskripte über das Zeitbewusstsein (1917/18)**, Husserliana (Band XXXIII), Kluwer, Dordrecht, 2001.

HUSSERL, E. (HUA I). **Meditações cartesianas**: uma introdução à fenomenologia. Trad. Fábio Mascarenhas Nolasco. São Paulo: Edipro, 2019.

HUSSERL, E. **Cartesianische Meditationen und Pariser Vorträge**: Eine Einleitung in die Phänomenologie. Husserliana (Band I), Strasser, Nijhoff, Den Haag, 1950.

HUSSERL, E. **Lições para uma fenomenologia da consciência interna do tempo**. Tradução, introdução e notas de Pedro M. S. Alves. Lisboa: Casa da Moeda, 1994.

HUSSERL, E. **Vorlesungen zur Phänomenologie des inneren Zeitbewußtseins**. Husserliana (Band X). Freiburg: Max Niemeyer Verlag, 1928.

HUSSERL, E. **Zur Phänomenologie der Intersubjektivität. Texte aus dem Nachlass**. Husserliana (Band XV). Dritter Teil: 1929-1935. Ed. Iso Kern. Netherlands: Martinus Nijhoff, 1973.

KHANZHY, V. B.; LYASHENKO, D. M. The Interpretation of Husserl's Time-Consciousness in the Reconstruction of the Concept of Anthropic Time. Part One. **Anthropological Measurements of Philosophical Research**, n. 23, 2023, p. 117-132.

LLOYD, D. Neural correlates of temporality: Default mode variability and temporal awareness. **Consciousness and cognition**, v. 21, n. 2, p. 695-703, 2012.

OLIVEIRA, I. C. **Fenomenologia e Consciência-tempo [Zeitbewusstsein]**: a dupla intencionalidade e a unidade da consciência absoluta nas análises de Husserl. 160 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2023.

OPERA OMNIA AUGUSTINI HIPPONENSIS. *In*: MIGNE, J.-P. **Patrologia latina**. Paris: [s.n.], 1845. Vols. 32-47.

SERRA, A. M. Do sentido da lembrança em Edmund Husserl. **Kriterion: Revista de Filosofia**, v. 50, n. 119, p. 197-213, 2009.

THOMÉ, S. C. Imanência versus transcendência: a problematização do conceito de internacionalidade na fenomenologia de Edmund Husserl. **Diálogos Possíveis**, v. 13, n. 2, 2014.

VOGELEY, K.; KUPKE, C. Disturbances of time consciousness from a phenomenological and a neuroscientific perspective. **Schizophrenia bulletin**, v. 33, n. 1, p. 157-165, 2007.

ZAHAVI, D. Inner time-consciousness and pre-reflective self-awareness. *In*: Welton, D (ed). **The New Husserl: A Critical Reader**. Bloomington: Indiana University Press, p. 157-180, 2003.

ZAHAVI, D. Husserl und das problem des vor-reflexiven selbstbewußtseins. **Die erscheinende Welt**, p. 697-724, 2002.



## A dimensão pedagógica do mal natural

Wellington Oliveira<sup>1</sup>  
Lúcio Souza Lobo<sup>2</sup>

**Resumo:** O problema do mal é um tema que ainda desperta a atenção de filósofos e teólogos. O objetivo deste artigo é o de oferecer uma alternativa teórica alicerçada na filosofia tomista para demonstrar o aspecto pedagógico que o mal natural proporciona ao ser humano. Tendo em vista tal fim, a partir de uma pesquisa filosófica crítica de natureza bibliográfica, na primeira parte, examinar-se-á o conceito de “mal gratuito” elencada por William Rowe, assim como a noção de “bem da ordem do universo” proposto por Tomás de Aquino. Em um segundo momento, buscaremos atinar que o processo de geração e corrupção na natureza é algo permitido por Deus em virtude do bem da ordem do universo. Por fim, analisar-se-á o processo pedagógico resultante dos males existentes na natureza. Dessa forma, a partir da investigação proferida, pode-se concluir que não apenas poderemos discorrer sobre a gênese do mal, mas também compreender todo processo educativo que ele oferece para o ser humano no aperfeiçoamento das suas virtudes e para sua inclinação a seu fim último. Assim sendo, buscaremos sustentar que a proposta por Rowe não se sustenta, pois, aquilo que ele chama de mal gratuito pode ser considerado um mal *secundum quid*, por tanto, permitido por Deus em virtude do bem da ordem do universo.

**Palavras-chave:** mal natural; problema do mal; Tomás de Aquino.

### The pedagogical dimension of natural evil

**Abstract:** The problem of evil is a topic that still attracts the attention of philosophers and theologians. The aim of this article is to offer a theoretical alternative based on Thomist philosophy to demonstrate the pedagogical aspect that natural evil provides for human beings. To this end, based on critical philosophical research of a bibliographical nature, the first part will examine the concept of “gratuitous evil” listed by William Rowe, as well as the notion of the “good of the order of the universe” proposed by Thomas Aquinas. Secondly, we will try to understand that the process of generation and corruption in nature is something permitted by God by virtue of the good of the order of the universe. Finally, we will analyze the pedagogical process resulting from the evils that exist in nature. In this way, based on the research carried out, it can be concluded that not only will we be able to discuss the genesis of evil, but we will also be able to understand the entire educational process that it offers human beings in order to perfect their virtues and incline them towards their ultimate goal. Therefore, we will try to maintain that Rowe's proposition does not hold up, because what he calls gratuitous evil can be considered an evil *secundum quid*, therefore permitted by God in virtue of the good of the order of the universe.

**Keywords:** natural evil; problem of evil; Thomas Aquinas.

### La dimensión pedagógica del mal natural

**Resumen:** El problema del mal es un tema que sigue atrayendo la atención de filósofos y teólogos. El objetivo de este artículo es ofrecer una alternativa teórica basada en la filosofía tomista para demostrar el aspecto pedagógico que el mal natural ofrece al ser humano. Para ello, a partir de una investigación filosófica crítica de carácter bibliográfico, en la primera parte se examinará el concepto de “mal gratuito” enumerado por William Rowe, así como la noción de “bien del orden del universo” propuesta por Tomás de Aquino. En segundo lugar, trataremos de comprender que el proceso de generación y corrupción en la naturaleza es algo permitido por Dios en virtud del bien del orden del universo. Por último,

<sup>1</sup> Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista CAPES. E-mail: [oliveirawc@yahoo.com](mailto:oliveirawc@yahoo.com).

<sup>2</sup> Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor na Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: [luciosouzalobo@gmail.com](mailto:luciosouzalobo@gmail.com).

anlizaremos el proceso pedagógico resultante de los males que existen en la naturaleza. De esta forma, a partir de la investigación realizada, se puede concluir que no sólo podremos discutir la génesis del mal, sino que también podremos comprender todo el proceso educativo que éste ofrece al ser humano para perfeccionar sus virtudes e inclinarlo hacia su fin último. Siendo así, nos esforzaremos por sostener que la proposición de Rowe no se sostiene, ya que lo que él llama mal gratuito puede ser considerado un mal *secundum quid*, por tanto permitido por Dios en virtud del bien del orden del universo.

**Palabras clave:** mal natural; problema del mal; Tomás de Aquino.

## 1 Introdução

O problema do mal<sup>3</sup> transpassa a história da humanidade e continua a findar suas estacas ainda nos dias atuais. Sua relevância é patente, visto que, na vida de um indivíduo, desde seu nascimento até sua morte, suas implicações são muito mais do que uma nódoa póstuma. Por isso, não foram poucos os filósofos e teólogos que procuraram perscrutar suas origens, causas e efeitos.

Não é sem razão que o maior obstáculo à crença cristã em Deus é o problema do mal (Moreland; Craig, 2021). Afinal, aquele que busca objetar a existência do Deus cristão tem à disposição a possibilidade de formular um forte argumento baseado na incompatibilidade da coexistência<sup>4</sup> divina com o mal (Turek, 2014). Isso ocorre, mais especificamente, a partir da noção de que os males existentes no mundo, dependem, explicitamente ou implicitamente, da ideia de que há “males gratuitos”<sup>5</sup>, os quais, se Deus existisse, deveriam ser completamente erradicados.

No desenvolvimento desse debate, chegou-se a duas linhas principais de argumentação: o problema lógico do mal e o problema probabilístico do mal. Os defensores da primeira linha argumentam que a coexistência de Deus e do mal resultam em uma contradição explícita. Assim, uma vez que dificilmente alguém pode negar que o mal existe, segue-se que Deus não existe. Já os adeptos da segunda linha, de forma mais moderada,

---

<sup>3</sup> Referimo-nos como “problema do mal” a questão que envolve a compatibilidade entre a existência de Deus simultaneamente com a dor, com o sofrimento e com o mal moral/natural existentes neste mundo (Davies, 1993, p. 31). Embora a descrição “argumento do mal” nos pareça melhor se enquadrar na questão, uma vez que, nem todo problema, seja de fato um problema, em virtude da definição “problema do mal” ser mais recorrentemente utilizada na literatura, assim a apresentaremos neste artigo.

<sup>4</sup> Falamos em coexistência sob uma terminologia popular, pois, dado que na tradição cristã o mal é uma privação, ela não tem uma existência ontológica. Nesse sentido, o mal priva determinado bem devido a um ente, impedindo-o de atingir sua máxima potencialidade natural, agindo como uma espécie de “parasita”. Por isso, Tomás sustenta que não é possível que o mal exprima um ser, uma certa forma ou natureza (ST, Ia, q. 48, art. 1). Assim sendo, o mal é concebido como uma espécie de não-ser, o qual não tem uma causa própria, mas sim acidental (SCG, III, c. XIV).

<sup>5</sup> Isto é, males que não acarretariam bens ou que não seriam necessários para prevenir outros males de igual ou maior magnitude e, por isso, deveriam ser evitados por Deus, caso este tivesse condições de fazê-lo.

entendem que a existência do mal não refuta a existência de Deus, mas a torna pouco plausível, especialmente em virtude dos males gratuitos, pois, uma vez que Deus teria interesse e condições de remover tais males do mundo, mas não o faz, isso atesta para a improbabilidade da sua existência (Davies, 1993).

A fim de elucidar a perspectiva sobre o tema supracitado, objetiva-se, neste trabalho, apresentar uma alternativa teórica genuína pautada na filosofia tomista a partir de uma análise qualitativa. Tendo em vista tal fim, na primeira parte desta pesquisa, analisar-se-á o conceito de mal gratuito elencado por William Rowe, bem como o conceito de bem da ordem do universo defendido por Tomás de Aquino. O intuito desta fase do estudo será demonstrar que aquilo que Rowe apresenta como um mal a ser evitado é, na verdade, um mal accidental permitido por Deus em virtude da perfeição da sua criação. Em seguida, examinar-se-á o processo geracional e corruptivo do mundo como parte de um sistema integral necessário para a manutenção da vida existente no mundo. Nesse sentido, buscaremos demonstrar que esse processo faz parte de um sistema integral que serve para o bem da ordem do universo. Por fim, na terceira parte desta pesquisa, analisar-se-á o processo pedagógico proporcionado pelo mal existente na natureza, cujo intento é demonstrar que o processo gerativo e corruptivo na natureza podem contribuir para a identificação e desenvolvimento de virtudes humanas que, de outro modo, estariam ocultas.

## **2 O argumento de Rowe e o bem da ordem do universo**

Se a existência de males oriundos do mau uso da liberdade humana podem ser justificados racionalmente, o mesmo parece não acontecer com os males existentes na natureza. Por esse motivo, tradicionalmente, argumenta-se que os males existentes no mundo constituem a principal evidência da improbabilidade da existência de um Deus onipotente, onisciente e totalmente bom. Um dos pensadores ativos nesse labor filosófico foi William Rowe, que dedicou à defesa da ideia de que, diante da ampla ocorrência de males naturais, os quais, em sua visão, carecem de justificação, a existência de Deus parece pouco plausível. Rowe (1979) esboça seu argumento da seguinte forma<sup>6</sup>:

---

<sup>6</sup> No original: “(1) There exist instances of intense suffering which an omnipotent, omniscient being could have prevented without thereby losing some greater or permitting some evil equally bad or worse. (2) An omniscient, wholly good being would prevent the occurrence of any intense suffering it could, unless it could not do so without thereby losing some greater good or permitting some evil equally bad or worse. (3) There does not exist an omnipotent, omniscient, wholly good being”.

- (1) Há casos de sofrimento intenso que um ser onipotente e onisciente poderia ter impedido sem que com isso fosse perdido algum bem maior ou permitido algum mal igualmente mau ou pior;
- (2) Um ser onisciente e totalmente bom impediria a ocorrência de qualquer sofrimento intenso que pudesse, a não ser que pudesse fazê-lo sem que, com isso, fosse perdido algum bem maior ou permitido algum mal igualmente mau ou pior;
- (3) Logo, não existe um ser onipotente, onisciente e totalmente bom.

Ao sustentar a premissa (1), Rowe constrói um cenário fictício que envolve um evento de mal natural. Ele descreve uma situação na qual um raio atinge uma árvore já morta no seio de uma floresta, desencadeando um incêndio de proporções monumentais que rapidamente se alastra, devastando toda a fauna e flora circundantes. Contudo, o foco recai sobre um cervo que, envolto pelas chamas, é sujeito a queimaduras e ferimentos extremamente dolorosos, os quais o afligem por dias até a inevitável conclusão de sua morte agonizante. Diante deste caos, Rowe questiona a plausibilidade de que o intenso sofrimento do cervo possa ser justificado por algum desígnio superior. Nesse contexto, não há indícios de que um bem maior justifique o sofrimento desse animal, tampouco a supressão deste bem ou a ocorrência de um mal igual ou mais significativo. Além disso, não se vislumbra qualquer mal equivalente ou mais grave ligado ao sofrimento do cervo que ocorreria inevitavelmente caso seu tormento fosse evitado. Assim, Rowe conclui seu raciocínio a partir da inter-relação da existência de Deus e desse caso de mal com a seguinte indagação: seria possível que um Ser onipotente, onisciente e totalmente bom pudesse facilmente evitar que este animal fosse poupado de tal terrível sofrimento?

Em resposta a essa questão, Rowe sustenta categoricamente que, se Deus possuísse a capacidade de evitar tais males, então, sem dúvida, Ele o faria. Essa convicção se embasa na premissa de que, se um ser onipotente, onisciente e totalmente bom expressasse genuíno cuidado e afeto pelas criaturas que criou, Ele as preservaria da exposição a tais males (Rowe, 2008). Não apenas isso, mas quando se depara racionalmente com a ausência de um propósito para o sofrimento injustificado, emerge a necessidade de se questionar a plausibilidade de se acreditar nesse desígnio diante do panorama abrangente de todos os casos de sofrimento humano e animal aparentemente desprovidos de propósito que assolam nosso mundo cotidianamente (Rowe, 1979). Desse modo, é verossímil postular que a existência de Deus, embora não possa ser definitivamente refutada, pareça ser uma realidade hipotética.



Entretanto, é crível sugerir uma verdade essencial no âmbito da ciência forense, a saber, que a ausência de evidência não implica necessariamente na evidência de sua ausência. Em outras palavras, o fato de não encontrarmos evidências de um propósito aparente por trás de determinados eventos maléficis não implica que tal propósito não exista. Na verdade, o próprio Rowe reconhece essa condição ao afirmar que “somos frequentemente surpreendidos quando coisas que pensamos seres desconectadas se revelam intimamente interligadas”<sup>7</sup> (Rowe, 1979, p. 337). Com isso em mente, é razoável admitir a possibilidade de que um bem de maior magnitude, embora não perceptível, possa estar intrinsecamente ligado ao sofrimento aparentemente gratuito. Em outras palavras, seria prematuro afirmar que certos eventos maléficis não podem resultar em eventos benéficos de magnitude superior aos danos causados pelos próprios males. Negar essa possibilidade seria exigir um conhecimento equiparável à onisciência por parte do observador.

Porém, Tomás de Aquino segue uma outra via. Para ele, os males existentes no mundo se enquadram dentro de um arranjo cósmico de ordem superior. Por isso, o conceito de ordenamento do universo detém um papel central no arcabouço filosófico tomista.

Para o Aquinate, mesmo em meio à vasta pluralidade e diversidade de entes, o universo criado manifesta uma harmonia ímpar. Tal paridade evidencia uma unidade de ordem subjacente ao universo, que se configura como um bem superior na inter-relação entre as partes e o todo. Deste modo, é possível discernir entre os entes a proporção de maior e menor bem, verdade e nobreza, bem como a teleologia inerente dos entes para o seu fim último (ST, Ia, q. 2, art. 3)<sup>8</sup>. Consequentemente, pode-se inferir que, ainda que cada ente particular possa ser considerado bom, a totalidade deles constitui um bem ainda maior.

Para Tomás de Aquino, o ato de criação não pode ser atribuído a outrem senão ao próprio Deus (ST, Ia, q. 45, art. 5). Isto porque é necessário que os efeitos mais universais sejam atribuídos a causas igualmente universais e primeiras, sendo que o mais universal de todos é o ser enquanto ser. Portanto, o efeito peculiar da causa primeira e universal é o próprio Deus, cuja ação de criar é exclusivamente sua.

O Aquinate inicia sua argumentação estabelecendo uma distinção conceitual entre a diferenciação das coisas e a desigualdade entre elas. Para ele, a distinção entre as criaturas

---

<sup>7</sup> No original: “we are often surprised by how things we thought to be unconnected turn out intimately connected”.

<sup>8</sup> A fim de facilitar o trabalho de consulta, citaremos a obra *Suma de teologia* conforme o modelo de citação tradicionalmente utilizado na literatura corrente, a saber, (ST). Manteremos o mesmo padrão em relação às demais obras de Tomás de Aquino, tais como: *Suma contra os gentios* (SCG), *De Malo* (QDSM) e *Compêndio de teologia* (CTh).

pode ser compreendida como uma forma de desigualdade relativa entre si, ao passo que a desigualdade propriamente dita refere-se ao grau de bondade inerente a cada coisa.

Ademais, Tomás assevera que Deus “trouxe as coisas ao ser, para comunicar a sua bondade às criaturas, que a representam” (ST, Ia, q. 47, art. 1). Todavia, a bondade divina não pode ser plenamente refletida por uma única criatura. Portanto, Deus produziu muitas e diversas e, assim, o que falta a uma para representar a divina bondade, é suprido por outra. Logo, a multidão e a distinção das coisas vêm da intenção do agente primeiro, *Deus*, pois, dessa maneira, a sua vontade é mais perfeitamente representada. Assim, “a bondade, existente em Deus pura e simplesmente, bem como uniformemente, existe nas criaturas múltiplice e divididamente” (ST, Ia, q. 47, art. 1).

A partir dessas citações, pode-se inferir que o "todo" possui uma perfeição superior às "partes", uma vez que ele melhor representa a divina bondade em todo o universo. Isto posto, conclui-se que a desigualdade e a distinção das coisas não são causadas por uma causa segunda, mas sim pela intenção da causa primeira, a saber, o próprio Deus.

Dessa forma, o bem e o ótimo do universo residem na ordenação harmoniosa de suas partes, o que não pode existir sem a distinção entre elas, pois é por meio dessa ordenação que o universo é constituído em sua totalidade, que é o ótimo nele. Isso culmina na noção de que a ordenação das partes do universo e a distinção entre elas são o objetivo final da criação do universo, um fim que não é produto do acaso, mas da intenção deliberada de Deus. Portanto, é na distinção e na ordem das coisas que reside o bem do universo (SCG, II, c. XLII).

Entretanto, essa diferenciação manifesta-se de maneira dupla: formal e material. A distinção formal é perceptível na singularidade específica entre duas criaturas, exemplificada na disparidade entre um peixe e uma águia; criaturas que exibem atributos peculiares conforme às suas respectivas espécies. Em contraste, a distinção material corresponde à discrepância numérica entre duas entidades que compartilham a mesma forma. Isto pode ser ilustrado pela diferença entre duas águias, as quais possuem uma distinção que não é de natureza formal, mas numérica. Para Tomás, a distinção formal detém maior relevância, uma vez que a distinção material subsiste em razão da distinção formal<sup>9</sup>. Conforme ele expressa, “as formas das coisas são como os números, nas quais as espécies variam pela adição ou subtração da unidade” (ST, Ia, q. 47, art. 2). Portanto, a distinção formal invariavelmente acarreta desigualdade.

---

<sup>9</sup> A esse respeito Gilson (1951, p. 50) diz: “La materia no es más que un potencial determinable por la forma, siendo la forma el acto que hace la materia sea la de tal o cual sustancia determinada.”. “A matéria não é mais que um potencial determinável pela forma, sendo a forma o ato que faz com que a matéria seja a de tal ou qual substância determinada”.

Dado que a distinção formal entre os entes permite a representação múltipla da bondade divina, a distinção material facilita a sua reprodução, garantindo assim a perpetuação da espécie. Esta condição é observável nas entidades geradas e corruptíveis, onde a multiplicidade de indivíduos atua como mecanismo de conservação da espécie. Em contrapartida, no domínio das entidades incorruptíveis, tal multiplicidade torna-se desnecessária, uma vez que a preservação dessas entidades se conserva suficientemente em um só.

Tomás de Aquino também defende que, primeiramente, assim como a matéria subsiste em função da forma, a distinção material subsiste em razão da distinção formal. Portanto, a distinção formal possui primazia em relação à distinção material.

No tocante a essa concepção, o Aquinate postula que as formas das coisas são análogas aos números, nos quais as espécies variam mediante a adição ou subtração da unidade<sup>10</sup>. Por isso,

Nos entes naturais, vemos que as espécies são gradativamente ordenadas; assim, os compostos são mais perfeitos que os elementos, as plantas do que os minerais, os animais do que as plantas e os homens do que os outros animais; e, em cada uma dessas classes, encontram-se espécies mais perfeitas do que as outras<sup>11</sup> (ST, Ia, q. 47, art. 2).

Dessa maneira, se a distinção entre os entes emana de Deus, da mesma forma pode-se inferir que a desigualdade entre eles também procede do divino. Isso implica que é da vontade do próprio Deus que as entidades sejam formalmente distintas, proporcionando, desse modo, uma vasta diversidade de espécies e, em prol da sua preservação, que haja uma distinção material, resultando na multiplicidade de entidades pertencentes a uma mesma espécie. Por isso, Tomás sustenta que, “sendo a divina sabedoria a causa da distinção das coisas, para a perfeição do universo, assim o será da desigualdade” (ST, Ia, q. 47, art. 2). Portanto, Deus tornou excelente todo o universo, ao modo da criatura, no entanto, essa excelência é alcançada por meio da distinção de cada ente, uma vez que alguns são mais ou menos perfeitos do que outros, e isso se deve ao fato de que “não haveria no universo perfeita semelhança de Deus se houvesse um único grau dela nos entes” (SCG, II, c. XLV).

---

<sup>10</sup> Tal concepção é tomada de Aristóteles, o qual, no livro VIII da *Metafísica*, demonstra essa noção a partir da ideia de que, se tirarmos ou acrescentarmos a menor parte possível da qual o número é constituído, o número não será mais o mesmo, mas sim, outra coisa. Cf. *Metafísica* (VIII, 3, 1043b 35-1044a).

<sup>11</sup> Referimo-nos aqui aos graus de superioridade metafísica encontradas entre as diversas espécies inclusivas nos conjuntos da alma vegetativa e sensitiva.

Mas tal assertiva levanta indagações a serem respondidas: qual seria a razão subjacente à vontade divina de conceber um mundo tão multifacetado, onde as criaturas não compartilham um propósito unificado? Ademais, por que Deus não criou criaturas igualmente perfeitas, isto é, no mesmo grau de bondade? Para o Aquinate, uma vez que a comunicação da bondade divina manifesta-se de modo mais excelente a partir da diversidade – e esta, implica em desigualdade –, mesmo que o agente deva produzir seu efeito de forma tão excelente quanto possível, não é necessário que cada parte individual do todo seja ótima em si mesma, mas sim ótima em relação ao todo. Do contrário, a própria qualidade do ser se perderia se todas as suas partes possuíssem o mesmo grau de perfeição. Desta forma, nas criaturas consideradas individualmente, “se encontram em proporção maior e menor o bem, a verdade, a nobreza e outros atributos semelhantes” (ST, Ia, q. 2, art. 2), e, conseqüentemente, pode-se afirmar que algumas são melhores do que às outras. No entanto, no contexto do todo, elas integram um universo que apresenta uma harmonia perfeita em sua totalidade.

Aqui Tomás acompanha Agostinho, o qual sustenta que “referindo todas as coisas à perfeição do conjunto, quanto mais variadas são as diferenças, mais claramente vê-se a realidade de todas e de cada uma, e não te ocorre que existe uma perfeição universal senão onde os seres mais perfeitos coexistam com os de perfeição maior” (Agostinho, 2019, III, 9.24) e que “a beleza do universo resulta de eloquente oposição, não de palavras, mas de coisas” (Agostinho, 2012, XI, 18).

Não obstante, essa ordenação também se manifesta entre os entes que pertencem à mesma espécie. Ainda que a diversidade implique em distinção formal, ela também se manifestará em um aspecto material, uma vez que diversifica os entes dentro da mesma espécie. Portanto, se a desigualdade entre as coisas criadas contribui para a perfeição do universo, o mesmo raciocínio pode ser inferido à desigualdade entre os indivíduos de uma mesma espécie.

Além disso, a perfeição do universo abrange a coexistência de entidades corruptíveis e incorruptíveis. Isso pressupõe que certos entes têm a capacidade de perder sua existência, enquanto outros não têm essa propensão. Nesse contexto, o mesmo princípio se aplica à qualidade da bondade, sobre a qual Tomás de Aquino argumenta que “há um grau de bondade que leva uma coisa a ser tal modo boa que nunca possa ser deficiente. Há outro, porém, que não exclui deficiência” (ST, Ia, q. 48, art. 2). Se a perfeição do universo exige a presença de desigualdade entre os entes para que todos os graus de bondade sejam plenamente expressos, então a perfeição do mesmo requer tanto entidades que são imunes à falha em nível de

bondade quanto entidades que estão sujeitas a ela; e o meio pelo qual um ente pode falhar é através da corrupção. Assim, a realização da perfeição do universo, ao representar a bondade divina, denota a existência da possibilidade de corrupção por parte de certos entes.

Assim sendo, a integridade do universo requer a existência de elementos suscetíveis à falha em relação à bondade, bem como aqueles imunes a tal falibilidade, um processo que se concretiza por meio da corrupção, visto que “a essência do mal consiste precisamente em haver num ente deficiência do bem. Por onde é manifesto, que há mal nas coisas, bem como corrupção, pois esta é uma espécie de mal” (ST, Ia, q. 48, art. 1).

Portanto, a diversidade e a desigualdade presentes no universo, conforme a perspectiva tomista, não são consideradas males a serem evitados; ao contrário, foram a condição estabelecida pelo próprio Deus em virtude de uma melhor expressão da sua bondade por meio da criação, condição essa resultante da própria natureza criada, a qual é limitada e radicalmente contingente em seu ser (Gilson, 2020).

### **3 O processo geracional e corruptivo na natureza**

Antes de adentrarmos especificamente no aspecto geracional e corruptivo da natureza, é fundamental realizar uma distinção necessária na natureza do mal, a qual envolve a existência de males de ordem moral e de males de ordem natural.

O mal moral caracteriza-se pela presença de uma desarmonia na ação voluntária de uma criatura dotada de livre arbítrio que se desvia da orientação racional e da lei divina. Assim, em uma análise mais aprofundada, o mal moral pode ser equiparado ao mal de culpa, uma vez que, em última instância, é uma violação da ordem moral instituída, o que a torna, por sua própria essência, uma transgressão da ordem estabelecida por Deus.

O mal natural, por sua vez, pode ser conceituado como a privação de qualquer bem nos entes destituídos de razão. Nesse contexto, a devastação da grama que serve de alimento para a zebra, assim como a morte desta em prol da subsistência do leão, podem ser consideradas manifestações de males naturais.

Além disso, aquilo que é natural pode ser abordado sob duas perspectivas distintas, a saber, em sua essência, definindo o que a coisa é, e em relação ao que se segue de sua natureza, referindo-se ao processo subsequente e ao seu fim. Por fim, algo é considerado natural de duas formas: ou conforme a forma ou conforme a matéria.

Consoante à forma, é inerente à natureza do fogo o ato de aquecer, uma vez que tal ação deriva da essência da forma; contudo, considerando a matéria, é próprio que a água seja suscetível ao calor do fogo. Todavia, dado que a forma encerra uma natureza mais substancial do que a matéria, o que é natural segundo a forma transcende em naturalidade o que é inerente à matéria (QDSM, q. 5, art. 5)<sup>12</sup>. Em contrapartida, no que concerne à matéria, sua natureza pode ser apreendida de duas maneiras: primeiramente, através de sua adequação à forma, e, secundariamente, não pela sua correspondência com a forma, mas sim pela necessidade intrínseca da própria matéria.

Portanto, algo é essencialmente natural ao ser humano conforme sua forma, a exemplo do intelecto, do desejo e outras faculdades afins. Contudo, certos aspectos são-lhe inatos no âmbito material, ou seja, o corpo, o qual pode ser considerado de duas maneiras. Primeiramente, em relação à sua inclinação à forma, e, em segundo lugar, em virtude do que nele emerge devido à necessidade inerente da matéria.

No que diz respeito à inclinação à forma, para Tomás, é necessário que o corpo humano seja composto pelos elementos e compostos na justa proporção. Visto que a alma humana está em potência em Deus e é destinada por Ele no ato da concepção, ela se associa ao corpo para receber espécies inteligíveis através dos sentidos, alcançando, assim, a inteligência em ato. Portanto, a união da alma com o corpo não é determinada pelo corpo em si, mas pela alma, uma vez que “a matéria existe por causa da forma e não inversamente” (QDSM, q. 5, art. 5).

Entretanto, o que emana necessariamente da matéria é sua propensão à corrupção, uma peculiaridade que a torna naturalmente antitética à forma. Assim sendo, qualquer desintegração em um ente natural não está em consonância com a conformidade à forma, pois, considerando que a forma é o princípio do ser, a corrupção, que representa a transição para o não ser naquela substância instituída pela forma naquela determinada matéria, opõe-se a ela. Em outras palavras, a alma humana, sendo intelectiva e incorpórea, não está sujeita à corrupção nem de maneira intrínseca, nem por acidente. Todavia, essa condição não se aplica ao corpo, o qual está submetido à natureza material e, portanto, está vulnerável à corrupção.

---

<sup>12</sup> O tratado *De malo* (originalmente intitulado *Quaestiones disputatae De malo*) foi recentemente publicado no Brasil pela Editora Ecclesiae, que o subdividiu em três volumes. O primeiro volume, intitulado “*O mal e o pecado: sobre o mal, questões 1-7*”, aborda a essência do mal e suas implicações. O segundo volume, intitulado “*Os sete pecados capitais: sobre o mal, questões 8-15*”, discute especificamente sobre os pecados capitais e como eles se revestem de bem aparente. Por último, o terceiro volume recebeu o título de “*Os demônios: sobre o mal, questão 16*”, buscando entender os demônios a partir da sua origem metafísica e da tradição católica. Embora o texto referido faça parte do primeiro volume dessa obra, o mencionaremos neste trabalho como “QDSM”, visto que é dessa forma que ele é comumente citado na literatura.

No entanto, com o intuito de conferir ao ser humano uma imortalidade não natural à matéria, Deus, antes da queda, outorgou-lhe a preservação da sua existência por meio do fruto da árvore da vida<sup>13</sup> — um privilégio perdido em consequência do pecado (QDSM, q. 5, art. 5, ad. 9).

Assim sendo, a morte – que é o processo de corrupção - é inerente ao ser humano conforme a exigência da matéria, mas não segundo a natureza da forma, visto que esta transcende a matéria e é congruente com a imortalidade (ST, Ia, q. 75, art. 6). É nesse contexto que afirma-se que, na medida em que a imortalidade é uma característica natural ao ser humano, a morte e a corrupção são antitéticas à sua essência.

Todavia, essa condição não se aplica aos demais animais sensientes. Sob a ótica de Tomás, a alma humana é identificada como intelecto ou mente (ST, Ia, q. 75, art. 2), o que evidencia uma disparidade entre ela e às almas dos outros animais. Embora compartilhem, de maneira análoga, a existência e a atividade, bem como uma certa capacidade sensitiva, as almas dos animais carecem de uma operação distintiva e de uma subsistência própria (ST, Ia, q. 75, art. 3). Portanto, a distinção entre a alma intelectual (humana) e a sensitiva (dos demais animais) torna-se manifesta.

Consequentemente, ao perderem sua forma substancial, que é caracterizada pela separação entre forma e matéria, os animais sensientes sofrem o processo de corrupção, durante o qual a matéria que anteriormente compunha seus corpos, se torna disponível para assumir uma nova forma.

Um exemplo elucidativo desse processo se evidencia na esfera natural, onde se observa que o bem inerente a certas espécies animais resulta em malefício para outras, tal como o bem de um leão implica o mal de um cervo, uma vez que este último serve de alimento para aquele.

Sob essa ótica, percebe-se que o ato do leão em buscar a morte do cervo não é apetecido pelo apetite animal em virtude da morte simplesmente, mas sim por acidente, pois esse ato conduz a um bem, que é a preservação da vida do leão. No entanto, tal ação que constitui um bem para si, é um mal, sob certo aspecto, para o cervo, visto que resulta na interrupção precoce da sua vida. Mas esse mal não tem por fundamento ser um mal de modo

---

<sup>13</sup> Esse fruto restaurava a virtude da espécie à sua forma primordial de vigor, mas não conferia perpetuidade à virtude após seu consumo - considerando a natureza corruptível do corpo humano. Em vez disso, fortalecia a virtude natural, prolongando sua duração por um tempo determinado, até que o ser humano fosse elevado a um estado de glória, onde não mais dependesse de alimentação. Deve-se destacar que essa é uma nota de natureza teológica, que nos interessa aqui por ser um dos importantes elementos que Tomás tomou em vista ao elaborar sua doutrina.

absoluto, mas o é acidentalmente<sup>14</sup>. Por esse motivo, Tomás sustenta que “o agente natural não busca a privação ou a corrupção; mas uma forma concomitante à privação de outra e à geração de um ser, que é a corrupção de outro” (ST, Ia, q. 19, art. 9).

Ademais, os organismos animais que participam do mundo material estão sujeitos às suas regularidades causais gerais. Neste universo de estrutura fixa, os animais são suscetíveis a colidirem com rochas, submergirem em água ou queimarem-se com fogo. No entanto, eles também se beneficiam dessas mesmas regularidades para sua própria subsistência.

Certamente, pode-se arguir se Deus poderia suspender temporariamente as regularidades da natureza de tal forma que os mecanismos de dor, privação e corrupção não ocorressem na vida animal. Acreditamos que é exatamente isso que Rowe tem em mente em sua crítica, em particular, pelo fato dele lançar luz e discernir sobre sua perplexidade ao questionar se um ser onipotente e onisciente poderia evitar facilmente que um cervo sofresse queimaduras terríveis e poupá-lo de um sofrimento intenso (Rowe, 1979). No entanto, o que jaz por baixo da sua argumentação é que Deus preferiria um mundo onde tais males não existissem. Mas, conforme discorrido até aqui, não parece ser esse o caso.

Como delineado pela perspectiva tomista, é inerente à bondade divina comunicar sua semelhança às criaturas, e a perfeição da bondade divina pressupõe que Deus seja bom em si mesmo e faça boas as outras coisas. Dessa forma, as propriedades divinas, em certo sentido, são transmitidas às criaturas, visando não apenas sua própria bondade, mas também a condução de outras para o bem. Estas, por iniciativa divina, são naturalmente direcionadas ao bem, e entre elas, algumas detêm um status superior, encontrando-se mais próximas da Causa Primeira e sendo mais aprimoradas em termos de bondade. A participação diferenciada em uma dada perfeição estabelece uma comparação entre aquelas que dela participam em maior ou menor grau. Nesse contexto, as criaturas superiores participam mais ativamente da ordenação do governo divino do que as inferiores, resultando no domínio exercido pelas criaturas superiores sobre as inferiores (CTh 124)<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Evidencia-se, neste contexto, uma analogia entre o mal natural e o mal moral, utilizando a distinção entre mal *simpliciter* (simplesmente ou absolutamente) e mal *secundum quid* (sob certo aspecto). Assim como o mal *secundum quid* manifesta-se conforme a ordem natural, o mal natural também se manifesta dessa maneira. Similarmente, tal qual o mal *simpliciter* representa uma oposição à ordem devida, o mal moral desempenha um papel análogo. Além disso, os males naturais são considerados males *secundum quid*, pois afetam negativamente apenas as criaturas particulares que os experimentam, enquanto, no panorama mais amplo da ordem universal, representam um bem *simpliciter*. Desta forma, o mal *simpliciter*, que constitui uma subversão à ordem estabelecida, assemelha-se ao mal moral, uma vez que, ao contrário do mal natural, não contribui de forma alguma para a perfeição do todo. Portanto, enquanto o mal moral é considerado um mal *simpliciter*, os males naturais são classificados como males *secundum quid*.

<sup>15</sup> Isso se confirma, para Tomás, por um argumento teológico que é de base escritural, a saber, que, em virtude de sua proximidade com a Causa Primordial, o ser humano não apenas usufrui, mas exerce domínio sobre toda a criação. Tal concepção encontra amparo nas Sagradas Escrituras, conforme registrado no texto bíblico que



Ademais, considerando o bem da ordem do universo, este abarca em si elementos corruptíveis e incorruptíveis, os quais refletem a bondade divina. Dessa forma, o processo de geração e corrupção integra a comunicação da bondade divina e tem, no próprio Deus, seu arquiteto. Portanto, a corrupção na natureza não é algo a ser evitado por Deus; ao contrário, no que concerne aos seres irracionais, é permitido por Ele em vista do “todo”.

Em um estágio preliminar de sua argumentação, o Aquinate assevera a essencialidade da relação entre o processo de geração de um ente e a concomitante corrupção de outro na natureza, o qual faz parte de um processo cíclico e constante. Nesse contexto, o destino de um ente é predeterminado em seu estado de perfeição, o qual culmina inevitavelmente em sua corrupção. Conseqüentemente, a partir desse processo degenerativo, inevitavelmente nesta economia, surge a possibilidade do advento de novos entes.

Para ilustrar essa proposição, recorramos novamente à corrupção inerente aos fenômenos naturais. Cada árvore que brota e cada animal que se gera, por imperativo causal, têm sua origem vinculada a outras árvores e animais que os antecederam. A subsistência e o desenvolvimento desses entes dependem da absorção de nutrientes oriundos da renovação cíclica da natureza, mediada pelo mencionado processo de geração e corrupção. Dessa forma, o referido processo opera como um sistema de retroalimentação, essencial para o surgimento e a manutenção da vida. Em termos mais simplificados, o nascimento de algo pressupõe a inevitabilidade da extinção de outro.

O mesmo postulado é aplicável aos compostos minerais oriundos dos entes inanimados, visto que estes desempenham funções fundamentais em diversos processos biológicos, revelando-se como elementos indispensáveis à homeostase da vida. Consideremos, por exemplo, o cálcio, cuja importância reside na constituição estrutural dos sistemas esqueléticos em organismos vivos. Elementos como zinco, ferro e magnésio assumem papéis cruciais como cofatores enzimáticos em processos metabólicos. Bicarbonato e fosfato são imprescindíveis para a manutenção do equilíbrio ácido-base nos organismos, criando condições adequadas para as reações bioquímicas celulares. O magnésio, por sua vez, destaca-se como constituinte essencial da clorofila, molécula responsável pela absorção de luz solar durante o processo fotossintético nos vegetais. Além disso, minerais como sódio, potássio e cálcio desempenham funções essenciais na condução de impulsos nervosos e na contração muscular, facilitando a mobilidade em organismos animais (McCardle *et al.*, 2011).

---

prescreve: “tenha ele (o homem) domínio sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos, sobre toda a terra e sobre todos os animais que rastejam pela terra” (Gn 1:6).

Todas essas dinâmicas são possibilitadas pela corrupção dos entes inanimados presentes no ambiente, os quais são assimilados pelo solo e, subsequentemente, pelos vegetais e animais.

Analogamente, ressalta-se a relevância das proteínas de origem animal para a vida, uma vez que desempenham funções importantes na biossíntese e reparo de tecidos, na atividade estrutural e enzimática, no transporte de substâncias, na regulação hormonal, no equilíbrio ácido-base e na produção de anticorpos para a modulação do sistema imunológico (Bettelheim *et al.*, 2012).

Nesse sentido, os infortúnios naturais podem ser concebidos como elementos desejáveis, visando capacitar e preservar a vida em um mundo caracterizado pela contingência, desempenhando, assim, o papel de um sistema autossustentável e renovável que propicia a existência da vida. Consequentemente, Deus, ao causar nas coisas o bem da ordem do universo, por consequência e por acidente, causa a corrupção dessas coisas. Assim, o mal não se ordena ao bem essencialmente, mas por acidente (ST, Ia, q. 49, art. 2; q. 19, art. 9, ad. 1).

#### **4 O mal na natureza como processo pedagógico**

Pelo que foi exposto até aqui, elucidamos a noção de que, se a alma dos animais sensientes, bem como dos entes vegetativos e inanimados, não é dotada de imortalidade, é porque Deus determinou que assim fosse. Isso evidencia que o desígnio divino não é conferir imortalidade a toda a criação, mas reservá-la exclusivamente ao ser humano<sup>16</sup>. Portanto, a função dos demais animais na ordem da criação consiste, em um sentido mais abrangente, em manifestar a própria bondade divina no universo, a partir da diversidade e distinção dos entes existentes, e, em um sentido mais restrito, em existir para promover o bem-estar humano através de um processo natural de geração e corrupção.

---

<sup>16</sup> Isso no que se refere aos seres materiais. Uma vez que “a corrupção corpórea não é causa de que a alma deixe de ser” (SCG, II, c. LXXXVI), segue-se que “a alma humana não se corrompe, após a corrupção do corpo” (SCG, II, c. LXXXIX). Isso porque a alma humana realiza operações impossíveis para a matéria, como, a universalização e a reflexividade. Ou seja, passa por universais e, em um mesmo ato, sabe e sabe que sabe. Ora, a matéria não admite nenhum destes atos. Portanto, o que os realiza em nós tem de ser algo imortal. Conclui-se, então, que a alma humana é incorruptível e, consequentemente, imortal. Porém, a imortalidade da alma não deve ser confundida com eternidade da alma. Como a alma humana começa a ser, não é eterna e nem preexiste ao corpo. Logo, ela é imortal a partir da sua existência, mas não existe desde sempre (SCG, II, c. LXXXVII). Porém, tal condição não se sustenta quanto a alma dos animais, visto que ela é apenas sensitiva e não intelectiva (ST, Ia, q. 75, art. 3). Sendo sensitiva, ela não possui por si mesma nenhuma operação própria e não é subsistente (ST, Ia, q. 75, art. 6). Consequentemente, com a corrupção do corpo, diferentemente dos seres intelectivos, as almas dos animais deixam de existir.

Entretanto, queremos destacar outro propósito oriundo do que Rowe denomina como "mal gratuito": o caráter educativo que advém desse fenômeno.

Devemos lembrar que, na filosofia tomista, ausência do mal não implica na ausência do bem, mas sim que a existência do bem pressupõe a possibilidade do mal em um mundo contingente. Nesse contexto, Tomás de Aquino sugere que a presença de certas formas de mal contribui para uma maior valorização do bem. Por exemplo, a coragem destaca-se diante do medo, o heroísmo emerge em situações de perigo, e a honestidade se evidencia em meio a circunstâncias desonestas. Da mesma forma, o bem supremo torna-se mais apetecível em contextos adversos.

Para ilustrar essa questão, podemos citar o exemplo do cervo proposto por Rowe, pelo qual podemos inferir, com base na observação empírica, que um incêndio de grandes proporções poderia prover oportunidades de união, solidariedade, companheirismo, compaixão e heroísmo, que, de outra forma, não seriam tão evidentes.

Embora o sofrimento provocado pelas queimaduras constitua um mal para o cervo, esse mal pode ser atenuado se outros entes tomarem conhecimento e responderem com compaixão. Tanto os outros cervos que por instinto reagem ao sofrimento, quanto os seres humanos que posteriormente reagem à tragédia, cujos efeitos se estendem muito além do presente espaço e tempo momentâneo<sup>17</sup>, demonstram essa capacidade de resposta.

Essa compaixão pode resultar em medidas protetivas potencialmente eficazes para prevenir tais males no futuro próximo. Ademais, ela também é capaz de mobilizar os indivíduos em um movimento fraternal que contribua para o bem-estar comum de todos os envolvidos. Isso ocorre porque a compaixão envolve um profundo engajamento na vida interior de outro ser, de uma maneira que simplesmente não pode ser alcançada apenas compartilhando momentos de alegria. Assim, mesmo diante de um mal aparentemente injustificado, o indivíduo pode livremente escolher praticar o bem — o que é benéfico tanto para ele quanto para os outros. Essa escolha torna sua ação de praticar o bem significativamente relevante para o todo.

Dado o exposto, segue-se que, se a realização dos desejos de efetuar ações visando benefícios próprios é considerada boa, então é ainda melhor quando essa realização resulta de

---

<sup>17</sup> Sobre isso, Swinburne (1996) demonstra que, quando não tomamos das condições trágicas apenas de uma perspectiva imediata, podemos somar o benefício (mesmo que não totalmente desfrutado) para o indivíduo e observar que, no final, ela resultou em uma soma que pode sair, no mínimo nivelada. Assim, Deus pode nos permitir um pouco de dor a fim de permitir que nos envolvamos uns com os outros de maneira e em níveis que de outra forma não poderíamos ter, resultando em benefícios que transpassam o “agora” trágico.

ações altruístas em prol de outrem. Por exemplo, se um indivíduo A deseja sinceramente a satisfação de uma segunda pessoa B, a concretização desse desejo acrescenta um elemento de bondade à ação. Em outras palavras, há um bem intrínseco na satisfação do desejo de B, ao mesmo tempo em que existe um bem maior na realização do desejo de A, que se concentrou na satisfação do desejo de outra pessoa, movido por sua vontade de auxiliar B e suprir suas necessidades. Ao final dessa ação, há um benefício adicional tanto para B, cuja necessidade foi atendida, quanto para A, que aspirava satisfazer o desejo de B (Swinburne, 1996).

Assim sendo, é benéfico para nós quando outras pessoas se preocupam conosco bem como quando nos preocupamos com elas, pois experimentamos felicidade quando nossa própria felicidade traz alegria a outrem, mesmo que não estejamos conscientes disso instantaneamente.

No entanto, se Deus decidisse erradicar tais males injustificados, essas oportunidades seriam totalmente suprimidas, o que impediria o desenvolvimento de virtudes - como a compaixão - e, conseqüentemente, diminuiria a felicidade derivada dessas ações.

Os males naturais também desempenham um papel significativo ao influenciar positivamente as deliberações éticas dos seres humanos. Se aceitarmos o relato do Éden como verídico, podemos observar que, ao testemunharem o mal natural, especialmente a morte no reino animal, os seres humanos confrontaram um exemplo tangível que reforça a necessidade de optar pelo bem em detrimento do mal. Assim, ao se depararem com a morte na natureza, teriam ainda mais razões para evitar se distanciar de Deus, pois isso implicaria em sua própria separação espiritual e, conseqüentemente, morte.

Assim, essa experiência proporciona uma oportunidade ímpar para a reflexão moral, onde a observação das conseqüências negativas inerentes ao mal natural atua como uma centelha para deliberações éticas mais conscientes. Nesse contexto, a natureza desempenha o papel de uma espécie de instituição prática que proporciona lições concretas sobre os desdobramentos adversos associados a determinadas ações. Desse modo, em um mundo onde o ser humano se afastou da justiça perfeita, a injustiça resultante de suas próprias ações têm o poder de tornar a verdadeira justiça ainda mais apetecível.

Além disso, uma vez que o ser humano tenha decaído do seu estado original de graça, pode, ao reconhecer as conseqüências de seus pecados, voltar-se voluntariamente para Deus. Mesmo imerso nos vícios decorrentes de uma vida resultante da deterioração da reta razão humana e da alienação da lei divina, ao confrontar o mal, o ser humano pode perceber a atratividade do conhecimento de Deus. Ademais, em meio a lutas, dificuldades e

adversidades, aqueles que enfrentam tais provações podem desenvolver paciência e mansidão, as quais resultarão na esperança que aponta para seu fim último, conforme descrito no relato bíblico que proclama: “também nos gloriamos nas tribulações, sabendo que a tribulação produz perseverança, a perseverança produz experiência e a experiência produz esperança” (Rm 5:3, 4).

Em relação ao âmbito moral, males como injustiças, maldades e outros delitos também redundam em possíveis bens. Por isso, Tomás afirma que:

Há muitos bens que, se não houvesse os males, também não existiriam. Por exemplo: não seriam os justos pacientes sem a maldade dos perseguidores; nem haveria a justiça vindicativa, se não houvesse delitos; nem haveria a geração de uma coisa, sem a corrupção de outra. Se o mal fosse, pela providência divina, totalmente afastado das coisas, um grande número de bens deixaria de existir (SCG, III, c. LXXI).

Portanto, existem certas ações que não podem ser realizadas a menos que haja dor e sofrimento diante dos quais se reaja. Enquanto os justos têm sua paciência aperfeiçoada pelas ações de seus perseguidores, aqueles que os acompanham podem manifestar empatia por eles (em oposição ao simples estado passivo de sentir compaixão) e compartilhar de seu sofrimento, auxiliando-os a enfrentar corajosamente as injustiças suportadas. No entanto, para que alguém possa demonstrar empatia por outra pessoa, é preciso que esta esteja sofrendo. Da mesma forma, para que alguém possa ajudar o sofredor a suportar sua dor com coragem, é necessário que haja dor a ser suportada.

Evidentemente, Deus não necessitaria de um mundo com males para criar seres justos e pacientes; porém, em um estado de queda, tais males podem contribuir para levar um pecador ao arrependimento e afastá-lo da busca por bens terrenos, direcionando-o a buscar os bens espirituais. Dessa forma, o indivíduo pode arrepender-se de suas más condutas, e todo sofrimento advindo dos males anteriores pode influenciar sua escolha sem determiná-la.

Além disso, poderia se afirmar que, uma vez que se aceite, por exemplo, um estado de queda, que todos os seres humanos possuem uma patologia terminal na alma, que, em certo sentido, culmina em uma inclinação para o mal que inevitavelmente resulta em pecado e pode, em certas circunstâncias, manifestar-se como alguma forma de monstruosidade. Neste estado, a dor e os sofrimentos de diversas naturezas podem funcionar como medicamentos divinos para este “câncer espiritual” (Stump, 1996).

Sob esse aspecto, a dor e o sofrimento podem atuar como estímulos que influenciam os desejos e crenças humanas de tal maneira que enfraquecem o apetite por bens materiais

inferiores ou levam o indivíduo a perceber que a satisfação proporcionada pelos bens terrenos subjacentes não era tão plena como anteriormente imaginado. Ao invés disso, o sofrimento pode fortalecer a convicção de que os bens espirituais são mais valiosos em relação aos bens inferiores, ou até mesmo aumentar a estima pelos bens espirituais, incentivando o indivíduo a reavaliar suas prioridades e aprimorar seus desejos cuja realização plena transcende o mundo material (Swinburne, 1996).

No entanto, a respeito dessa argumentação, Draper (2001) apresenta uma objeção que visa desacreditá-la, argumentando que essa explicação não esclarece por que Deus permitiria esses males, pois não explica os motivos pelos quais Deus optaria por utilizar os efeitos dos nossos maus desejos para promover o arrependimento, em vez de outros métodos, como, por exemplo, fazer com que a satisfação do mau desejo resultasse em uma diminuição do nosso impulso de continuar perseguindo-o ou em um alinhamento mais claro dos nossos desejos. Além disso, alternativamente, Deus poderia simplesmente causar uma alteração direta nos nossos desejos ou crenças, evitando, assim, que os bens inferiores fossem escolhidos em detrimento dos superiores.

Contudo, tais opções parecem ser inadequadas. Em ambos os casos, exigiria-se que Deus interferisse na vontade humana e em seus desejos ou crenças para prevenir a má ação do homem. No entanto, isso parece pouco plausível, pois tal efeito implicaria na violação da liberdade humana, determinando o indivíduo em relação ao seu desejo ou crença. No melhor dos cenários, isso resultaria em um relacionamento manipulador. Mas dificilmente alguém sustentaria que um ser determinado pode ser considerado melhor do que um ente livre, visto que, tudo o que ele faria, seria fruto de uma “programação” ou comando pré-concebido por aquele que detém poder e influência sobre ele.

Assim sendo, é possível atinar que essa opção representa um mal maior em comparação com a possibilidade de um ser livre decidir voluntariamente sobre o que deseja e sobre os meios de ação tomados para alcançar tal fim.

Mas a nível de argumentação, sustentemos que Deus poderia conceder uma liberdade “parcial” para os seres humanos. Sob esse aspecto, o homem seria capaz de tomar certas decisões, mas, sempre que algo fugisse ao propósito divino, Deus interviria a fim de evitar sua concretização. Ora, mesmo que Deus houvesse delegado uma responsabilidade limitada a esse agente em relação aos seus pares, tal incumbência seria de pouca significância. Ela seria análoga à solicitação de um pai ao seu filho mais velho para cuidar do irmão mais novo, com a condição de que o pai estaria supervisionando as ações do filho mais velho e interviria

sempre que ele cometesse um erro. Nesse contexto, o filho mais velho poderia objetar, com justiça, que, embora estivesse disposto a compartilhar as responsabilidades do pai, só poderia verdadeiramente fazê-lo se pudesse realizar seu trabalho de forma autônoma, sem julgamentos externos e com uma ampla gama de opções disponíveis ao pai.

Além disso, essa argumentação desconsidera o fato de que, na perspectiva teísta, o ser humano foi criado com capacidades cognitivas plenamente adequadas para escolher os bens mais elevados e a melhor maneira de alcançá-los. Nesse sentido, ele tinha à sua disposição a reta razão humana e a lei divina para guiá-lo até o fim desejado. Se ele optou por um bem inferior, isso não se deve a uma deficiência cognitiva, mas sim à sua decisão voluntária de afastar-se da lei divina, resultando conseqüentemente no afastamento da própria razão humana que estava inclinada a ela.

Finalmente, é relevante enfatizar que, para Tomás de Aquino, “Deus é tão poderoso de modo a poder tirar o bem do mal” (ST, Ia, q. 48, art. 2, ad. 3). Isso implica que não há males tão grandes que Deus não possa derivar algum bem deles. Nesse contexto, podemos inferir que todo mal aparentemente sem razão oferece a possibilidade de um bem em curto, médio ou longo prazo, que pode superar significativamente o mal que inicialmente possibilitou sua ocorrência e, dentre os bens mensuráveis a nossa disposição, o caráter pedagógico e educativo que aquilo que Rowe denominou de mal gratuito oferece, é um dos mais patentes.

## **5 Considerações finais**

Considerando a possibilidade da existência dos males gratuitos como formulado por William Rowe, acreditamos que nem a premissa (1) quanto a premissa (2) do seu argumento se sustentam.

Quanto a (1), evidencia-se que a remoção de determinado mal poderia resultar na perda de um bem maior ou na permissão de algum mal igualmente mau ou pior, a começar pela própria violação da liberdade do indivíduo. Em um segundo momento, caso assim Deus procedesse, bens como a compaixão, coragem, justiça, benevolência e caridade seriam menos perceptíveis para o ser humano, o que configuraria, igualmente, um mal maior.

Em relação a (2), dado a fundamentação apresentada, parece que Deus não tem a obrigação moral de evitar tais males, exatamente pelo motivo de que isso configuraria um mal maior. Além disso, muitos dos males naturais são fruto do processo de geração e corrupção natural aos entes materiais, cuja causa é a própria natureza da matéria. Nesse sentido, os

infortúnios naturais podem ser admissíveis como elementos desejáveis para que a preservação e capacitação da vida em um sistema autossustentável e renovável favoreça a existência. Assim, para que Deus removesse esses eventos de mal, precisaria remover a existência de todos os entes materiais. Porém, isso reduziria a manifestação e representação da bondade divina, visto que, um mundo que tenha entes imateriais e materiais, bem como diversos e desiguais, é melhor do que um mundo com apenas um tipo de ser. Assim, se essa diversidade e desigualdade representa o bem da ordem do universo, tal mundo proposto seria um mundo menos perfeito do que o atual, o que refletiria um mal maior.

Também revela-se nessa análise que, em um mundo contingente resultante em um processo de geração e corrupção, foi proporcionado ao homem em seu estado de graça uma espécie de “escola primeira”. Nesse sentido, o mal denominado gratuito resulta em duas possibilidades. Por um lado, ao ver a vida e a morte na natureza, o ser humano poderia entender que seu afastamento de Deus culminaria em sofrimento e em sua própria morte, assim como acontecia no meio animal. Por outro, aceitando a possibilidade de um estado de queda, os mesmos males apontam o caminho de volta para Deus, bem como concede os meios ideais para que busque o aperfeiçoamento das suas virtudes. Sob esse aspecto, a dor infligida pelo mal pode, sem violar a liberdade humana, induzir os desejos e as crenças do homem de tal maneira que enfraqueçam seu apetite por bens inferiores, levando-o a reavaliar suas prioridades e desejar os bens de ordem superior.

Assim, os males rejeitados por Rowe são permitidos acidentalmente por Deus em vista do bem da ordem do universo e, mesmo que acometam os seres em alguma medida, são passíveis de resultarem em bens de ordem superior.

## Referências

AGOSTINHO. **A cidade de Deus**: parte II. Tradução de Oscar Paes Leme. Petrópolis: Vozes, 2012.

AGOSTINHO. **Confissões**. Tradução Brian Gordon Lutalo Kibuuka. 1. ed. Londrina: Editora Penkal, 2021.

AGOSTINHO. **Sobre o livre-arbítrio**. Tradução de Everton Toresim. 1. ed. Campinas: Ecclesiae, 2019.

BETTELHEIM, F.; BROWN, W.; CAMPBELL, M.; FARRELL, S. **Introdução à bioquímica**. 9. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.



BÍBLIA DE ESTUDO NAA. Tradução de João Ferreira de Almeida. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2018.

DAVIES, B. **An introduction to the philosophy of religion**. New York: Oxford University Press, 1993.

DRAPER, P. Richard Swinburne, providence and the problem of evil. **Noûs**, v. 35, n. 3, p. 456-474, 2001. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/DRARSP>.

GILSON, É. **El Tomismo**. Introducción a la filosofía de Santo Tomás de Aquino. 1. ed. Buenos Aires: Desclée de Brouwer, 1951.

GILSON, É. **O espírito da filosofia medieval**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martin Fontes, 2020.

MCARDLE, W.; KATCH, W.; KATCH, F. **Fisiologia do exercício: nutrição, energia e desempenho humano**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

MORELAND, J.; CRAIG, W. **Philosophical Foundations for a Christian Worldview**. Illinois: InterVarsity Press, 2003.

REALE, G. **Aristóteles – Metafísica: ensaio introdutório**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

ROWE, W. Peter Van Inwagen on the problem of evil. **Faith and Philosophy**, v. 24, n. 4, p. 425-431, 2008. Disponível em: <https://place.asburyseminary.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2098&context=faithandphilosophy>.

ROWE, W. The problem of evil and some varieties of atheism. **American Philosophical Quarterly**, v. 16, n. 4, p. 335-341, 1979. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://rintintin.colorado.edu/~vancecd/phil201/Rowe.pdf>.

STUMP, E. Aquinas on the sufferings of Job. In: HOWARD-SNYDER, D. (Ed.) **The evidencial argument from evil**. Bloomington, Indiana: Indiana University Press, p. 49-68, 1996. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/STUAOT-2>.

SWINBURNE, R. Some major Strands of theodicy. In: HOWARD-SNYDER, D. (Ed.) **The evidencial argument from evil**. Bloomington, Indiana: Indiana University Press, p. 30-48, 1996. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/SWISMS>.

TOMÁS DE AQUINO. **Compêndio de Teologia**. Rio de Janeiro: Presença, 1977.

TOMÁS DE AQUINO. **O mal e o pecado: sobre o mal – questões 1 – 7**. Tradução de Paulo Faitanin e Bernardo Veiga. 1. ed. Campinas: Ecclesiae, 2024.

TOMÁS DE AQUINO. **Suma Contra os Gentios**. 2. ed. São Paulo: Permanência, 2017.

TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. 4. ed. São Paulo: Permanência, 2016.



## A secularização no pensamento de Gianni Vattimo

Renato Kirchner<sup>1</sup>

Ana Carolina Ferreira Sales<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo principal apresentar a concepção de secularização a partir da filosofia de Gianni Vattimo, destacando a relação desse conceito com a religião abordada pelo autor em algumas de suas obras. Vattimo procurou fundamentar e explicitar o conceito de secularização no âmbito da mensagem revelada pelo cristianismo, mas especificamente pelo conceito de *kénosis*. De fato, Vattimo apresenta-nos uma visão crítica sobre a influência da religião na sociedade moderna a partir da discussão sobre a concepção de secularização. Segundo o filósofo, a modernidade e a secularização são processos inevitáveis, especificamente, na caracterização pelo valor do novo. A chave fundamental da leitura de Vattimo está relacionada à interpretação tanto na história da salvação como da história da interpretação. Para cumprir os propósitos assumidos, serão desenvolvidos dois tópicos: a) Religião, modernidade e secularização e b) A secularização e o esvaziamento de Deus.

**Palavras-chave:** secularização; Modernidade; religião; *kénosis*; Vattimo.

### Secularization in Gianni Vattimo's thought

**Abstract:** The main aim of this article is to present the concept of secularization from the perspective of Gianni Vattimo's philosophy, highlighting the relationship between this concept and religion, which he addresses in some of his works. Vattimo sought to ground and explain the concept of secularization in the context of the message revealed by Christianity, but specifically through the concept of kenosis. In fact, Vattimo presents us with a critical view of the influence of religion in modern society based on a discussion of the concept of secularization. According to the philosopher, modernity and secularization are inevitable processes, specifically in the characterization of the value of the new. The fundamental key to reading Vattimo is related to interpretation, both in the history of salvation and in the history of interpretation. In order to meet the objectives, two topics will be developed: (a) Religion, modernity and secularization and (b) Secularization and the emptying of God.

**Keywords:** secularization; Modernity; religion; kenosis; Vattimo.

### La secularización en el pensamiento de Gianni Vattimo

**Resumen:** El objetivo principal de este artículo es presentar el concepto de secularización desde la perspectiva de la filosofía de Gianni Vattimo, destacando la relación entre este concepto y la religión, que aborda en algunas de sus obras. Vattimo trató de fundamentar y explicar el concepto de secularización en el contexto del mensaje revelado por el cristianismo, concretamente a través del concepto de *kénosis*. De hecho, Vattimo nos presenta una visión crítica de la influencia de la religión en la sociedad moderna a partir de la discusión del concepto de secularización. Según el filósofo, modernidad y secularización son procesos inevitables, concretamente en la caracterización del valor de lo nuevo. La clave fundamental de la lectura de Vattimo está relacionada con la interpretación, tanto en la historia de la salvación como en la historia de la interpretación. Para cumplir los objetivos, se desarrollarán dos temas: a) Religión, modernidad y secularización y b) Secularización y vaciamiento de Dios.

**Palabras clave:** secularización; Modernidad; religión; kenosis; Vattimo.

---

<sup>1</sup> Doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Diretor da Faculdade de Filosofia e professor na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). E-mail: [renatokirchner00@gmail.com](mailto:renatokirchner00@gmail.com).

<sup>2</sup> Mestranda pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Bolsista da CAPES. E-mail: [anacarinallas598@gmail.com](mailto:anacarinallas598@gmail.com).

## 1 Introdução

Gianni Vattimo foi um filósofo e político nascido em 1936, na cidade de Turim, graduou-se em filosofia e, poucos anos depois, tornou-se professor universitário. Trata-se de um grande estudioso do pensamento e das obras de Friedrich Nietzsche (1844-1900) e Martin Heidegger (1889-1976), tendo dedicado grande parte de sua vida à reflexão e escrita de muitos livros, sobretudo, sobre hermenêutica e elaborando sua filosofia a partir da ideia de enfraquecimento do ser.

Este artigo tem como objetivo principal compreender de forma introdutória a concepção de secularização a partir da filosofia de Gianni Vattimo, destacando a relação desse conceito com a religião abordada pelo autor em algumas de suas obras. Especificamente, na análise aqui proposta, usaremos alguns capítulos dos livros *O fim da modernidade* e *Depois da cristandade* para, assim, fundamentar e explicitar o conceito de secularização compreendido pelo autor no âmbito da mensagem revelada pelo cristianismo, mas especificamente pelo conceito de *kénosis*, tão próprio e peculiar ao pensamento vattiminiano.

De fato, como veremos, Vattimo apresenta-nos uma visão crítica sobre a influência da religião na sociedade moderna a partir da discussão sobre a concepção de secularização. Segundo o filósofo, a modernidade e a secularização são processos inevitáveis, especificamente, na caracterização do valor do novo. Cabe destacar ainda que a chave fundamental da leitura de Vattimo é a interpretação tanto na história da salvação como na história da interpretação.

## 1 Religião, modernidade e secularização

Partindo do livro *O fim da modernidade: Nihilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*, que é composto de dez capítulos divididos em três seções, tomaremos aqui o capítulo VI, intitulado “A estrutura das revoluções artísticas”, a fim de compreender a relação da secularização com a modernidade. Introduzindo uma definição de modernidade, que, segundo Vattimo, já está presente em alguns autores como Max Weber (1864-1920), Arnold Gehlen (1904-1976), Hans Blumenberg (1920-1996) e Reinhart Koselleck (1923-2006), mas de forma diferente da sua formulação, Vattimo considera que:

Essa definição diz: a modernidade é a época para a qual ser moderno se torna um valor, ou melhor, o valor fundamental, a que todos os demais são referidos. Essa fórmula pode ser corroborada mostrando-se que coincide com a outra e mais difundida definição do moderno em termos de secularização. Secularização, como moderno, é ao mesmo tempo um termo que descreve o que aconteceu em certa época e que é assumido como seu caráter, e o “valor” que domina e guia a consciência da época em questão, sobretudo como fé no progresso (que é, ao mesmo tempo, uma fé secularizada e uma fé na secularização). Mas, precisamente, a fé no progresso, entendida como fé no processo histórico cada vez mais despojada de referências providenciais e meta-históricas, se identifica pura e simplesmente com a fé no valor do novo. Contra esse pano de fundo, em primeiro lugar, deve-se ver a ênfase do conceito de gênio e, depois, a centralidade que a arte e o artista assumem na cultura moderna (Vattimo, 1996, p. 97).

Nesta passagem, mais importante que apenas reparar que modernidade – além de remeter para determinada epocalidade do ser – Vattimo destaca o traço fundamental que caracteriza o “ser moderno”, a saber, valor como “o valor fundamental, a que todos os demais são referidos”. Assim, evidenciando a relação da secularização com o progresso, Vattimo expõe a compreensão de fé no progresso como sendo um valor do novo.

Adiante, no mesmo capítulo, o filósofo italiano apresenta uma conexão entre modernidade, valor do novo e secularização. Dividindo sua explicação em três aspectos, o autor afirma:

(a) a modernidade se caracteriza como a época de *Diesseitigkeit*, do abandono da visão sacra da existência e da afirmação de esferas de valor profanas, isto é, em suma, da secularização; (b) o ponto chave da secularização, no plano conceptual, é a fé no progresso (ou a ideologia do progresso), que se constitui mediante uma retomada da visão hebraico-cristã da história, da qual se eliminam “progressivamente” todos os aspectos e referências transcendentais; já que, precisamente para escapar do risco de teorizar o fim da história (que é um risco, quando não se crê numa outra vida, no sentido pregado pelo cristianismo), o progresso se caracteriza cada vez mais como um valor em si; o progresso é progresso quando caminha na direção de um estado de coisas em que um progresso ulterior é possível, e nada mais; (c) essa extrema secularização da visão providencialista da história equivale simplesmente a afirmar o novo como valor, e como valor fundamental (Vattimo, 1996, p. 98-99).

A divisão proposta por Vattimo nos ajuda a compreender primeiro o processo da modernidade enquanto abandono da concepção sacra, segundo a característica central da secularização: a fé no progresso que exerce valoração em si mesma, ou seja, para o filósofo, a secularização é parte do enfraquecimento da metafísica, sobretudo, com o anúncio da sentença da “morte de Deus” realizada por Nietzsche, pois a construção socrática-platônica e judaico-cristã do Deus como centro do mundo perde sua força e, portanto, sua crença, isto é, a fé na promessa do “paraíso”, somente alcançável após a morte, torna-se fé no progresso científico.

Nesse mesmo contexto, citando e comentando o ensaio de Arnold Gehlen, intitulado *A secularização do progresso (Die Säkularisierung des Fortschritts)*, escrito no ano de 1967, Vattimo ressalta que a novidade deixa de ser inédita, ou seja, deixa de ser nova diante da procura pelo novo no progresso, pois ele se rotinizou e tornou-se uma fatalidade. Exemplos dessa rotina são tanto a técnica, a ciência e a indústria, onde o novo se caracteriza simplesmente pela sobrevivência delas, bem como na economia em que somente se pensa em taxas. Numa determinada passagem, Vattimo escreve:

A transformação do progresso em rotina, nesses campos, segundo Gehlen, descarrega todo o patos do novo no outro âmbito, o das artes e da literatura. Aqui, contudo, de um modo e por razões que Gehlen não parece esclarecer a fundo no texto citado, o valor do novo e o patos do desenvolvimento sofrem uma secularização ainda mais radical do que a que aconteceu na passagem da fé na história da redenção à ideologia profana do progresso. Por diferentes motivos, seja na “rotinização” do progresso científico-tecnológico-industrial, seja no deslocamento do patos do novo para o território das artes, tem-se uma verdadeira dissolução do próprio progresso. De um lado, a dissolução está ligada ao próprio processo de secularização; de fato, escreve Gehlen, a secularização “consiste em geral em que as leis próprias, específicas do mundo novo, sufocam a fé, ou, melhor, não tanto a fé, quanto a sua certeza triunfalista (*die siegesbeglückte Gewissheit*). Ao mesmo tempo, o projeto global, seguindo um impulso objetivo das coisas, se desdobra (*fächert auf*) em processos divergentes, que desenvolvem cada vez mais a sua legalidade interna, e, lentamente, o grande progresso, já que entrementes se quer continuar a acreditar nele, se desloca para a periferia dos fatos e das consciências e aí se esvazia” (Vattimo, 1996, p. 100-101).

Assim, segundo Vattimo, a secularização em si tende para a dissolução da concepção de progresso, especificamente no processo do *patos* da novidade que abandona o valor. Analisando a fundo esse processo, o autor dedica-se ao entendimento da essência que caracteriza o moderno, pois: “A definição da modernidade como a época em que o ser moderno é o valor base não é uma definição que a modernidade possa dar de si mesma” (Vattimo, 1996, p. 102). Portanto, segundo Vattimo, a essência daquilo que podemos chamar de modernidade “só se toma verdadeiramente visível a partir do momento em que, em algum sentido que deve ser esclarecido, o mecanismo da modernidade se distancia de nós” (Vattimo, 1996, p. 102).

Parece-nos pertinente e oportuno destacar que, segundo Vattimo, a secularização é a passagem para a hermenêutica e o enfraquecimento do ser, compreendendo-a implicada na relação entre religião e modernidade. Dessa maneira, no âmbito da filosofia, se a secularização for examinada a partir da hermenêutica como superação da metafísica, tendo como base o pensamento de Nietzsche e Heidegger, então pode exercer o declínio da

fundamentação e designar-se secularizada, sendo meio de investigação das evidências do ser não determinando a procura pela verdade última e absoluta.

Visto nessa perspectiva, a secularização – se analisada a partir do pensamento de Gianni Vattimo – perpassou o mito do progresso e as crises tanto da metafísica como da compreensão de história linear. Essa última, Vattimo explica-a a partir da ligação entre o Ocidente, secularização e cristianismo, sem esquecer do advento da modernidade, pois, segundo ele, o Ocidente declina “porque declinar constitui a sua vocação histórica” (Vattimo, 1999a, p. 48), ou seja, a história da secularização é a única que o Ocidente pode conceber e com a qual há de viver e conviver.

Em seu livro *Depois da cristandade*, Vattimo fundamenta essa compreensão da herança cristã que influencia e faz nascer a modernidade que posteriormente influencia diretamente no brotar do Ocidente e da secularização. A partir da teoria e análise de Max Weber sobre a ética protestante e o capitalismo, o filósofo considera que podemos pensar além dela quando se trata de compreender o processo da secularização na modernidade:

Certamente a fundamental relação de continuidade da civilização ocidental com a mensagem judaico-cristã é geralmente reconhecida. Trata-se, contudo, de radicalizarmos o alcance deste reconhecimento. Antes de mais nada – e aqui pode ser apenas um simples aceno – aprofundando o peso constitutivo, e *positivamente* constitutivo, que tem o cristianismo no nascimento da civilização ocidental moderna – na direção aberta por Weber com os seus estudos sobre a ética protestante e o capitalismo –, mas indo ainda bem além deste aspecto específico. O problema é que é necessário vermos os vários processos de secularização ocorridos na modernidade não – à maneira de Hans Blumenberg, por exemplo, e em boa parte da historiografia de inspiração iluminista, mas também católica (Del Noce) – como processos de distanciamento da matriz religiosa, e sim como processos de interpretação, aplicação, especificação enriquecedora, daquela matriz (Vattimo, 2004, p. 84).

Nesse contexto do livro *Depois da cristandade*, Vattimo cita o filósofo Martin Heidegger para exemplificar um processo de secularização da mensagem do cristianismo denominada por ele de “positiva” e denominada por Heidegger de “fim da metafísica na ciência”, essa que representa o caminho para a diferença entre ser e ente. Para o filósofo de Turim, a partir da travessia aberta por Weber, mesmo reconhecendo a dificuldade que ali se coloca, pode-se discorrer sobre como a mensagem cristã influenciou a ciência moderna. Segundo as palavras de Vattimo:

Podemos, contudo, facilmente evocar a maneira weberiana a importância do monoteísmo para o desenvolvimento de uma visão científica do mundo, mas também de ideias como aquela da tarefa, que segundo a Escritura Deus confiou ao homem, de dominar a terra. É mais fácil ainda, ao contrário, mostrarmos que o êxito do processo – a dissolução da metafísica da presença e a redução do objeto em poder

do sujeito – tem globalmente o significado de liberar o campo para o reconhecimento do caráter de anúncio e interpretação que é constitutivo de qualquer verdade, até mesmo da verdade das ciências duras, experimentais.

A consciência cada vez mais aguda da historicidade do paradigma científico coloca a epistemologia contemporânea em condições de reconhecer que mesmo a ciência da natureza é problema da história da interpretação e da história da salvação: não existe verdade fora de um horizonte aberto por um anúncio, por uma palavra transmitida. Não se pode opor à palavra transmitida a verdade dos objetos que se dão em presença (a distinção clássica entre ciências da natureza e ciências do espírito, entre explicações e compreensões), visto que até mesmo este dar-se é tornado possível graças a uma abertura que é a linguagem e, portanto, palavra transmitida e propaganda, proveniência (Vattimo, 2004, p. 85).

Em *Depois da cristandade*, chegando ao final do capítulo “História da salvação, história da interpretação”, Vattimo ressalta que a ontologia hermenêutica e o fim da metafísica da presença são os passos que dão significado para a vírgula que separa o título do capítulo, e que ambas, sendo consequência da ciência moderna, são fruto da presença e ação da mensagem cristã no percurso da civilização ocidental. Para tanto, o filósofo acrescenta o termo secularização não como embate à mensagem cristã e sim secularização enquanto “aspecto constitutivo: como evento salvífico e hermenêutico, a encarnação de Jesus (a *kénosis*, o rebaixamento de Deus) é ela mesma, acima de tudo, um fato arquetipo de secularização” (2004, p. 86).

Neste contexto, podemos ler ainda de Vattimo:

Todavia, uma vez entendida assim, a conexão entre história da salvação e história da interpretação não configurou a salvação e a interpretação como puros processos de derivação, nos quais – como na relação entre a interpretação “produtiva” e o texto – não parece haver mais limites, critérios de validade e, portanto, riscos de escatologia e nem, finalmente, espaços para a liberdade e a responsabilidade? Na verdade, é até por demais óbvio que, uma vez liquidada a metafísica da presença, a interpretação “boa”, válida, não mais poderá, absolutamente, se configurar como aquela que toma “fielmente” (literalmente, objetivamente etc.) o texto (Vattimo, 2004, p. 86).

Fica por demais evidente, ao final desta citação, que entre “história da salvação” e “história da interpretação” há uma relação também nova se quisermos compreender a secularização como um advento próprio e novo na modernidade, ou seja, talvez pudéssemos tomar a ideia da interpretação “produtiva” de todo e qualquer texto no sentido de interpretação “criativa e apropriativa”, onde tomar o texto apenas em sua literalidade já não mais atende ou satisfaz uma nova e possível hermenêutica do rebaixamento, do esvaziamento ou da *kénosis* de Deus.

## 2 A secularização e o esvaziamento de Deus

Um dos conceitos centrais da relação entre a secularização e o esvaziamento de Deus, para Vattimo, é a *kénosis*, pois se caracteriza na obra do autor como elemento fundamental na mensagem cristã, sobretudo, por ela resultar no abandono da transcendência de Deus como sua própria inclusão voluntária na história. Segundo Vattimo, a *kénosis* fornece abertura para a diversidade e pluralidade de interpretações, uma vez que o esvaziar-se de Deus representa a superação da metafísica.

Para tanto, o filósofo compreende a secularização como enfraquecimento, pois é na *kénosis* que o entendimento daquele Deus poderoso e onipotente se enfraquece e esvazia, dando lugar para que a religião retorne na sociedade de forma diferente, melhor ainda, de forma renovada e sem seu aspecto violento. Sendo assim, para Vattimo, a secularização de forma positiva não pode ser compreendida pelos indivíduos como uma ameaça à sua fé, mas, pelo contrário, deve ser entendida a partir da essência da própria mensagem cristã. Cabe destacar que a secularização vista dessa forma, ou seja, como enfraquecimento, abre caminho para o retorno da religião, sendo esse retorno não inferior à razão da ciência.

Nesse sentido, Vattimo entende que sua compreensão de secularização se defronta com outras teologias da secularização no século XX, especificamente as que ignoram a perda do sagrado como as que enxergam somente a secularização como forma de autonomia dos indivíduos. Segundo o filósofo de Turim, a secularização é intrínseca à *kénosis* e, portanto, representa a aproximação de Deus do mundo, não poderoso e absoluto, mas humanizado e plenamente aberto à pluralidade.

Desse modo, influenciado pela filosofia nietzschiana, Vattimo analisa o processo da modernidade enquanto abandono da concepção sacra tradicional, resultando no processo de secularização a partir da *kénosis* de Cristo como enfraquecimento da metafísica e fim do Deus fundamento, abrindo espaço para o renascimento da religião cristã na pós-modernidade, ou seja, a religião que pode ser instaurada após a sentença “Deus está morto!”

Como é sabido, Nietzsche dedicou grande parte de sua vida à investigação e reflexão filosófica, escreveu diversas obras que impactaram a história da filosofia, em especial *A gaia ciência* (2001), sendo a primeira que marca a sentença “Deus está morto” e, também, *Assim falou Zaratustra* (2011), que desenvolve o conceito de além-do-homem (*Übermensch*), anunciado pelo profeta Zaratustra. Sentenciando “a morte de Deus”, Nietzsche desestabiliza



as bases metafísicas e morais da cultura ocidental, abrindo caminho para a construção do além-do-homem, este como superação do indivíduo.

Nesse sentido, Vattimo propõe-se a olhar de forma inovadora para o conceito de além-do-homem de Nietzsche, reinterpretando-o no contexto pós-moderno como abertura à pluralidade. Há que se considerar e entender, nessa perspectiva, o além-do-homem como prática da caridade, segundo a filosofia vattiminiana, analisando-a à luz da hermenêutica e da ética ao pensar na proposta de superação do humano apresentada pelo conceito nietzschiano. Para encerrar a compreensão desses aspectos, então, Vattimo introduz o termo secularização, como meio para o seu desenvolvimento, pois:

Reconhecido no seu “parentesco” com a mensagem bíblica da história da salvação e da encarnação de Deus, o enfraquecimento que a filosofia detecta como traço característico da história do ser se chama secularização, entendida no seu sentido mais amplo, que abrange todas as formas de dissolução do sacro que caracterizam o processo de civilização moderna. Se, contudo, a secularização é o modo pelo qual se atua o enfraquecimento do ser, ou seja, a *kénosis* de Deus, que é o cerne da história da salvação, ela não deverá ser mais pensada como fenômeno de abandono da religião, e sim como atuação, ainda que paradoxal, da sua íntima vocação (Vattimo, 2004, p. 35).

A ideia de secularização é abordada aqui no processo de dissolução do sagrado como aspecto da civilização moderna, que se manifesta, segundo o autor, no enfraquecimento do ser. A relação que Vattimo estabelece desse enfraquecimento com a mensagem bíblica cristã da salvação e encarnação propõe uma familiaridade ou “parentesco” – segundo as palavras dele mesmo – entre a tradição religiosa com a filosofia.

Assim, o filósofo italiano compreende a secularização por outra perspectiva, não, porém, como afastamento ou abandono da religião, mas, ao inserir a expressão *kénosis* de Deus, direciona a reflexão na intenção da secularização enquanto prática da sua intrínseca e original vocação. Para tanto, Vattimo vê o fenômeno da secularização não como término da religião, mas sim dentro de um processo interno do cristianismo com sua transformação, portanto, é na humanidade e na fraqueza dos indivíduos que o elemento divino da religião pode se manifestar. Paradoxalmente, a autêntica vocação religiosa é realizável a partir do aspecto de “perda” do sagrado.

Vattimo considera o papel da filosofia nesse processo, pois somente a filosofia – colocando-se ela também nesse meio – servirá de análise e crítica dos fenômenos que dizem respeito à secularização, ao renascimento da religião e da sua essência para o encontro no enfraquecimento. Em resumo, o filósofo defende uma abordagem filosófica crítica que

perceba o fenômeno da secularização como parte do desenvolvimento do retorno da religião. É o que podemos ler nesta passagem de *Depois da cristandade*:

É em relação a esta vocação pra o enfraquecimento e para a secularização que uma filosofia coerentemente pós-metafísica deverá procurar entender e criticar, ainda, os vários fenômenos de retorno da religião na nossa cultura, com o efeito inevitável, porém, de pôr a si mesma também em jogo (Vattimo, 2004, p. 35).

### 3 Considerações Finais

Em suma, a secularização, para o filósofo Gianni Vattimo, com a fundamentação do pensamento de Nietzsche e Heidegger, exerce grande sentido como enfraquecimento, pois em suas obras o autor considera que houve a perda das categorias fortes que a metafísica clássica antes exercia, ou seja, o filósofo de Turim não compreende a secularização enquanto concepção negativa ao pensar na dissolução do sagrado, mas a secularização exerce no pensamento do autor concepções positivas, sobretudo na diluição do limiar entre sagrado e profano, sendo este o próprio destino da religiosidade no Ocidente, destacando a abertura para o diálogo da filosofia com a religião.

Desse modo, é possível compreender a secularização no pensamento de Vattimo com o seu conceito de “pensamento fraco”, pois é analisando tanto a crise das filosofias que se debruçam sobre o ser, como a própria crise da metafísica que o autor não apenas descreve, mas reflete de forma pertinente qual o destino dos indivíduos, apontando para um destino de libertação, portanto, a secularização ressalta a concepção heideggeriana e nietzschiana de fim da metafísica.

Por fim, é da história da salvação que nasce o enfraquecimento, principalmente o esvaziamento de Deus, portanto, é na *kénosis* que se dá a possibilidade para o retorno da religião, essa que deve se abrir para o diálogo com as múltiplas culturas existentes.

### Referências

NIETZSCHE, F. **Assim falou Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém. Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

NIETZSCHE, F. **A gaia ciência**. Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VATTIMO, G. **Depois da cristandade**: Por um cristianismo não religioso. Tradução de Cynthia Marques. Rio de Janeiro: Record, 2004.

VATTIMO, G. **O fim da modernidade**: Nihilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.